

LITERATURA, HISTÓRIA E INDÚSTRIA CULTURAL EM O XANGÔ DE BAKER STREET

Renato Oliveira Rocha¹

(UNESP-ASSIS)

Profa. Dra. Gabriela Kvacek Betella²

(UNESP-ASSIS)

449

Resumo: O que parece predominar na literatura brasileira contemporânea é a presença da indústria cultural na produção e recepção literárias. Neste artigo, tentaremos discutir sobre o conceito formulado por Adorno e Horkheimer na década de 1940 e sobre como esse pensamento se aplica hoje no campo literário, tomando como objeto de estudo o romance *O Xangô de Baker Street* (1995), de Jô Soares. O romance é um bom exemplo da teoria dos autores alemães e adquire características novas no aspecto industrial da literatura. Este artigo concentra as ideias e os resultados finais do projeto de iniciação científica apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Palavras-chave: romance brasileiro; romance policial; literatura contemporânea; indústria cultural; cultura de massa.

Abstract: What seems to predominate in contemporary Brazilian literature is the presence of the cultural industry in literary production and reception. In this article we will try to discuss the concept formulated by Adorno and Horkheimer in the 1940s and how this thinking applies today in the literary field, taking as object of study the novel

¹ Aluno do 4º ano de graduação no curso de Letras da UNESP/Assis, Brasil. Desenvolveu projeto de iniciação científica intitulado “Os tênues limites entre história e ficção em *O Xangô de Baker Street*”, apoiado pela FAPESP. E-mail: rnt90@bol.com.br; link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5337676672765316>

² Docente do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Assis, São Paulo, Brasil. Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, pesquisando a crônica brasileira no século XX; possui trabalhos na área de literatura e cinema italianos, narrativa brasileira e estudos machadianos. E-mail: gabrielakvacek@uol.com.br; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3065305177014712>

O Xangô de Baker Street (1995), by Jô Soares. The novel is a good example of the theory of German writers and gets new features in the industrial aspect of literature. This article focuses on the ideas and the final results of undergraduate research project supported by Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Keywords: Brazilian novel; detective story; contemporary literature; cultural industry; mass culture.

Introdução

Em 1995, Jô Soares estreou como romancista com *O Xangô de Baker Street*, livro no qual inseriu personagens históricos e fictícios no cenário do Rio de Janeiro de fins do século XIX. Aliando esses dois aspectos, história e ficção, o livro ganhou a lista dos *best-sellers* ao ultrapassar a marca de 620 mil exemplares vendidos no país³, número considerável em termos de mercado, porém ínfimo perante os mais de 190 milhões de habitantes do Brasil. De acordo com a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, realizada em 2008 pelo Instituto Pró-livro com 92% da população brasileira (mais de 172 milhões de habitantes), 55% se declararam leitores – o que corresponde a 95,6 milhões de pessoas⁴. É preciso dizer que o escritor latino-americano vive uma espécie de condenação eterna a ser “um produtor de bens culturais para minorias, embora no caso estas não signifiquem grupos de boa qualidade estética, mas simplesmente os poucos grupos dispostos a ler” (CANDIDO, 2006, p. 174).

A leitura de *O Xangô de Baker Street* suscita a desconfiança no leitor acerca da história escrita por Jô Soares. A inventividade do autor, aliada à pesquisa bibliográfica – que pode ser comprovada ao final do romance –, faz conviver, no Rio de Janeiro de fins do século XIX, personagens reais e fictícios, como, por exemplo, o imperador Dom Pedro II, a atriz francesa Sarah Bernhardt e o detetive mais famoso da literatura, Sherlock Holmes, que, nas histórias de Arthur Conan Doyle, nunca esteve no Brasil. Jô Soares utiliza o detetive inglês como crítico aos costumes não só da época do Segundo Império como também a certos hábitos atuais, como, por exemplo, a predileção pelo que vem de fora e a desvalorização do que é característico do brasileiro. O autor utiliza-se

³V. <<http://www.assassinatosnaacademia.com.br/xango.htm>>.

⁴ Dados da pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, de 2008. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf>>.

do formato romance policial, que não deixa de ser narrativa histórica, para enredar os personagens fictícios da literatura inglesa no contexto histórico do Segundo Império brasileiro. Marisa Lajolo, sobre a presença da história na literatura nos diz que

[...]. Um dos formatos preferidos por escritores de todos os tempos e lugares é o romance que traz para seus enredos episódios e personagens *históricos*. A história da França, por exemplo, emerge desta vertente cheia de reis intrigantes, de ministros conspiradores, de revoluções populares. Escritores como Alexandre Dumas inspiravam-se em figuras e em episódios da história de seu país para escrever seus maiores sucessos, romances cujo enredo temperava fatos e personagens verdadeiros com grandes doses de imaginação. (LAJOLO, 2004, p. 116).

Além da narrativa policial com seus elementos característicos – o detetive consagrado e seu assistente, a inteligência dedutiva disposta a desvendar a série de crimes que preocupavam o Rio de Janeiro, os assassinatos aterrorizantes, a análise das pistas deixadas pelo criminoso, entre outros, temos também a observação de um autor do presente sobre aspectos do passado que se refletem no contexto atual, se pensarmos sobre o modelo no qual o Brasil de hoje se espelha, sobretudo aos moldes dos norte-americanos e da cultura em língua inglesa de modo geral, resultantes da massificação de um tipo de atitude em relação aos meios de produção e à cultura genericamente falando. Isso revela um aspecto funcional do romance, que é criticar determinados costumes e não ser somente uma leitura descartável ou passageira. Sobre *função literária*, Antonio Candido, no ensaio “A literatura e a formação do homem” quem nos diz o seguinte:

[...] a ideia de função provoca não apenas uma certa inclinação para o lado do valor, mas para o lado da pessoa; no caso, o escritor (que *produz* a obra) e o leitor, coletivamente o público (que recebe o seu impacto). De fato, quando falamos em função no domínio da literatura, pensamos imediatamente: 1) em função da literatura como um todo; 2) em função de uma determinada obra; 3) em função do autor – tudo referido aos receptores. (CANDIDO, 2002, p.78).

O Xangô de Baker Street sofre o impacto das opiniões negativas, desde sua publicação, com considerações sobre a origem da composição até a avaliação da qualidade literária. Embora não seja nossa tarefa contestá-las, a investigação da estrutura do livro e o restabelecimento das relações envolvidas na trama podem vislumbrar novas perspectivas críticas para resultados apresentados pela literatura brasileira contemporânea, levando-se em conta a amplitude das referências histórico-literárias brasileiras e, sobretudo, a utilização original de modelos literários, resultado de assimilação das fontes através de aspectos renovados das mesmas.

Consideramos este estudo importante no âmbito da literatura contemporânea e da entrada da produção literária nova no campo dos estudos acadêmicos, uma vez que, conforme é possível constatar em congressos sobre esse tema, há cada vez mais estudos sendo realizados com obras ainda mais recentes do que *O Xangô de Baker Street*. Compreender a maneira como a indústria cultural está presente na literatura é importante para entender o processo de renovação/continuidade de nossa produção literária, ainda que nossos autores não tenham mais o trabalho de consolidar uma literatura nacional, mérito devido aos escritores que hoje são considerados como clássicos.

Leituras da História na ficção contemporânea

O romance histórico brasileiro contemporâneo tem como característica a utilização fictícia de personagens e acontecimentos do passado que resulta em uma maneira interessante de produzir literatura a partir da manipulação da História. O indivíduo é levado a um turismo temporal através da leitura de um romance histórico. Para citar alguns dos mais conhecidos, temos *Agosto* (1990), de Rubem Fonseca, *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, o Chalaça* (ou simplesmente *O Chalaça*), de José Roberto Torero, de 1994, *Boca do Inferno* (1989), de Ana Miranda, entre outros. A releitura de fatos históricos chama a atenção do leitor talvez por utilizar uma visão descompromissada com personalidades que são de certa maneira desconhecidas e por isso a “versão” que os escritores dão a certos personagens torna-se original. Em *O Xangô de Baker Street* é possível perceber e reconhecer os recursos narrativos dos quais Jô Soares utilizou-se para compor seu romance de estreia.

No início do livro, Jô Soares utiliza uma citação de Wittgenstein (*Humor não é um estado de espírito, mas uma visão de mundo*), que dá o tom do romance. Com a visão de humorista, o autor pode recontar a história de dom Pedro II, Sarah Bernhardt, entre outros e criar, de maneira inimaginada por Arthur Conan Doyle o relato da “vinda” de Sherlock Holmes e do doutor Watson ao Brasil em 1886.

No Rio de Janeiro do século XIX, a atriz francesa Sarah Bernhardt, que conseguiu o *status* de celebridade à época, estava em excursão pelo Brasil. Concomitantemente, o roubo de um violino Stradivarius, pertencente a Maria Luísa Catarina de Albuquerque, a Baronesa de Avaré, preocupava o imperador Pedro II, que o havia presenteado à jovem viúva. A partir desses acontecimentos, o romance se inicia,

sempre com algum recurso irônico / humorístico sem se perder o suspense indispensável para um romance policial.

Chegando a terras brasileiras, Sherlock Holmes recebe um telegrama do delegado Mello Pimenta, escrito em inglês precário, no qual era solicitada ajuda para desvendar os misteriosos assassinatos de jovens moças, o que obrigou Holmes e Watson a acumularem as duas investigações. Sherlock Holmes concilia o trabalho com as belezas tropicais e, durante sua passagem pelo Brasil, experimenta o sabor da feijoada e da água de coco, os poderes da *cannabis* e o amargo gosto de não poder desvendar os mistérios ocorridos em terras tropicais.

Personalidades foram retratadas de maneira relativamente semelhante ao que acontecia na Corte ou inteiramente desconstruídas, desde o imperador Pedro II, passando por Sherlock Holmes e situações da época. A começar pelo infalível detetive, Jô Soares faz uma releitura do símbolo máximo da Razão na literatura ao dar a Holmes características bem diferentes das originalmente pensadas por Conan Doyle, como, por exemplo, a capacidade dedutiva. Ainda em Londres, a governanta de Holmes e Watson traz um telegrama do imperador para o detetive que, antes de ler, percebe um pingão amarelado na blusa da Sra. Hudson, deduzindo que, contrariando ordens médicas, ela havia comido ovos no café da manhã. Ao que a governanta o adverte: “– Bem, senhor Holmes, na verdade, isso que o senhor chama de mancha amarela é um broche de ouro, que pertenceu à minha mãe. Mas o engraçado é que realmente comi uma omelete hoje cedo.”. E o detetive completa: “– É evidente. Minhas deduções estão sempre certas. O seu broche é que está errado. Pode ir.” (SOARES, 2006, p. 32). Diferentemente do que acontece em *Um estudo em vermelho*, quando Watson e Holmes se conhecem: “– Dr. Watson, Sherlock Holmes. – Stamford nos apresentou. – Como está? – ele perguntou, cordialmente, [...]. Percebo que esteve no Afeganistão.” (DOYLE, 2008, p. 16). Mais adiante, o doutor Watson mostra-se intrigado com a figura de Holmes:

– Espere um pouco – perguntei repentinamente, parando e voltando-me para Stamford –, como ele soube que eu estive no Afeganistão?

Ele sorriu de modo enigmático.

– Essa é uma característica de Holmes. Muitas pessoas já quiseram saber como ele descobre as coisas.

– Ah! É um segredo então? – Exclamei, esfregando as mãos. – Muito interessante. Agradeço por ter nos apresentado. Você sabe: ‘Para conhecer a humanidade, estude o homem’.

- Estude Sherlock Holmes, então – disse Stamford, enquanto se despedia. – Você terá nele uma matéria bastante complicada. E aposto que ele aprenderá mais sobre você do que o contrário. Até logo.
- Até logo – respondi e entrei no hotel, bastante interessado em meu novo conhecido. (DOYLE, 2008, p. 21-22).

O contraste entre as características originais do Sherlock Holmes de Conan Doyle e o de Jô Soares revelam a inversão de algo já consagrado na literatura policial que é o caráter infalível do detetive, como é possível perceber em outras passagens do romance.

A composição das personagens revela uma leitura do autor sobre personalidades da época, como Olavo Bilac, perseguido pela censura, Sarah Bernhardt, que arrastava multidões por onde passava e que, para os padrões da época, era uma celebridade quase à maneira como conhecemos hoje. Chamam a atenção também as descrições – em sua maioria em tom jocoso – de Dom Pedro II. O monarca, muito ilustrado pela imprensa no século XIX, foi assim retratado no romance, em passagens nas quais os personagens dirigiam-se ao imperador em tom de brincadeira, como, por exemplo, quando Pedro II surpreende-se com uma dedução de Sherlock Holmes e é advertido por Watson: “– Elementar, meu caro Pedro...” (SOARES, 2006, p. 329).

Dom Pedro II, sabidamente caricaturizado na imprensa do século XIX, foi também satirizado por Jô Soares em seu romance. Quando foi à casa da baronesa de Avaré, o imperador, ao perguntar por notícias sobre roubo do violino a Maria Luísa, alheia ao que estava acontecendo, depara-se com a seguinte situação:

- D. Pedro entrou na biblioteca ainda abatido pelo encontro com a imperatriz. Maria Luísa fez uma reverência exagerada. O imperador detestava esses deboches:
- Já sei, já sei... Chega, Maria Luísa. Não é hora para brincadeiras. Você já leu os jornais?
 - Claro, achei divertidíssima a caricatura sua que o Agostini publicou na *Ilustrada*. A barba talvez esteja um pouco longa.
 - Não é disso que estou falando. Refiro-me à nota que Múcio Prado publicou sobre o violino roubado.
 - O violino? Para mim são águas passadas. Já me amofinei o bastante por causa deste furto. Afinal, vão-se os anéis, ficam os dedos...
- D. Pedro sempre se surpreendia com a capacidade que a baronesa tinha de mudar de humores. O Stradivarius não passava de um brinquedo. Um brinquedo caro, nada mais. Também, era fácil pensar só nos dedos quando os anéis tinham sido ganhos (SOARES, 2006, p. 44-45).

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, em *As barbas do imperador*, as caricaturas do imperador

[...] descreviam um “Pedro Banana”, um “Pedro Caju”; resultado sobretudo da indiferença com que o monarca encarava os negócios de Estado, ou da atitude oscilante que começava a ostentar publicamente. Desde os anos 50 a imprensa gozava no Brasil de grande liberdade, e é por isso mesmo que o próprio imperador era um dos alvos mais constantes de ataques e desenhos satíricos. [...] Entre eles destacam-se [...] *A Semana Ilustrada* e *O Mosquito*, e outros mais recentes, como *O Mequetrefe*, *O Fígaro* e a *Revista Ilustrada*. (SCHWARCZ, 2006, p. 416).

O escritor manipula duas figuras que ultrapassam os limites da ficção e da história para escrever o romance. Uma delas é o próprio Sherlock Holmes, que alguns acreditam ter existido, e o mítico assassino Jack, o Estripador. Este último, cujo paradeiro é desconhecido e cujas histórias fazem parte do imaginário popular, teve a versão da origem de seus crimes contada de maneira inovadora por Jô Soares. É possível pensar na figura do detetive inglês composto para *O Xangô de Baker Street* como um resultado de assimilação do herói marioandradiano, Macunaíma, no que diz respeito a uma revisão da malandragem na literatura (ROCHA e BETELLA, 2011, p. 160-166).

Não podemos deixar de observar que o romance de maior sucesso de Jô Soares contribui para uma revisão do gênero policial e do romance histórico. Na trama brasileira, o personagem do detetive inglês contraria algumas regras do gênero tradicional que prima pela investigação de crimes, pois esse Holmes revisado e passado a limpo vai aos poucos deixando a racionalidade de lado para assumir determinados comportamentos e hábitos tropicais, entre os quais o figurino mais leve, o aperitivo, a amante. Comportamentos esses que não são encontrados nas histórias originais de Sherlock Holmes e que fogem ao estilo do romance policial. Recompondo a figura do detetive, o autor demonstra o valor da assimilação da influência da personagem inglesa, porém responde adequadamente com o resultado da recepção. Manipular duas figuras como Sherlock Holmes, exemplo maior de detetive na literatura, e Jack, o Estripador, símbolo máximo de assassino serial (e provavelmente o mais bem-sucedido, tanto no que diz respeito ao mistério que oculta sua origem e identidade quanto à publicidade da imprensa) em uma mesma história confere uma versão e uma visão originais sobre a trajetória desses dois personagens, indiscutivelmente tributários da indústria cultural.

Há, portanto, duas espirais desenvolvidas de modo a pensar as questões suscitadas pelo romance: a primeira, que poderia ser como uma escada de descida, diz respeito à composição da trama e das personagens, ou seja, à ficção propriamente dita, mantendo em cada degrau uma referência literária ou histórica acondicionada de maneira calculada, surpreendendo o leitor com a precisão das coincidências e com o desempenho do fluxo da fábula. Já a segunda espiral, como uma escada de subida, tem como estrutura imediata a volta ao passado como contexto da ficção, no entanto a visão de fundo (que inclui a primeira espiral) possibilita a compreensão de um processo social e histórico, capaz de revelar os problemas do presente.

Presença da Indústria Cultural na literatura contemporânea

Atualmente, a imposição do mercado sobre a obra de arte faz com que seus produtos estejam atrelados ao caráter comercial e de produção em grande escala, o que não é regra. Além do entretenimento da produção massificada, é possível obter conhecimento com a leitura de um *best-seller*. Na visão de Walnice Galvão,

O leitor de *best-seller* sabe que pode esperar duas coisas. A primeira é uma área do saber bem explorada, através de enciclopédias, dicionários e manuais. O objetivo é dar-lhe o simulacro da ampliação do conhecimento, pois na cultura do *time is money*, não pode haver ócio, um íterim em que não estejamos fazendo uma aquisição. (GALVÃO, 2005, p. 46).

O conceito de Indústria Cultural foi desenvolvido a partir do pensamento dos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer que, fugindo da guerra, depararam-se com o conturbado momento sociopolítico pelo qual os Estados Unidos passavam. Para criticar a produção massificada da música (sobretudo o jazz), do cinema e do rádio ambos escreveram o ensaio “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, na década de 1940.

O domínio da indústria cultural sobre as artes deve-se ao avanço tecnológico – da televisão à internet. Se pensarmos no caso de Jô Soares, veremos que o autor utiliza como meio de divulgação de seus romances o seu *Programa do Jô*, além do trabalho feito pela editora que o acompanha desde 1995, a Companhia das Letras, que organiza sessões de autógrafos, como quando o autor lançou seu *Assassinatos na Academia Brasileira de Letras* na própria instituição, em 2005. Ou, ainda, no lançamento de *As*

esganadas, que recebeu especial atenção de vários programas de televisão e foi assunto em diversos jornais impressos e digitais.

Em nosso caso, podemos observar, a partir da leitura de *O Xangô de Baker Street*, que o leitor encontra no romance um retrato do Rio de Janeiro do século XIX, no qual pode ampliar seu conhecimento sobre parte do Segundo Império, junto com a descrição de hábitos e peculiaridades de personalidades da época. Percebe-se que, ao instigar o receptor em seus conhecimentos sobre o passado histórico, político e social, a ficção oferece informações como uma espécie de desafio à completude (provocado, especialmente, pela utilização da ironia e das inserções e misturas de personagens e situações imaginadas e reais na trama) e, portanto, estamos diante de um romance no qual nem tudo é somente entretenimento, ainda que este compareça através de figuras carismáticas cuja popularidade foi alcançada através de formas culturais selecionadas e interpretadas pelos meios de comunicação.

Nesses tempos de indústria cultural, a interferência na literatura é perceptível. Não contamos mais com escritores como, por exemplo, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, cujo empreendimento criador passava pelo impulso de estabelecer uma literatura que representasse o país e, por outro lado, não se manifestavam a multiplicidade, a rapidez e a simultaneidade de informações. É preciso considerar que, devido ao avanço tecnológico, a produção literária sofreu alterações. Estamos em uma época na qual é cada vez mais difícil incentivar o exercício da leitura e, neste ponto, boa parte da literatura de massa pode ser vista com bons olhos, uma vez que os autores cumprem um papel social na formação de leitores. Hoje em dia, ao ato de ler volta-se para escritos minimalistas e, muitas vezes, minimamente elaborados, como, por exemplo, microtextos escritos em *Twitter*.

Atualmente, a ordem é ser lido, ainda que, para isso, seja preciso vender alguns milhares de exemplares; os escritores de hoje precisam vender seus livros e para isso contam com o auxílio da internet e de feiras literárias. Além disso, os prêmios financeiros que os escritores podem receber são atraentes e possibilitam dedicação exclusiva à carreira literária.

Com as facilidades de divulgação, o leitor tem mais opções e, conhecendo a produção clássica e a menos valorizada literatura contemporânea, pode comparar e compor suas afinidades literárias. As críticas ao que é produzido recentemente reforçam a qualidade das obras canônicas da literatura brasileira, como de fato são, porém afastam o leitor que ainda não tem intimidade com grandes nomes da nossa literatura.

Ao mencionar a distância que separa certos grupos da literatura erudita, Antonio Candido considera a absorção dos mesmos pelos meios de comunicação de massa, e conclui que não só a alfabetização inclui esses leitores entre os homens cultos, pois o resultado dessa inserção sofre a “interferência maciça do que se poderia chamar o *know-how* cultural e dos próprios materiais já elaborados de cultura massificada, provenientes dos países desenvolvidos” que difundem seus valores, porém em alguns casos reorientam as opiniões de acordo com interesses políticos (CANDIDO, 2006, p. 175). Assim,

[...] numa civilização massificada, onde predominem os meios não literários, paraliterários ou subliterários [...], tais públicos restritos e diferenciados tendem a se uniformizar até o ponto de se confundirem com a massa, que recebe a influência em escala imensa. E, o que é mais, por meio de veículos onde o elemento estético se reduz ao mínimo, podendo confundir-se de maneira indiscernível com desígnios éticos ou políticos [...]. (CANDIDO, 2006, p. 175-176).

Pensando em *O Xangô de Baker Street*, devemos considerar a inventividade de Jô Soares ao dar uma nova roupagem (talvez esta seja uma definição literal para a criação da personagem) a Sherlock Holmes e, além disso, levar em conta a reflexão que essa personagem fictícia provoca no leitor. Neste aspecto, Edu Teruki Otsuka nos diz que

[...] o uso de recursos tomados de empréstimo a outros meios ou à literatura de massa não constitui, por si só, critério seguro para o julgamento da obra. Seria, portanto mais apropriado tentar observar o rendimento literário dos procedimentos em obras específicas. O modo como cada escritor trabalha seus materiais em cada obra particular é que seria decisivo, e não o simples fato de usar ou não elementos explorados pela indústria cultural. (OTSUKA, 2001, p. 54).

Assim, é importante considerar o produto final, a obra em si e o que ela tem a nos dizer. Uma leitura atenta de *O Xangô de Baker Street* revela que, embutida na figura do infalível detetive está a visão crítica do humorista e escritor sobre certas coisas (do âmbito social, especialmente) que estavam – e ainda continuam – fora de seus devidos lugares.

É possível dizer que a forma escolhida por Jô Soares responde aos anseios literários de seu tempo, que precisa lidar com uma tradição nacional de assimilação de literaturas estrangeiras e também com as técnicas aperfeiçoadas pela nossa literatura na constituição de uma forma de arte autônoma feita por brasileiros para brasileiros, para

utilizar uma expressão de Antonio Candido. Nessa tarefa, o romance se posiciona num determinado posto da prosa de ficção brasileira contemporânea com vigor de continuidade dos modos de representação formados desde o final do século XX. A empreitada resultou na obra promotora das releituras de um tempo (literário e histórico), de um gênero, de uma tradição literária, de personagens (literários e históricos) consagrados, de uma trama famosa, de um método de escrita. Embora não representem a condição individual e social de seu tempo, marcada pelo isolamento e alienação (ao contrário disso, o romance de Jô Soares prima pelo esforço de aclimação, tanto no âmbito da trama quanto da fábula), tais leituras revelam a experiência de nosso tempo, seja através das transformações que põem em evidência, seja devido aos elos mantidos com a indústria cultural, consolidada no Brasil pelo menos desde a década de 1970.

Conforme observa Otsuka,

A modernização social e a autonomização da esfera literária não ocorreram aqui da mesma maneira como na Europa. Assim, por exemplo, a oposição entre arte alta, de elite, e arte baixa, de massa, tendo por base o desenvolvimento da cultura de massa, é complicada pela consolidação tardia da indústria cultural e pela sobrevivência da cultura genuinamente popular, de origem pré-capitalista, produzida pelo próprio povo. (OTSUKA, 2001, p. 52).

O que talvez seja inadmissível é permitir que uma expressão literária passe “da segregação aristocrática da era das oligarquias para a manipulação dirigida das massas, na era da propaganda e do imperialismo total” (CANDIDO, 2006, p. 176). Tais condições são apenas mais fatores de complicação para a utilização de teorias que tentam explicar os fenômenos relativos à indústria cultural na literatura brasileira contemporânea, embora o estudo desse período praticamente obrigue a pensar na sociedade de consumo, na cultura massificada, no entretenimento. É necessário discutir os fatores socioeconômicos envolvidos no que tanto pode ser consumo indevido quanto democratização da leitura. Cabe também avaliar os interesses envolvidos na produção que representa a indústria cultural brasileira (da qual *O Xangô de Baker Street* seria um baluarte), pois há que se considerar as regras de mercado e as intenções do autor em formar seus leitores inovando artisticamente, duas instâncias de complicada convivência.

Jô Soares: o Umberto Eco brasileiro?

A comparação entre Jô Soares e Umberto Eco, evidentemente guardadas as proporções, é pertinente, sobretudo pelo estilo de ambos os autores, pelo gosto em ficcionalizar a História e também pelas altas vendas de seus romances. O italiano, professor aposentado da Universidade de Bolonha, começou a fazer sucesso como escritor com *O nome da rosa* (1980) e lançou recentemente *O Cemitério de Praga* (2011); Jô Soares, famoso por seus programas humorísticos e nas últimas décadas por seu programa de entrevistas, adquiriu fama através da televisão e pela proposta de criticar o momento pelo qual o Brasil passava, sobretudo na década de 1980 através do humor. Jô Soares consegue fazer aqui no Brasil algo semelhante ao que fazem Umberto Eco na Itália e James Ellroy nos Estados Unidos, por exemplo.

Acompanhando uma espécie de tradição, a literatura brasileira ainda mantém suas fontes de influência em modelos estrangeiros. Antonio Candido, em “Literatura e subdesenvolvimento” sintetiza a dependência cultural na América Latina da seguinte maneira:

As nossas literaturas latino-americanas, como também as da América do Norte, são basicamente galhos das metropolitanas. E se afastarmos os melindres do orgulho nacional, veremos que, apesar da autonomia que foram adquirindo em relação a estas, ainda são em parte, reflexas. No caso dos países de fala espanhola e portuguesa, o processo de autonomia constitui, numa boa parte, em transferir a dependência, de modo que outras literaturas europeias não metropolitanas, sobretudo a francesa, foram se tornando modelo a partir do século XIX, o que aliás ocorreu também nas antigas metrópoles, intensamente afrancesadas. Atualmente é preciso levar em conta a literatura norte-americana, que constitui um novo foco de atração. Esta é a que se poderia chamar de influência inevitável, sociologicamente vinculada à nossa dependência, desde a própria colonização e do transplante por vezes brutalmente forçado das culturas. (CANDIDO, 2006, p. 182).

Evidentemente, o processo ao qual se refere Antonio Candido é bastante amplo e relativo à historiografia literária. Contudo, é possível visualizar as marcas da trajetória, especialmente na última fase apontada pelo crítico, na literatura contemporânea. Acrescentamos que a mídia, o poder do *best-seller*, a divulgação de seus números e os fenômenos interartes (como as adaptações de obras literárias para o audiovisual, seja cinema ou televisão) acrescentaram imensa contribuição para as “influências inevitáveis”, ao mesmo tempo em que se justificam. Assim, se o romance tem sucesso de venda normalmente a vendagem “pede” uma adaptação que, posteriormente, poderá contribuir para novos leitores se interessarem pelo livro e pelo autor.

No contexto brasileiro, Jô Soares é normalmente considerado um intelectual, ou ao menos um exemplo de personalidade inteligente da televisão. De qualquer forma, está há muito tempo integrado na área das artes e da cultura, especialmente pelo apego a essas esferas manifestado pelo escritor que, não obstante as polêmicas sobre seu exibicionismo e capacidade de falar mais que seus entrevistados em seu *talk-show*, não esconde a satisfação com a empatia que exerce sobre o público, graças à versatilidade mantida durante pelo menos cinquenta anos de veículos de mídia. As boas relações com estes últimos, as afinidades com diversas áreas da cultura e o diálogo com elas proporcionaram uma organização tremenda para a atuação como escritor. De redator de programas de humor e dramaturgo a autor de romances carregados de pesquisa como *O Xangô de Baker Street*, o percurso a se considerar sofreu uma gama variada de influências sobre os procedimentos literários e conteúdos, com pouca intervenção acadêmica.

A propósito, de um modo geral os estudos acadêmicos mostraram receio com a obra literária de Jô Soares justificando-se com os temas preferidos do escritor, ligados à recriação da história cultural e política através da trama policial e do arcabouço intertextual. Assim, temas que se repetem, notoriamente influenciados pelas práticas da literatura de massa estrangeiras, a representação falseada de um universo brasileiro, com pouca análise social e muitos estereótipos teriam afastado a pesquisa acadêmica, que pouco se deteve sobre os fenômenos envolvidos na construção de um escritor de *best-seller* brasileiro. Os fatos ligados a esta condição são inúmeros, e sem dúvida passam pela transformação envolvendo a propaganda, porém é preciso destacar a criação de um universo para o qual o público brasileiro estava preparado quando *O Xangô de Baker Street* é publicado. Mais que conhecedor de Arthur Conan Doyle, o leitor em potencial conhecia o Jô e os enredos policiais, o que facilitou a penetração de todos os elementos importados (um violino, um personagem literário e um assassino inglês etc.) e da releitura de um período significativo atravessado pela cidade mais famosa do Brasil. Com esse efeito, aliado à forma de construção do romance, as academias não poderiam ter outra reação, de acordo com o costume de não se debruçar sobre variações de prestígio e fenômenos de popularidade.

Na Itália, o octogenário Umberto Eco pode hoje em dia afirmar que conseguiu demonstrar a possibilidade da convivência entre erudição acadêmica e literatura de entretenimento capaz de levar o leitor à reflexão sobre os êxitos e desastres humanos. Na verdade, o escritor italiano é o resultado de dois profissionais diferentes: o professor

de semiótica da Universidade de Bolonha formado em filosofia medieval e literatura na Universidade de Turim com muitos títulos *honoris causa* e o romancista de sucesso, cujo primeiro livro vendeu mais de nove milhões de cópias até hoje. Na carreira do jovem Eco também há jornalismo e mídia: uma passagem pela emissora de televisão RAI e a editoria de prestigiada casa milanesa. Nos últimos anos, foi crítico contumaz dos procedimentos do então primeiro ministro Silvio Berlusconi através de artigos na imprensa. Contudo, seus ensaios e colunas sobre cultura de massa, semiótica, estética e crítica literária parecem unir a destreza de prosador à erudição do acadêmico. Prova disso é uma de suas formulações mais conhecidas, a noção de “obra aberta”, segundo a qual os textos literários formam campos de sentido que, por sua vez, permitem diversas possibilidades de interpretação.

Quando escreveu *O nome da rosa* (assim como Jô Soares, Umberto Eco também se tornou um escritor de ficção na idade madura), o ficcionista utilizou estudos, esquemas de personagens, imagens e uma infinidade de informações históricas medievais para compor um dos enredos mais famosos da literatura contemporânea. Não se esqueceu de dialogar com referências literárias do século XX, como Jorge Luis Borges (símbolo da “angústia da influência” para Eco) e o protagonista de Conan Doyle. Nada mais lógico que o escritor italiano declare que escreve sobre livros. Não por acaso, trinta anos depois da primeira experiência, Eco publica *O cemitério de Praga*, que segue o modelo dos folhetins de Alexandre Dumas e Eugène Sue. A trama, localizada no século XIX, enfoca um inventado falsário preconceituoso que convive com personalidades reais, e vem ilustrada à maneira dos folhetins, deixando transparecer o gosto popular da época. Anos depois de formular em *Apocalípticos e integrados* (1964) a possibilidade de relação dialética, ativa e consciente entre arte e condicionamentos da indústria cultural, com a possibilidade de veiculação de valores culturais, Umberto Eco reúne extração histórica, textos polêmicos (*Os protocolos dos sábios de Sião*), mistério, formas híbridas de narrativa (o trecho é o diário do protagonista), entre outros intertextos, com disposição para provar novas concepções “integradas”.

Com Jô Soares, a mistura de romance histórico e policial foi revitalizada no Brasil. Sátira social, romance de costumes, cenas de humor e trama detetivesca são as tônicas que permanecem, guardadas as variações de trama e intertextos, em toda a obra do escritor. Contudo, a imagem reforçada pela presença constante na televisão ressalta o prestígio do ícone e influencia o leitor, o que pode ser benéfico ou não para os

resultados da leitura, que pode levar a uma reflexão sobre as matrizes da ficção e sua composição. A título de comentário, vale lembrar que Jô Soares ainda representa uma das personalidades autorais importantes em sua editora paulistana. Um bom exemplo disso está na ocasião da divulgação de *As esganadas* (2011), quando a editora organizou sessões de autógrafos e divulgou amplamente o romance em seu *website*. O próprio editor publicou em seu *blog* um artigo ressaltando a alta vendagem do romance de Jô Soares ao lado dos números da biografia de Steve Jobs⁵. Não é necessário comentar que o apelo comercial não sabe utilizar a dialética entre literatura de massas e valores culturais.

Conclusão

A literatura produzida nas últimas décadas no Brasil está intimamente ligada aos meios de comunicação em massa e isso muitas vezes afasta o leitor de determinadas obras justamente por causa das avaliações feitas pela crítica e que tendem a ser superficiais, uma vez que o gênero policial é uma realidade ainda muito revisitada fora do Brasil e, aqui mesmo temos o patriarca desse tipo de escrita, Rubem Fonseca, muito influente sobre os autores que partilham desse estilo, inclusive o próprio Jô Soares que confessa a presença de Fonseca em seus romances, sobretudo em *O Xangô de Baker Street*⁶.

Apesar de o que chamamos de literatura brasileira contemporânea ainda ser um pouco confusa, devido em muito ao conceito de pós-modernidade – que dificulta e torna imprecisa a classificação de gêneros e autores, temos em José Paulo Paes e em seu ensaio “Por uma literatura brasileira de entretenimento (ou: O mordomo não é o único culpado)”, uma visão otimista e sensata sobre literatura de massa. Paes retoma o pensamento de Umberto Eco, no qual é preciso diferenciar “cultura de entretenimento” de “cultura de proposta”. A primeira daria menor importância à originalidade, enquanto a segunda representaria uma visão de mundo singular e inconfundível e estimularia a faculdade crítica. Acreditamos que o conceito de cultura de proposta é melhor aplicável no caso de *O Xangô de Baker Street*, uma vez que o romance conjuga críticas aos costumes do século XIX que se refletem nos hábitos atuais e a releitura de personagens

⁵ V. *Jô e Jobs*. Disponível em: <http://www.blogdacompanhia.com.br/2011/12/jo-e-jobs/>

⁶ V. Espaço Aberto Literatura – entrevista com Jô Soares. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Afev8CYOOMw>.

consagrados da história – tudo isso organizado sob a ótica de humorista, atividade diretamente ligada a Jô Soares.

José Paulo Paes fala ainda em “miopia” da crítica para questões que fujam ao quadro da literatura erudita. Por esse motivo, seria preciso fazer um levantamento da literatura de entretenimento para tirar conclusões mais precisas. Essa miopia ou visão distorcida talvez seja uma tentativa de tirar de cena escritores e seus livros, porém não é possível ignorar que os altos números de vendagem atingem igualmente uma massa de leitores e isso não deve ser ignorado em um país que a leitura ainda é para poucos. Paes encerra seu pensamento com a ideia de que “nenhuma cultura realmente integrada pode se dispensar de ter, ao lado de uma vigorosa literatura de proposta, uma não menos vigorosa literatura de entretenimento.” (PAES, 2001, p. 37).

O romance policial parece ser um ótimo “funcionário” da indústria cultural à medida que os crimes chamam muito a atenção do grande público, devido em muito à ampla divulgação nas mídias falada e escrita. Os crimes na literatura são reflexo da violência do cotidiano e, relatados em forma de romance, são muito mais rentáveis.

A teoria de Adorno e Horkheimer dos anos 1940 suscitou estudos críticos sobre a nova maneira de produzir e de veicular cultura; é preciso considerar o contexto histórico de ambos os pensadores e tentar imaginar o quão impressionante era o início da cultura de massa nos Estados Unidos, que viria a se espalhar pelo mundo, configurando o que conhecemos por globalização. É possível perceber nos escritos recentes uma visão menos contundente às artimanhas da indústria cultural. Cada estudo sobre essa realidade à qual a obra de arte em vários sentidos não escapa é uma constatação da importância do pensamento dos filósofos alemães e uma atualização da configuração que a indústria cultural adquire com o passar do tempo. Tomando o contexto brasileiro, temos os estudos de Edu Otsuka, Walnice Galvão, Fabio Durão e Waldenyr Caldas, para citar alguns nomes que se dispõem a repensar o conceito formulado por Adorno e Horkheimer e como ele se aplica atualmente por aqui.

Podemos concluir que o romance policial seja capaz de suprir, além da necessidade de ficção, a necessidade de histórias fictícias sobre crimes com as quais o brasileiro está cada vez mais acostumado, seja na forma de notícia de jornal, de reportagem de televisão ou de romance policial. Basta pensar na visibilidade cada vez maior que júris sobre crimes de mobilização e comoção nacionais têm, dando ao julgamento ares de “microssérie” transmitida pela televisão.

Além disso, o romance policial contemporâneo revisita a história do Brasil e, ainda que de maneira ingênua, toca em problemas que não foram resolvidos séculos atrás. Outra tendência é revisitar personagens da história da literatura brasileira, como, por exemplo, Leonardo, de *Memória de um Sargento de Milícias* e Capitu, de *Dom Casmurro*, nos romances contemporâneos *Era no tempo do rei* (2007) e *Capitu: memórias póstumas* (1998), de Ruy Castro e Domício Proença Filho, respectivamente. É uma maneira de reverenciar personagens e escritores canônicos que, na escrita de tais autores, ganham nova leitura.

Referências

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1985. p. 113-156.
- AGUIAR, Flávio Wolf de. *O Xangô de Baker Street*, de Jô Soares. *Teoria e debate*. Volume 1, número 31. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/resenhas-o-xango-de-baker-street-de-jo-soar>>. Acesso em: 1 maio 2012.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: _____. *Textos de intervenção*. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002. p. 77-92.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 169-196.
- _____. O escritor e o público. In: _____. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 83-98.
- DOYLE, Arthur Conan. *Um estudo em vermelho*. Tradução de Antonio Carlos Vilela. São Paulo: Melhoramentos, 2008.
- DURÃO, Fábio; ZUIN, Antonio; VAZ, Alexandre (orgs.). *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ESPAÇO Aberto Literatura – entrevista com Jô Soares. *You Tube*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Afev8CYOOMw>>. Acesso em: 1 maio 2012.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *As musas sob assédio*: literatura e indústria cultural no Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- LAJOLO, Marisa. *Como e por que ler o romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- OTSUKA, Edu Teruki. *Marcas da catástrofe*: experiência urbana e indústria cultural em Rubem Fonseca, João Gilberto Noll e Chico Buarque. São Paulo: Nankin Editorial, 2001.
- PAES, José Paulo. Por uma literatura brasileira de entretenimento (ou: O mordomo não é o único culpado). In: _____. *A aventura literária*: ensaios sobre ficção e ficções. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 25-38.
- PELLEGRINI, Tânia. Claro enigma: a narrativa policial brasileira e a violência urbana. In: _____. *Despropósitos*: estudos de ficção brasileira contemporânea. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2008. p. 137-175.
- RETRATOS da leitura no Brasil. *Instituto Pró-Livro* 2008. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf>>. Acesso em 1 maio 2012.

ROCHA, Renato Oliveira; BETELLA, Gabriela Kvacek. A dialética da malandragem revisitada em *O Xangô de Baker Street*. In: REVELL – Revista de Estudos Literários da UEMS. v. 1, nº. 2. Agosto 2011. pp. 160-166. Disponível em: <<http://www.uems.br/eventos/revell/index.php?p=N%FAMeros/volumes>>. Acesso em 1 maio 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOARES, Jô. *O Xangô de Baker Street*. 1. ed. 1995. São Paulo: Companhia das Letras, 37^a. reimpressão, 2006.

LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA E PODER

Patrícia Adriana Silva Freire¹

(UNEB)

291

RESUMO

Considerando que a valorização da criança como ser pensante, autônomo, é algo recente; dar voz e importância às crianças foi um processo longo, que perpassou questões sociais, econômicas e históricas. A questão central desta pesquisa é saber como esse processo de deslocamento e reinvenção da imagem que se faz da criança é representado no romance *De olho nas penas*, de Ana Maria Machado a partir do estudo sistemático da personagem Miguel, um menino de oito anos, levando em conta o desmantelo que a ditadura militar brasileira e chilena causou na referida personagem no que se refere ao sentimento identitário pessoal e nacionalista. Para tanto, ancoraremos em autores que versam sobre o conceito de identidade na contemporaneidade e como se opera a formação dessa identidade a partir da relação do “eu” e a sociedade.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Sociedade. Criança. Identidade. Ditadura Militar.

Abstract

Considering the recovery of the child as a thinking being, as it is something recent, and important to give voice to children was a long process, which pervaded social, economic and historical. The central question of our research is how this process of displacement and reinvention of the image that makes the child depicted in the novel “Eye in feathers”, Ana Maria Machado, the systematic study of the character Michael, a boy of eight years, taking into account the disrepair that the Brazilian and Chilean military dictatorship that caused the character in relation to personal identity and nationalist sentiment. To this end, anchor on authors who deal with the concept of identity in contemporary society and how it operates the formation of this identity from the relation of "self" and society.

Key-Words: Brazilian Literature. Society. Child. Identity. Military dictatorship

O objeto desta pesquisa, o livro *De olho nas penas* da escritora Ana Maria Machado, narra a história de Miguel, um menino de apenas oito anos de idade. Depois

¹ Pós-Graduada em Literatura Brasileira: Formação do Cânone e Contrapontos Críticos da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XX, Brasil, Brumado-BA. E-mail: patyjubileu@hotmail.com; <http://lattes.cnpq.br/8422468392849098>.

de ter vivido em vários países, acompanhando sua família militante de esquerda na fuga do regime militar da década de 1970, Miguel retorna ao Brasil e se vê ainda mais perdido consigo próprio por não saber qual sua nacionalidade. Diante disso, o menino enfrenta uma crise de identidade, devido à sua vivência no período da ditadura militar brasileira e chilena, sendo afetado pela repressão, pela violência e, principalmente, pelo exílio. Numa visita à casa da avó, Miguel, através de um sonho, envereda numa fantástica viagem, permeada de muita simbologia, na qual busca e encontra sua identidade pessoal, cultural e nacional.

Escolhemos esse tema por ser o livro *De olho nas penas* uma obra ficcional que mantém uma estreita ligação com a realidade, reconstruindo-a simbolicamente através de remissões indiretas a fatos históricos, imaginados e sonhados pelo protagonista. Dessa forma, o que nos levou a optar pela análise desse tema não se deve tão somente ao interesse de analisar o efeito devastador que a ditadura militar causou nas pessoas, mas também e, principalmente, porque pretendemos analisar esse efeito a partir da ótica de uma criança, não uma criança de carne e osso, limitada por sua concretude ontológica, mas por uma criança ficcionalizada, representante da infância vivida nos anos de ferro da América Latina, pós Guerra Fria, na qual contrapunha comunistas e capitalistas, desencadeando no surgimento de vários golpes de Estados, como na Argentina, Chile e Brasil, onde os militares, com governos ditatoriais, “lutavam” para manter a ordem (capitalista).

Considerando que a valorização da criança² como ser pensante, autônomo, é algo recente; dar voz e importância às crianças foi um processo longo, que perpassou questões sociais, econômicas e históricas. Esse processo foi sentido também na arte, uma vez que inevitavelmente há/havia um elo com a conjuntura histórica em que a criança estava inserida, tendo a literatura infantil representado por muito tempo a criança como caricatura do adulto, desvalorizada como ser pensante por si só, até chegar ao sentimento de infância que temos na contemporaneidade, na qual a criança tem papel importante dentro da célula familiar. Ao longo dos séculos essa evolução é perceptível nas pinturas, nas esculturas, na forma de suas vestimentas, nos livros, etc.

² Vale ressaltar que a valoração destinada à criança aqui restringiu por muito tempo aos meninos; as meninas continuaram a margem da evolução do sentimento pela infância, permanecendo caricaturas das mulheres adultas.

Assim, o nosso estudo se justifica pelo fato de que, por meio dele, procuramos compreender como se deu o processo de evolução do sentimento pela infância dentro da Arte/Literatura, bem como a representação de seus sentimentos pessoais e sociais, o que pode viabilizar uma percepção de como trabalhar com o texto literário para que ele, por si, provoque o gosto pela leitura entre crianças.

Com a certeza de que encontraria um bom material de questionamento aos cânones, característica comum na obra de Ana Maria Machado³, este trabalho é um pequeno mergulho em uma produção literária importante para a formação, para o despertar do senso crítico em muitos leitores. As histórias da autora são delicadas e conduzem suavemente a universos que a mesma foi buscar no mundo da tradição oral e também na história. Tencionamos com isso, identificar as estratégias usadas pela escritora para atrair e seduzir os leitores mirins e, ao mesmo tempo, os mecanismos que os impeça de construir barreiras para o ato de ler.

A arte, de forma geral, responde às necessidades de uma dada época, de uma dada cultura. De igual forma, a representação da criança dentro arte reflete o contexto de cada época, bem como os sentimentos destinados a elas, segundo a vivência do artista. Através do estudo gênero “literatura infantil”, notamos que durante a Idade Média, as crianças eram representadas como se fossem adultos em miniatura, tanto nas vestimentas como no ensino do comportamento humano.

Segundo Ariès (1981), as crianças não eram valorizadas, o sentimento em relação a elas era que nada tinham de valor, “eram apenas crianças”. Devido a isso, a mortalidade infantil era muito grande e a despreocupação com tal fato também, sentimento compartilhado até mesmo pelos próprios familiares, demonstrando a não valorização da criança como ser humano: era “como se não tivesse alma” (ARIÈS, 1981, p.61). Ainda conforme Ariès (1981), o descaso em relação às crianças está ligado a questões demográficas: existiam muitas pessoas no mundo, a mortalidade infantil não era encarada como um problema, às vezes era até vista como solução. Assim, a percepção da criança, como ser sem personalidade ou até mesmo despossuída de alma

³ Durante muito tempo a literatura infantil era permeada de fadas, dragões, madrastas, na qual as histórias tinham fundo moralizante e edificante, alternando entre o fantástico e o exemplar. As obras machadianas rompem com essa tradição, engajando na renovação da literatura infantil brasileira, desencadeando numa escrita que renova o temário da literatura infantil, trazendo para este gênero criticidade e originalidade, tendo a criança como o sujeito principal da história.

foi se perpetuando, o que fez com que as crianças fossem representadas, durante muito tempo, pelos artistas, famosos ou não, completamente descaracterizadas, muitas vezes, deformadas.

Somente a partir do século XVII é que começa a surgir uma nova sensibilidade em relação à criança: “foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal” (ARIÈS, 1981, p. 57). Esse fato está ligado a uma cristianização mais profunda dos costumes, haja vista que uma das principais tendências deste século foi a iconografia religiosa, na qual eram representados o menino Jesus e a Sagrada Família. As representações da puerícia de Jesus estavam diretamente relacionadas com o grande movimento de interesse pela infância. Com isso, a família passa a enxergar a criança como ser dotado de uma humanidade específica, carente de certos cuidados, como o de ser vacinada e orientada quanto aos seus hábitos higiênicos.

Todavia, vale ressaltar que a descoberta da infância se deu sem dúvidas no século XIII, ainda que sua evolução poder ser acompanhada, na história da arte e na iconografia, desde os séculos XV e XVI, quando a criança já começa a ser retratada nas obras de arte. “Mas, os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII” (ARIÈS, 1981, p. 65)

O surgimento da literatura infantil ocorreu simultaneamente na França e na Inglaterra, mas foi esta última sua grande difusora. A Inglaterra passou por um processo de transformações econômicas, políticas e sociais, que consolidou a desagregação das formas sociais da Idade Média, adentrando na era da industrialização, do capitalismo e do nascimento e ascensão da burguesia. A classe burguesa teve papel importante na mudança de visão em relação à criança: primeiro por seu sentido de família, no qual a criança ganha espaço, passando a membro efetivo do núcleo familiar; segundo porque a literatura infantil reproduzia o ideário burguês, sem desprender do tradicional e do passado; e, terceiro porque a literatura infantil se consolidou como grande fonte de renda, sendo o seu consumo restrito aos que tinham disponibilidade de tempo e dinheiro para comprá-la.

No que se refere à educação infantil, antes do século XVII, o que existia para educar as crianças eram os manuais de etiquetas. No entanto, a partir deste século surgiu uma literatura pedagógica destinada aos pais e educadores, cujo objetivo era criar

princípios morais e educativos para as crianças. Esses axiomas serviam como recomendações para o bem educar. Assim, foi com os moralistas e educadores que se formou esse sentimento de necessidade de uma instrução na infância, que inspirou toda a educação até o século XX: “O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral⁴.” (ARIÈS, 1981, p. 162). Notemos que esses princípios pedagógicos ainda são muito importantes na contemporaneidade quando se pensa em literatura infantil.

Já na literatura infantil brasileira, a tradição popular serviu de instrumental, bem como o espaço rural foi sua maior temática, mas os escritores se serviam dos acervos europeus, através principalmente das traduções e adaptações, nas quais as histórias também possuíam um fundo moralizante e estavam ligadas ao projeto pedagógico que tinha o objetivo de inculcar nos leitores uma “reprodução passiva de comportamento, atitudes e valores” (LAJOLO e ZILBERMAN, 2006, p.34). Serviam na maioria das vezes como instrumentos de difusão do civismo e patriotismo. Ao estilo europeu, tudo isso era representado em meio a aventuras, ao mundo da fantasia, no intuito de se buscar uma identificação do público leitor, do público jovem.

Dentro do panorama europeu de modernização, e sendo influenciado por ele, o processo de industrialização e modernização da sociedade, a partir do século XX, também favoreceu a literatura infantil no Brasil, uma vez que os pressupostos dessa nova ordem econômica era justamente estimular a produção, circulação e o consumo de bens. A indústria cultural não ficara imune a isso, bem como a própria escola, que nesta época se expandiu consideravelmente. Configurada a partir desse contexto, a produção de livros destinados ao público infantil continuou atrelada ao propósito de idealização da criança, ligada ao projeto imposto pela família, pela escola, pelo Estado, enfim pelo mundo adulto e burguês, do qual a criança devia apreender tudo. Assim, a literatura infantil tinha que se adequar ao modelo imposto por estes seguimentos, causando, desse modo, um adestramento da fantasia e criatividade do artista. No entanto, o segundo

⁴ Essas conquistas não aconteceram de uma só vez, foi um processo longo e gradual. Vale ressaltar novamente que essas conquistas foram apenas para as crianças-homens. A infância das crianças-meninas se manteve inalterada da Idade Média até o século XVII; não tendo as meninas nenhum tipo de educação, mesmo as pertencentes a famílias abastadas, para elas apenas a educação para o lar; as mulheres eram semianalfabetas.

A partir do século XX, sobretudo nas últimas décadas, fatos históricos começaram a permear a literatura infantil brasileira, favorecendo uma maior autonomia da literatura, haja vista que esta passa ganhar maior originalidade em relação à imitação das obras clássicas europeias. A literatura infantil vai se solidificando e vai ganhando mais liberdade em relação ao teor didático e pedagógico. As obras genuinamente brasileiras começam a ganhar espaço dentro da produção cultural brasileira. A partir desse momento, a literatura infantil desponta novos rumos: inicia-se a linha social, adentra à vida real, ao mundo problemático, bem diferente do mundo idealizado e perfeito de antes. Nesse novo contexto, a criança passa a integrar efetivamente a vida social, vida esta cheia de conflitos, problemas, dilemas, uma vez que fazendo parte da sociedade, não mais estava isento a isso, muito pelo contrário, percebia, sentia, vivenciava este mundo, e as histórias infantis passaram a representar isso: “têm-se histórias que internalizam, na personagem infantil, as várias crises do mundo social.” (LAJOLO e ZILBERMAN, 2008, p. 127). Neste sentido, Lajolo e Zilberman proferem que “essa linha social da narrativa infantil brasileira contemporânea tem desdobramentos importantes, que fazem debruçar-se, por exemplo, sobre a perda da identidade infantil.” (LAJOLO e ZILBERMAN, 2008, p. 127). Walter Benjamin, por sua vez, nos diz:

O texto ficcional carrega consigo elementos do real, não só no aspecto social como sentimental e emocional, contudo não se restringe à repetição em si mesma, mas no ato de fingir que concretiza um imaginário que mantém um vínculo com a realidade retomada pelo texto. (BENJAMIN, 1984, p.24)

O estudo do livro *De olhos nas penas* da escritora Ana Maria Machado se deve justamente ao fato de a escritora trazer, a partir da perspectiva de uma criança, a relativização, a flexibilização da identidade pessoal e do sentimento nacionalista causada pela ditadura militar brasileira e também pelas demais ditaduras nas pessoas que as vivenciaram, direta ou indiretamente.

Segundo Bhabha (1998), as ditaduras transformam-se em símbolo da disjuntura e deslocamento identitário na vida daqueles que foram exilados políticos: “como tantos

outros desse tipo, cujas famílias estão fragmentadas na diáspora do exílio, em codinomes, em atividades secretas, pessoas para quem uma casa e laços reais são coisas para os que virão depois” (BHABHA, 1998, p. 35). Essa era a realidade vivida por Miguel, representada no livro *De olhos nas penas*, realidade esta que desencadeou no menino uma crise existencial, pois ele foi obrigado a estar longe de seus familiares, a viver fugindo de país em país, etc., o que ocasionou uma despersonalização do indivíduo, devido ao desconhecimento de sua nacionalidade, de suas origens, das origens de seu país, culminando na não formação de sua identidade pessoal e, conseqüentemente, em sua identidade social e cultural. Ou seja, Miguel internaliza e representa a crise que o mundo viveu nos meandros da ditadura:

Miguel tinha oito anos, dois pais, e uns cinco países pelo menos. Às vezes ele não conseguia muito bem arrumar todos esses números dentro da cabeça. Ou somar, diminuir, multiplicar e dividir isso tudo dentro do coração. E volta e meia pensava no que podia fazer para botar todas essas coisas no lugar. (MACHADO, 1985, p. 09).

A narrativa ficcional aborda fatos históricos através de uma linguagem metafórica, é o caso da narrativa de Miguel, na qual ele vai em busca das respostas para seus questionamentos e angústias. A partir disso, ele faz uma excursão por três lugares, onde estão enraizadas as origens dos povos da América Latina, do povo brasileiro; três lugares distintos, mas que se aproximam pelo contexto histórico, pois os nativos desses lugares foram massacrados pelos colonizadores. No primeiro, o menino visita a “Terra dos rios” e conhece a história dos nativos da América Espanhola. No segundo conhece a “Terra das montanhas”, dos nativos da América Portuguesa: “o país dos homens cor de fogo, da gente cor de cobre...”. Já no terceiro, Miguel se aventura na “Terra das savanas”, dos negros africanos: “a terra dos homens cor da noite...”.

Com efeito, o livro *De olho nas penas*, de Ana Maria Machado vem demonstrar um novo limiar, no qual os livros destinados às crianças podem/devem ser críticos, desmistificador da história oficial. E, sendo assim, a literatura-infantil desvincula-se do compromisso com valores pedagógicos, autoritários e maniqueístas.

A esse respeito Lajolo e Zilberman (2008) postulam:

A criação artística, nesse sentido, assume papel preponderante, porque, operando a partir das sugestões fornecidas pela fantasia socializa formas que permitem a compreensão dos problemas; logo, configura-se também como ponto de partida para o conhecimento do real e a adoção de uma atitude libertadora. (LAJOLO e ZILBERMAN, 2008, p. 20).

Nesse sentido, a narrativa em análise comprova que a criança não é um ser apático, passivo, ao contrário, é um ser questionador, a exemplo da personagem Miguel, que busca suas origens e encontra as raízes de seus ancestrais, as raízes de seu país, formada a partir de três elementos, o negro, o branco e o índio. Com isso, através de uma linguagem metafórica, Miguel é levado por seu amigo Quivira, a conhecer as histórias de sua gente, as histórias dos índios e dos negros e como ocorreu o processo de colonização, desnudando a história real. A partir disso, Miguel foi construindo sua identidade, pois percebeu que fazia parte daquela gente “dos homens cor de fogo e dos homens cor da noite”

Neste sentido, a identificação com narrativas próximas de sua realidade e com personagens que vivem situações problemáticas, leva o leitor a re-elaborar e refletir sobre o seu papel social e contribui para a afirmação de uma identidade étnica e pessoal. Esse outro que se expressa nas linhas e entrelinhas do texto literário, tecido em papel, tinta e imagens, entram em diálogo com o eu (leitor) de carne e osso, numa troca ímpar entre os limites da ficção e da realidade. Esse olhar crítico, desmistificador do cânone é pouco comum em títulos de literatura infantil, mas as obras machadianas são singulares nesse sentido, uma vez que a autora mescla fantasia e aventuras com a realidade e, com isso, facilita a apropriação do mundo real por aqueles que leem suas obras.

Fica claramente declarada a intencionalidade da autora em fugir ao cânone e revelar enquanto protagonista um menino de oito anos que vivencia as atrocidades cometidas pelos colonizadores em relação aos índios e negros, entendendo-as como representações historicamente situadas e determinadas. Mas, o menino Miguel, numa atitude emancipatória, não fica alheio a esses fatos, ele se compreende como pertencente a eles, os ver como elementos constitutivos de sua identidade e da identidade de seu povo.

Sendo assim, a busca do pequeno Miguel é pelo autoconhecimento, pela compreensão dos valores étnicos e revolucionários, pela aprendizagem. Para tanto, foi

necessário a conscientização e assimilação de sua realidade, da realidade vivida pelos povos dos quais descende, do passado, de suas raízes, representada de forma metafórica no sonho do menino. Ana Maria Machado faz ficção, mas não perde o contato com a realidade, pois sua obra, ao mesmo tempo, em que é altamente simbólica, fantasiosa, cheia de aventuras, é também permeada de uma conjuntura histórica e social, que enriquece os seus livros e o universo de quem se debruça sobre eles.

Destarte, a questão central de nossa pesquisa é identificar como esse processo de deslocamento e reinvenção da imagem que se faz da criança é representado no romance *De olho nas penas*, de Ana Maria Machado. Assim, a pesquisa se desenvolverá mediante estudo sistemático da personagem Miguel do livro *De olho nas penas*, da escritora Ana Maria Machado, levando em conta o desmantelo que a ditadura militar brasileira e chilena causou na referida personagem no que se refere ao sentimento identitário pessoal e nacionalista, bem como as relações sociais e histórias que permeiam a obra. Para alcançar esse objetivo, nos ampararemos em teóricos, como Stuart Hall e Homi K. Bhabha, que versam sobre o conceito de identidade na contemporaneidade e como se opera a formação dessa identidade a partir da relação do “eu” e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a cultura**. Trad. Marcus Vinicius Mazzari. Campinas: Summus, 1984.

BHABHA, K. Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIMA, Luiz Costa. **A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MACHADO, Ana Maria. **De olho nas penas**. 7 ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1985.

ZILBERMAN, Regina. **O papel da literatura na escola**. In: VI Atlântica. N. 14, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

MEMÓRIA E LITERATURA: FUNDAMENTANDO A IDENTIDADE CULTURAL AFRO-BRASILEIRA¹

Anderson de Souza Frasão (UPE)²

*A memória é um cabedal infinito do
qual só registramos um fragmento*
(Ecléa Bosi)

467

Resumo: Este trabalho tece uma análise da narrativa infanto-juvenil afro-brasileira *Histórias da Preta*, de Heloisa pires Lima, tendo como fio condutor a memória e a identidade dos povos afro-brasileiros. Sabendo que a literatura recorre aos fatos históricos para compor seu discurso, demonstramos que a narrativa em questão se utiliza da memória para fundamentar a identidade cultural africana e afro-brasileira. É certo que em *Histórias da Preta* não há uma representação íntegra dos comportamentos, tradições e costumes desses povos, mas, caracterizando uma personagem negra como principal protagonista, conduz a efabulação por caminhos que demonstram conhecimento e respeito à cultura africana e afro-brasileira.

Palavras-chaves: Literatura; narração; memória; identidade cultural; afrodescendentes.

Abstract: This paper presents an analysis of the narrative juvenile african-Brazilian *Histórias da Preta*, of Heloisa Lima saucer, with the thread of memory and identity of people african-Brazilians. Knowing what the literature refers to the historical facts to make his speech, we demonstrated that the narrative in question uses memory to support the cultural identity of Africa and african-Brazilian. Admittedly, in *Histórias da Preta* there is a full representation of the behaviors, traditions and customs of these peoples, but featuring a black character as the main protagonist, leads to efabulação in ways that demonstrate understanding and respect for African culture and african-Brazilian.

Keywords: Literature; narration, memory, cultural identity, african-descent.

¹ Para Silvania Núbia Chagas, Aluísio e Severina Frasão.

² Graduado em Letras (Universidade de Pernambuco, Garanhuns – PE, Brasil); E-mail – andersonfrasao@hotmail.com; Currículo Lattes – <http://lattes.cnpq.br/1738572277015528>

Revista Litteris - Número 10 - Ano 4

O mundo tem passado por grandes transformações e através delas é possível perceber que as identidades culturais são transitórias, pois estão em processos contínuos de identificações.

Passar por transformações nem sempre é um processo bem visto por algumas comunidades tradicionais. Pelo contrário: elas tentam, a duras penas, manter viva a tradição para transmiti-la aos novos membros, a fim de que estes não percam de vista os conhecimentos, valores e princípios que fundamentam a identidade e os configura como sujeitos históricos e culturais. Mas essa não é tarefa fácil de ser realizada, haja vista que fatores diversos dificultam a perpetuação íntegra dessas experiências.

Sabemos que alguns povos africanos – devido ao processo de migração forçado que os obrigou a abandonarem as suas terras – ao longo dos anos têm tentado se manterem fiéis as suas antigas tradições. Na diáspora negra em solo brasileiro muitos desses povos passaram por um processo de *reterritorialização* orientado pela memória. Pretendia-se, com isso, (re)significar a existência e

recompor o tecido cultural africano que se desteceu pelos caminhos, recolher fragmentos, traços, vestígios, acompanhar pegadas na tentativa de reelaborar, de compor uma cultura de exílio refazendo a sua identidade de emigrante nu (EVARISTO, 2010, p. 132).

Destarte, recorrer à memória possibilitou uma aproximação com as origens, recriou muitos mitos, ritos, costumes e hábitos ancestrais africanos. Contar e perpetuar a história possibilitou revivê-la, pois a memória “realiza uma ‘revivência’ dos fatos que são reatualizados pelos rituais, renovando-se e repetindo-se nas suas diferenças expressas em tempos e lugares” (MACHADO, 2006, p. 81).

Tratando-se do discurso literário também é possível verificar que alguns escritores afro-brasileiros recorreram e recorrem à memória a fim de estabelecer uma aproximação com suas origens identitárias e culturais, pois é perceptível nesses discursos a recorrência de temáticas que versam sobre o resgate de alguns mitos africanos, os efeitos da diáspora, o tempo da escravidão, os heróis negros, entre outras. Eduardo de Assis Duarte parece corroborar:

A temática afro-brasileira abarca (...) as tradições culturais ou religiosas transplantadas para o Novo Mundo, destacando a riqueza dos mitos, lendas e de todo um imaginário circunscrito quase sempre à oralidade (2010, p. 123).

Veja-se que a memória age como um elemento conservador de determinadas informações e possibilita ao homem as atualizar para transmiti-las a outrem, pois, de acordo com Pierre Janet, o ato mnemônico é um tipo de *comportamento narrativo* que se caracteriza principalmente pela função social de transmitir a outrem certas informações que não foram vivenciadas (*apud* LE GOFF, 1992).

Por meio da literatura esses escritores estabelecem um diálogo entre o passado e o presente, tendo em vista que, ao sustentar dimensões sociais, o discurso literário acaba funcionando como um lugar onde surgem novas memórias culturais, pois como observa Ecléa Bosi, “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações” (2004, p. 46-47). Ou seja, através do processo de rememoração esses escritores entrecruzam, em suas tessituras, o passado e presente, dando vida a um novo discurso, por assim dizer, um discurso (re)inventado.

Ao fazer uso da memória os escritores afro-brasileiros buscam *reconstituir* a identidade cultural que sofreu esfacelamentos na diáspora e no contexto escravocrata do Brasil, amalgamando recortes e experiências de vidas que permitem uma maior aproximação com a Mãe África.

Nessa perspectiva, destaca-se a tessitura da escritora Heloisa Pires Lima, pois através de seu fazer literário ela parece caracterizar umas das vozes cantam vários aspectos referentes à história e à memória coletiva dos povos africanos e afrodescendentes brasileiros, sob a *finalidade* de (re)significar a identidade cultural afro-brasileira.

O fazer literário dessa escritora parece buscar a representação do ser afro-brasileiro, da sua personalidade individual e coletiva na cultura brasileira. Para tanto recorre à herança africana, pois, conforme salienta Carlos Queiroz,

A história passada e antepassada de cada um comportar-se-ia como lar-abrigo, refúgio do ser nos momentos em que o princípio inerentemente oposto ao do in(divíduo), o da fragmentação do ser, aparece teimosamente com sua vocação dissociativa (2008, p. 366).

Assim, através dessa escritura fundamentada na memória é possível perceber que os sujeitos-leitores afrodescendentes validem seus aspectos identitários e se percebam na história como sujeitos históricos e sociais que são.

A recorrência da memória é um aspecto relevante na estética literária utilizada por Heloisa, principalmente em obras como *Histórias da Preta* (2005) e *A semente que veio da África* (2005).

É certo que a literatura é uma forma de linguagem artística e, como todas as artes, não tem a obrigatoriedade de representar os fatos. Porém, não nos é incógnito que através da verossimilhança ela acaba nos remete a realidade. De modo que, nas especificidades da literatura afro-brasileira, abordam-se frequentemente temas de fundamental importância relativos às identidades culturais dos povos africanos e afro-brasileiros.

As identidades são caracterizadas por um conjunto de elementos culturais conferidos aos grupos humanos. Elas representam um fenômeno que se desenvolve a partir de particularidades específicas da história, cultura, religião dos sujeitos; não são determinadas pelos traços raciais e biológicos.

Para Boaventura de Souza Santos, “as identidades culturais não são rígidas nem muito menos, imutáveis. São resultados transitórios e fugazes de processo de identificação”(1995, p. 119). Mesmo aquelas que aparentemente se apresentam como *sólidas* se sucedem em configurações, pois são todas identificações em curso.

No caso das identidades afro-brasileiras, sabemos que elas existem culturalmente e se comprovam historicamente, mas, é necessário, na perspectiva de James Baldwin, lhes atribuir maior preocupação no que se refere à alienação e perda, dando maior ênfase aos problemas da personalidade (*apud* MUNANGA, 1996, p. 19).

Nesse panorama se insere a tessitura de escritores afro-brasileiros como Heloisa, pois, para eles, na literatura afro-brasileira a questão da identidade cultural e da

memória coletiva funciona como elo que estabelece ligação com as tradições culturais dos seus ancestrais, possibilita, de certo modo, um *retorno às origens*.

A literatura infanto-juvenil afro-brasileira também não se desvencilha dessa busca pela preservação das identidades culturais, da memória e a transmissão de valores culturais – elementos que desempenham um papel significativo na educação das crianças afro-brasileiras e, também, de todas as outras crianças, haja vista que a história e a memória dos povos afro-brasileiros não dizem respeito apenas aos afrodescendentes, mas a toda população brasileira, tendo em vista que somos um país onde se processo a miscigenação e o hibridismo cultural.

Trazendo para suas malhas discursivas essas questões, a literatura infanto-juvenil dialoga com a sociedade colocando

em discussão aspectos ideológicos (políticos, religiosos, etc.), como visão de mundo de uma cultura em interface com as culturas de outros povos que partilham sua língua, como as nações africanas de língua oficial portuguesa, que antes não figuravam na tradição da literatura para crianças, já que os padrões a serem seguidos eram os ditados pelos modelos europeus de cultura (GREGORIN FILHO, 2006, p. 193-194) (Grifos nossos).

Não podemos deixar de levar em consideração que o legado cultural dos povos africanos e afro-brasileiros é um bloco integrante da cultura brasileira e que a literatura não demarca fronteiras entre espaços geográficos, históricos e culturais, nem, tampouco, se restringe a determinados seguimentos sociais. Diante disso, a partilha dos aspectos culturais dos ancestrais a diáspora brasileira, bem como o diálogo as nações africanas de língua portuguesa propiciam, através da literatura, a preservação da identidade cultural do povo brasileiro.

Assim, o exercício da literatura infanto-juvenil afro-brasileira busca desmistificar a visão estereotipada de África, do negro enquanto sujeito passivo à diáspora e aos maus-tratos provenientes da escravidão para que, com a tomada de consciência, possa haver cidadania.

Desconstruir os estereótipos e a perpetuação da história que narra a trajetória dos africanos e afrodescendentes pelo viés eurocêntrico ganha espaço no fazer literário de

Heloisa Pires Lima. Para tanto, ela se vale da memória social desses povos para compor um discurso do ponto de vista dos sujeitos que passaram por todo esse processo, desde a diáspora até a atualidade, no Brasil.

HERANÇAS AFRICANAS: CONTANDO E (RE)CONTANDO HISTÓRIAS

472

*...E conta-me histórias, caso eu acorde,
Para eu tornar a adormecer.
E dá-me sonhos teus para eu brincar.
(Alberto Caeiro)*

Histórias da Preta é um livro infanto-juvenil de Heloisa Pires Lima publicado, primeiramente, em 1998. Ao iniciarmos a sua leitura tomamos contato com a protagonista e narradora que, logo de saída, se apresenta como Preta. Vê-se que suas histórias são hauridas de lembranças de tempos e espaços remotos de sua infância.

Conforme Preta, sua alcunha proveio do trato carinhoso que sua tia Carula, irmã de sua mãe, sempre lhe desvelava. Alcinha esta que, quando pronunciada por outras pessoas causava estranhamento e desconforto, seguidos às suas justificativas de que não era preta, mas marrom da cor de chocolate, de canela e/ou da cor de telha. Mas, com o passar do tempo ela se percebe como menina negra e reflete sobre essa condição. Note-se:

E fui aos poucos descobrindo que eu era a Preta marrom, uma menina negra. Ser negra é como me percebem? Ou como eu me percebo? Ou como vejo e sinto me perceberem? Tenho um amigo que só às vezes é preto. Que *fica* preto quando vai à praia no verão. Mas ser negro é muito mais do que ter um bronze na pele (LIMA, 2008, p. 8) (Grifos da autora).

Mediante tais circunstâncias a personagem é incitada a refletir sobre sua identidade, mas precisamente o que lhe definiria. Isso nos remete às palavras do crítico cultural Kobena Mercer, que dizem: “a identidade somente se torna uma questão quando algo está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (*apud* HALL, 2000, p. 9). Diante disso,

percebemos no âmbito dessa narrativa a questão das identidades culturais dos povos negros, pois a personagem faz reflexão sobre sua identidade e seu pertencimento identitário. Sobre essa questão, Boaventura de Souza Santos diz que: “Quem pergunta pela sua identidade questiona as diferenças hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação” (SANTOS, 1995, p. 119). E isso parece ser bastante pertinente na narrativa em questão, pois Preta se percebe diferente de todas as outras pessoas, mas tal diferença não a marginaliza, mas, pelo contrário, conduz-lhe rumo à autoafirmação de sujeito afro-brasileiro.

Dando continuidade a narrativa, a personagem relembra momentos ternos e amorosos vividos junto à vó Lídia, descrita como uma negra linda, de cabelos brancos e olhos serenos. Neles, a personagem-narrador indagava sobre a criação das cores das pessoas, pois tinha aprendido na escola que cada um traz uma cor diferente. Contrariamente ao que esperava Preta não recebia uma resposta pronta, mas outra pergunta que lhe induzia as suas próprias conclusões: “– Eu só respondo se tu me disser quem inventou o nome da cor das pessoas” (LIMA, 2008, p. 8). Dessa maneira, tal menina tomou contato com os paradoxos da vida, entendendo que determinadas nomenclaturas apenas servem para *etiquetar* os seres humanos, e que, conforme seu corpo passava por modificações, de modo semelhante acontecia com a sua realidade.

Ao longo da narrativa Preta reflete sobre a origem do ser humano. Conclui que todos os povos descendem de africanos, uma vez que a presença do ser humano mais antigo do planeta foi encontrada na África, através de um fóssil humano que data mais de 40 mil anos de idade. Assim, compreende que mesmo trazendo heranças ancestrais de outros grupos étnicos, sua “origem africana está na cara. E também no coração” (LIMA, 2008, p. 9). Veja-se que a personagem evidencia seu pertencimento identitário como sujeito de enunciação própria, que *é* e *se quer* afrodescendente, peculiaridade imprescindível para a *identificação* da literatura afro-brasileira, pois de acordo com Luiza Lobo, ela poderia ser definida:

como a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio.

Portanto, ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito do negro, seja enquanto objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado (folclore, exotismo, regionalismo) (*apud* DUARTE, 2010, p. 119-120).

Mediante o auxílio de sua amiga Lia e através da leitura, Preta toma contato com histórias que veiculam muitas informações acerca do continente africano, a exemplo da multiplicidade das *etnias* africanas.

Ao narrar uma história sobre a Ina Kiluba, Preta tece uma apresentação sobre algumas etnias africanas e africanidades. Veja-se:

Ina Kilumba era uma menina que se tornou chefe de um reino africano chamado Basanga. Ela era parente do príncipe Kibinda, do reino de Luba. O povo bansanga tinha vizinhos que habitavam outros reinos, que tinham outros nomes: Bakinda, Baushi, Baluba ... Mesmo com as diferenças que havia entre eles, todos se diziam povos *sangas*.

A cada uma dessas diferentes sociedades os ocidentais chamam de etnia. E todas podem ser encontradas, por exemplo, num único país chamado Zaíre. Os países, portanto, podem estar preenchidos com muitas etnias (LIMA, 2008, p. 14) (Grifos da autora).

De modo semelhante narra diversas versões de mitos que explicam a criação do mundo e chega à conclusão de que “cada lugar continua trocando idéias, traçando tempos nas muitas histórias que os africanos têm para contar” (LIMA, 2008, p. 19). E, como sabemos, esse *contar* é bastante relevante em África.

Discorrendo sobre os contadores de histórias africanos, Preta explica que alguns povos se orientam pela memória para narrarem à história do seu povo, perpetuar suas tradições, seus costumes e hábitos culturais. Note-se:

(...) os bambaras (...) dizem que primeiro havia Glan, que era a vida e o movimento do universo. Glan então enrolou-se em espirais de sentido inverso. Dessa enrolação surgiu o espírito Yo, que Rodopiou em todas as direções, criando o mundo atual, o mundo passado e o mundo futuro (LIMA, 2008, p. 18).

Sabe-se que muitos povos tradicionais de África fazem uso da oralidade para contar a sua história e tentar preservar a tradição do seu povo, transmitindo-a aos mais jovens e fundamentando a identidade cultural, pois através da “voz a palavra se enuncia como lembrança, memória-em-ato de um contato inicial” (ZUMTHOR, 1997, p. 13). Não podemos esquecer que este exercício é estritamente divinizado, de modo que os narradores da tradição oral não podem faltar com a verdade; e isso é evidente na tessitura de Heloisa, demonstrando a relação que se faz entre literatura e sociedade. Note-se:

A palavra é divinamente exata e deve-se ser exato com ela.

A língua que falseia a palavra

Vicia o sangue daquele que mente.

Quem estraga sua palavra, estraga a si mesmo (LIMA, 2008, p. 23) (Grifos da autora).

E Paul Zumthor parece corroborar dizendo que “Cada sílaba é sopro, ritmado pelo batimento do sangue; e a energia deste sopro, com o otimismo da matéria, converte a questão em anúncio, a memória em profecia” (1997, p. 13).

Destacam-se na narrativa contadores como os *griots*, ou *diélis* (nome bambara) – poetas e músicos que viajam diversos lugares cantando, contando e encantando diversas regiões e aldeias – e os *domas* – mais nobres transmissores da tradição.

Sobre isso, Heloisa Pires Lima nos diz que:

Os griôs eram educados para conhecer os níveis perigosos de niama e controlar esse poder. Como mestre da palavra, o griô poderia ser um exímio conhecedor dos provérbios. Mas atrás do genealogista, diplomata, instrumentalista, havia o sábio conhecedor das estações ou do segredo das máscaras místicas e ações sacerdotais. Entre todos havia aquele de grande poder que tinha a interdição ritual de nunca mentir ao utilizar a palavra. O uso faz vibrar suas forças interiores. Essa força renasce na língua. Por isso ele não emprega a palavra imprudentemente. A força vital pode ser perturbada pela mentira, o que expõe o alto valor para com a verdade.

Já para os griôs trovadores, menestréis que exercem a arte de contar histórias, o compromisso com a verdade é de outra ordem. A tradição lhes concede o direito de embelezar os fatos, desde que consigam divertir ou entreter o público que seduziram (LIMA, 2010, p. 52).

Dessa forma, é possível perceber que há algumas diferenças entre os griôs que detêm o conhecimento do sagrado e os griôs trovadores – tipos de artistas –, mas em ambos há o compromisso com a verdade, pois há na pessoa que conta sempre uma responsabilidade muito grande.

Durante o desenvolvimento da narrativa a personagem percorre caminhos que lhe fazem atentar à presença africana no Brasil e estreitar seus *laços* com a Mãe África. Note-se:

(...) aprendi que para o Brasil vieram povos principalmente de alguns pontos africanos. Ou melhor, de portos africanos. Isso há muito tempo. *E se é de lá que vieram muitas pessoas negras, o meu passado deve ter vindo junto* (LIMA, 2008, p. 26) (Grifos nossos).

Veja-se que os argumentos do passado explicam o presente. Isso, de certa forma, nos remete ao que diz Inocência Mata sobre a tendência atual das literaturas africanas de língua portuguesa: “Já não se trata, pois, de um mero processo de evocação do passado mas a sua explicação para que funcione como factor interior ao presente” (2001, p. 69). De modo semelhante ocorre na literatura afro-brasileira, pois através da memória os seus escritores trazem o passado à tona.

Dando continuidade a narrativa a personagem nos conta uma história que versa sobre o processo de captura dos povos africanos, situada no contexto conflituoso entre diferentes reinos lá existentes e o tráfico de gente que principiou bem antes da colonização nas Américas, quando os gauleses capturavam pessoas para os venderem aos romanos, semelhante ao que faziam os cristãos e mulçumanos, capturando-se mutuamente.

No período dos faraós, roubavam-se crianças e mulheres e, quando grupos de etnias diferentes que se enfrentavam, os que saíssem vitoriosos escravizavam os

perdedores, vendendo-os como escravos. Escravizados, alguns desses homens deveriam ser trazidos em navios para o Novo Mundo. Porém, na longa travessia do atlântico, muito preferiam se jogar ao mar; outros eram jogados por adoecerem, devido às péssimas condições de transporte e alimentação, outros morriam de *banzo* e, tantos outros morreram de fome e maus-tratos.

O discurso de Preta dá conta de todo esse processo, descreve que todo ele não se deu de forma passiva e pacífica, pois muitos escravos no Brasil conseguiram fugir e formar quilombos se organizaram para lutar pela liberdade dos escravos, muitas vezes fazendo alianças com povos indígenas. Veja-se que o universo em que se insere a narrativa de Heloisa abarca a temática da literatura afro-brasileira e busca desconstruir os estereótipos de negros passivos a escravidão que povoam o imaginário popular (DUARTE, 2007; 2008; 2010).

Ao voltar-se para o passado e relembrar as marcas da escravidão a nossa contadora propõem a reflexão do leitor:

Sabe o que é ser escravizado e ter alguém mandando em você o tempo todo?
E por trezentos anos? Foi assim no Brasil, o lugar onde mais tempo durou a
escravização de africanos homens, mulheres e, pior de tudo, de crianças
(LIMA, 2008, p. 40).

Note-se que aqui se abre espaço para a alteridade e desfaz a visão estereotipada de que todas as pessoas negras eram escravas.

Por meio do relato da vida de um menino negro, Estevão, Preta nos faz percorrer as ruas do Rio de Janeiro ainda no século XIX, dando notoriedade a artistas e estudiosos afrodescendentes daquela época, tais como José Maurício Nunes Garcia, compositor brasileiro de música sacra, os escritores Machado de Assis e Cruz e Souza, o artista Aleijadinho, o intelectual Teodoro Sampaio e tantos outros. Diante disso, vemos que a literatura se vale da realidade, mas, para tanto, ela se vale da verossimilhança.

Assim, o que se verifica é que Heloisa narra o universo do negro na sociedade brasileira, mas não sob os domínios que continuam a veicular a perspectiva de eterno oprimido. Seu discurso de aproxima daquilo expresso por Domício Proença Filho:

O negro brasileiro não pode ser tratado como *o outro*, que tanto trabalhou pela grandeza da nação etc. e a quem se deve reconhecimento especial por isso, como não cabe agradecer aos brancos portugueses ou aos índios, mas também não deve tratar-se como *o outro* em nome de sua auto-afirmação. Como os demais grupos étnicos, ele é parte da comunidade que fez e faz o país. Se a luta em que se empenha se tornou e continua necessária, isto se deve, como é sabido, ao fato de ter-se tornado alvo de tratamento social e historicamente discriminatório (2004, 186). (Grifos do autor).

O referido crítico nos alerta sobre o risco de cair nas veredas dos estereótipos e do excesso de engajamento que pode vir a comprometer o discurso literário³, pois, como se sabe, a condição legada aos negros se fez mediante jogos de ordens sociais e históricas, mas a produção literária não deve se ater a tais fatos como temática única para realizarem seu discurso literário.

Mais adiante nos deparamos com muitas *historietas da Preta*. Nelas a nossa contadora nos situa num contexto de diversidade, relativo aos povos negros. Dá conta, ainda, que no seu tempo de escola sempre recebeu informações do ponto de vista eurocêntrico falando sobre os negros, ora sendo açoitados, totalmente subalternizados, ora em dominação completa; e, se tratando dos personagens negros na literatura para crianças, recordava-se apenas do *Gato Félix*. Ainda nessa perspectiva, grande foi sua surpresa ao consultar o dicionário e perceber que a palavra negra estava carregada semanticamente de sentidos pejorativos, dentre os quais se destacam *sujo*, *triste* e *maldito*.

A partir de determinado momento a protagonista começa a abordar conceitos científicos, que na maioria das vezes são deturpados pela sociedade comum, contribuindo ainda mais para jogos de hierarquização que são bem latentes. Veja-se:

A idéia de *raça* vem da biologia, uma ciência que estuda os seres vivos – os humanos e outros – e que usa essa palavra para colocá-los em grupos diferentes. Mas para os humanos, essa classificação biológica é uma

³ Ver BERND, Zilá. *O literário e o identitário na literatura afro-brasileira*. Cf. Bibliografia.

complicação. Na verdade, desde a pré-história houve muito namoro e muito casamento durante as andanças de nossos ancestrais pelos continentes. Portanto, com esses milhares e milhões de cruzamentos é impossível haver raça pura (LIMA, 2008, p. 50) (Grifos da autora).

Ao tecer tais considerações Heloisa contribui na desconstrução dos estereótipos etnicorraciais, haja vista que na nossa sociedade atual ainda existem pessoas, grupos e instituições que acreditam na superioridade do homem branco em detrimento ao negro, mediados pelo conceito de raça. Porém, sabemos que, na atualidade, o conceito de raça é meramente *ideológico* e esconde relações de poder e dominação (MUNANGA, 2004), haja vista que pesquisas já têm demonstrado que não existem raças puras, pois todas decorrem de processos de miscigenação e hibridismo. (PENA & BARTOLINE, 2004).

Ao abordar assuntos como esses, Heloisa amplia a reflexão sobre o racismo, a desigualdade, o trato diversificado com que a população negra vem sendo acometida ao longo dos anos, sem esquecer, evidentemente, outros grupos identitários que, de forma semelhante, enfrentaram e continuam enfrentando a mesma problemática. Assim, percebe-se que essa escritora conduz o leitor “os dramas vividos na modernidade brasileira, com suas ilhas de prosperidade cercadas de miséria e exclusão” (DUARTE, 2010, p.123) pelos personagens negros.

Orientada pela memória, Preta aborda questões referente ao candomblé, transmitindo sua experiência vivida, descrevendo de forma tal que acaba introduzindo os leitores no contexto dos terreiros de candomblé, para que, com isso, seja possível olhar essa expressão religiosa por outras perspectivas, pois como diz a narradora:

Das religiões de origem africana sempre me chegavam informações muito preconceituosas. Sempre punham medo na gente. Depois aprendi que os povos negros assustavam todo o mundo de propósito, pois era um dos jeitos de fazer com que tivesse medo deles no Tal Novo Mundo. E assim, eles se resguardavam, protegidos por esse medo que todo o mundo tinha deles (LIMA, 2008, p. 55).

Como é perceptível, Preta, a nossa contadora de história, transmite-nos diversos ensinamentos ao longo dos seus relatos, pois falar das religiões afro-brasileiras contribui para uma autoafirmação da identidade cultural negra.

Diante disso, percebe-se que essa narrativa entrecruza questões de memórias e identidades culturais, ambas veiculadas através de uma perspectiva de valorização e validação da cultura africana e afro-brasileira e demonstra a relação que se estabelece entre história e literatura, bem como que sua tessitura é portadora de aspectos característicos da cultura africana, tais como a recorrência a memória e a oralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a narrativa *Histórias da Preta*, de Heloisa Pires Lima, para identificar a recorrência da memória como subsídio que fundamenta a identidade afrodescendente.

Nele, comprovamos que a memória orienta a sua efabulação, pois logo de saída nos é apresentado uma personagem que faz uso da memória para recompor a sua identidade cultural. Identidade essa evidenciada através de um sujeito negro enunciador do seu próprio discurso que narra os acontecimentos e fatos históricos dos povos africanos e afro-brasileiros por um viés contrário ao eurocêntrico. Tendência que recorrente com frequência nas tessituras de narrativas afro-brasileiras.

A protagonista, Preta, põe em evidência sua relação com a cultura africana e afro-brasileira e descreve seu pertencimento identitário. Para tanto, ela rememora os tempos mais remotos de sua infância e apresenta o processo de construção identitária.

Trabalhar com essa narrativa foi bastante instigante, pois nos fez compreender o modo que ela socializa os aspectos culturais desses povos com a juventude leitora. Com isso, comprova-se que os textos literários dialogam com a sociedade onde são constituídos, e que eles são portadores de elementos ideológicos, sociais, culturais dos povos que o compõe, expressando linguagens gerais que representam o mundo do ponto de vista idiossincrático de cada escritor.

Assim, através desse seu trabalho evidenciamos que Heloisa proporciona aos jovens o acesso a informações bastante relevantes, que são veiculadas através da

literatura, possibilitando a um enriquecimento muito grande para suas vivências para seus leitores, pois sabemos que as grandes evoluções pelas quais passam os seres humanos são principiadas através da mente. E aprender sobre o legado cultural dos povos africanos e afro-brasileiros é altamente significativo, pois possibilita entendermos sobre as nossas origens enquanto um povo mestiço.

Representada pelas particularidades supracitadas, concordamos que à literatura infanto-juvenil afro-brasileira, assim como a literatura afro-brasileira para adultos, é um processo em construção (DUARTE, 2010), que acaba tendo um papel bastante significativo: o de iniciar novos leitores em princípios coerentes com a cidadania, o respeito à diferença, valores, ideais, pois, valores assimilados ao homem desde a sua infância.

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá. “Da voz à letra: itinerários da literatura afro-brasileira”. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 18, p. 29-42, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 12. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Por um conceito de literatura afro-brasileira”. **Revista Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 23, 2010, p.113-138.

EVARISTO, Conceição. "Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira" In: PEREIRA, Edmilson de Almeida (Org.). **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre a poesia e demandas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2010, p.132-142.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. “Literatura infantil brasileira: da colonização à busca da identidade”. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 9, p. 185-194, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LEGOFF, Jacques. “Memória”. In: _____. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 423-477.

LIMA, Heloisa Pires. **Histórias da Preta**. ed. 2. Companhia das Letrinhas, 2008.

_____; GNEKA, Georges; LEMOS, Mário. A semente que veio da África. São Paulo: Salamandra, 2005.

_____. “De personagem a editor: vozes negras na literatura infanto-juvenil”. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 18, p. 43-56, 2010.

MACHADO, Vanda. “Tradição oral e vida africana e afro-brasileira”. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Org.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 77-112.

MATA, Inocência. **Literatura angolana**: silêncios e falas de uma voz inquieta. Lisboa: Mar além, 2001.

MUNANGA, Kabengele. “Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil”. **Revista Resgate**, São Paulo, n. 6, p.17-24, 1996.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. UFF, Rio de Janeiro, n. 5, 2004, p.15-34.

PENA, Sérgio D. J. & BARTOLINI, Maria Cátira. “Pode a Genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004, p.31-50.

PROENÇA FILHO, Domício. “A trajetória do negro na literatura brasileira”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p.161-193, 2004.

QUEIROZ, Carlos Eduardo Japiassú de. “A escritura da memória como fundamento identitário do eu”. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Rio de Janeiro: ABRALIC, v.1, n.12, p. 365-387, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Modernidade, identidade e a cultura de fronteiras”. In: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 4ª ed. Porto: Afrontamento, 1995, p. 119-137.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

A escrita diplomática: considerações sobre *Memorial de Aires*

Cilene Margarete Pereira (UNINCOR)¹

Resumo: Este artigo examina o último romance de Machado de Assis, *Memorial de Aires* (1908), observando como a narração do Conselheiro Aires incorpora seu papel social de diplomata, criando uma narrativa diplomática (e reveladora).

Palavras-chave: narrativa diplomática; papel social; construção do narrador; romance; personagem.

Abstract: This article aims at examining the very last novel Machado's, *Memorial de Aires* (1908), observing the process of incorporation Conselheiro Aires makes of his social role as a diplomat, creating a diplomatic narrative style (and revealing).

Keywords: narrative diplomatic; social role; composition of the narrator; novel; character.

Sempre pensei que se as pessoas dissessem o que pensam durante um minuto apenas a sociedade ruiria.

Albert Camus

Introdução

Em *Esaú e Jacó*, romance publicado em 1904, o leitor conhece o Conselheiro Aires e um pouco da sua vida devotada, quase que exclusivamente, à diplomacia, começando a perceber que mais que uma personagem comum ele tem sua função social marcada a todo instante: seja para aconselhar Custódio sobre a troca das tabuletas; para acompanhar “moralmente” (como uma espécie de preceptor) os filhos inimigos de Natividade, ou ainda para ser o confidente da enigmática Flora. Aconselhamento, acompanhamento e confissão serão algumas de suas atividades mais visíveis no romance. No capítulo “Esse Aires” é assim apresentado o conselheiro: um belo tipo de

¹ Doutora em Teoria e História Literária (Unicamp), Professora de Teoria Literária e Literatura Brasileira do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde/Três Corações (UNINCOR); Pesquisadora Colaboradora do IFCH/Unicamp, onde desenvolve a pesquisa do pós-doutorado “Das páginas dos jornais ao livro: versões dos contos de Machado de Assis”; Editora da Revista *Recorte*; autora de vários artigos em periódicos especializados e do livro *Jogos e Cenas do Casamento*, publicado pelas Editoras Appris e Prismas (2011).

homem, cerca de quarenta anos, um tanto quanto meditativo, diplomata, viúvo e sem predisposição para o amor, visto que o casamento fora necessidade da diplomacia.

Posto que viúvo, Aires não foi propriamente casado. Não amava o casamento. Casou por necessidade do ofício; cuidou que era melhor ser diplomata casado que solteiro, e pediu a primeira moça que lhe pareceu adequada ao seu destino. Enganou-se; a diferença de temperamento e de espírito era tal que ele, ainda vivendo com a mulher, era como se vivesse só. Não se afligiu com a perda; tinha o feitio do solteirão. (OC, I, p. 965).²

A função social da diplomacia já se esboça e ganha relevo na figura de Aires em *Esau e Jacó*, mostrando que o casamento é só uma conveniência da profissão e, mesmo assim, parece que não chega a realizar-se plenamente, visto a solidão e o feitio de solteirão do conselheiro. O “narrador Aires” descobre na personagem Aires alguns indícios da máscara e sugere, ainda que sutilmente, sua retirada: a conveniência de fingir-se casado, traduzindo uma imagem de maior respeitabilidade e/ou confiança é o objetivo final do casamento. Posto que não fosse “propriamente casado”, então é justo que não seja também viúvo. Solteirão, essa parece ser a melhor definição, segundo nos aponta o narrador, e nos confirma a personagem: “Um viúvo sem filhos, como eu, vale por um solteirão; minto, aos sessenta anos, como eu, vale por dous ou três.” (OC, I, p. 994). Não é difícil perceber que a ambiguidade dada em relação ao casamento é ampliada nos dois romances que têm o conselheiro como personagem para “o trato com os homens, mormente no trato com as palavras. Aires é o que, em vez de optar, paira sobre os partidos.” (COSTA LIMA, 1981, p. 107).

A figura de Aires como solteirão parece ser uma imagem que o associa a Bento Santiago e a Brás Cubas, já que é desse modo que as três personagens agem nas respectivas narrativas. Brás Cubas por sê-lo efetivamente, e Bento por suas “indisposições amorosas”. No caso do conselheiro, um índice que o ajuda a se configurar como “homem isento de paixões” é sua contenção linguística:

o desejo de preservar a imagem de homem comedido e equilibrado, isento de paixões, e, por isso mesmo, capaz de avaliar criticamente a realidade objetiva, assim como o desejo de fugir ao sentimentalismo próprio da velhice, que intimamente rejeita, leva Aires a optar pela contenção da linguagem. (SARAIVA, 1993, p. 171).³

² As citações dos romances de Machado de Assis trarão as referências indicativas de sua *Obra Completa* (OC), organizada por Afrânio Coutinho, acompanhadas de volume e página.

³ Essa isenção de paixão é assumida em *Esau e Jacó* quando o conselheiro é definido nos seguintes termos: “Tempo houve, - foi por ocasião da anterior licença, sendo ele apenas secretário de legação, -

Imagem que contorna o “solteiro”, mas que também leva a seu papel social de diplomata e ao “comedimento e ao equilíbrio” necessários a ele. Ao relatar uma história contada pelo Desembargador Campos, Aires afirma:

Não ponho os incidentes, nem as anedotas soltas, e até excluo os adjetivos que tinham mais interesse na boca dele do que lhes poderia dar a minha pena; vão só os precisos à compreensão de cousas e pessoas. (OC, I, p. 1107).

Para exercer tão prontamente as funções diplomáticas, o conselheiro necessita não só da aparência do casamento, mas de algumas características pessoais visíveis, capazes de serem descritas por qualquer personagem. Vejamos como Natividade vê o “preceptor” ideal para os filhos: “amigo, um homem moderado, um homem de sociedade, hábil, fino, cauteloso, inteligente, instruído...”. (OC, I, p. 995). Percebemos que as características descritas são a imagem clara e reforçada do homem de sociedade: cauteloso com o quê e para quem fala; moderado para não exaltar os ânimos e destemperar o ameno clima de convivência harmoniosa; habilidoso para saber-se comportar mediante a necessidade; fino, inteligente e instruído para perceber tudo (descobrir) e nada dizer (encobrir).

Ao arrolar esses aspectos, o narrador não só desnuda os artificialismos da imagem construída de elegância e excelência da sociedade bem posta, como o faz descortinando o próprio diplomata que se confunde com o “homem de sociedade”. O papel de diplomata exercido pelo conselheiro pede esse encobrimento, já que sua função social é, antes de tudo, decorativa e inventiva, como percebe Gilberto Pinheiro Passos:

Ficcionar o Brasil real é [...] um das formas de representá-lo. Vale dizer: o diplomata, ao mentir, falseia o país, mas o representa, ou seja; cria a partir do modelo real, um outro, que deveria ser o verdadeiro, aos olhos do público nacional e estrangeiro. (PASSOS, 1996, p. 129).

O papel social de diplomata requer, então, a aprendizagem das aparências, o que significa mentir em prol de uma verdade inventada, melhor e mais conveniente. Representar o país leva obrigatoriamente a aprender a mentir sobre ele, muitas vezes encobrindo sua brutal e deselegante realidade. Essa obrigatoriedade da mentira na

tempo houve em que também ele gostou de Natividade. Nem foi propriamente paixão; não era homem disso.” (OC, I, p. 964).

carreira diplomática de Aires é ressaltada, no mínimo, duas vezes em *Esaú e Jacó*; sendo em ambas atribuído uma nota humorística ao papel social do velho conselheiro.

A febre amarela, por exemplo, à força de a desmentir lá fora, perdeu-lhe a fé, e cá dentro, quando via publicados alguns casos, estava já corrompido por aquele credo que atribui todas as moléstias a uma variedade de nomes. Talvez porque era homem sadio. (OC, I, p. 987).

Inventara tanta cousa no serviço diplomático, que talvez inventasse o monólogo do burro. (OC, I, p. 998).

Os dois trechos citados mostram Aires assumindo, em tom debochado, os atributos de sua profissão: no primeiro caso, fica óbvia a sensação de que ao compor outra realidade para o Brasil (a inexistência da febre amarela) esta acaba por se constituir como verdade, não só a quem ouve a versão diplomática de Aires, mas a ele próprio que persegue a nova realidade criada, ainda que a saiba falsa. A invenção diplomática é tamanha que dá ao narrador a possibilidade de brincar com ela, relativizando-a, ou melhor, atenuando-a de sua imagem nociva. A invenção aqui perde a negatividade da mentira, justamente por ser uma das principais atividades da diplomacia, senão sua própria essência. Se “mentir” é a tarefa maior do diplomata, outra não será a do narrador Aires em seu *Memorial*, valendo-se de uma série de expedientes que apresenta outra versão dos fatos.

As descrições do conselheiro em *Esaú e Jacó* são feitas de forma a evidenciar seu papel diplomático nas relações sociais que estabelece: “Imagina só que trazia o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala brande a cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto ouvi-lo e vê-lo.” (OC, I, p. 964).

Não é somente por meio da linguagem que o conselheiro porá em prática seus costumes diplomáticos, mas também através de uma ampla e cerimoniosa exposição gestual que vai de um simples olhar a mais pomposa demonstração de requinte:

Aires opinou com pausa, delicadeza, circunlóquios, limpando o monóculo ao lenço de seda, pingando as palavras graves e obscuras, fitando os olhos no ar, como quem busca uma lembrança, e achava a lembrança, e arredondava com ela o parecer. Um dos ouvintes aceitou-o logo, outro divergiu um pouco e acabou de acordo, assim terceiro, e quarto, e a sala toda. (OC, I, p. 965).

A prática diplomática contém um arsenal de gestos e linguagens, e principalmente uma forma de mediação por meio da persuasão, como fica evidente no trecho citado. Se

as ideias aqui valem muito, mais vale o modo de mostrá-las e conjugá-las ao interlocutor, firmando, com isso, um ponto comum em relação aos mais diversos assuntos. A carreira de Aires, conforme percebe o leitor, é centrada mais em um repertório “estudado” e “encenado”; sua diplomacia sugere efetivamente uma ampla gama de posturas, gestos e expressões linguísticas que por mais variada que seja volta sempre ao denominador comum: atenuação/mediação. Denominador que ganha mais força à medida que o conselheiro apresenta também toda a gravidade do título que ostenta, ainda que ele não tenha exercido nenhuma influência política no romance.

A prática (narrativa) diplomática em *Memorial de Aires*

Em *Memorial de Aires* (1908), agora em primeira pessoa e de forma um tanto quanto confessional (trata-se de um diário, embora encenado), o conselheiro empreenderá uma narração que visa, quase sempre, a mediar oposições, absorvendo, como narrador, características semelhantes àsquelas necessárias ao diplomata que fora. Aires dispõe de alguns elementos essenciais para ser o observador da história de Fidélia e Tristão e do casal Aguiar: é sexagenário e diplomata aposentado, condições ideais para quem quer se afastar da praia, mas “com os olhos na gente que fica”.

A importância do papel social na concepção do narrador Aires é o assunto desse artigo, cumprindo mostrar ao leitor que ao assumir esse papel em *Memorial de Aires* ele contribui para a criação de uma narração diplomática, fazendo ressoar o tema da atenuação no romance. Dessa forma, a ideia de John Gledson (1986) de que Aires é o último dos narradores machadianos a ser desmascarado é também o pressuposto aqui: o papel social de diplomata é a máscara consciente que o narrador de *Memorial de Aires* veste para encobrir as negativas do dia-a-dia do Brasil e suas próprias. Nesse sentido, deve-se pensar no exercício do papel social como algo a ser considerado na perspectiva narrativa do romance, já que ele permite o desmascaramento do narrador e das personagens apresentadas.

O papel de diplomata (cristalização de sua função social) é fruto de uma escolha consciente feita por Aires, embora considere algumas de suas características naturais:

Contava minha mãe que eu raro chorava por mana; apenas fazia uma cara feia e implorativa. Na escola não briguei com ninguém, ouvia o mestre, ouvia os companheiros, e se alguma vez estes eram extremados e discutiam, eu fazia da minha alma um compasso, que abria as pontas aos dois extremos. Eles acabavam esmurrando-se e amando-me. (OC, I, p. 1151, grifos meus).⁴

Nesse sentido, ao escolher sua profissão Aires direciona seu papel social, sua principal forma de atuação na sociedade. Luiz Costa Lima (1991) ressalta a distinção existente entre papéis sociais escolhidos e os impostos, afirmando que aos primeiros é dada à pessoa a possibilidade de se assumir enquanto tal, consistindo em certa autonomia; no segundo caso estão principalmente os rituais que direcionam as ações e falas acertadas com a situação. A escolha de ser diplomata não é imposta ao conselheiro; pelo contrário, ele se identifica com a profissão e a escolhe depois de cursar Direito em São Paulo e optar por não advogar (como Osório – um dos pretendentes à mão de Fidélia) ou ser desembargador (como Campos – tio de Fidélia). O papel de diplomata adere perfeitamente, conforme faz crer o conselheiro, à sua personalidade atenuadora. Fruto de uma escolha (como serão também a de não ser pai e marido),⁵ a diplomacia exerce, enfim, papel decisivo na vida de Aires e no modo como ele percebe as demais personagens da história e as apresenta ao leitor.

Paralisado de suas funções públicas, Aires a direcionará para o exercício da escrita, tornando-se um “escritor-diplomata”, como outrora Brás tornara-se um “defunto-autor”. Conforme percebe Márcia Guidin, “o reajustamento de funções ocupacionais na longevidade do conselheiro se canaliza para a escrita do diário, que se torna (...) poderoso recurso contra a solidão e vale como processo de autovalorização moral.” (GUIDIN, 2000, p. 61). Esse deslocamento das forças produtivas será uma afronta à ameaça do ócio, que caracterizará a vida do descartável Brás Cubas por exemplo. Semelhança entre ambos os narradores está no fato de que em vida (física, no

⁴ Numa atitude extrema de sua mediação, Aires concilia o próprio espírito por meio de leituras opostas: “Gastei o dia a folhear livros, e reli especialmente alguma coisa de Shelley e também de Thackeray. Um consolou-me do outro, este desenganou-me daquele; é assim que o engenho completa o engenho, e o espírito aprende as línguas do espírito”. (OC, I, p. 1102).

⁵ Aires opta por não exercer efetivamente o papel de marido, inclusive distanciando-se fisicamente do corpo da mulher morta; mas a postura do conselheiro em relação ao papel paterno é ambígua, chegando a ser hipócrita, pois ele diz que não necessita de filhos (“... o casal Aguiar morre por filhos, eu nunca pensei neles, nem lhes sinto falta, apesar de só”), mas parece se condoer com a falta deles. Ele se imagina pai dos gêmeos (OC, I, p. 999), pai de Flora (OC, I, p. 1015); se isola quando percebe a relação pai/filhos no *Memorial* e acaba sendo uma espécie de “pai” de Tristão, ajudando-o na difícil missão de se reparar de seus padrinhos.

caso de Brás e social/pública, no de Aires) eles não exerceram a atividade da “escrita profissional”; somente com o isolamento completo que é se dedicam a ela: o primeiro, com o objetivo de fazer na morte o que não conseguira em vida (aplar a “sede de nomeada”), o segundo para amenizar a ociosidade da velhice e preparar-se para a morte e o descaso dos vivos. A esses dois “escritores” pode-se juntar ainda Bento Santiago, que escreve *Dom Casmurro* como exercício para sua obra maior, *História dos subúrbios*. É preciso observar que este último narrador machadiano se irmana, de certa forma, a Brás Cubas e Bento no isolamento de ambos: o primeiro porque está morto, afastado do mundo numa posição involuntária; o segundo porque, travestido pela imagem de “casmurro”, se isola voluntariamente do convívio social. Mas ao contrário do que sugere Brás e Bento, o isolamento apresenta-se ao conselheiro Aires ora como um consolo, ora como um completo martírio. A ambiguidade da imagem do narrador já é sugerida por essa aparente contradição: isolamento e convívio social parecem intercalar-se na necessidade de Aires.

Preciso de me lavar da companhia dos outros... (OC, I, p. 1119).

Eu tenho a mulher embaixo do chão de Viena e nenhum dos meus filhos saiu do berço do Nada. Estou só, totalmente só. Os rumores lá fora, carros, bestas, gentes, campainhas e assobios, nada disto vive para mim. Quando muito meu relógio de parede, batendo as horas, parece falar alguma cousa, - mas fala tardo, pouco e fúnebre. Eu mesmo, relendo estas últimas linhas, pareço-me um coveiro. (OC, I, p. 1155).

Já denunciando a ambiguidade que se destacará em sua narração, e que será comumente a forma de apresentar as personagens, Aires vive um conflito entre viver entre os outros ou afastar-se completamente da sociedade. Mais do que a solidão reflexiva do diário que escreve, o narrador precisa do convívio social para encher as páginas do *Memorial*. José Paulo Paes reitera que

o diário do Conselheiro, embora não tenha feição abertamente confessional funciona como instrumento de catarse na medida em que lhe permite satisfazer ‘o gosto e o costume de conversar’, que ‘a índole e a vida’ nele fizera tão imperativos, [tornando-se, assim, espécie de] simulacro do convívio humano. (PAES, 1985, p. 17).

Desse modo, a escrita converge também em um meio eficaz de manter a convivência social e os rituais desta, sem de fato integrá-la plenamente à vida pacata do

velho conselheiro. O texto de Aires apresenta, nesse sentido, uma particularidade curiosa: apesar de o diário ser um gênero confessional da literatura, fazendo com que o leitor espere o desnudamento sincero de seu autor, não é isso o que ocorre no *Memorial*. De fato, Aires anotará, em seu diário, acontecimentos ocorridos e relacionados mais aos outros que a ele próprio e descortinará, apesar da resistência a isso, os que o cercam. Ao contrário do que isso possa parecer, a maneira como o conselheiro observa as personagens e as situações é a forma que o leitor tem de observá-lo e apreendê-lo. Dessa maneira, a escrita do *Memorial*, mesmo centrada em outras personagens, mostra o narrador revelando-o talvez até mais do que gostaria. Essa ambiguidade quanto ao assunto está no próprio nome do romance que sugere, no mínimo, duas interpretações: a primeira, e mais evidente, que o *Memorial* apresentará lembranças e memórias do velho conselheiro; a segunda, não menos acertada, mas óbvia, sugere que as páginas são escritas por Aires. Ou seja, *Memorial de Aires* é um livro de memórias do conselheiro contadas por ele. Ainda assim, a narração de Aires leva o leitor a um equívoco proposital, pois este percebe que tem em sua frente um hábil narrador que se desvincula do ato de narrar suas experiências para mostrar a de outros.

Ao ser apresentado em *Esaú e Jacó* como homem viajado, culto, experiente, portanto, dotado de grande bagagem cultural, Aires se configura imediatamente ao leitor como o narrador perfeito, capaz de “contar”, em seu diário, aventuras e acontecimentos tão fabulosos quanto fora a vida elegante que tivera. Ainda por ser diplomata, é conhecedor, acredita-se, de algumas particularidades da história de seu país, talvez, quem sabe, confidenciais. Por tudo isso, o deslocamento de sua vida (e de suas lembranças) para as personagens que o rodeiam configura uma espécie de logro ao leitor, que tem suas expectativas frustradas, principalmente (e justamente) porque incapaz (não há juízo de valor aqui) de perceber o quanto Aires se mostra em sua escrita.

Dessa maneira, chega-se a um ponto fundamental na perspectiva narrativa do *Memorial* que o afasta (e também o aproxima) de *Memórias póstumas de Brás Cubas*: há um deslocamento do foco narrativo que deixa de ser o “eu” do narrador para ser o de outros. Na verdade, esse deslocamento é dissimulado; isto é, centrar-se nos outros é a forma que Aires concebe para dizer de si sem dizer abertamente. Assim, sugere que o foco está nos outros quando o focalizado (principal) é ele mesmo. Em um primeiro

momento, essa postura o afasta da perspectiva narrativa de Brás Cubas para, num segundo plano (o do subtexto do *Memorial*), aproximá-lo, principalmente se considerado o modo enganador pelo qual Aires se aproveita do discurso da atenuação/mediação para desmascarar. Aquilo que Brás assumia abertamente (tanto quanto possível), Aires faz de maneira velada, tudo para se adequar ao papel social de diplomata.

Ainda em relação ao paralelo entre Aires e os narradores Brás Cubas e Bento Santiago, há de se destacar o grande intervalo entre a ação acontecida e a ação narrada, que além de sugerir maior reflexão no caso dos dois últimos, faz com que a narrativa seja distribuída em diversos planos temporais.

A distância entre o plano da narração e o plano da ação é importante elemento narrativo, pois manipula uma maneira especial de ver e de representar o mundo na pessoa de um narrador, colocado como escritor não profissional, cujos procedimentos são postos em questão por ele mesmo, tornando o universo romanesco aberto, destituído do enquadramento tradicional e ilusionista imposto pelo autor. (BRAYNER, 1979, p. 77).

É nessa direção que apontam vários estudos da obra de Machado de Assis, vislumbrando a existência de um tempo interno e subjetivo, primordial aos textos de sua fase madura. Dirce Côrtes é um desses estudiosos que detecta a interposição de tempos na prosa machadiana, ressaltando que nos romances memorialistas têm-se, normalmente, a presença de dois planos temporais: “o do enredo da ação externa e o do drama íntimo (tempo subjetivo) do personagem-autor.” (RIEDEL, 1959, p. 80). Este é o caso preponderante em *Dom Casmurro*, em que a percepção temporal faz surgir um desdobramento da personagem, fazendo com que o leitor vislumbre o nascimento do próprio narrador: os dois planos temporais dizem respeito ao “eu vivido” e ao “eu narrado” de Bento Santiago. É absurdamente importante essa sucessão (e interposição) de planos temporais no romance e a forma como eles se apresentam na narração do advogado.

Em muitos momentos, a “artifício da apresentação dos fatos [Machado] mostra objetivamente três perspectivas do tempo: a dos fatos narrados, a do conhecimento destes fatos pelo narrador e a do tempo da narração.” (RIEDEL, 1959, p. 80). Veja o leitor como isso ocorre em *Memórias póstumas*:

Meu pai respondia a todos que eu seria o que Deus quisesse; e alçava-me ao ar, como se intentasse mostra-me à cidade e ao mundo; perguntava a todos se eu me parecia com ele, se era inteligente, bonito...

Digo estas coisas por alto, segundo as ouvi narrar anos depois; ignoro a mor parte dos pormenores daquele famoso dia. (OC, I, p. 525).

Em *Memorial de Aires*, Machado também trabalha primordialmente com três planos temporais: um centrado na narração do conselheiro (presente da escrita do diário), outro relativo a fatos acontecidos (passado das personagens) e ainda outro que está centrado no momento em que Aires ouve a história contada por alguma personagem (passado mais imediato). Essa interposição de planos temporais associa-se, nesse caso, principalmente ao modo de narrar do conselheiro Aires que aponta com excessivo cuidado o relato feito a ele por outro, eximindo-se da interpretação alheia. Isso ocorre, por exemplo, quando o desembargador Campos narra a Aires a biografia de Tristão, afilhado do casal Aguiar: “Nas duas ou três moléstias que o pequeno teve, a aflição de D. Carmo foi enorme. Uso o próprio adjetivo que ouvi ao Campos, conquanto me pareça enfático, e eu não amo a ênfase.” (OC, I, p. 1109). É latente no *Memorial* a preocupação do conselheiro em elucidar claramente o que são as suas impressões e as dos outros, mesmo quando elas acabam por se convergirem. Se por um lado tem-se melhor marcada a interposição temporal por meio da diferenciação entre o que é a história de Tristão conhecida por Campos (passado) e a história de Tristão conhecida por Aires (passado mais imediato); por outro se observa o pouco espaço dado à reflexão do conselheiro sobre os acontecimentos, visto se tratar de um diário. Na maioria das vezes, o intervalo entre os fatos conhecidos/acontecidos e a escrita no *Memorial* é de um ou dois dias. Nesse sentido, há um abandono da “... visão eminentemente retrospectiva alimentada pelo poder da memória”, e o diário do conselheiro passa a perseguir “o evoluir de eventos, que se interligam à progressão cronológica dos limites temporais...”. (SARAIVA, 1993, p. 149-150).

Ouvi com paciência, porque o assunto entrou a interessar-me depois das primeiras palavras, e também porque o desembargador fala mui agradavelmente. Mas agora é tarde para transcrever o que ele disse; fica para depois, um dia, quando houver passado a impressão, e só me ficar de memória o que vale a pena guardar. (OC, I, p. 1106).

Apesar de esse processo ser constante na narração, não é só desse expediente que o conselheiro se utiliza para evitar grandes enganos. Aires é, acima de tudo, um narrador metódico. Em muitos momentos, a narração é precedida de cuidados exagerados, evidenciando sua insegurança quanto às impressões corresponderem aos fatos. É assim que narra a festa do casal Aguiar.

Lá fui ontem às bodas de prata. Vejamos se posso resumir agora as minhas impressões da noite.

Não podiam ser melhores. A primeira delas foi a união do casal. Sei que não é seguro julgar por uma festa de algumas horas a situação moral de duas pessoas. Naturalmente a ocasião aviva a memória dos tempos passados, e a afeição dos outros como que ajuda a duplicar a própria. Mas não é isso. Há neles alguma coisa superior à oportunidade e diversa da alegria alheia. Senti que os anos tinham ali reforçado e apurado a natureza, e que as duas pessoas eram, ao cabo, uma só e única. Não senti, não podia sentir isto logo que entrei, mas foi o total da noite.

Aguiar veio receber-me à porta da sala, - eu diria que com uma intenção de abraço, se pudesse havê-la entre nós e em tal lugar; mas a mão fez esse ofício, apertando a minha efusivamente. É homem de sessenta anos feitos (ela tem cinquenta), corpo antes cheio que magro, ágil, ameno e risonho. Levou-me à mulher, a um lado da sala, onde ela conversava com duas amigas. Não era nova para mim a graça da boa velha, mas desta vez o motivo da visita e o teor do meu cumprimento davam-lhe à expressão do rosto algo que tolera bem a qualificação de radiante. Estendeu-me a mão, ouviu-me e inclinou a cabeça, olhando de relance para o marido.

Senti-me objeto dos cuidados de ambos. (OC, I, p. 1102-1103).

A quantidade de expressões que denotam a imprecisão de se chegar de fato à realidade, dando ao relato do conselheiro uma atitude extremamente subjetiva (e cuidadosa), é evidente. Termos como “minhas impressões”, “senti”, “eu diria” dão forma ao relato e esboçam a atitude mediadora/atenuadora do conselheiro, isentando-o da apreensão da realidade – se possível fosse – e, ao mesmo tempo, ressaltando que o narrado pode ser apenas a “aparência” das coisas. Se por um lado essa atitude linguística de Aires reforça a incorporação do seu papel social na narração; por outro transforma o texto *Memorial de Aires*, disfarçado na forma de diário, em uma espécie de romance comentário, ou seja, “uma personagem estuda e explica as outras, que vivem

mais nas suposições do personagem-narrador, do que com vida própria” (RIEDEL, 1959, p. 54). Essa é uma característica que também reporta à transposição de vários planos temporais, já que é a partir da reflexão sobre o passado e da observação do presente que Aires pode melhor “estudar” suas personagens, como é o caso de Fidélia.

Ao examinar a questão do tempo no romance machadiano, Riedel mostra que há em relação ao *Memorial* uma preocupação meticulosa do conselheiro com o tempo cronológico, “justamente porque seus hábitos metódicos o levam a policiar-se quanto à descontinuidade do tempo interior, cuja subjetividade pode fazê-lo perder-se e perder a ordem da narrativa.” (RIEDEL, 1959, p. 106). É assim que observa o velho conselheiro o deslize temporal em seu diário: “Meu velho Aires, trapalhão da minha alma, como é que tu comemoraste no dia 3 o Ministério Ferraz, que é de 10? Hoje é que ele faria anos, meu velho Aires. Vês que é bom ir apontando o que se passa; sem isso não te lembrarias nada ou trocarias tudo.” (OC, I, p. 1138). Além de marcar uma atitude típica do conselheiro no *Memorial* – a do presente associar-se ao passado, mostrando que há uma subjetivação do tempo –, a citação ilustra claramente os enganos de Aires suscitados pelo envelhecimento e, por consequência, a traição da memória, reforçando a importância da feitura do diário como objeto de resguardo do tempo, preservação do passado do narrador que só através de pequenos comentários parece emergir no romance.

Veja o leitor mais de perto como o papel social de diplomata contamina a narração do conselheiro, revelando um texto ambíguo, tanto ou mais quanto são suas personagens. Em “Uma figura machadiana”, Alfredo Bosi ressalta que “um exame estilístico do modo pelo qual se vai moldando a perspectiva de Aires narrador faz pensar exatamente na palavra atenuação.” (BOSI, 1999, p. 131, grifo meu). Para isso, o

conselheiro utilizará um campo semântico próprio, que poderíamos chamar de “semântica da atenuação”. Termos como “parece”, “talvez”, “pode ser” (e suas variações) que instauram uma ambiguidade proposital, e outros como “senti” e “impressão” que denunciam a subjetividade do real são usuais na narração do velho diplomata. Mais do que o uso de formas linguísticas inequívocas, o conselheiro escreverá o seu *Memorial* sob o signo da diplomacia, sendo avesso a discussões e não dizendo tudo que pensa por simples “tédio à controvérsia”.

Ao subir a serra as nossas impressões divergiam um tanto. Campos achava grande prazer na viagem que íamos fazendo de trem de ferro. Eu confessava-lhe que tivera maior gosto quando ali ia em caleças tiradas a burro, umas atrás das outras, não pelo veículo em si, mas porque ia vendo, ao longe cá embaixo, aparecer a pouco a pouco o mar e a cidade com tantos aspectos pinturescos. [...]

Campos continuou a dizer todo o bem que achava no trem de ferro, como prazer e como vantagem. Só o tempo que a gente poupa! Eu, se retorquisse dizendo-lhe bem do tempo que se perde, iniciaria uma espécie de debate que faria a viagem ainda mais sufocada e curta. Preferi trocar de assunto e agarrei-me aos derradeiros minutos, falei do progresso, ele também, e chegamos satisfeitos à cidade da serra. (OC, I, p. 1106).

Ao invés de levar a confrontação das ideias e impressões adiante, Aires prefere mudar de assunto, mantendo cordialmente a paz entre ele e seu interlocutor. A postura mediadora do narrador é, já de saída, marcada pelos extremos em que se divide a personagem numa dupla e opositora identificação entre velhos e jovens, ressaltada em *Esaú e Jacó*, mas intensificada em *Memorial de Aires* nas figuras de Tristão e Fidélia, de um lado, e do casal Aguiar, de outro. Mas a narração atenuadora de Aires não marcará apenas as personagens que o rodeiam, mas também ele próprio. Assim é que se percebe o interesse (e o desejo crescente) por Fidélia ser justificado ao diário como um “estudo”, que tem por finalidade esboçar respostas à ambiguidade da personagem feminina: “O que naquela Fidélia me atrai é principalmente certa afeição de espírito, algo parecido com o sorriso fugitivo, que já lhe vi algumas vezes. Quero estudá-la se tiver ocasião.” (OC, I, p. 1116, grifos meus). Aires dialoga com o “papel amigo” a fim

de que possa invalidar a possibilidade (expressa inúmeras vezes no diário) de que ele se enamora da viúva.⁶

Um dos momentos em que o interesse de Aires pela moça parece mais evidente está na cena em que o conselheiro narra um sonho tido com Fidélia, e o narra sem nenhum índice que se mostre tratar de um sonho:

- Conselheiro, disse ela entre graciosa e séria, que acha que faça? Que case ou fique viúva?
- Nem uma cousa nem outra.
- Não zombe, conselheiro.
- Não zombo, minha senhora. Viúva não lhe convém, assim tão verde; casada, sim, mas com quem, a não ser comigo?
- Tinha justamente pensado no senhor. (OC, I, p. 1121).

O sonho narrado não só volta à situação inicial da aposta entre Aires e Rita (ocorrida no cemitério), como mostra que Fidélia e seu “estado” de viuvez estão em posição de destaque dentro das preocupações do conselheiro. Passagens como esta denunciam a existência, da parte de Aires, de um interesse maior que o puramente documental ou analítico em relação à viúva. É preciso não esquecer que Fidélia é uma jovem que irradia beleza e graça – apesar da viuvez – e que o ex-diplomata se mostra apreciador desses qualificativos femininos em *Esaú e Jacó*: “Gostava assaz de mulheres e ainda mais se eram bonitas” (OC, I, p. 964).

O velho conselheiro se envolve com os fatos narrados quanto mais perto destes está a viúva Noronha. É justamente essa “acomodação emocional” em relação à moça, primeiramente, e a Tristão, mais tarde, que fará Aires negligenciar (entenda-se atenuar/mediar na medida do possível) muitos dos atos suspeitos e ambíguos das respectivas personagens. Juracy Saraiva observa que justificativas como a acima em relação ao interesse do velho conselheiro por Fidélia vem do temor de se expor ao ridículo

⁶ Somente na anotação do dia 10 de fevereiro de 1888, o conselheiro afirma duas vezes seu interesse por Fidélia: “Mas o assunto era curioso, trata-se do casamento, e a viúva interessa-me.” (OC, I, p. 1112); “- Acredito, acredito; acho romanesco. Em todo caso, essa moça interessa-me.” (OC, I, p. 1112). Interesse que é reafirmado, depois de negado algumas vezes, no final do romance, quando Fidélia embarca, já casada com Tristão, para Portugal: “Não acabarei esta página sem dizer que me passou agora pela frente a figura de Fidélia, tal como a deixei a bordo, mas sem lágrimas. Sentou-se no canapé e ficamos a olhar um para o outro, ela desfeita em graça, eu desmentido Shelley com todas as forças sexagenárias restantes.” (OC, I, p. 1198).

pela incompatibilidade entre o amor e sua condição de predestinado ao esquecimento [e é isso que] direciona a exposição das idéias. Ela, no entanto, é solapada pela dualidade dos sentimentos de Aires, que o constrange a negar aquilo que efetivamente desejaria poder afirmar. Assim, o objetivo explícito – invalidar a compreensão sugerida pela leitura – conjuga-se ao objetivo latente – concretizar a compreensão, caso não se tenha efetivado. (SARAIVA, 1993, p. 175).

Assim é que o verso de Shelley (“I can give not what men call love”) ressoa insistentemente no *Memorial*, espécie de canção limitadora da postura do conselheiro diante do amor que a jovem viúva lhe inspira: “O velho sedutor (...) aceita nas palavras de Shelley as medidas possíveis da velhice...” (GUIDIN, 2000, p. 75). Diante da impossibilidade do amor, apesar de senti-lo, o conselheiro Aires se assemelha ao padre narrador de *Casa Velha* (1885), novela que sugere também a irrealização amorosa (agora moral).

Para narrar sob a perspectiva diplomática, Aires utiliza a máscara necessária às relações sociais que manterá. No dia 13 de abril de 1888, ele anota em seu diário: “Ontem com o pai, hoje com a filha. Com esta tive vontade de dizer mal do pai, tanto foi o bem que ela disse dele, a propósito da alforria dos escravos. Vontade sem ação, veleidade pura; antes me vi obrigado a louvá-lo também, o que lhe deu azo a estender o panegírico.” (OC, I, p. 1117). A vontade de Aires fica sem ação, justamente para não contrariar as opiniões de Fidélia a respeito do pai. O conselheiro sabia de antemão (dia 10 de abril) que a atitude de Santa-Pia representava apenas uma atitude de protesto contra o governo, que pensava na abolição dos escravos. Mas ao invés de negar, ele aceita a imagem benevolente que a filha faz do fazendeiro, deixando, assim, desnudadas a mesquinhez de Santa-Pia e a “inocência” de Fidélia. Contrapor a maldade do pai à bondade da filha, essa parece ser a forma “condescendente” de amar (e de mascarar) de Aires. Parece que a visão apaixonada que a viúva incita no conselheiro repercute na narração deste, ainda que não a poupe de certas “verdades”.

Se a atração que Fidélia exerce em Aires faz (ou pode fazer) com que o conselheiro não enxergue toda a verdade em relação à moça, como entender o mesmo procedimento estendido a Tristão? O conselheiro é um dos que ajudam a mostrar alguns aspectos dissimulados e pragmáticos do afilhado do casal Aguiar, apesar de fingir que não os considera de fato. Nesse sentido, Aires é realmente um narrador pouco confiável, principalmente porque advinha toda a verdade (através de insinuações que são quase

que simultaneamente aludidas e refutadas)⁷ e não a revela (diretamente) ao leitor, que deve estar atento, pois, as mais insignificantes indicações do narrador.

Na leitura que a crítica norte-americana Helen Caldwell faz do romance *Dom Casmurro* há um profícuo capítulo em que ela se detém nos nomes machadianos, buscando alcançar seus “verdadeiros” significados e intenções na obra. Um dos nomes analisados por Caldwell é justamente “José”, primeiro nome do conselheiro. As inúmeras vezes que o nome é utilizado na ficção machadiana chama a atenção da estudiosa (na verdade, José é um nome extremamente comum no Brasil), fazendo-a interrogar sobre o porquê de Machado nomear patrão e criado em *Memorial de Aires* com o mesmo nome. Segundo suas considerações,

... Aires é servo de seu país, sem boa alma à qual recorrer, movendo-se como um títere pelo mundo, com todos os atos subordinados a sua carreira de livre e espontânea vontade. Como ele diz de si mesmo: “eu nasci para servir”. A diplomacia do patrão – “sempre com o comentário certo para a ocasião certa” – reflete-se nas bajulações, mentiras e pequenos furtos do criado. A propensão do patrão de meter-se na vida alheia, uma vez que não tem vida própria, é correspondida pelo criado, que mete o nariz nos negócios do patrão. (CALDWELL, 2002, p. 71).

Os dois Josés de *Memorial de Aires* são, portanto, serviçais, cada um a seu modo e de acordo com seu papel. Buscando evidenciar ao máximo o significado do nome, Caldwell mostra que na ficção machadiana ele revela, geralmente,

um homem convencional, ordinário, com os pés no chão, um homem de inteligência e imaginação limitadas, intrometido e prolixo, dado a repetir o óbvio ou o que se passa geralmente por verdade. É com frequência um criado, ou alguém de modos servis, como também hipócrita. (CALDWELL, 2002, p. 70, grifos meus).⁸

Se de modo geral a descrição se encaixa como uma luva à figura de José Dias – o agregado bajulador de *Dom Casmurro* – apresenta traços correspondentes ao conselheiro quando qualificado como “alguém de modos servis” e “hipócrita”. Ser serviçal, como o é Aires, implica, necessariamente, a ser falso e/ou bajulador – a cena

⁷ Pinheiro Passos reforça este argumento ao lembrar que a constante ambiguidade de *Memorial de Aires* se deve à narração do conselheiro, “... onde o que se afirma é em seguida matizado, desmentido, reafirmado e suavizado, desorientando o leitor.” (PASSOS, 1996, p. 18).

⁸ Aires resume o caráter de seu criado José: “... mas, como ele é hábil, engenhoso, cortês, grave, amigo de seu dever, - todos os talentos e virtudes, - preferiu mentir nobremente a confessar a verdade.” (OC, I, p. 1148).

citada em que conversa com Fidélia a respeito da alforria dada aos escravos por Santa-Pia é um bom exemplo disso.

Os costumes diplomáticos, dos quais se ausenta a curiosidade, segundo observa Aires (há de convir o leitor que a característica não combina muito com as imagens da discrição e do comedimento que o velho conselheiro esforça por destacar), leva o narrador a desenvolver uma técnica sofisticada de ouvir do interlocutor o que quer sem necessariamente pedir-lhe. É dessa forma disfarçada que consegue obter de Fidélia algo que a moça não revelava frequentemente. É, no mínimo, digno de interesse o modo pelo qual o conselheiro se apresenta como curioso ao se passar por discreto. Ele reforça sua curiosidade através de um discurso em que prevalece a necessidade e a aparência da discrição. Em outros termos, evidenciando o que chama de discrição, revela a seu leitor a banal e corriqueira curiosidade humana.⁹ Quando possível ainda desvia sua curiosidade para a irmã: “Rita, além de boa pessoa, é curiosa, sem todavia chegar ao superlativo romano.” (OC, I, p. 1098).

Em uma de suas conversas com Aires, Fidélia diz que ela e o falecido marido tentaram a reconciliação das famílias. Eduardo escrevera uma carta ao pai propondo a paz, obtendo uma resposta que nunca fora mostrada à esposa:

- Meu marido nunca me mostrou a resposta do pai, conclui Fidélia, ao contrário, disse-me que não recebera nenhuma. Eu é que a achei depois de viúva, seis ou oito meses depois, entre papéis dele, e compreendi por que a escondera de mim...

Parou aqui. Tive curiosidade de saber o que era, e, evocando a musa diplomática, lembrou-me induzi-la à confissão ou retificação, dizendo à minha recente amiga:

- Dissesse o que fosse a seu respeito ou de seu pai, era natural da parte de um inimigo...

- Não, não, acudiu Fidélia; não teve nenhuma palavra de ódio. Não gosto de repetir o que foi, uma simples linha ou linha e meia, assim: “Recebi a tua carta, mas não o teu remédio para o meu reumatismo”. Só isto. Ele era reumático, e meu marido, como sabe, era médico.

Ri comigo. Não esperava tal remoque da Paraíba do Sul, e compreendi também a reserva do marido. Não compreendi menos a confiança da viúva; cedia, além do mais, à necessidade de contar alguma coisa que distribuisse ao sogro parte grande da culpa que

⁹ “... falei do casal Aguiar e do conhecimento que Rita me disse que ele tinha da vida e da mocidade dos dous cônjuges. Confessei achar nestes um bom exemplo de aconchego e união. Talvez a minha intenção secreta fosse passar dali ao casamento da própria sobrinha dele, suas condições e circunstâncias, coisa difícil pela curiosidade que podia exprimir, e aliás não está nos meus hábitos, mas ele não me deu azo nem tempo.” (OC, I, p. 1106).

cabia ao pai. Não podia tolher que falasse em si o sangue do fazendeiro. Tudo era Santa-Pia. (OC, I, p. 1125-1126, grifos meus).

A invocação da musa se faz a fim de conseguir a confissão da viúva, encobrendo a curiosidade do narrador por costumeiros hábitos da velha diplomacia exercida. A frase jogada por Aires confere à moça terreno seguro para a continuidade do relato, sugerindo-lhe que fosse o que fosse era natural vindo de um homem que odiava a ela e sua família, portanto, algo que facilmente poderia ser relevado. Ao contrário do que espera a curiosidade diplomática do narrador, a resposta se limita a um “remoque” que não deixa de salientar certa crueldade no conselheiro, que ri consigo de algo que aparentemente afeta Fidélia (“não gosto de repetir”). A forma que Aires tem de anular o seu ato (e o teor negativo dele) é transferi-lo a outro. Mas a quem? Não estão aqui a maledicente D. Cesária e a desconfiada mana Rita, as quais o velho diplomata utilizará para jogar com algumas negativas das personagens – do mesmo modo que se valerá das atenuações do casal Carmo para amenizar as atitudes negativas do ambíguo (e pouco confiável) afilhado Tristão. A solução do conselheiro Aires, aqui, é deslocar para Fidélia, atribuindo-lhe o contado apenas para enaltecer a maldade do pai do falecido marido, ainda que essa lhe venha através do sangue Santa-Pia. Nesse jogo de deslocamentos tem-se, assim, Aires afirmando, ainda que de modo sutil (e diplomático), o lado cruel e rancoroso da “saborosa” e encantadora viuvinha Fidélia.

Considerações finais

Pode-se observar no *Memorial* que o narrador Aires exerce o mesmo papel social de sua vida e cria, com isso, uma narrativa que atenua fatos e comportamentos, não tomando partido nem de uma opinião, muito menos de outra: nosso narrador prefere mudar de assunto “e chegar satisfeito à cidade”. Assim, o velho conselheiro se configura como um narrador-diplomata, aquele que concilia as opiniões, atenua os defeitos e ressalta o equilíbrio.

Mas ao optar pela narração diplomática, ele acaba por ressaltar elementos que gostaria de atenuar e, portanto, desmascara suas personagens como a si mesmo. Nesse sentido, tem-se no último romance de Machado de Assis uma continuidade da tradição do desmascaramento empreendido por seus principais narradores, marcada, no entanto,

por uma particularidade – o modo como se dá o desmascaramento, que ao contrário de Brás Cubas, se faz por meio da atenuação.

Cria-se, assim, em *Memorial de Aires*, o que parece ser um paradoxo: a narrativa conciliadora que aparentemente o afasta da tradição do desmascaramento, é também o ponto que o aproxima dessa tradição. Se Brás Cubas é o narrador machadiano que tenciona desmascarar, mascarando; Aires é o narrador que, assumindo prontamente seu papel social de diplomata, mascara desmascarando.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. COUTINHO, Afrânio (org.). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997. (Volume I).
- BOSI, Alfredo. Uma figura machadiana. *O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- BRAYNER, Sônia. As metamorfoses machadianas. *O labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira, 1880-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.
- CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GUIDIN, Márcia Lígia. *Armário de vidro: velhice em Machado de Assis*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.
- LIMA, Luiz Costa. Persona e sujeito ficcional. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- LIMA, Luiz Costa. Sob a face de um bruxo. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- PAES, José Paulo. Um aprendiz de morto. *Gregos e Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PASSOS, Gilberto Pinheiro. *As sugestões do conselheiro: A França em Machado de Assis, Esaú e Jacó e Memorial de Aires*. São Paulo: Ática, 1996.
- RIEDEL, Dirce Cortes. *O tempo no romance machadiano*. Rio de Janeiro: São José, 1959.
- SARAIVA, Juracy Assmann. *O circuito das memórias em Machado de Assis*. São Paulo: Edusp; São Leopoldo, Rio Grande do Sul; Editora Unisinos, 1993.

Michel Foucault e Félix Guatarri: linguagem, poder e desejo

Gisele Reinaldo da Silva¹
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo promover uma reflexão sobre o papel da linguagem e, por conseguinte, da literatura da era clássica para a idade moderna, com base nas reflexões filosóficas de Michael Foucault. Há, nesta passagem histórica, a perda do lugar comum do nome e das coisas, e a relação de interdependência entre linguagem e mundo dá lugar a um espaço de manifestação da linguagem que se representa a si mesma. Neste novo papel da linguagem, discutiremos, ainda, as relações de poder produzidos pelos discursos de verdade que nos atravessam e nos constituem enquanto seres humanos modernos, bem como o lugar do desejo, no campo social, pelas contribuições de outro filósofo francês – Félix Guatarri – nesta sociedade de poder produtora de subjetividades serializadas.

Palavras-Chave: Linguagem, Poder, Desejo, Michel Foucault, Félix Guatarri.

Abstract: This paper aims to promote a reflection about the role of language and, therefore, the literature of the classical era to the modern age, based on the philosophical musings of Michael Foucault. There is, in this historic passage, the loss of a commonplace name and things, and the interdependent relationship between language and world brings a place for manifestation of language that represents itself. In this new role of language, we will discuss also the relations of power produced by the discourses of truth that we go through and which we are formed while modern humans, and the place of desire in the social field, the contributions of another French philosopher - Felix Guattari - power in this society produces subjectivities serialized.

Key Words: Language, Power, Desire, Michel Foucault, Felix Guattari.

“Não se trata mais do triunfo irônico da representação sobre a semelhança; trata-se da obscura violência repetida do desejo que vem vencer os limites da representação²”

Michel Foucault

Sobre Borges, Michel Foucault, em *As Palavras e as Coisas* (1995: p.6), diz que sua monstrosidade não está na “extravagância dos encontros insólitos”, mas no arruinar do próprio espaço comum de encontro das coisas. Sua linguagem, segundo Foucault (1995: p.7) “subtrai o chão, o solo mudo onde os seres podem justapor-se” e,

¹ Mestranda em Letras Neolatinas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Graduada em Português-Espanhol pela mesma instituição e em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professora do Sindicato de Professores do Município do Rio de Janeiro e Região. (email: giselere@gmail.com, Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4423524J5>)

² FOUCAULT (1995) p. 225.

paradoxalmente, é desta impossibilidade de se repartir as coisas em uma relação estável entre conteúdo e continente que a linguagem se entrecruza com o espaço.

Ainda sobre Borges, Foucault (1995: p.7-8) afirma que:

[...] no seu rastro nascia a suspeita de que há desordem pior que aquela do incongruente e da aproximação do que não convém; seria a desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito; e importa entender esta palavra no sentido mais próximo de sua etimologia: as coisas aí são “deitadas”, “colocadas”, “dispostas” em lugares a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar-comum. As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis porque as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula: as heterotopias (encontradas tão frequentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases.

A perda do “comum” no lugar e nome das coisas é o que Foucault define como o arruinar da linguagem. Arruinar este que dá acesso a um pensamento sem espaço, sem lugar, mas que se aproxima de um espaço outro solene, cujas passagens são imprevisíveis e secretas, os caminhos emaranhados, os locais estranhos, de combinações que o nosso costumeiro nomear, falar e pensar não dão conta de tornar previsível. As palavras e as coisas perdem sua sintaxe, pois precisam, em um plano outro de comunicação - o da literatura - ganhar nova semântica.

Segundo Foucault (1995: p.10)

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo

de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar.

Cada cultura, portanto, implica em uma linguagem, uma percepção de mundo, uma estruturação do que será considerado objeto empírico de análise, a fim de sedimentar a problemática e a verdade enunciada por este e não necessariamente por aquele grupo. Ainda sob esta lógica, Foucault (1995: p.10) explica que:

Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas, interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra. Mas, entre essas duas regiões distantes, reina um domínio que, a pesar de ter sobretudo um papel intermediário, não é menos fundamental: é mais confuso, mais obscuro e, sem dúvida, menos fácil de analisar. É aí que uma cultura, afastando-se insensivelmente das ordens empíricas que lhe são prescritas por seus códigos primários, instaurando uma primeira distância em relação a elas, fá-las perder sua transparência inicial, cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se de seus poderes imediatos e invisíveis, libera-se o bastante para constatar que essas ordens não são talvez as únicas possíveis nem as melhores: de tal sorte que se encontre frente ao fato bruto de que há, sob suas ordens espontâneas, coisas que são em si mesmas ordenáveis, que pertencem a uma certa ordem muda, em suma, que há uma ordem.

É como se ao libertar-se deste primeiro estágio de “grilhões linguísticos” que dão vida prática e transparência inicial à cultura, esta instaurasse um segundo grilhão, neutralizador dos primeiros, fazendo-os aparecerem ao mesmo tempo que os excluíssem, encontrando, assim, o estado bruto da ordem. E é em nome desta ordem que são criadas as teorias gerais dos fatos, a ordenação das coisas e a interpretação que as mesmas requerem. Temos, portanto, entre a percepção já codificada e o pensamento reflexivo, um entre-lugar promotor de uma liberação da ordem no seu ser mesmo. É neste momento que a ordem, de fato, aparece, segundo as culturas e épocas, contínua e graduada, ou fragmentada e descontínua, variável, conectada ao espaço e gerada a cada instante de tempo. (FOUCAULT, 1995)

É no entre-lugar que a ordem parece mais verdadeira: anterior às palavras, aos gestos, às percepções, ou seja, menos traduzida pela exatidão ou menos explícita pelas explicações exaustivas do pensamento filosófico, e, por conseguinte, menos duvidosa.

Em toda cultura, entre o uso de seus códigos ordenados e a reflexão sobre sua ordem, há, segundo Foucault (1995: p.11) a “experiência nua da ordem” e de suas possibilidades de se realizar.

Nas modalidades desta ordem se pautam as leis, os seres vivos e sua regularidade, as palavras e seu encadeamento, bem como seu valor representativo. Todas estas modalidades de ordem são reconhecidas e vinculadas a uma noção de espaço e tempo, a fim de constituir uma base positiva de conhecimentos culminantes na gramática, filologia, história natural, biologia, economia política e estudo das riquezas.

Se na idade clássica a teoria da representação e as das linguagens caminhavam juntas, no século XIX, a teoria da representação deixa de estabelecer-se enquanto fundamento geral de todas as ordens possíveis e a linguagem, por sua vez, já não configura mais o quadro espontâneo e primeiro das coisas, instrumento de representação dos seres. É a historicidade que penetra o coração das coisas, definindo-as em sua própria coerência discursiva, respeitosa quanto à continuidade do tempo. A linguagem perde lugar privilegiado e passa a formar parte da história coerente de seu passado, enquanto o homem entra no campo do saber do mundo ocidental.

O homem, segundo Foucault, nesta perspectiva, não passa de uma invenção recente da modernidade, uma figura antropológica, que não tem dois séculos, uma simples obra de nosso saber, que desaparecerá assim que este último encontrar uma forma nova. Se, por um lado, a cultura estabelece como geral a diferença que a limita, por outro, experimenta também a proximidade das coisas, estabelecendo graus de parentescos e a ordem segundo a qual será necessário conhecê-los.

As identidades distintas estabelecidas pela cultura se estabelecem, na perspectiva do autor, sob um fundo confuso, indefinido, sem fisionomia e indiferente das diferenças. A história da ordem das coisas, para a cultura, seria a história do Mesmo, ou seja, do que soa disperso e, ao mesmo tempo, aparentado, do que é tempo interior e, ao mesmo tempo, estranho; do que é do sujeito e, ao mesmo tempo, do outro, a ser, portanto, distinguido por marcas e definido por identidades.

O lugar da cultura na modernidade se assemelha ao lugar do pintor, descrito por Foucault em “Las Meninas”, *As palavras e as coisas* (1995), o qual, ao contemplar seu próprio quadro não poderia ser ao mesmo tempo visto no quadro em que está representado e ver-se como aquele que se aplica a representar alguma coisa. O pintor

reina no entre-lugar dessas duas visibilidades incompatíveis. Foucault (1995: p.20) afirma que:

O espetáculo que ele observa é, portanto, duas vezes invisível: uma vez que não é representado no espaço do quadro e uma vez que se situa precisamente nesse ponto cego, neste esconderijo essencial onde nosso olhar se furta a nós mesmos no momento em que olhamos. E, no entanto, como poderíamos deixar de ver essa invisibilidade, que esta aí sob nossos olhos, já que ela tem no próprio quadro seu sensível equivalente, sua figura selada?

Há uma relação de infinidade entre linguagem e pintura. Não porque a pintura torna visível o que as palavras possivelmente não expressariam, e sim, porque são irreduzíveis uma à outra, pois por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se limita ao que se diz e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas luzem não é aquele cujos olhos fazem ver, mas aquele estabelecido pelas sucessões sintáticas.

A representação, agora, pode existir como pura representação de si mesma, considerando todas as suas imagens, olhares aos quais se oferece, rostos que torna visíveis, gestos que a fazem nascer. Há um desaparecimento necessário daquilo que a funda, da semelhança.

Até o fim do século XVI, é papel da semelhança o de conduzir a arte, a interpretação dos textos, a organização de seus símbolos, com o objeto de tornar conhecido o visível e o invisível das coisas. O mundo, portanto, organizava-se em torno de si mesmo, e, nas palavras de Foucault, em “A prosa do mundo”, *As Palavras e as Coisas* (1995: p.33), este jogo se dava com “a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem”. Foucault (1995: p.34) elucida que:

Na vasta sintaxe do mundo, os diferentes seres se ajustam uns aos outros; a planta se comunica com o animal, a terra com o mar, o homem com tudo o que o cerca. A semelhança impõe vizinhanças que, por sua vez, asseguram semelhanças. O lugar e a similitude se imbricam: vê-se crescer limos nos dorsos das conchas, plantas nos galhos dos cervos, espécies de ervas nos rostos dos homens; e o estranho zoófito justapõe, misturando-as, as propriedades que o tornam semelhante tanto à planta quanto ao animal. São signos de conveniência.

A representação se dedicava à repetição, a pintura à imitação do espaço e toda linguagem se articulava como uma espécie de teatro da vida, ou ainda, espelho do

mundo. Este era, segundo Foucault, seu direito de falar. O mundo era a conveniência universal das coisas. E à semelhança cabia o papel de dizer-nos de que modo o mundo deveria se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir, ou se encadear. Os caminhos da similitude não nos eram encobertos, embora onde ela estava, como a víamos ou com que marca a reconhecíamos não nos fosse apreensível. Foucault (1995: p.42) questionava:

É preciso que as similitudes submersas estejam assinaladas na superfície das coisas; é necessária uma marca visível das analogias invisíveis. Acaso não será toda semelhança a um tempo o que há de mais manifesto e o que está melhor oculto?

A semelhança era a forma invisível de tornar as coisas visíveis e para logr-lo, era necessária uma figura visível que as retirasse de seu profundo estado de invisibilidade, daí a face do mundo ser coberta de brasões, caracteres, cifras, palavras obscuras. O espaço das semelhanças imediatas torna-se um imenso livro aberto e o grande espelho calmo, no qual, segundo Foucault, as coisas se mirariam e se remeteriam às suas imagens é, na verdade, todo buliçoso de palavras. E é em função de um último estado de semelhança, que reúne todas as outras em um único círculo, que o mundo pode ser comparado ao homem que fala.

A busca do sentido para as coisas significa trazer à tona suas semelhanças, da mesma forma que a busca pela lei dos signos significa descobrir as coisas que são semelhantes e, por fim, a gramática dos indivíduos é sua exegese. Sua linguagem narra a sintaxe que os mantém conectados. Foucault (1995: p.46) afirma que:

A natureza das coisas, sua coexistência, o encadeamento que as vincula e pelo que se comunicam não é diferente de sua semelhança. E esta só aparece na rede de signos que, de um extremo ao outro, percorre o mundo. A “natureza” está inserida na fina espessura que mantém, uma acima da outra, semiologia e hermenêutica; ela só é misteriosa e velada, só se oferece ao conhecimento por ela às vezes confundido, na medida em que essa superposição não se faz sem um ligeiro desnível das semelhanças. De imediato, o crivo não é claro; a transparência se acha turva desde o primeiro lance. Aparece um espaço sombrio que será necessário progressivamente aclarar. É aí que está a “natureza” e é isso que é mister aplicar-se a conhecer. Tudo seria imediato e evidente se a hermenêutica da semelhança e a semiologia das assinalações coincidissem sem a menor oscilação. Mas, posto que há um “vão” entre as similitudes que formam grafismo e as que formam discurso, o saber e seu labor

infinito recebem aí o espaço que lhes é próprio: terão que sulcar essa distância indo, por um ziguezague indefinido, do semelhante ao que lhe é semelhante.

O saber produzido pela semelhança é definido como pletórico e, concomitantemente, pobre, por Foucault. Pletórico por ser ilimitado, já que a semelhança jamais permanece estável em si mesma, ao contrário, só se fixa por outra semelhança, que por sua vez requererá outras similitudes, de maneira que uma semelhança só vale pela acumulação que faz de diversas outras, percorrendo o mundo inteiro a fim de justificar a mais tênue das analogias, até que esta apareça como certa. Este saber, portanto, constitui-se movediço e a única forma possível de ligação entre seus elementos é a adição. Daí suas imensas colunas. Daí sua monotonia. Daí sua pobreza.

A semelhança habita, do mesmo modo, a marca e o conteúdo. Funciona como o nexó entre o signo e seu significado, de modo que o saber do século XVI estava condenado a conhecer sempre a mesma coisa, por um percurso sempre indefinido. Segundo Foucault (1995: p.48):

De fato, não é de uma insuficiência de estrutura que sofre o saber do século XVI. Vimos, ao contrário, quão meticulosas são as configurações que definem seu espaço. É esse rigor que impõe a relação com a magia e com a erudição – não conteúdos aceitos, mas formas requeridas. O mundo é coberto de signos que é preciso decifrar, e estes signos, que revelam semelhanças e afinidades, não passam, eles próprios, de formas da similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e, sem ela, permanecerá palavra muda, adormecida nas coisas.

A linguagem vale como o signo das coisas, e a relação com os textos é da mesma natureza que a relação com as coisas: são signos que deciframos, fazendo-os falar. No século XVI (FOUCAULT, 1995: p.51),

A linguagem real não é um conjunto de signos independentes, uniforme e liso, onde as coisas viriam refletir-se como num espelho, para aí enunciar, uma a uma, sua verdade singular. É antes coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e ponto por ponto enigmática, que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas: tanto e tão bem que, todas juntas, elas formam uma rede de marcas, onde cada uma pode desempenhar, e desempenha de fato, em relação a todas as outras, o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação. No seu ser bruto e histórico do século XVI, a

linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar.

A linguagem não é o que é porque tem um sentido. Seu conteúdo representativo que, para os gramáticos dos séculos XVII e XVIII será de tamanha relevância ao ponto de servir de fio condutor para suas análises, não tem no século XVI papel a ser desenvolvido. As palavras estruturam sílabas e as sílabas, por sua vez, se constituem por letras, sendo depositadas nestas, virtudes que se aproximam e se desassocia, da mesma forma que no mundo as marcas se opõem e se atraem umas as outras, constantemente.

A natureza é, por excelência, um tecido ininterrupto de palavras e de marcas, de narrativas e de caracteres, de discursos e de formas. Saber, segundo Foucault (1995: p.56), “consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar”. Não cabe ao saber o papel de ver ou demonstrar e, sim, o de interpretar. Nas palavras do respectivo filósofo (FOUCAULT, 1995: p.57-58),

A linguagem do século XVI – entendida não como um episódio na história da língua, mas como uma experiência de cultura global – foi sem dúvida tomada nesse jogo, nesse interstício entre o Texto primeiro e o infinito da Interpretação. Fala-se sobre o fundo de uma escrita que se incorpora ao mundo; fala-se infinitamente sobre ela, e cada um de seus signos torna-se, por sua vez, escrita para novos discursos; mas cada discurso se endereça a essa primeira escrita, cujo retorno ao mesmo tempo promete e desvia. Vê-se que a experiência da linguagem pertence à mesma rede arqueológica a que pertence o conhecimento das coisas da natureza. Conhecer essas coisas era patentear o sistema das semelhanças que as tornavam próximas e solidárias umas às outras; não se podia, porém, fazer o levantamento das similitudes senão na medida em que um conjunto de signos formava o texto de uma indicação peremptória. Ora, esses mesmos signos não eram senão um jogo de semelhanças e remetiam a uma tarefa infinita, necessariamente inacabada, de conhecer o similar. Da mesma forma, mas com alguma transposição, a linguagem dá por tarefa restituir um discurso absolutamente primeiro que, no entanto, ela só pode enunciar acercando-se dele, tentando dizer a seu propósito coisas semelhantes a ele, e fazendo nascer assim, ao infinito, as fidelidades vizinhas e similares da interpretação.

É no fim do século XVI e início do século XVII que a semelhança rompe sua dependência com o saber, com o horizonte do conhecimento. Se desde o estoicismo que o sistema de signos no mundo ocidental se constituía por significante, significado e a “conjuntura”, a partir do século XVII, a estrutura do signo se tornará binária, definida pela ligação de um significante com um significado.

Abre-se, portanto, caminho para a cultura de significação dos signos, em que as coisas e as palavras se separam, pelo questionamento que se fará a respeito de como reconhecer na designação de um signo aquilo que ele realmente significa. O pensamento moderno faz da linguagem um caso de significação e rompe com a profunda interdependência entre linguagem e mundo.

Há um desaparecimento da camada uniforme na qual se entrelaçavam indefinidamente o visto e o lido, o visível e o enunciável. Se antes a significação dos signos não existia por estar absorvida pela cultura do semelhante, agora, o olho será destinado a ver e apenas ver, o ouvido a ouvir e apenas ouvir e o discurso dirá o que é, mas não será nada além do que ele diz.

É a literatura, nos séculos XVII e XVIII, que tenta recuperar, ainda que de forma mais diagonal que direta, nas palavras de Foucault, este saber vivo da linguagem. Toda linguagem valia como discurso e a arte da linguagem era uma forma de “fazer signo”, ou seja, significar alguma coisa, ao mesmo tempo que dispunha signos em torno dessa coisa. Foucault (1995: p.59-60) define como:

Uma arte, pois, de nomear e, depois, por uma reduplicação ao mesmo tempo demonstrativa e decorativa, de captar esse nome, de encerrá-lo e encobri-lo por sua vez com outros nomes, que eram sua presença adiada, seu signo segundo, sua figura, seu aparato retórico.

Durante todo o século XIX até hoje, a literatura só existiu em sua autonomia, só existiu livre de qualquer outra linguagem, ao constituir um “contradiscurso”, extraíndo assim, da função representativa ou significante da linguagem, aquele ser bruto esquecido desde o século XVI. Acredita-se lograr na modernidade alcançar a essência da literatura quando se a interroga não mais ao nível do que ela diz, mas no tocante à sua forma significante, sendo a literatura aquilo que compensa, não o que confirma o funcionamento significativo da linguagem.

Segundo Foucault (1995: p.60), na idade moderna,

O ser da linguagem brilha de novo nos limites da cultura ocidental – e em seu coração – pois ele é, desde o século XVI, aquilo que lhe é mais estranho; porém, desde esse mesmo século XVI, ele está no centro do que ela recobriu. Eis por que, cada vez mais, a literatura aparece como o que deve ser pensado; mas também, e pela mesma razão, como o que não poderá em nenhum caso ser pensado a partir de uma teoria da significação. Quer a analisemos do lado do significado (o que ela quer dizer, suas “ideias”, o que ela promete ou o que exige), quer do lado do significante (com a ajuda de esquemas tomados à linguística ou à psicanálise), pouco importa: isso não passa de um episódio. Tanto num caso como no outro, buscamos-na fora do lugar onde, para nossa cultura, ela jamais cessou, desde há um século e meio, de nascer e de se imprimir. Tais modos de decifração provêm de uma situação clássica da linguagem – aquela que reinou no século XVII, quando o regime dos signos se tornou binário e quando a significação foi refletida na forma de representação; então a literatura era realmente composta de um significante e de um significado e merecia ser analisada como tal. A partir do século XIX, a literatura repõe à luz a linguagem no seu ser: não, porém, tal como ela aparecia no final do Renascimento. Porque agora não há mais aquela palavra primeira, absolutamente inicial, pela qual se achava fundado e limitado o movimento infinito do discurso; doravante a linguagem vai crescer sem começo, sem termo e sem promessa. É o percurso desse espaço vazio e fundamental que traça, dia a dia, o texto da literatura.

Trata-se de uma nova experiência da linguagem e das coisas, em que as palavras encontram ininterruptamente seu poder de estranheza e o recurso de sua contestação. Abriu-se espaço para um saber no mundo ocidental cujo cerne de sua questão já não são mais as similitudes e, sim, as identidades e diferenças. Foucault (1995: p.64) explica que “[...] a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária donde só reaparecerá, em seu ser absoluto, tornada literatura [...]”.

Nesta conjuntura, considerando a indissociabilidade da teoria da história natural para com a teoria da linguagem, cabe destacar o papel fundamental que o *a priori*³ histórico desempenha neste processo de reformulação do trato com a linguagem. O *a priori* é aquilo que, em uma dada época, seleciona na experiência um campo de saber plausível, determina o modo de ser dos objetos que surjam neste terreno, arma o olhar

³ Cf. capítulo V “CLASSIFICAR”, em *As Palavras e as Coisas*, 1995, no tópico VII denominado “O discurso da natureza”, p. 172-178.

cotidiano de poderes teóricos e estabelece as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso identificado como verdadeiro.

O *a priori* histórico é a organização de uma história natural, ou seja, é a organização de um determinado visível como domínio do saber, a constituição de uma ordem constante, em um conjunto de representações complexas, determinando o *descritível e ordenável*. A vida não constitui, segundo Foucault (1995: p.176),

um limiar manifesto a partir do qual formas inteiramente novas do saber são requeridas. Ela é uma categoria de classificação, relativa, como todas as outras, aos critérios que se fixarem. E, como todas as outras, submetida a certas imprecisões desde que se trate de fixar-lhe fronteiras.

A história natural é contemporânea da linguagem. Só existe, no entanto, enquanto língua independente de todas as outras se for língua bem-feita, ou seja, universalmente válida e se a exatidão descritiva fizer de toda proposição um recorte constante do real. O verbo, por exemplo, tem na linguagem uma função universal e vazia. Apenas prescreve a forma mais geral da proposição e é no interior desta que os nomes fazem atuar seu sistema de articulação.

Não se deve, no entanto, vincular a história natural, tal como se desenvolveu na época clássica, a uma filosofia balbuciente da vida. Ela está, na verdade, interligada a uma teoria das palavras. Está situada, concomitantemente, antes e depois da linguagem: desfaz a de todos os dias para, em seguida, refazê-la e descobrir o que a tornou possível através das semelhanças cegas da imaginação, nas palavras de Foucault.

Critica-a, não arbitrariamente, mas para descobrir-lhe o fundamento. Perpassa o léxico cotidiano e, aquém dele, mergulha no que pode constituir sua razão de ser, embora, inversamente, aloje-se por inteiro no espaço da linguagem, visto que é essencialmente um uso regulado dos nomes e tem por objeto dar definição verdadeira às coisas.

Segundo Foucault (1995: p.177),

Entre a linguagem e a teoria da natureza, existe portanto uma relação que é de tipo crítico; conhecer a natureza é, com efeito, construir, a partir da linguagem, uma linguagem verdadeira que descobrirá, porém, sob que condições toda linguagem é possível e dentro de que limites pode ter ela um domínio de validade.

O autor explica que o problema essencial do pensamento clássico era lograr uma atribuição de *ordem* aos *nomes*, ou seja, o mesmo visava encontrar uma *nomenclatura*

que representasse uma *taxinomia*, ou ainda, implantar um sistema de signos que condissesse com a continuidade do ser. Já o pensamento moderno plantea como questionamento a relação de sentido com a forma da verdade e a forma do ser, pois no seio de nossa reflexão reina um discurso, talvez inacessível, mas que funciona, ao mesmo tempo, como uma ontologia e uma semântica. Não se trata de um novo método e, sim, de uma nova consciência desperta e irrequieta do saber moderno.

O fim da era clássica coincide com a liberação ao lugar da representação da linguagem, do ser vivo e da necessidade. Antes, era o sistema clássico quem comandava o modo de ser da linguagem, dos indivíduos, da natureza e da própria necessidade, o que tornava a análise da linguagem valor determinante para todos os domínios empíricos. Todo o sistema clássico da ordem, da *taxinomia*, pela qual as coisas eram reconhecidas pelo valor de sua identidade, se desdobrava no espaço aberto no interior de si pela representação.

A linguagem é, na era clássica, a representação das palavras, a natureza é a representação dos seres, e a necessidade é a representação da necessidade. O fim do pensamento clássico tensiona esta estrutura e provoca um recuo da representação à liberação da linguagem e, por conseguinte, à possibilidade de ser duplicada, limitada, guarnecida, mistificada e, possivelmente, regida pelo enorme impulso exterior da liberdade, ou de um desejo, ou de uma vontade, que se apresentarão, segundo Foucault (1995: p.224), “como o reverso metafísico da consciência”.

A experiência moderna destrona o discurso representativo de seu reino significante de si mesmo e enuncia a ordem adormecida das coisas. Abre espaço à lei sem lei do desejo, em lugar da ordenada representação discursiva de outrora. Trata-se da libertinagem da era moderna. A última do mundo ocidental, segundo Foucault.

O libertino é aquele que obedece a todas as fantasias do desejo e a cada um de seus furores. Foucault afirma que “não se trata mais do triunfo irônico da representação sobre a semelhança; trata-se da obscura violência repetida do desejo que vem vencer os limites da representação” (FOUCAULT, 1995: p.225). Tentamos agora, na modernidade, ter a violência, a vida, a morte, o desejo, a sexualidade em nosso discurso, em nossa liberdade, em nosso pensamento, embora sob os limites de um pensamento que é curto, de uma liberdade que é submissa, de um discurso que é repisado, o que demonstra que, no fundo, a busca é incessante e quase sempre intangível.

É no início do século XIX que a linguagem se entranha em sua espessura de objeto e se deixa, de parte a parte, perpassar por um saber, constituindo-se sob uma forma independente, a partir de um isolamento cultural a um lugar de linguagem singular, de difícil acesso, “dobrada sob o enigma de seu nascimento e inteiramente referida ao ato puro de escrever” (FOUCAULT, 1995: p.316). Interessante e coerente a definição de Foucault, quando diz que “A literatura é a contestação da filologia (de que é, no entanto, figura gêmea): ela reconduz a linguagem da gramática ao desnudado poder de falar, e lá encontra o ser selvagem e imperioso das palavras. (FOUCAULT, 1995: p.316)

Foucault (1995) defende que a função da literatura com respeito ao modo de ser moderno da linguagem está no efeito que a mesma promove em encerrar-se em uma intransitividade radical no discurso das ideias, destacando-se de todos os valores que na idade clássica poderiam fazê-la nascer e circular no seu próprio espaço, tais como o gosto, o prazer, o natural, o verdadeiro. Ao contrário, seu papel agora é assegurar-se na denegação lúdica do escandaloso, feio, impossível, rompendo com as definições rígidas de “gêneros”, enquanto formas ajustadas a uma estrutura ordenada de representações, tornando-se, pura e simplesmente, manifestação de uma linguagem cuja lei é afirmar, como embate a todos os demais discursos, sua existência abrupta.

Sobre o ser humano, a partir do século XIX, Foucault (1995: p.386) ressalta que:

O ser humano não tem mais história: ou antes, porque fala, trabalha e vive, acha-se ele, em seu ser próprio, todo imbricado em histórias que não lhe são nem subordinadas nem homogêneas. Pela fragmentação do espaço onde se estendia continuamente o saber clássico, pelo enredamento de cada domínio assim liberado de seu próprio devir, o homem que aparece no começo do século XIX é “desistoricizado”. E os valores imaginários que o passado então assumiu, todo o halo lírico que cercara, nessa época, a consciência da história, a viva curiosidade pelos documentos ou vestígios que o tempo pôde deixar atrás de si – tudo isso manifesta, na superfície, o fato nu de que o homem achou-se vazio de história, mas que já se entregava à tarefa de reencontrar, no fundo de si mesmo e em meio a todas as coisas que pudessem lhe devolver sua imagem (as outras estando caladas e voltadas sobre si mesmas), uma historicidade que lhe estivesse ligada

essencialmente. Essa historicidade, porém, é desde o início ambígua.

Assim, surge por trás da história das positivities, aquela, mais radical, referente ao homem em si mesmo. Homem este, que não somente tem história em torno de si, mas que configura a própria história da vida humana, da economia, das linguagens. Haveria, então, uma história própria do homem, que acaba por funcionar com a dispersão radical de todas as outras. Com o século XIX, Foucault (1995: p.387) afirma que “cessou a pura crônica dos acontecimentos, a simples memória de um passado povoado somente de indivíduos e acidentes, e que se buscaram as leis gerais do devir”.

A partir de então, o que vem à tona é a forma nua da historicidade humana, sobretudo, o fato de que o homem enquanto tal está sujeito ao acontecimento. Na ótica de Foucault (1995: p.388)

Quanto mais a História tenta ultrapassar seu próprio enraizamento histórico, quanto mais se esforça por atingir, para além da relatividade histórica de sua origem e de suas opções, a esfera da universalidade, tanto mais claramente traz ela os estigmas do seu nascimento histórico, tanto mais evidentemente aparece através dela a história de que ela mesma faz parte(e disso, também Splenger e todos os filósofos da história dão testemunho); inversamente, quanto mais ela aceita sua relatividade, quanto mais se entranha no movimento que é comum a ela e ao que ela conta, tanto mais então ela tende à exiguidade da narrativa, e todo o conteúdo positivo que ela se conferia através das ciências humanas se dissipa.”

Em seu livro *A arqueologia do saber* (2002: p.7-8) Foucault defende que:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa.

Isso quer dizer que a história tradicional tinha por propósito “memorizar”⁴ os monumentos do passado, transformando-os em documentos, enquanto que nos dias atuais, a história transforma os documentos em monumentos, na medida em que os organiza, inter-relaciona, de maneira a torná-los pertinentes dentro de um conjunto. Seu papel atual se volta mais para a arqueologia, pelo processo de dar sentido a monumentos deixados no passado, através do restabelecimento de um discurso histórico aos mesmos.

Os discursos formam os objetos de que falam, segundo Foucault (2002). Não se pode esperar do discurso um puro entrecruzamento simples entre palavras e as coisas. O discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma determinada realidade e uma língua, ou ainda, o intrincamento entre um léxico e uma experiência.

Ao contrário, nos discursos, laços aparentemente rígidos entre palavras e coisas se desfazem, em função de um conjunto de regras da própria prática discursiva. Tais regras, segundo Foucault (2002: p.56), definem “não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos”. Os discursos são, afinal, não conjuntos de signos, mas práticas que sistematicamente formam os objetos de que falam, conforme mencionado acima.

No capítulo XII “Soberania e disciplina”, de seu livro *Microfísica do poder* (1985: p.179-180), Foucault explica que:

Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.

Segundo Foucault, somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, condenados a encontrá-la. Da produção da verdade depende a produção de riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade no sentido de que esta configura a lei e

⁴ Definição atribuída por Foucault, em *A arqueologia do saber*, 2002, p.8.

constitui o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos parcialmente, efeitos de poder. Somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desenvolver funções e destinados a certo modo de viver ou morrer em função de sermos atravessados por discursos de verdade que levam consigo efeitos específicos de poder.

Poder deve ser compreendido, nesta conjuntura, não em sua faceta interna de “quem tem o poder? E qual sua intencionalidade?”, e sim, precisa ser considerado em sua faceta externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, ou seja, onde ele se implanta e produz efeitos reais. A pergunta não é, portanto, por que alguns querem dominar, o que buscam e qual sua estratégia global, mas sim, “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc.” (FOUCAULT, 1985: p.182)

Em outras palavras, trata-se de se questionar não sobre como o soberano chegou ao topo, mas tentar identificar como foram constituídos, pouco a pouco, real e materialmente, os súditos, considerando a multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. E, com isso, segundo Foucault (1985: p.183), “captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos”.

Cabe a ressalva de que o poder não deve ser compreendido enquanto fenômeno maciço e homogêneo de dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras. Isto é: o poder não pode ser dividido entre aqueles que o possuem, e o detém com exclusividade, em detrimento daqueles que não o possuem e, portanto, se submetem ao poderio de outrem. Ao contrário, o poder deve ser considerado como algo que só tem funcionalidade em cadeia. Nunca estará localizado aqui ou ali, ou nas mãos de um único indivíduo, ou na apropriação de uma riqueza ou bem.

O poder funciona e se executa em rede. Seus indivíduos circulam e se deslocam de posição entre exercer ou sofrer a ação do poder. Não configuram alvos inertes ou consentidos do poder, visto que são sempre centros de transmissão. Segundo Foucault (1985: p.83), “o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.

O filósofo explica que aquilo que se forma na base do poder não são as ideologias. Segundo Foucault, é muito mais e muito menos do que isso. São

instrumentos reais de formação e de acumulação do saber, ou seja, métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação, os quais demonstram que para que o poder se exerça é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber ou aparelhos de saber, que não são meramente construções ideológicas.

Não se trata, assim, de conceber o indivíduo como se este fosse uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte, a qual o poder atingiria e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Um dos primeiros efeitos de poder é justo aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos. O indivíduo é efeito e centro de transmissão de poder, paralelamente.

O filósofo francês Félix Guatarri, em parceria com a psicanalista brasileira e crítica cultural Suely Rolnik, na apresentação de seu livro *Micropolítica. Cartografias del Deseo* (2006), promove uma reflexão sobre esta sociedade de poder produtora de homens e mulheres como somos, reduzidos à condição de suporte de valores. Segundo Guatarri (2006), residimos em territórios sociais cuja estrutura é de identidades previamente reconhecidas em nossa consciência e seus ideais padronizados pelos discursos de verdade que organizam o poder e o fato é que, na perspectiva do autor, muitas vezes não há outra saída.

De acordo com Guatarri (2006) somos todo o tempo e por todos os lados solicitados a produzir subjetividades serializadas, que nos deslocam a uma constante crise, não apenas econômica, mas também do desejo. Nossa atitude é defensiva e fragilizada pelo medo à marginalização social que comprometa a própria possibilidade de existência, em caso de que ousemos criar territórios singulares em nossos modos de vida. Na apresentação do livro, Rolnik (2006: p.21) questiona:

Que misterioso protesto (o do inconsciente) seria esse? Um protesto que não tem a ver – pelo menos, não diretamente – com o das consciências e seus interesses ou com aquilo que se expressa em manifestações como as de uma campanha eleitoral. Se entendermos o inconsciente como o âmbito da produção de territórios de existência, suas cartografias e suas micropolíticas, produção operada pelo desejo, desfaz-se o enigma: motivos de sobra justificam este protesto. Não é difícil identificá-los: todos vivemos quase que cotidianamente em crise, crise da economia, mas não só da economia material, mas também

da economia do desejo que faz com que mal consigamos articular um certo modo de viver e ele já caduca. Vivemos sempre em defasagem a respeito da atualidade de nossas experiências. Somos íntimos desse incessante sucateamento de modos de existência promovido pelo mercado que faz e desfaz mundos: treinamos, dia após dia, nosso jogo de cintura para manter um mínimo de equilíbrio nisso tudo e adquirir agilidade na produção de territórios.⁵

Guatarri (2006) explica que o universo da ordem social, da razão e do eu, ou seja, dos discursos de verdades permitidas, se opõem ao universo bruto do desejo. E é esta oposição que devemos reavaliar, se considerados os verdadeiros componentes criadores de subjetividades. No mundo dos sonhos ou da loucura, nas semióticas da infância ou das sociedades denominadas primitivas há funcionamento de agenciamentos, de sintaxes e de modos de semiotização altamente elaborados, que não implicam, necessariamente, em metalinguagens e decodificações para interpretá-los, dirigi-los, normalizá-los e ordená-los.

São as incidências micropolíticas ou políticas imediatas que estabelecem, em seus movimentos de emancipação social fora dos quadros tradicionais de organização, a importação de modelos maniqueístas, como, por exemplo, o que opõe centralismo democrático *versus* espontaneidade. Há uma homeostase, segundo o autor, entre o nível político e as referências teóricas da psicologia, psicologia social e psicanálise no tocante a este tema.

Trata-se de uma tentativa insistente na ideia de que deve haver uma modelização simbólica, uma primazia de linguagens bem ordenadas, uns modos de estrutura bastante diferenciados, que deverão assumir e decodificar a relação supostamente indiferenciada entre desejo e espontaneidade. Nesta conjuntura, o desejo figura, portanto, como algo nebuloso, desorganizado, uma sorte de força bruta que implicaria passar pelo crivo simbólico e/ou pela castração da psicanálise, ou ainda, pelas malhas de algum tipo de organização de centralismo democrático. Ou seja, cada campo, enquanto tal, crê ser necessário disciplinar o desejo.

⁵ Todas as traduções do livro *Micropolíticas. Cartografías del deseo*, de Félix Guatarri, 2006, presentes neste estudo são de minha autoria.

Não se trata, em absoluto, de uma comunicação direta e, sim, entra em jogo toda uma rede de grupos primários, com filtros de lideranças, que podem acelerar ou inibir o sistema de modelização. Nas palavras de Guatarri (2006: p.255):

Assim, a ideia de que haveria órgãos centrais projetando-se sobre um caos, ideia paralela aos diferentes modos de teorização da pulsão, não me parece ser uma boa “rede” interpretativa. O fato de agenciamentos de enunciação não terem acesso aos microfones, à televisão ou aos jornais, não os transforma automaticamente em caos. Em outras palavras, a problemática dos agenciamentos singulares de enunciação não sai *ex-nihilo* de uma realidade caótica: há milhares de esboços, de elementos catalisadores altamente diferenciados, suscetíveis de se articularem entre si em um processo criador, ou entrarem em fenômenos de implosão, de autodestruição, de microfascismo – o que, ainda assim, não os transforma em caos.

O desejo não constitui um assunto secreto ou vergonhoso, como pretendem a psicologia e a moral dominante, ao contrário, trata-se de uma formação coletiva, que atravessa, portanto, o campo social. Guatarri (2006: p.255) o define como “todas as manifestações de vontade de viver, de criar, de amar; como vontade de criar outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores”.

No contexto vigente de “subjetividade capitalista”⁶, a concepção de desejo é totalmente utópica e anárquica, cujo pensamento dominante se centra, de acordo com Guatarri (2006: p.255) na ideia de que “a vida é muito difícil, e há uma série de contradições e dificuldades”, de forma que o desejo só pode existir se radicalmente distanciado da realidade, sendo necessário escolher entre um princípio de prazer/princípio de desejo ou um princípio de realidade/ princípio de eficiência no real.

Faz-se mister pensar se não há outras formas de ver e praticar as coisas, nas palavras de Guatarri, se não há outras formas de fabricar realidades, outros referenciais, que não assumam esta posição castradora com respeito a noção de desejo, de maneira a não mais atribuí-lo essa aura de vergonha e culpabilidade, reduzindo-o à condição de clandestinidade, impotência e repressão. Nesta conjuntura, Guatarri (2006: p.256) apresenta o seguinte questionamento:

Há uma problemática teórica que me parece importante para a reflexão daqueles que trabalham na psicologia, na psicanálise, no trabalho social em geral. Como consideramos o desejo? Todos os modos de elaboração do desejo e, antes de nada, todas

⁶ Expressão utilizada por Guatarri, 2006, p.255, para caracterizar a modelização capitalista dominante.

as formas concretas pragmáticas do desejo, identificam esta dimensão subjetiva como algo que pertence ao instinto animal, como uma pulsão que funciona segundo princípios semióticos totalmente heterogêneos aos que habitam uma prática social. Tanto nas teorias clássicas da psicanálise como nas estruturalistas não há diferenças neste ponto. Para qualquer uma destas teorias “o desejo é correto, bom, muito útil”, mas é preciso que entre em quadros – quadros do eu, quadros da família, quadros sociais, quadros simbólicos (pouco importa como os nomeiam). E para que assim seja são necessários certos procedimentos de iniciação, de castração, de ordenamento das pulsões.

Guatarri (2006) questiona tal teoria a partir de sua defesa de que o desejo nunca é uma energia indiferenciada, uma função de desordem. Não há uma essência bestial do desejo, ao contrário, o desejo é sempre o modo de produção, construção de algo. Este tipo de teorização, na perspectiva do autor, deve ser desmontado, visto que não há um processo de formação genética nas crianças que desemboque em uma maturação da economia desejável. A criança, por menor que seja, vive sua relação com o mundo e com o outro de modo extremamente produtivo e criativo. O processo de indiferenciação é resultado de uma modelização de suas semióticas pelo seu contexto social e escolar.

O autor afirma que a concepção dominante de ordem social define o desejo de forma nefasta, na medida em que almeja discipliná-lo, instituindo uma lei para seu controle. Tal perspectiva crê na inverdade de que a castração simbólica permite a existência da sociedade, da linguagem e do sujeito. Há, ainda, uma concepção animalesca para o desejo, quando na verdade, mesmo no reino animal, o instinto, a pulsão, o desejo não tem nenhuma relação com alguma espécie de pulsão bruta. O desejo é correspondente, na verdade, a modos de semiotização altamente elaborados, a micropolíticas do espaço e das inter-relações entre os animais, que implicam toda uma estratégia e até certa economia estética. Guatarri (2006: p.257) explica que:

Assim, esta oposição – por um lado desejo-pulsão, desejo-desordem, desejo-morte, desejo-agressão, e, por outro, interação simbólica, poder centralizado em funções do Estado – me parece uma imagem totalmente reacionária. É perfeitamente concebível que se organize um outro tipo de sociedade, capaz de preservar processos de singularização na ordem do desejo sem que isso implique em uma confusão total na escala da produção, sem que suponha uma violência generalizada e uma incapacidade por parte da humanidade em administrar a vida. A produção de subjetividade capitalística – que desemboca em devastações

incríveis em nível ecológico, social, no conjunto do planeta – é a que constitui um fator de desordem considerável, que, de fato, pode nos levar a catástrofes absolutamente definitivas.

Cabe destacar outro questionamento fundamental por parte do autor, centrado na discordância desta visão dominante do desejo como fato individual em um plano coletivo. Em parceria com o filósofo francês Gilles Deleuze, Félix Guatarri desenvolve uma concepção de desejo no campo social, que tende a partir de uma ideia de economia coletiva, de agenciamentos coletivos do desejo e de subjetividade, que em algumas circunstâncias e contextos sociais, podem individualizar-se, mas não são como característica mor do desejo.

A concepção clássica de desejo pensa no individual, pelo qual o social vai sendo construído, por etapas sucessivas. No entanto, Guatarri (2006) ressalta a produção de subjetividade do desejo, para além de sua modelização, como um fenômeno de destaque, que tem a ver com a pragmática do processo de construção do desejo. Guatarri (2006: p.282) elucida:

Com Gilles Deleuze, forjei uma expressão que pode parecer paradoxal, mas que nos foi bastante útil em nossa reflexão: trata-se do conceito de “máquina desejante”. A ideia é que o desejo corresponde a um certo tipo de produção e que não tem em absoluto nada de indiferenciado. O desejo não é uma pulsão orgânica, nem algo a ser trabalhado pelo segundo princípio da termodinâmica, arrastado de maneira inexorável por uma espécie de pulsão de morte. Pelo contrário, o desejo tem infinitas possibilidades de montagem. A partir de nossa perspectiva, o desejo de uma criança, por exemplo, não pode ser reduzido aos esquemas da psicanálise – a seus imagos de triangulações. Observando as coisas simplesmente a partir de um ponto de vista fenomenológico, o desejo se mostra em conexão direta com os mais diferenciados elementos de seu entorno – que vão da família ao cosmos. A criança tem uma capacidade extraordinária de interessar-se por processos abstratos. Todos os estudiosos sobre a psicologia da criança tiveram muita dificuldade em compreender isso, já que a percebem através de um método reducionista que não lhes permite caracterizar o desejo da criança como um desejo maquínico. Isso não quer dizer que o desejo seja uma força que por si mesma vá construir todo um universo de coordenadas. Gilles Deleuze e eu estamos completamente distanciados de qualquer ideia de espontaneísmo neste campo. O desejo, para nós, não é a nova fórmula do bom selvagem de Jean- Jacques Rousseau. Como toda máquina, também pode paralisar-se,

bloquear-se (inclusive mais que qualquer máquina técnica); corre o risco de entrar em processos de implosão, de autodestruição, questões que no campo social geram fenômenos que Deleuze e eu chamamos “microfascismos”. Portanto, a questão está em entender o que é efetivamente a economia do desejo em um nível pré-pessoal, das relações de identidades ou das relações intrafamiliares, assim como em todos os níveis do campo social.

O desejo constitui a diferença, que se manifesta em sistemas de cadeias semióticas cada vez mais elaboradas. O desejo tem a ver com a liberação de uma linguagem *outra*, capaz de impulsionar os indivíduos a ações *outras*, que não as pré-estabelecidas pelo primitivismo ou culturas de massa.

Para Guatarri (2006) não existe um nível indiferenciado para a subjetividade. A subjetividade, em sua perspectiva, é tomada sempre em fluxos, em máquinas, em nível altamente diferenciado e processual. Desta forma, o desejo não tem relação alguma com a improvisação ou com uma ideia de “disfrute de seu corpo”. O desejo não é, ainda, uma linguagem que se reduz à linguagem escolar, ou da universidade, ou à ideia de pulsões quantitativas globais.

Guatarri (2006) defende a emergência do trato com o desejo como sendo este a liberação de um novo tipo de possível, que embora seja naturalmente recuperado e enquadrado pelas grandes formações de poder, pelos meios de comunicação de massa, etc., continuará, inevitavelmente, proliferando-se nas margens. Sua defesa é de que é preciso utilizar as máquinas – todas as máquinas: concretas e abstratas, técnicas, científicas e artísticas – para fazer algo mais que a revolução no mundo: e este algo mais significa recriá-lo, de ponta a ponta, nas palavras do filósofo.

Guatarri (2006) ressalta o caráter irreversível da expansão técnico-científica e faz um alerta a que não necessariamente esta precisa ter o efeito catastrófico com o qual se iniciou, no sentido de que o caráter cada vez mais artificial dos processos de produção subjetiva poderia/poderá ainda associar-se a novas formas de sociabilidade e criação, sob sua perspectiva.

O autor contrapõe, ainda, a premissa de que as ideias vêm do corpo, como se linguagem fosse um fenômeno biológico exclusivo. As sociedades industriais desenvolvidas tendem a representar as coisas como se tivéssemos um corpo, quando, na verdade, nos atribuem um corpo, produzem um corpo para nós, cuja função é,

sobretudo, a de desenvolver-se em um espaço social e produtivo, do qual somos responsáveis.

Desde as fases de iniciação infantil aos fluxos capitalísticos há a premissa de que se deve interiorizar a noção de corpo nu, vergonhoso, que deve inscrever-se em certo tipo de funcionamento da economia doméstica, da economia social. O corpo, o rosto, a maneira de portar-se em cada detalhe dos movimentos de inserção social estão em relação direta com o modo de inserção da subjetividade dominante.

O fato é que quando o corpo surge enquanto tal – como problemática neurótica, ou da angústia ou como problemática amorosa, por exemplo – nos encontramos em uma encruzilhada, em uma articulação entre os agenciamentos potencialmente produtivos de um possível singular e os agenciamentos sociais, os equipamentos coletivos que esperam certa adaptação normalizadora.

O desejo no campo social não se reduz, segundo Guatarri (2006), a funções fisiológicas ou de reprodução ou ainda a alguma dimensão particular de corpo. Pelo contrário, se refere aos problemas da vida, da criação, implicando elementos que estão para além do indivíduo – no campo social, no campo político – e elementos que estão de fato na particularidade do indivíduo. Guatarri (2006: p.326) explica que “agora, a máquina de desejar é uma máquina de trabalhar” e, uma vez que os fluxos de desejo emanam reservas com capacidade de expressar rebeldia, o sistema atua sobre o mesmo como uma espécie de companhia de seguros, preventiva contra qualquer rebelião.

Guatarri (2006) questiona a maldita vontade humana de espelho, essa sede insaciável do absoluto, do eterno, que não nos dá trégua e que nos aparta de todos os fios do mundo – humanos ou não – com os quais poderíamos estar tecendo-nos a nós mesmos. Tecemos, sim, mas sempre os mesmos fios, quando, na verdade, todos os contratos sociais são precários, provisórios, suscetíveis de revisão, os quais, de qualquer modo, a História fará desaparecer e retomará os problemas de outro modo, em outros termos, referências teóricas, ideológicas e organizacionais, criadas por ela mesma.

Guatarri (2006) defende que não temos fácil acesso à realidade inclusive porque a própria existência reemerge em sua singularidade e, ao homem, lhe resulta uma problemática bastante significativa a necessidade de assumir sua finitude. O problema se estende ainda mais se considerada a necessidade de toda empresa humana, política ou estética, reconhecer-se como sequência, processo, ciente de que tal característica não

diminui em nada sua experiência, ao contrário, a valoriza. A sábia defesa do filósofo é de que é exatamente a existência do limite de que a morte chegará e de que os grupos que criamos para militar e transformar a vida fracassarão é o que permite o caráter processual de uma empresa, bem como sua criatividade, engendramento de novos universos e de toda natureza.

Segundo Guatarri, trata-se de compreender e lidar com o estabelecimento de uma sociedade do capital, cuja crise lhe é bastante específica: a da desregulação dos modos de semiotização social, a qual exige, em outras coisas, novos instrumentos de análise do desejo. Sua filosofia é de que há um fundo totalmente incomunicável naquilo que sucede entre as pessoas, uma entrada mais além de significações ilimitadas, que ignoram o fato de que estejamos aqui justamente para comunicar, agitar ideias, mobilizar revoluções e, assim, diminuir nossa pequenez diante do ilimitado do mundo.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad: Salma Tannus Muchail. 6ªed. São Paulo Martins Fontes, 1995.

_____, Michel. “As regularidades discursivas”. *A arqueologia do saber*. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____, Michel. “Soberania e Disciplina”. *Microfísica do poder*. Trad. E Org. Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografías del deseo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

UM ESTUDO SEMIOLINGÜÍSTICO DOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO NO CONTO *A SEMENTE DA VERDADE*

André Barbosa Ximenes (UFF)

Resumo: Este artigo apresenta um estudo do conto *A semente da verdade* tem como base os modos de organização do discurso formulados por Charaudeau e focaliza a interação entre os procedimentos dos modos descritivo e narrativo. Relacionamos esta proposta com o debate acerca da pedagogização da literatura infantil no contexto da produção cultural para crianças na pós-modernidade. Ainda, associamos a apropriação deste conto folclórico oriental como livro paradidático com o processo de orientalização da cultural ocidental a fim de compreendermos os efeitos visados pelo recontar.

Palavras-chave: discurso – semiolinguística – literatura infantil – imaginário sociodiscursivo – ensino

1. A Literatura Infantil no Brasil e a proposta de Educação Humanista

A história da literatura infantil em nosso país, desde suas origens, revela o vínculo estabelecido entre este gênero e o projeto pedagógico brasileiro de caráter doutrinário, de modo que a literatura dirigida à criança desempenhou a função social de agenciamento da ideologia da classe dominante.

Até a década de 70, essa produção, associada ao ideal de patriotismo, retratava em suas páginas cenas de civismo, de acordo com um moralismo estereotipado, a caracterizar um verdadeiro manual de bons costumes.

No entanto, o objeto literário contribui, por sua especificidade artística, para uma metamorfose do olhar, na medida em que leva o leitor a encarar a realidade de um modo diferente, em ruptura com o modelo pré-estabelecido.

É nessa perspectiva que a produção cultural infantil na pós-modernidade vem repensar esse gênero, considerando sua complexidade desde a assimetria etária entre o produtor, o adulto, e o público-alvo receptor da sua mensagem literária, a criança.

Destarte, nas últimas décadas, ao passo do deslocamento desse papel estritamente funcional de entronização dos valores adultos, a literatura infantil passa a vincular suas publicações como a realização de um objeto estético, no que apresenta uma produção

verbal permeada pelo lúdico que permite ao ser humano, e não somente à criança, ampliar seus conhecimentos sobre as diversas temáticas da vida.

Inserida na sociedade de consumo como prática educativa e cultural, esta literatura caracteriza hoje um espaço para a expressão da diversidade, tomando a linguagem ficcional como elemento mediador entre o leitor e o mundo, em uma perspectiva emancipadora.

Nesse cenário, a coletânea de textos que forma o gênero em tópico não representa mero agrupamento de livros para crianças, já que direciona a inserção destas nos valores culturais, outrora pela manutenção de modelos impostos, com a tradução de clássicos europeus e, atualmente, em traços renovadores, segue a tendência de des-construção.

Sendo a leitura da literatura um meio de o sujeito construir os seus sentidos, não só os do texto, como também os seus na construção da sua própria subjetividade, a formação de leitores, tema tão acurado nas escolas, destaca-se por ser um meio de reinventar o estatuto do humano no processo de conhecer-se.

De acordo com Ligia Cadematori (2009), o Brasil ainda não é um país de leitores proeminentes, não obstante às diversas iniciativas de promoção da leitura, seja na esfera pública ou na privada. No âmbito da educação, cabe entender a leitura em sua acepção de provocar mudanças, a suscitar uma atitude responsiva ativa, em termos bakhtinianos.

Nesse debate, em enlace antagônico, ao lado da escola, enquanto aparelho ideológico do Estado, de tendência reprodutivista, e da literatura, como universo da multiplicidade de signos, e de abertura para a interlocução, cresce o rentável mercado editorial infantil, para o qual o livro é um bem de consumo. Em outras palavras, essas mediações são determinadas por fatores sociais, políticos e econômicos.

Em meio à compartimentação do conhecimento por disciplinas, para que haja uma educação reflexiva, libertadora da consciência humana, é importante considerar que “é nos conteúdos dos textos que se dão a ler que mais explicitamente se realizam os objetivos da educação tal como definidos a cada circunstância histórica.” (GERALDI, 2003, pág. 97)

Em contrapartida, no sistema educacional impera a análise dos conteúdos conceituais, o que concorre para o diminuto tratamento dado ao substrato ideológico presente nos textos literários que circulam nos livros didáticos, o que significa encarar a literatura como um objeto utilitário, de uso instrumental.

No que diz respeito ao processo de escolarização da literatura infantil, Magda Soares aponta para duas perspectivas. Na primeira, a qual nomeia de literatura escolarizada, a escola se apropria da literatura infantil e a pedagogiza para seus fins didáticos, o que remonta aos primórdios do gênero no país. Já a segunda, a que intitula de literatização da escolarização infantil, refere-se a uma literatura que é produzida para a escola pelo sistema de industrialização do livro infantil.

Ainda, segundo a autora, o que se deve discutir não é a escolarização da literatura, visto que ela é inevitável, todavia cabe um olhar crítico para a forma como ela ocorre.

Ou seja, o que se pode criticar, o que se deve negar *não* é a escolarização da literatura, mas a inadequada, a errônea, a imprópria escolarização da literatura, que se traduz em sua deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendidas que, ao transformar o literário em escolar, desfigura-o, desvirtua-o, falseia-o. (SOARES, 2006, p.22)

Ademais, centrados nos conteúdos e nas informações que os textos veiculam, os exercícios propostos nos livros didáticos deixam de lado os recursos de expressão e o uso estético da linguagem. Dessa maneira, o texto perde sua possibilidade frutiva e distancia o aluno de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à formação de um bom leitor de literatura.

Entre normatividade e ruptura, este artigo focaliza a direção argumentativa presente no conto folclórico oriental *A Semente da Verdade*, recontado por Patrícia Engel Secco. A análise desse *corpus* considera os elementos subjacentes à camada superficial do texto, no nível discursivo, como um repositório de crenças e valores em torno da temática da ética e da honestidade, bem como leva em conta a organização textual pela qual os elementos concretos as veiculam.

Do ponto de vista normativo, os contos tradicionais apresentam como motivo um ensinamento moral ou uma alegoria das questões humanas, correspondendo a uma busca de apresentar normas de conduta ao povo. De outro modo, o propósito de investigar os percursos de envolvimento do leitor com a narrativa pelo viés do aspecto sensível da linguagem engendra uma renovação sobre os estudos do tema.

Essa escolha filia-se a uma proposta de ensino que repensa uma questão crucial para a sociedade contemporânea, a saber, a educação de valores, em uma perspectiva de inclusão dos conteúdos atitudinais no processo de ensino-aprendizagem. Estes

conteúdos compreendem a vivência do ser com o mundo que o rodeia, o que torna o homem um sujeito reflexivo da sua própria existência e transcendência.

No contínuo sociedade-indivíduo-sociedade, os conteúdos atitudinais dizem respeito à formação de atitudes e valores que se constroem a partir das informações que circundam o universo escolar, visto que, conforme aponta Freire, “o homem está no mundo e com o mundo, sendo, portanto, um ser de relações”. (FREIRE, 2005, pág. 30)

Em uma abordagem integral, o movimento literário infantil, como expressão artística, serve de dispositivo para uma aprendizagem totalizadora, visto que a experiência com a linguagem literária amplia a consciência do sujeito ao proporcionar um contato com o ser sensível.

Nesse sentido, merece destaque o pensamento do psicólogo norte-americano Carl Rogers (1997), criador da linha teórica conhecida como Abordagem Centrada na Pessoa: “Os educadores precisam compreender que ajudar as pessoas a se tornarem pessoas é muito mais importante do que ajudá-las a tornarem-se matemáticas, políglotas ou coisa que o valha”.

Em suas pesquisas no campo da aprendizagem, ele aponta para uma profunda transformação no relacionamento entre professor e aluno com a quebra do paradigma de relacionamento formal e propõe um relacionamento interpessoal, a fim de configurar a escola como um espaço de convivência em busca de uma aprendizagem significativa e qualitativa.

Assim, ele ressalta a importância da transformação interna do homem, ao declarar que “por uma aprendizagem significativa entendo aquela que promova uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação da ação futura que escolhe ou nas suas atitudes e sua personalidade”. (ROGERS, 2009, p.322)

Com este entendimento, este pensador da psicologia da educação combate a proposta de aprendizagem baseada em tarefas que utilizam somente as operações mentais mecanicamente, por não considerar o indivíduo como um todo.

De acordo com sua concepção, uma vez que este tipo de aprendizado está dissociado dos sentimentos, emoções e sensações do educando, é diluído no tempo e, mais do que isso, não é capaz de instigar o desejo de ir além do conhecido, em um despertar que leve o indivíduo a um aprofundar-se no conhecimento.

2. A orientalização do Ocidente

A partir da segunda metade do século XX, observamos uma crescente valorização do pensamento filosófico e religioso oriental na cultura ocidental, acentuada pela necessidade da sociedade capitalista em romper com sua concepção de mundo fundada na lógica racionalista, em uma busca de símbolos e valores capazes de fundar um novo humanismo, em que o oriente emerge como uma possibilidade, como o Outro.

“A falência dos grandes sistemas ideológicos, a insatisfação ligada ao materialismo do cotidiano, um certo vazio político incapaz de fornecer razões para agir e esperar, a ausência de consenso sobre as grandes questões éticas cavaram uma abertura no coração do homem do século XXI”. (VERNETTE, 2003).

O processo de orientalização, como um estágio de interação e diálogo intercultural, preenche um vazio de sentido em nossa sociedade por meio de uma série de práticas ancoradas na ideia de holismo, tais como a ascensão de novas práticas de saúde, o culto ao saudável, o fascínio pelo alternativo, a abertura a novos estilos de vida, a mudança na direção da religiosidade e o comprometimento com valores ambientais no cotidiano e nas organizações.

3. Pressupostos teórico-metodológicos

3.1. Breve Introdução à Teoria Semiolingüística

Charaudeau (2008) propõe uma corrente de Análise do Discurso que interrelaciona os componentes do discurso com a materialidade do texto, conforme orienta o termo semiolingüística.

Semio-, de *sémiosis*, informa que “a construção de sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido”; já *lingüístico*, lembra que “essa forma é principalmente construída de matérias “*linguageiras*” – a das línguas naturais”.

Segundo essa abordagem, os sujeitos produzem significação discursiva com base em duas dimensões autônomas do discurso, a lingüística e a situacional, a configurar dois circuitos do ato de linguagem.

No circuito interno temos os seres da fala, ligados às representações languageiras das práticas sociais, chamados de *protagonistas* da enunciação, o Eu-enunciador e o Tu-destinatário.

Já no circuito externo se encontram os sujeitos agentes, os parceiros da comunicação, relacionados ao “real” psicossocial, o Eu-comunicante e o Tu-interpretante.

3.2. Os modos de organização do discurso

Charaudeau postula quatro modos de organização do discurso: o *Enunciativo*, o *Descritivo*, o *Narrativo* e o *Argumentativo*, cada um deles com procedimentos que possibilitam usar a língua com suas finalidades comunicativas.

Em consonância com seus pontos basilares, isto é, a definição dos sujeitos da linguagem e a noção de Situação de comunicação, o estudo do modo enunciativo aparece como um diferencial dessa teoria e aponta para o papel do sujeito falante na encenação do ato de comunicação. Esse modo se sobrepõe aos outros modos ao demonstrar a posição dos sujeitos da linguagem por meio de marcas formais como o sistema pronominal, os dêiticos e a modalização.

Nessa perspectiva, **enunciar** consiste em organizar as categorias da língua a fim de que essas expressem a posição do sujeito falante em três instâncias.

Dessa forma, na construção enunciativa temos três atos:

- a) ATO ALOCUTIVO (foco no outro): relação sujeito falante / interlocutor
- b) ATO ELOCUTIVO (foco no eu): ponto de vista do sujeito falante sobre o mundo
- c) ATO DELOCUTIVO (foco na 3ª pessoa): há um apagamento do locutor e do interlocutor

3.3. Das categorias de língua às categorias de discurso

Do ponto de vista de uma análise discursiva, os modos de organização não operam de forma estanque como se o *Texto* fosse um somatório de frases.

De outra forma, entende-o como um todo de sentido. Um repositório de sentidos que nele circulam com vistas a cumprir o seu propósito comunicativo, de acordo com a Situação de comunicação.

Na medida em que encaramos o linguístico na perspectiva da construção de sentido, construído entre os processos produção e de recepção, a partir das marcas encontradas na superfície textual, compreendemos que há uma interação, uma espécie de complementaridade entre os modos de organização.

Essa questão aponta para a problemática da relação entre Língua / Texto, e revisa a noção de continuidade entre as categorias da língua e as categorias discursivas.

Charaudeau entende que existe uma afinidade entre essas categorias, contudo defende que a repetição de uma mesma categoria de língua ao longo de um texto não é o suficiente para determinar uma *ordem discursiva*, sobretudo porque as características de um *texto* estão vinculadas à Situação de comunicação e a sua intencionalidade.

3.4. O descritivo e o narrativo: especificidades e confluências

Embora cada um desses modos de organização tenha suas especificidades, ambos estão ligados, visto que **Contar** pode remeter tanto *ao que foi visto* (ordem do descritivo) como *ao que foi vivido ou feito* (ordem do narrativo).

O modelo apresenta uma proposta crítica sobre o modo descritivo na busca de delinear o que é da ordem descritiva e o que é da ordem narrativa, uma vez que a tradição escolar propaga uma confusão entre esses dois procedimentos.

Segundo a tradição da crítica literária de origem francesa, a **descrição** era definida por oposição ao **relato**. Nessa perspectiva, a **descrição** seria estática, fora do tempo e da sucessão dos acontecimentos, enquanto o **relato** seria dinâmico, inscrito no tempo, descrevendo a sucessão das ações.

Dessa maneira, essa tradição considera a **descrição** como um componente do **relato**, não reconhecendo sua autonomia. Já a Teoria Semiolingüística compreende que o descrever está estreitamente ligado ao contar, pois as ações só têm sentido em relação às identidades e às qualificações de seus actantes.

Conforme orienta Charaudeau, o **Descritivo** não é um modo de organização menor, que cumpre apenas a função de servir ao **Narrativo**, pelo contrário, *dá sentido* a ele.

Enquanto o **Narrativo** desdobra as ações em uma sucessividade temporal, o **Descritivo** se expande fora do tempo.

O **Descritivo** é um modo de organização que não se fecha em si, no sentido de uma lógica interna. Portanto, a **descrição** adquire sentidos em função dos outros modos, o que define seu emprego como não-arbitrário.

A distinção entre o **Descritivo** e o **Narrativo** está centrada:

- a) na visão-construção do mundo: imutável, descontínuo e aberto para o primeiro; sucessivo, contínuo e fechado para o segundo.
- b) papéis dos sujeitos: observador e sábio; testemunha, respectivamente

3.5. Os componentes da construção descritiva

O modo de organização descritivo cumpre a função de identificar e classificar os seres do mundo, para tanto recorre a três componentes que, se por um lado são autônomos, por outro, são indissociáveis: *nomear*, *localizar-situar* e *qualificar*.

Nomear requer duas operações: percepção e classificação. A primeira estabelece uma *diferença* na continuidade do universo, ao mesmo tempo em que relaciona essa *diferença* a uma *semelhança*, segundo o que *perceber* promove o *classificar*.

Essas operações são processadas pelo sujeito, o que rompe com a ideia de um mundo pré-recortado ao qual caberia uma etiquetagem. Em outras palavras, **é o sujeito quem constrói e estrutura a visão do mundo** e nomear é um mecanismo de *fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los*.

Como o sujeito é sobredeterminado pela ordem do cultural, **Descrever** significa identificar seres do mundo por consenso.

Localizar-situar consiste em determinar o lugar que um ser ocupa no *espaço* e no *tempo*, levando em conta que sua posição espaço-temporal confere sua razão de ser.

Embora esse recorte seja objetivo, ele depende da visão que um grupo cultural projeta nesse mundo. Isto é, ele não é dado *a priori*, mas também construído no discurso.

Qualificar é uma atividade que completa a **denominação**, atribui uma qualidade a um ser e o particulariza, de acordo com a subjetividade do sujeito falante.

Portanto, *Qualificar* é tomar partido, e confere ao sujeito a possibilidade de *posse do mundo*, o qual ele singulariza não só a partir de sua racionalidade, como também de seus sentidos e sentimentos.

Nesse processo de apropriação do mundo, há um jogo de conflito entre o consenso social e a visão particular do sujeito.

4. Resumo do conto

Em linhas gerais, *A semente da verdade* conta a história de um imperador que precisava achar um sucessor para seu país e decide chamar todas as crianças do reino para a realização de uma tarefa: cultivar sementes.

Dentre elas, o menino Thai, cujo passatempo favorito era a jardinagem, mesmo com todo esforço não conseguiu fazer a semente germinar. Ao contrário dos demais meninos, que levaram plantas maravilhosas no dia da apresentação, mesmo envergonhado, ele é incentivado por seu avô a dizer a verdade, sendo escolhido como o futuro governante do país, já que o imperador havia queimado todas as sementes.

5. Análise

5.1. Os procedimentos descritivos no conto

Ao que tange aos procedimentos de nomeação, observamos que o protagonista, Thai, é o único personagem denominado por um nome específico.

Os outros personagens, o imperador e o avô não recebem nome próprio, a caracterizar uma falta de identidade específica, o que os caracteriza como representantes de uma classe genérica de seres, a cumprir um papel, em uma representação arquetípica.

Em relação à qualificação linguística, verificamos procedimentos de ordem subjetiva, visto que as informações qualificativas correspondem à aferição valorativa do personagem principal: “Thai era um ótimo menino, responsável, amigo e, acima de tudo, honesto.”

De acordo esses qualificados, percebemos que ele representa um arquétipo que serve de modelo ou lição de vida, um menino especial, tomado como exemplo.

Já ao que se refere aos procedimentos linguísticos para Localizar-situar, percebemos que o relato não se ancora em uma realidade específica em locais reais, o que representa um colocar em cena arquétipos atemporais.

Observamos o espaço e tempo da narrativa como procedimento do modo de organização narrativo, utilizados para servir apenas de referência para a história:

“Aquele ano passou muito rápido.”

“E o jovem jardineiro dirigiu-se ao palácio...”

5.2. O modo descritivo e a construção da imagem: seleção lexical, cadeia referencial

Koch (2009), de acordo com a perspectiva defendida por Mondada e Dubois, adota o pressuposto de uma visão não referencial da língua e da linguagem e indica uma instabilidade entre as palavras e as coisas, no que conclui que a “referenciação constitui uma atividade discursiva”.

Podemos notar que Charaudeau aborda este fenômeno sob a mesma ótica, uma vez que entende a atividade simbólica referencial não como uma simples representação de referentes extralingüísticos, e sim como o processo pelo qual os interpretamos e categorizamos.

É nesse sentido que, para a Semiolinguística, **Nomear** corresponde à atividade em que o sujeito dá existência a um *ser*, de modo que as entidades designadas configuram objetos-de-discurso dinâmicos, uma vez que pela atividade discursiva reelaboramos os dados da realidade, de acordo com as restrições sócio-cultuais.

Na análise em curso, observamos a seguinte cadeia referencial a partir do nome do protagonista, Thai, tomado como núcleo: ótimo menino, o garoto, filho da terra, neto do tempo, um excelente jardineiro, o menino, meu neto, querido, o jovem jardineiro, a única criança, o pequeno menino, o último da fila, ele, meu jovem, você, criança, meu futuro sucessor, meu filho, o futuro governante, um excelente imperador, aquele que soube colher os frutos da semente da verdade.

O exame do co-texto desses referentes ao longo do conto apresenta os ambientes narrativos pelos quais é possível compreender essa variabilidade de itens lexicais que remetem à figura do menino, de forma que o procedimento de recategorização promove uma flutuação de sentido sobre o perfil identitário de Thai, em uma escala que vai desde “pequeno menino” a “meu jovem”.

Assim, podemos correlacionar essa multiplicidade de referentes com as variações do estado psicológico da personagem, na medida em que, por exemplo, nos detemos nas expressões “o pequeno menino” e “o jovem jardineiro”, visto que a primeira é empregada quando Thai se encontra “muito nervoso” diante do imperador e a segunda é utilizada para designá-lo em um momento em que ele se encontra “cheio de coragem” após o diálogo com o seu avô.

Outro ponto que merece destaque no estudo dos referentes como objetos construídos discursivamente é a questão do signo entre o sentido de língua e o sentido de discurso. Se tomarmos os signos “criança”, “menino”, e “garoto” enquanto palavras dicionarizadas, no sentido de língua, em uma classe em que o primeiro termo é o hiperônimo, temos:

criança – /ser de pouca idade/

menino – /ser de pouca idade/, /sexo masculino/

garoto – /ser de pouca idade/, /sexo masculino/, /conotação de travessura/

De outro modo, nas relações estabelecidas discursivamente, percebemos que “garoto” não carrega o aspecto negativo de travesso, mas sim um traço dinâmico ligado tanto à dedicação quanto ao apreço pelo avô, como em: “... o garoto passava horas e horas no jardim”, e “... nunca o garoto se esqueceria das sábias palavras de seu querido avô”.

Ainda, encontramos entre os referentes, expressões que sinalizam um efeito de sentido de relação de proximidade por afinidade e afetividade, construídas pelo uso do pronome possessivo, como se observa em “meu filho” (possessivo + designativo de parentesco) e “meu jovem” (possessivo + nome referente à pessoa).

5.3. A atitude de dramatização: a descrição patêmica como estratégia de captação

Em uma interseção entre a Análise do Discurso e a Retórica, Charaudeau propõe o estudo das emoções sob a perspectiva da atividade linguageira e recorre ao termo patêmico para indicar a possibilidade do discurso em Fazer Sentir.

Ele distingue a problemática discursiva da emoção (o efeito de emoção visada) de uma psicologia das emoções, a qual trata de temperamentos, humores e pulsões (emoção sentida), e de uma sociologia das emoções, enquanto estudo das categorias do comportamento humano regulado por normas sociais.

As estratégias de captação estão vinculadas à necessidade do sujeito de se assegurar de que seu parceiro de troca foi despertado pelo seu propósito. Dentre elas, a

atitude de dramatização focaliza na descrição de dramas da vida, maneira pela qual o relato se ancora na descrição de valores afetivos socialmente compartilhados.

De acordo com as grandes tópicas delineadas por Charaudeau em sua análise do universo patêmico, o protagonista segue um percurso em que passa da “esperança” pela espera de um benefício (tornar-se sucessor do reino) à “vergonha” (tópica da “dor”) por, a princípio, não atingir a satisfação deste desejo.

Essa passagem fica evidenciada:

- a) pela descrição do estado emocional do personagem (ponto de vista do narrador):

“O coraçãozinho de Thai iluminou-se...”

“Porém a pequena chama de esperança acesa naquele instante foi se apagando.”

“Thai ficou muito envergonhado...”

“Thai estava muito nervoso”.

“Thai não pôde mais conter as lágrimas”.

- b) pela manifestação do estado emocional do personagem (seu próprio ponto de vista):

“-Estou muito envergonhado por causa do vaso de terra que trago comigo.”

Interessante notar que não há na narrativa a descrição ou a manifestação do estado emocional do menino no desenlace em que se revela o segredo. De outro modo, o que temos na passagem final da trama é a manifestação do estado emocional do imperador “... Aliás, estou muito surpreso...”, a reiterar o caráter patriarcal deste conto, na medida em que o desfecho é tomado pela resolução da busca empreendida pelo adulto.

5.4. Aspectos do modo narrativo na história

Para Charaudeau, **Contar** é mais do que *descrever* uma sequência de fatos ou acontecimentos. Representa uma *busca*, constante e infinita, de respostas às perguntas fundamentais do homem.

Enquanto uma narrativa alegórica, o conto analisado guarda valores simbólicos que se desejam universais: a ética, a verdade, a determinação.

Portanto, temos uma narrativa mítica, que visa recuperar uma verdade fundadora, ancorada na parte mais remota da memória coletiva de um povo.

A AD entende a *narrativa* como uma totalidade que engloba os procedimentos dos modos de organização *Narrativo* e *Descritivo*. Enquanto o modo *Descritivo* esgota-se em sua manifestação, a superfície descritora, o modo *Narrativo* possui uma estrutura lógica subjacente à manifestação, uma espinha dorsal, que serve de base para sua *superfície semantizada*, na qual a narrativa é encenada.

Para a Semiologia, o modo narrativo é entendido nessa dupla articulação. No entanto, não concebe a estrutura em estado puro.

Dessa maneira, a *lógica narrativa* é entendida como uma hipótese de construção, e constitui a trama de uma *história* despojada de suas particularidades semânticas.

5.5. Perfis actanciais

Arquétipos	Criança	Masculino	Velho Sábio
Personagens	Thai	Imperador	Avô
Actantes	Beneficiário Agente não-voluntário	Benfeitor Retribuidor - Pedido - Dissimulação	Aliado - Conselho - Encorajamento

5.6. A lógica narrativa

Do ponto de vista da ação principal da narrativa, o estrategema lançado pelo imperador para a escolha do seu futuro sucessor, Thai é um actante *Paciente*, aquele que *Sofre a ação*.

Nessa perspectiva, em suas ações ele é um *Agente não-voluntário*, e *Age* sob a influência de outro actante, por *manipulação humana*.

Por outro lado, o imperador é um actante que *Age* de maneira *Indireta*, seu ato tem por função *melhorar* um estado inicial (o de não ter herdeiro para o país) com o propósito de *resolução* desse problema.

Para que esse *Melhoramento* ocorra, ele realiza o ato de *retribuição* positiva. Os tipos de fala que emprega nessa influência sobre os atos do menino são o pedido e a dissimulação.

O avô desempenha o papel *Aliado* pelo ato de *intervenção* (auxílio). Os tipos de fala utilizados para esse fim são o conselho e o encorajamento.

5.7. Personagens e arquétipos

De acordo com Jung, os arquétipos são imagens primordiais, semelhantes a motivos repetidos em toda a parte e em toda a História, que se aglomeram em torno das experiências básicas e universais da vida. Assim, os arquétipos são símbolos do inconsciente coletivo que servem de estruturação da *psique*.

De acordo com este autor, a imagem arquetípica da criança é uma personificação das forças vitais, e representa o mais forte e inelutável impulso do ser, isto é, o impulso de realizar-se a si mesmo. O impulso e a compulsão da autorrealização é uma lei da natureza e, por isso, tem uma força invencível, mesmo que seu efeito seja no início insignificante e improvável.

O arquétipo do Pai organiza a consciência por meio da ordem, dos códigos, da moral e da ética. Representa o mundo dos costumes, dos valores tradicionais, das normas sociais e das expectativas culturais no que se refere a atitudes e comportamentos.

Já a imagem do ancião (avô) remete à figura arquetípica do Velho Sábio, imagem de insondável sabedoria proveniente da experiência, tendo por tarefa cumprir sendo uma ação mediadora.

Em consonância com as idéias de Boechat (2008), percebemos no conto em análise uma eminência de arquétipos do masculino. Dessa forma, merece destaque a relação entre o menino e seu avô, a caracterizar uma representação do eixo *Puer-senex*.

Puer é o nome pelo qual os alquimistas medievais denominaram o espírito mercúrio, ligado ao arquétipo da criança, por suas características de liberdade, renovação e criação. A figura do *Senex*, também com origem na alquimia, é a manifestação da sabedoria, ordem e do instinto de reflexão, sendo um aspecto do arquétipo do Velho Sábio. No eixo *Puer-senex*, o novo renova o velho, o qual, por seu turno, dá sentido ao novo.

5.8. Estereótipos / Imaginários

Para a AD o estereótipo é uma representação coletiva cristalizada, e constitui um lugar-comum, uma das formas adotadas pelo conjunto de crenças e opiniões partilhadas que fundamentam a comunicação e autorizam a interação social.

O locutor não pode se comunicar com os seus alocutários, e agir sobre eles, sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas familiares e crenças partilhadas.

O conceito de representação social está relacionado aos modelos mentais socialmente difundidos por meio dos discursos sociais. Os estereótipos são representações sociais mais pontuais, ao passo que as representações sociais são mais dinâmicas.

Em detrimento da noção de estereótipo, Charaudeau propõe o conceito de imaginários sociodiscursivos, os quais visam a demonstrar as visões de mundo relativas a um determinado assunto e em uma situação comunicativa específica.

Conforme orienta este teórico, o papel do analista consiste em ver como aparecem os imaginários, de acordo com a situação comunicativa em que estão inseridos e com a visão de mundo que eles testemunham. Diferenciar este conceito da noção de estereótipo é importante na medida em que não é tarefa do analista avaliar um imaginário como verdadeiro ou falso.

5.9. Imaginários: orientalização, pedagogização

Conforme a Semiolinguística, os discursos configuram imaginários sociodiscursivos, na busca de ligar o sujeito falante ao seu grupo social. As representações sociais tendem a essencializar a percepção, que pode se referir tanto a um indivíduo como a grupos, na medida em que os grupos partilham entre seus membros características similares, o que causa a impressão de entidade homogênea.

Interessante notar na construção da imagem do menino, a descrição de valores e hábitos da cultura oriental, tais como a dedicação “Sempre que chegava da escola, dedicava-se ao seu passatempo favorito: a jardinagem”, a introspecção “Imerso em seus pensamentos” e a perseverança “O menino fez tudo o que podia, adubou a terra, colocou o vaso no sol, regou a semente com água da nascente”.

Ainda, podemos perceber o respeito e a valorização dos mais velhos no diálogo com o avô:

“Entendi vovô, suas sábias palavras me fizeram compreender...”

“Muito obrigado, vovô”.

A percepção do tempo e o aprendizado com a natureza:

“Vocês irão dispor de um ano inteiro, portanto terão o tempo ao seu favor.

Durante esse período, observem o que acontece com a semente, com a planta.

Deixem que elas lhe ensinem uma bela lição...!”

Assim, Thai presentifica uma representação coletiva do homem oriental criada no Ocidente, em uma encarnação da ideia de indivíduo dotado de uma aura de sabedoria, uma imagem de infância adultizada.

“- O tempo é o maior aliado da beleza e, em um jardim, ele não passa rápido nem devagar, apenas no ritmo certo. O jardim precisa de mim, e eu, do tempo...”.

Dessa maneira, essa narrativa atende aos apelos do utilitarismo da literatura infantil ao retratar um menino comprometido, comportado, e vai ao encontro da proposta de ler para aprender algo, especialmente os valores e normas do mundo adulto.

6. Considerações finais

De acordo com o aparato teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística, analisamos a configuração discursiva do conto folclórico oriental *A semente da verdade* com base na observação dos procedimentos linguísticos referentes aos modos de organização descritivo e narrativo.

Os contos tradicionais são portadores de temas e questões essenciais para o homem e contribuem para a educação de valores, na medida em que correspondem a um meio de acesso à realidade e um caminho para a organização das experiências existenciais do sujeito.

Verificamos nesse estudo a estruturação de um universo ficcional que manifesta os valores patriarcais e incentiva a adoção de comportamentos sociais desejáveis, postos a serviço da formação do futuro adulto.

Nesse sentido, merecem destaque a perspectiva triunfalista configurada pela sanção positiva e a centralização do evento narrado no personagem infantil, a estabelecer o vínculo entre o leitor e a obra.

Por fim, notamos um duplo movimento no processo da construção identitária de Thai. No nível da superfície semantizada, verificamos que os procedimentos descritivos explicitam o perfil de um adulto em miniatura, como um protótipo do homem oriental.

Já no nível subjacente, destacamos que a análise dos componentes da lógica narrativa revela, pela organização dos papéis narrativos (agente / paciente; benfeitor / beneficiário), uma hierarquização social na qual a criança é encarada como um receptáculo dos ideais adultocêntricos.

Em conclusão, podemos perceber na interação das personagens, por meio de suas trocas linguageiras, a verticalização das relações como elemento de manutenção da moral estática das sociedades fechadas, em que cabe ao indivíduo perpetuar um caminho proposto pelas gerações anteriores, guardiãs da “verdade”, entendida como uma entidade homogênea e universal.

Referências

- BOECHAT, Walter. *A mitopoese da psique: mito e individuação*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CADEMATORI, Lígia. *O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2009.

ROGERS, Carl. *Tornar-se pessoa*. Trad. Manuel J. C. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SECCO, Patrícia Engel. *A semente da verdade*. Campinas: Fundação Educar DPaschoal, 2001.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V (orgs.) *Escolarização da leituralliterária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção Leitura e Educação).

VERNETTE, Jean. *Só a Religião Salvará o Século XXI*. Sinal dos Tempos (col.), Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

MURILO MENDES: OS CONTRÁRIOS NO TODO OU A FORMAÇÃO DA CASA BARROCA

Wesley Thales de Almeida Rocha¹
(UFMG)

449

Resumo: Neste artigo, estudamos a relação entre matéria e forma, corpo e alma, religiosidade e erotismo na poesia de Murilo Mendes. Também, analisamos a relação que esta estabelece com o Barroco e com o Surrealismo. Dialogamos com os filósofos Gilles Deleuze, Georges Bataille e Soren Kierkegaard, que exploraram, rigorosamente, tais temas do pensamento universal em suas obras. E tentamos uma nova e viável compreensão de como, na poesia de Murilo Mendes, os contrários se atritam, mas também, se conciliam e convergem para a formação de um todo agonicamente constituído: a experiência humana, a obra poética.

Palavras-chave: Poesia; Murilo Mendes; Corpo; Alma; Filosofia.

Summary: In this paper, we study the relationship between matter and form, body and soul, religiosity and eroticism in the poetry of Murilo Mendes. Also, we analyze the relationship which this poetry establishes with the Baroque and with the Surrealism. We dialogued with the philosophers Gilles Deleuze, Georges Bataille and Soren Kierkegaard, which investigate these themes of the universal thought in his works. And we try a new and viable understanding of how, in the poetry of Murilo Mendes, the contraries is rub, but also, reconcile and converge to form a whole constituted so agonizing: the human experience, the poetic work.

Keiwords: Poetry; Murilo Mendes; Body; Soul; Philosophy.

*A matéria é forte e absoluta
Sem ela não há poesia.*

(Murilo Mendes)

1. Convergências

¹ Mestrando (Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG). E-mail: whbores@yahoo.com.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8164639619860496>

É hábito de nossa crítica reverberar, com Manuel Bandeira, que Murilo Mendes é um grande “conciliador dos contrários”. Bem poderíamos, diante desse consenso, percorrer a obra do poeta mineiro em busca dos principais pares de indisposição e de assimilação freqüentes em sua matéria e aspectos formais. Neste artigo, nos concentramos nos poemas de *A poesia em pânico* (1937). Neste livro, em especial, religiosidade e erotismo se dissentem, corpo e alma se indispõem, mas também, se assimilam, se entreolham e se reconhecem um no outro, de forma agônica, convergente e conciliatória.

Muitos críticos concordam que a mola central da poesia de Murilo Mendes é o desejo e, quase sempre, mais o desejo erótico. Mário de Andrade, em sua crítica a *A Poesia em Pânico*, identifica na poética de Murilo Mendes:

uma paixão enceguecida, marcada por uma sinceridade silvestre, emperrada no espontâneo, que desiste de seus prazeres na grandiosa volúpia de sofrer; um grito, um grito imenso, um choro, um choro violento, uma audácia temerária feita entre medos e covardias; um desespero sexual que vem para castigar a amada e constantemente a doura de encantos vulgares e infiéis: era natural que tantos desequilíbrios assim juntados pusessem a arte em fuga e a poesia pânico. (ANDRADE. In: MENDES, 1994, p. 34).

Na poesia de Murilo Mendes, erotismo e religião se atritam. Dois contrários postos em tensão e pondo em tensão, também, a relação do eu consigo mesmo e com o seu próprio destino. Neste sentido, parece que, para Murilo, o que mais perturba no pecado não é a consciência do erro, mas sim a promessa do castigo. Este castigo, na sua forma mais aguda, pode ser o conflito do eu com a Eternidade, origem e fim da existência da alma na visão do poeta.

O pensador francês Georges Bataille defende que a sexualidade é, em essência, tão sagrada quanto a religião. Ele nos chama a atenção para a necessidade de situarmos o erotismo e a religião no plano da experiência interior e define que as experiências pessoais do interdito e da transgressão são condição fundamental para o conhecimento exato do que seja o fenômeno erótico. Também afirma: “Devemos encará-lo [o erotismo] como o movimento do ser em nós mesmos” (BATAILLE, 1987, p. 35).

A interdição, privação legal do gozo ou do exercício de certas potências com vistas ao bem coletivo, se opõe à pretensão humana de retornar à sua intrínseca natureza. Mas a relação do interdito com a transgressão não é, também, algo exterior à interioridade humana.

A verdade dos interditos é a chave de nossa atitude humana. Devemos, podemos saber exatamente que os interditos não são impostos de fora. Isto nos aparece na angústia, no momento em que *transgredimos* o interdito, sobretudo no momento suspenso quando ele ainda atua e que, mesmo assim, cedemos ao impulso a que ele se opunha. Se observarmos o interdito, se a ele nos submetemos, não temos mais consciência dele. Mas sentimos no momento da transgressão a angústia sem a qual o interdito não existiria: é a experiência do pecado. A experiência leva à transgressão realizada, à transgressão bem-sucedida que, sustentando o interdito, sustenta-o *para dele tirar prazer. A experiência interior do erotismo exige de quem a pratica uma sensibilidade bem maior ao desejo que leva a infringir o interdito que à angústia que o funda.* É a sensibilidade religiosa, que liga sempre estreitamente o desejo e o medo, o prazer intenso e a angústia. (BATAILLE, 1987, p. 35-36). (grifos do autor)

Para Bataille, há prazer em poder violar. Só viola-se porque a lei existe para ser violada. Logo, o prazer depende da existência da lei. Mas essa lei é interior tanto quanto o desejo de transgredi-la. “Derrubar uma barreira é, em si, algo de atraente”, aponta o teórico. Mas a transgressão não nega o interdito, ela o ultrapassa e o completa, uma vez que ele, o interdito, é o que define o mundo profano, o mundo do trabalho e da coletividade. Nesse sentido, a transgressão atualiza o mundo profano ao mesmo tempo em que atualiza o mundo sagrado, aberto a ela e por ela.

O interdito e a transgressão respondem a esses dois movimentos contraditórios: o interdito intimida, mas a fascinação introduz a transgressão. O interdito e o tabu não se opõem ao divino senão num sentido, mas o divino é o aspecto fascinante do interdito: é o interdito transfigurado. (BATAILLE, 1987, p. 64).

O trabalho filosófico de Bataille está intimamente afinado com o pensamento surrealista, que buscava reabilitar o erotismo ao seu lugar de origem: o mundo sagrado. E, como esclarece Durozoi e Lecherbonnier, “para os surrealistas, o amor é o aliado das

mais altas funções espirituais, determina todos os modos de expressão, concedendo particularmente ao amor sexual o que foi desviado para Deus sob a forma de adoração sublimada” (DUROZOI e LECHERBONNIER, 1972, p. 226).

Laís Corrêa de Araújo considera que o quadro semântico e estético que resulta de toda a conjuntura existencial tratada por Murilo Mendes em seus poemas “se insere, também filosoficamente, numa perspectiva barroquizante, antes – ou mais – que surrealista” (ARAÚJO, 2000, p. 142). A crítica ainda expõe o que, segundo ela, seria a “equação” da poética muraliana desde “*Poemas até Poesia Liberdade*, isto é, de 1930 a 1943”:

Sensualidade/ Misticismo – Visível/ Invisível = Eu/ Mundo

Modernismo/ Surrealismo/ Barroquismo = Linguagem inventiva

(ARAÚJO, 2000, p. 142).

A confluência entre as estéticas e as concepções de mundo modernista, surrealista e barroca é o que realmente torna a poesia de Murilo Mendes extremamente complexa e pessoal. Nos termos de Augusto Massi, poliédrica (MASSI. In. PIZARRO, 1995, p. 321). Mas o Barroco na poesia de Murilo, assim nos parece, não é simplesmente o que distingue o seu Surrealismo do dos franceses. É o que o faz ultrapassar os limites do estrito, ou seja, o que redimensiona este Surrealismo, tornando-o estranho às práticas peculiares aos seguidores fiéis de André Breton; especialmente, à escrita automática e ao pessimismo da forma (MERQUIOR, In. MENDES, 1994, p. 19).

O “Primeiro Manifesto do Surrealismo” declara crer “na resolução futura destes dois estados, tão contraditórios na aparência, o sonho e a realidade, numa espécie de realidade absoluta, de **surrealidade**” (BRETON, 1985, p. 45). Já podemos perceber certa compatibilidade entre a proposta da vanguarda francesa e o que realiza Murilo Mendes em seus poemas: a conciliação dos contrários. Mas há outra ligação o tanto quanto poderosa entre a estética surrealista, a barroca e a de Murilo: a primazia da imagem sobre o conceito. Davi Arrigucci Jr. confirma que a força poética de Murilo Mendes “depende da combinação feliz da intuição imagética com o espírito construtivo” (ARRIGUCCI JR. 2000, p. 117). Também o Barroco, como aponta

Affonso Ávila, em *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*, é uma estética essencialmente visual. E é do mesmo modo que o Surrealismo assume a sua paixão pela imagem. Segundo o próprio Breton, a “atmosfera surrealista presta-se especialmente à produção das mais belas imagens. Pode-se dizer até que as imagens aparecem nesta corrida vertiginosa como os guiões únicos do espírito” (BRETON, 1985, p. 71).

Também o senso de desordem, irregularidade, oniricidade e arrebatamento formal caracterizam as três estéticas. Concentremos-nos, neste instante, no caso do Barroco. Paulo Pereira, autor do ensaio “As dobras da melancolia – o imaginário barroco português”, expõe-nos de maneira muito exata as características de tal estilo:

O barroco é um estilo artístico que se caracteriza pelo *arrebatamento da forma*. A estrutura – sejam as paredes duras de um edifício, seja a anatomia de uma figura – dinamiza-se, curvando o que pode ser linear, torcendo o que pode ser um gesto ou uma pose simples. As volutas dos portais, as coisas espiraladas de um altar, os dedos da mão de uma imagem ou o drapeado dos trajes introduzem novos ritmos que nos fazem demorar o ver: é isto mesmo o “olhar” barroco. Mas é uma arte muito direta, pouco intelectualizada, e certamente dirigida aos sentidos: sensual mesmo. Com a arte barroca vencem os valores táteis, a refulgência, o espelho e a deformação. (PEREIRA, 1997, p. 160-161). (grifos do autor)

Devemos dar destaque às expressões “curvando”, “torcendo”, “pouco intelectualizadas” e “demorar o ver”. Com elas, as correspondências entre a arte barroca e a poética muriliana se aguçam; tornam-se claras, principalmente, nos contornos e nos exageros técnicos e formais engendrados sobre a matéria artística, no primado do visual sobre os outros sentidos e no traçado agônico e irregular das composições, que tendem a simbolizar o complexo das tensões psicológicas e existenciais que dilaceram a experiência humana.

2. A casa barroca

O filósofo francês Gilles Deleuze é autor de um importantíssimo livro sobre o Barroco, intitulado *A Dobra: Leibniz e o barroco*. Ele desenvolve seu pensamento ancorado no conceito de mônada e na metáfora da “casa barroca”, que são dispositivos

conceituais criados por Gottfried Leibniz, pensador do século XVII. O que seria essa “casa barroca”, segundo Deleuze?

é certamente a organização da casa e sua repartição em dois andares: um inteiramente sem gravidade individual, o outro com gravidade de massa, e a tensão dos dois, quando o primeiro se eleva ou volta a cair, elevação espiritual e gravidade física. (DELEUZE, 1991, p. 154).

454

Leibniz distingue um andar do outro, afirmando que o de cima corresponde à alma – nele habitam os seres individuais e as formas verdadeiras ou as forças primitivas – e no de baixo as massas e as forças derivativas, figuras e estruturas, numa correspondência com a matéria. Há almas tanto em cima quanto embaixo, e elas estabelecem entre si uma correspondência. As de baixo encontram-se dentro de matérias, são almas “sensitivas”; e as de cima são aquelas convidadas a “se tornar racionais”. Para Deleuze, diferentemente de para Leibniz, a separação entre alma e corpo deve ser questionada:

No Barroco, a alma tem com o corpo uma relação complexa: sempre inseparável do corpo, ela encontra nele uma animalidade que a atordoa, que a trava nas redobras da matéria, mas nele encontra uma humanidade orgânica e cerebral (o grau de desenvolvimento) que lhe permite elevar-se e que a fará ascender a dobras totalmente distintas. (...) por mais que a alma e o corpo se esforcem por ser inseparáveis, nem por isso deixam de ser realmente distintos. (DELEUZE, 1991, p. 26).

O mundo, segundo Deleuze, é uma virtualidade que se atualiza nas almas, mas com possibilidade de realizar-se nos corpos. Ele insiste: “não é o corpo que realiza, mas no corpo que se realiza” (DELEUZE, 1991, p. 159). Deleuze concorda com Leibniz que deve haver um “destino” que determine a diferença entre corpo e alma, mas aponta: “não é por serem realmente distintas que duas coisas devem ser separáveis” (DELEUZE, 1991, p. 162). O problema, para Deleuze, não é saber se a matéria pensa ou percebe, mas se ela é separável ou não das pequenas almas capazes de perceber e pensar. Desse modo, ele parece chegar a uma nova configuração da noção de “casa barroca”, antes leibniziana, agora deleuziana também: não mais aquela dividida em dois

andares, mas esta: como um corpo apenas, em que a alma nele esteja contida e encarnada.

Pensemos, agora, no que Deleuze determina em relação com o que podemos compreender do erotismo, através do pensamento de Georges Bataille. Há no corpo algo que possibilita a realização da vida; há a sensualidade. A alma se expressa no corpo. E é no corpo que a transgressão erótica, tematizada por Bataille, se realiza. Assim, a alma no corpo expressa a si mesma, expressa o interdito que a amofina e expressa também a transgressão do interdito que ela realiza poderosamente. O erotismo será como que a potência humana capaz de conciliar o que está em desacordo. Será a força angustiante e perturbadora que promoverá, pela tensão dialética, a conciliação dos contrários e a formação, por assim dizer, do todo. Deleuze explica que uma “Harmonia preestabelecida” da alma e do corpo rege a distinção, e que um princípio de “União” determina a inseparabilidade: “a alma e o corpo são sempre realmente distintos, mas a inseparabilidade traça um vaivém entre os dois andares” (DELEUZE, 1991, p. 163). Platão é contestado por uma metafísica assim constituída. Ele queria, com o discurso de Sócrates às vias da morte, incutir no mundo o desejo e a necessidade de uma separação o mais possível da alma com relação ao corpo. Para Platão, o corpo e a poesia já nasceram condenados. Mas, era possível ainda salvar a alma, como também salvar a República. O método era quase o mesmo: expulsar o poeta da comunidade, de um lado; e expulsar o corpo da unidade metafísica, de outro. O Barroco, como uma arte essencialmente sensual e voltada para a conciliação da forma com a matéria, confirma a impossibilidade de realização do projeto platônico. No Barroco, a alma se expressa no corpo, porque se sente atraída por ele. Porque se tiver de ser salva, será apenas na companhia do que a complementa, tornando-a total.

O Barroco promove a valorização do corpo, ao operar, ao infinito, dobras e redobras na matéria: “o barroco sublinha a matéria” (DELEUZE, 1991, p. 186). A poesia de Murilo Mendes expressa a identificação entre o abstrato e o material. A expressividade do poeta tem, muitas vezes, a textura de um pranto, um “pranto convulsivo”, como afirmou Mário de Andrade (ANDRADE, 2002, p. 53). Mas, pode parecer, também, um grito. Como este, do “Poema Espiritual”:

Eu me sinto um fragmento de Deus
Como sou um resto de raiz
Um pouco de água dos mares
O braço desgarrado de uma constelação.

A matéria pensa por ordem de Deus,
Transforma-se e evolui por ordem de Deus.
A matéria variada e bela
É uma das formas visíveis do invisível.
Cristo, dos filhos do homem és o perfeito.

Na igreja há pernas, seios, ventres e cabelos
Em toda parte, até nos altares.
Há grandes forças de matéria na terra no mar e no ar
Que se entrelaçam e se casam reproduzindo
Mil versões dos pensamentos divinos.

A matéria é forte e absoluta
Sem ela não há poesia.

(MENDES, 1994, p. 296).

É necessário recompor as peças que fornecem a chave da leitura. Elas são muitas, e se reconhecem num jogo de referências tão modernista, quanto surrealista e, também, barroca. O poema se conclui com estes dois versos aforísticos: “a matéria é forte e absoluta/ Sem ela não há poesia”. São versos que consagram a matéria, que confirmam que é nela que os pensamentos divinos, a poesia e também as almas se realizam, se dobram e redobram ao infinito. Mas a composição fora batizada de “Poema Espiritual”. Isso talvez devesse assegurar a superioridade dos planos abstratos, como os da mística, da razão e, ainda, da alma, sobre os da matéria. Ora, parece haver aí uma divergência entre o que se afirma no título e o que se conclui no desenlace do poema. Será mesmo uma divergência? Antes de responder a tal questionamento, devemos nos ater ao todo em suas partes distintas, ou seja, em cada verso.

Em “Poema Espiritual”, o choque entre título e fecho já simula o embate entre espírito e matéria. Já no primeiro verso, o sujeito lírico afirma: “Eu me sinto um fragmento de Deus”. Então, quer dizer que ele é parte de um todo. Este todo é Deus, e é também a natureza, como a árvore de que o *eu* é raiz, ou o mar de que é um pouco de

água, ou a constelação de estrelas no céu, de que é um braço desgarrado. Deus é o Uno, a fonte coletiva de toda individualidade. E o homem, humano, é parte da monumentalidade divina. Mas, o homem é, também, a raiz dessa árvore total, análoga a Deus. O homem é um resto raiz, que se finca na terra, se liga ao plano da imanência, como um fragmento inútil – porque resto –, que não pode se constituir por si só num todo, mas apenas parte de outro e mais grandioso e monumental universo. O sujeito lírico ainda se define como “o braço desgarrado de uma constelação”, sendo assim, como uma parte apenas, já que há outras partes; outro braço, por exemplo. Mas, ele é um braço desgarrado, livre, autônomo, que corresponde ao coletivo (constelação, mar, árvore, Deus), mas que se liberta e se realiza individualmente. A primeira estrofe do poema aponta para a seguinte interpretação: o *eu* ou a voz humana que fala é parte integrante de um todo multiplamente arquitetado; é a parte que remete ao todo e de forma variada e bela.

A forma do poema é bastante irregular e, ao mesmo tempo, objetiva: é dobrada. A sensação que temos é de que a racionalidade do sujeito lírico impera sobre o sentir, ainda que não o negue. Mas, sentir e pensar se fundem: “Eu me sinto um fragmento de Deus” (1º verso); “A matéria pensa por ordem de Deus” (5º verso). O domínio que o sujeito lírico tem sobre a linguagem e sobre a estrutura que edifica é tão significativo quanto o domínio sobre a subjetividade. Ainda que como expressão da crise interior que dilacera a consciência, “Poema Espiritual” é a regulação do instintivo na irregularidade métrica da poesia. Vemos, enfim, que as partes estranhas umas às outras são reconciliadas pelo poema e, portanto, ao invés de falarmos de divergência, temos de falar, sim, de convergência. Título e fecho convergem ao todo.

Murilo Mendes realiza a encarnação dos pensamentos divinos na humanidade das mentes humanas, realiza a encarnação da beleza sagrada na carnalidade profana do corpo feminino e realiza, por fim, a encarnação da verdade na materialidade do verbo, sem o qual não pode haver poesia.

O poema muriliano corresponde, assim, à “casa barroca” **deleuziana**. Em ambos, a virtualidade do mundo se realiza. As dobraduras na alma, no sentido e na forma operam infinitas redobras no corpo humano e na matéria verbal do poema. O sujeito lírico prova a totalidade da experiência. “Minha alma experimenta uma dor atual,

meu corpo recebe um golpe real”, é o que Deleuze argumenta, em *A Dobra* (DELEUZE, 1991, p. 159). E, em “O Poeta Nocaute”, o último poema de *O Visionário*, Murilo Mendes exprime: “Minha forma/ vive dando tapas na minha essência” (MENDES, 1994, p. 242). Os contrários se arrolam numa intensa atividade convergente, e se reconhecem distintos, mas, não inseparáveis, se tornam conciliáveis um com o outro e, também, com o todo.

3. Sensualidade e cristianismo

Segundo Georges Bataille, a transgressão atualiza o mundo profano ao mesmo tempo em que atualiza o sagrado, aberto a ela e por ela. Bataille afirma que o cristianismo profanou a impureza pelo uso profano que fez dela. A impureza foi rejeitada pelo cristianismo, que ignorava que sem ela, sem a culpabilidade, o sagrado não pode ser concebido, pois só a violação do interdito abre o acesso a ele. Sören Kierkegaard, pensador dinamarquês do século XIX, afirmou ousadamente que foi o cristianismo que introduziu a sensualidade no mundo. De acordo com o seu pensamento, se é a sensualidade que deve ser negada, essa tal proposição, a de excluí-la, é que a afirma perante o mundo.

Como princípio, força e sistema, a sensualidade em sua origem foi colocada pelo cristianismo e, neste sentido, foi o cristianismo que a introduziu no mundo. Entretanto, quando se quer entender corretamente a colocação – que foi o cristianismo que introduziu a sensualidade no mundo – precisa-se concebê-la idêntica à sua contradição, que foi o cristianismo que excluiu e escorraçou a sensualidade no mundo. Como princípio, força e sistema, foi a sensualidade, por conseguinte, colocada pelo cristianismo. (KIERKEGAARD, 1971, p. 73).

A despeito de um possível questionamento sobre a presença da sensualidade antes do cristianismo (por exemplo, na antiga Grécia), Kierkegaard argumenta que ela existia, mas apenas determinada psiquicamente. Eros, o deus do amor, não amava. Era o deus do amor porque os homens que amavam decidiram fazê-lo simbolizar divinamente o que sentiam na individualidade de cada um, mas que não tinha, em si, um princípio absoluto e ativo.

O filósofo define e descreve os três estágios eróticos espontâneos. No primeiro, “o sensual desperta, não até o movimento, mas até a quietude tranquila” (KIERKEGAARD, 1971, p. 75). O desejo está presente apenas como um pressentimento de si mesmo. “Sua aspiração não indica uma relação com o objeto, mas é idêntica a seu suspirar e isto é infinitamente profundo” (KIERKEGAARD, 1971, p. 76). Esse estágio é o da identificação à distância, uma identificação platônica, por assim dizer. Desejo e objeto se reúnem numa unidade que apenas os neutraliza. No segundo estágio, o desejo desperta para o conhecimento de si, e, conseqüentemente, para o seu fim. É por perceber-se acordado que o sujeito descobre que antes sonhava. Desse modo, o sonho já está findo. Segundo Kierkegaard, “esta é uma determinação dialética que se deve fixar cuidadosamente: somente quando existe o objeto, existe o desejo. Somente quando existe o desejo, existe o objeto. Desejo e objeto são gêmeos” (KIERKEGAARD, 1971, p. 76). A significação da origem de ambos não reside no fato de que se unam, mas de que se separem.

Este movimento da sensualidade ou este tremor de terra afasta infinitamente, por um instante, o desejo de seu objeto. E, como este princípio movente tem, por um instante, um efeito desagradador, ele manifesta-se outra vez querendo reunir o que foi separado. Esta separação leva, como consequência, a arrancar o desejo de seu repouso substancial nele mesmo, o que chega a subtrair a determinação de substancialidade, mas ainda a dispersá-lo numa multidão de objetos. (KIERKEGAARD, 1971, p. 77).

Esse segundo estágio corresponde a um momento repentino de crise, de perturbação, que, no caso da poesia de Murilo Mendes, é despertado quando o desejo toma consciência do objeto e se perturba com ele. O desejo está aqui procurando por seu objeto, como nos faz crer Kierkegaard, mas, – o dilema muriliano parece mais agônico – também fugindo dele, procurando-o e fudindo-lhe desesperadamente, sem nunca poder possuí-lo.

O terceiro estágio é o de D. Juan. É o do desejo desejando. É a unidade espontânea dos dois estádios precedentes. Segundo o raciocínio kierkegaardiano:

A Idade Média fez da discórdia entre a carne e o espírito, que o cristianismo introduziu no mundo, objeto de sua consideração e, com este propósito, fez também de cada uma das forças adversas um objeto de observação. D Juan é, se posso dizer assim, a encarnação da carne ou a inspiração carnal do espírito próprio da carne. (KIERKEGAARD, 1971, p. 78-79).

Para o pensador dinamarquês, Don Juan não é exemplo de um sedutor que se pode chamar de sedutor cafageste. D. Juan não seduz, deseja. O desejo tem nele um efeito sedutor, mas não é o que move o seu comportamento. Don Juan não projeta o seu ato. Ele apenas goza da plenitude do desejo que o anima. Vive sempre desejando, como que desdobrando seu desejo, assim, ao infinito: como dobra sobre dobra. Para Kierkegaard, a potência própria da sensualidade de D. Juan é que engana as mulheres seduzidas; mas falar em enganar não é atestar aquele sentido de cafagestagem de que D. Juan estava isento? Kierkegaard argumenta que a D. Juan falta “o tempo anterior durante o qual traçaria seu projeto, da mesma maneira que lhe falta o tempo posterior, durante o qual tomaria consciência de sua ação” (KIERKEGAARD, 1971, p. 80). A força pela qual ele seduz é “a força do desejo. A energia do desejo sensual” (KIERKEGAARD, 1971, p. 81).

Nos poemas de Murilo Mendes, assim como na figura de D. Juan, desperta o poder do *amour fou*, que também irrompeu em Breton, na sua obsessiva paixão por Nadja (BRETON, 2007). José Guilherme Merquior chama Murilo de “anarcoeroticista”. De acordo com o crítico, o “transfiguracionismo visionário” do poeta possui um “endereço infalivelmente imanentista”: o libertarismo e o erotismo (MERQUIOR. In: MENDES, 1994, p. 13). Se, de um lado, deve-se isso à contribuição surrealista, na tendência ao escapismo – um escapismo rimbaudiano – manifesto por Murilo em sua incessante busca pelo transcendente, pela abstração e pela fuga do mundo; é, também, notável, como contruibuição barroca, a ligação incontestável do poeta com a materialidade instável do mundo, principalmente, a do corpo feminino. Segundo Merquior, a poesia de partida de Murilo Mendes tem um desbobramento dialético: “o ubíquo onirismo da poesia muriliana deságua o tempo todo em atitudes resolutamente intramundanas, em plano contato-protesto com a realidade mesma negada pela força do visionário” (MERQUIOR. In: MENDES, 1994, p. 13). Isso significa, a nosso ver, que a

poesia muriliana tem peso e contrapeso bem definidos: o Surrealismo, primeiro, com seu conteúdo e sua imagética existencial; e o Barroco, em segundo, com seu jeito amaneirado de se expressar, com sua informalidade desabrida e com sua dobrada lógica da materialidade: uma insubordinação tanto da forma quanto da essência.

4. O agon da experiência amorosa

Para os gregos antigos, era preciso que o sujeito passasse pelo **agon** (drama interior) para, enfim, tornar-se inteiramente humano. Era preciso traumatizar-se, primeiro, para só, então, humanizar-se. Primeiro, a crise e, depois, a reconciliação. E tal reconciliação se efetiva, justamente, no embate entre os contrários. Essa parece ser uma passagem penosa a que ninguém poderia furtar-se. Kierkegaard, como vimos, a descreveu em três estágios: o ético, semelhante à ideia de amor requerida por Platão, n' *O Baquete*; o dialético, que é, de algum modo, bastante surrealista, já que desejo e objeto estão sempre em fuga; e o erótico, que é aquele em que a força do desejo desboba-se sobre o sujeito, fazendo convergir carne e espírito numa comunhão absurda e absoluta (KIERKEGAARD, 1971, p. 77). O poema a seguir é, justamente, a síntese desse processo. É o encontro entre forças distintas, contrárias, mas em total convergência.

O Amor e o Cosmo

O céu desenrola como teu vestido.
Este frêmito de amor, incorporado a nós.
Vem do sol e caminha para a lua.
Grito teu nome no espaço para me acordar:
Berenice!
És tu quem circula no ar
És tu quem floresce na terra
És tu quem se estorce no fogo
És tu quem murmura nas águas
Tu és quem respira por mim.

No teu corpo reacende-se a estrela apagada,
A água dos mares circula na tua saliva,
O fogo se aquieta nos teus cabelos.

Revista Litteris -Número 10 - Ano 4

Quando te abraço estou abraçando a primeira mulher.
Sol e lua,
Origem, berço cova.
Teu corpo liga o céu e a terra,
Teu corpo é o estandarte da voluptuosa vitória.
Teu nome reconcilia os dois mundos.

(MENDES, 1994, p. 301)

Em “O amor e o Cosmo”, Murilo Mendes propõe-nos a poesia como ligação entre dois mundos: o céu e a terra. A poesia como o amor; e o cosmo como a totalidade. O amor-poesia ou, mesmo, a poesia-amor é inquirição e edificação do cosmo. Aparece com sentido cosmológico, e funciona cosmologicamente. O amor, como a poesia, ou a poesia, como o amor, desestabiliza o homem para uni-lo ao todo.

Através de um procedimento discursivo muito visível, a comparação, o primeiro verso do poema correlaciona a natureza à feminilidade da musa. O céu, plano superior do mundo, corresponde ao vestido da amada. De um lado, a instância de onde surgem os desígnios divinos; e de outro, o objeto que esconde do homem outro paraíso: o corpo feminino. Vestido e céu são, aqui, os limites entre a terra e a eternidade, entre o homem e a mulher desejada, entre o mundo e o paraíso. E um frêmito de amor, um sussurro, desce e se apodera dos corpos. A humanidade do homem ganha expressão, recebe um corpo: faz-se material. E de onde vem esse murmuro? E para onde vai? Vem do sol, a luz diurna, em direção à lua, luz noturna a iluminar o eu lírico ante os confrontos de uma inteira noite. A voz do amor desce o dia e transpõe a noite, num movimento extremamente dialético, porque contrastante (sol/ lua - dia/ noite). Berenice é o nome da musa! Um nome forte, capaz de despertar o poeta de seu sono profundo. O poeta terá de procurá-la. Esse grito, “Berenice!”, é um grito de desespero e de agonia. O poeta se descobre marcado pelo desejo, mas o objeto desse desejo está distante. Enfim, o poeta desperta para a crise.

Os versos de 6 a 9 evidenciam a correlação entre o mundo criado por Deus, a natureza, e o mundo individual da musa, sua sensualidade. A espiritualidade da vida de Berenice liga-se, substantivamente, à materialidade do mundo. E a vida, como a poesia,

tem de passar, ainda, pelas narinas da amada, que, em sua dedicação ao poeta, por ele respira.

A segunda estrofe dá forma e materialidade a esse encontro entre a mística muriliana e a sensualidade de Berenice. O Cosmo, que é a ordem do mundo, realiza-se no corpo feminino da amada. Tudo entra em acordo com tudo: a estrela apagada reacende-se, a água dos mares deságua na saliva da mulher adorada e o fogo se aquieta em seus cabelos. Uma formação do Uno pela conciliação de seus distintos e contrários: sol e lua (mais uma vez), berço e cova. As assertivas finais denunciam: esse amor, ou essa poesia, essa poesia, que é o amor em sua essência, é a ligação entre o plano divino e o humano, céu e terra. A voluptuosa vitória é também a vitória da volúpia. E o nome da amada, mais uma vez e, agora, de forma definitiva, é declarado como o grande conciliador dos dois mundos: o do abstrato com o do concreto, o da carne com o do espírito, o da alma com o do corpo.

O pânico é o que fundamenta a poética muriliana. Ela se sustenta na experiência religiosa e na erótica; e ambas são inextricáveis. O mistério amoroso se confunde com o mistério divino. Eles promovem a ligação entre o homem e Deus, entre a vida humana e a vida eterna. Platão é abandonado, porque o poeta percebe que seu preconceito para com o corpo e para com a poesia é indigno. O amor é o elo entre os homens e entre os homens e Deus. E ele é possível apenas se experimentado de forma total, pela alma e no corpo.

A poesia de Murilo Mendes é a expressão da experiência interior do sujeito. É uma força que vem de dentro e que atravessa a noite. É desejo procurando realizar-se feliz e, ao mesmo tempo, fugindo de si mesmo. Por fim, essa expressividade tão marcerada pelo sentimento de culpa e de irregularidade, desdobra-se por contrastes, e encontra com isso a conciliação dos contrários na realização subversiva do impulso humano. As colunas da desordem ganham novos contornos: os da ordem pelo caos. A alma realiza-se no corpo, ela é nele esculpida, regulada ao extremo, para além do limite de qualquer regulação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. “A Poesia em Pânico”. In: *O Empalhador de Passarinho*. 4. ed. Editora Itatiaia, 2002. v. 01.

ARAÚJO, Laís Correa de. *Murilo Mendes: ensaio crítico, antologia, correspondência*. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Signos; 29).

ARRIGUCCI JR., Davi. *O Cacto e as Ruínas: a poesia entre outras artes*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

ÁVILA, Affonso. *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco I – Uma Linguagem A Dos Cortes, uma Consciência A Dos Luces*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

ÁVILA, Affonso. *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco II – Áurea Idade da Áurea Terra*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BANDEIRA, Manuel. “Apresentação de Murilo Mendes”. In: MENDES, Murilo. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994. V. único.

BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Tradução de Antonio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BRETON, André. *Manifestos do Surrealismo*. Tradução de Luiz Forbes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRETON, André. *Nadja*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o barroco*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Campinas: Papyrus, 1991.

DUROZOI, Gérard e LECHERBONNIER, Bernard. *O Surrealismo*. Coimbra: Almedina, 1972.

KIERKEGAARD, Sören, *Diário de um sedutor; temor e tremor; O desespero humano*. Tradução Carlos Grifo, Maria José Marinho, Adolfo Casais Monteiro. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MASSI, Augusto. “Murilo Mendes: a poética do poliedro”. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995. 3º vol.

MENDES, Murilo. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994. V. único.

MERQUIOR, José Guilherme. “Notas para uma Murilosopia”. In: MENDES, Murilo. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994. Vol. único.

PEREIRA, Paulo. “As dobras da melancolia – o imaginário barroco português”. In: ÁVILA, Affonso (Org.). *Barroco: teoria e análise*. São Paulo; Belo Horizonte: Perspectiva; Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997.

PLATÃO, *Diálogos/ Platão*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha: tradução e notas de José Cavalcante e Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.



O SIMBOLISMO NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

André Luiz Camargo de Lima

Acadêmico em História/UNIASSELVI¹

andreluizc.l@hotmail.com

RESUMO

Os símbolos são idéias, que remontam ao estado primitivo dos valores humanos, sendo utilizados para simbolizar a própria trajetória oculta do homem em busca do desconhecido, sem achar uma explicação plausível para suas etapas terrenas o homem através do tempo criou símbolos próprios para comungar com o sentimento humano. Muitos dos símbolos criados foram utilizados para representar a passagem do homem por este mundo obscuro que é a vida, dela não sabemos nada, e seu fim é breve, a morte foi responsável por diversos símbolos conhecidos, a morte possui diversos valores, e pode ser representado por símbolos diversos que remontam sua idéia primitiva, por uma caveira, por uma ampulheta, mas também a morte pode ser simbolizada por um símbolo de vida eterna como a fênix que sempre renasce das cinzas, neste sentido os símbolos acompanham o homem desde os princípios do tempo. O presente trabalho tem como objetivo classificar os inúmeros símbolos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, na tentativa de pesquisarmos as inúmeras visões do aspecto da morte.

Palavras-chave: Simbolismo. Morte. Cemitério

1 INTRODUÇÃO

Segundo Arès (2003) abordar o tema da morte é sempre um tabu, é um esforço de compreensão íntima e de observação externa, no percurso do tempo emocional e espaço geográfico.

¹ andreluizc.l@hotmail.com. André Luiz Camargo de Lima- <http://lattes.cnpq.br/9255711568973163>. Historiador
Revista Litteris – ISSN: 19837429 ANO 4 n. 10 – setembro 2012
www.revistaliteris.com.br

Neste sentido temos a obrigação do estudo da morte, pois através das gerações teremos interpretações diversas sobre este tema, ao analisarmos historicamente as inumações, obtemos dados reais de como cada corpo foi preparado nas diversas etapas do tempo, neste sentido obteremos uma ampla visão sobre o estudo da morte.

Os primórdios do estudo dos cemitérios como fonte de pesquisa histórica no Brasil, foram inicialmente pesquisadas pelo Padre Clarival do Prado Valladares, na qual seu estudo foi organizado desde 1960 até 1970, realizado em sepulturas de igrejas e catacumbas nas confrarias secularizadas no Brasil, seu estudo foi organizado no livro: *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. Suas pesquisas foram responsáveis em abrir uma ampla e nova visão sobre o estudo da morte, na qual os cemitérios tiveram a função histórica de preservar a história durante diversas gerações.

2 A MORTE COMO FONTE HISTÓRICA

Segundo o historiador Bellomo (2008), na qual ele descreve em seu livro: *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte. Sociedade. Ideologia*: os cemitérios são fontes históricas de estudo, pois refletem o imaginário social de uma sociedade, através dos cemitérios teremos dados suficientes para analisarmos os seguintes fatores:

1. Os cemitérios como fonte para conhecer a formação étnica.
2. Os cemitérios como fonte de estudo da genealogia.
3. Os cemitérios como forma de preservação da memória familiar e da comunidade.
4. Os cemitérios como forma de estudo das crenças religiosas.
5. Os cemitérios como fonte do gosto artístico.

Neste sentido os cemitérios são fontes diretas de estudos históricos, pois sua função interpretativa nos dá fontes para uma total compressão de uma sociedade, desde sua religiosidade até seus gostos artísticos e sua formação étnica e genealógica.

Em geral, as inscrições tumulares, fotos e decoração das sepulturas são reveladoras de como a população elabora a morte das pessoas próximas e como o morto é visto pelo seu grupo familiar e social. As inscrições evidenciam uma idealização do morto que é, muitas vezes, apontado com exemplo. As fotos quase sempre mostram os mortos mais jovens e saudáveis, forma de esconder a realidade da morte [...] encerrando esta análise sucinta dos cemitérios como fonte histórica, podemos afirmar que os mesmos são uma das fontes escritas e não escritas mais ricas que o historiador [...] tem a dispor para conhecer uma região (BELLOMO, 2008, p. 22).

3 ORIGENS DOS SÍMBOLOS

Segundo Chevalier (1906) o imaginário simbólico constitui um sempre inacabado conhecimento do psiquismo humano, onde se reúnem o afetivo e o desejo, o conhecido e o sonhado o consciente e o inconsciente, tudo e todo signo é portador de um sentido, pois o valor do símbolo atualiza-se a diferentemente para cada um de nós.

Ao longo do dia e da noite, em nossa linguagem, nossos gestos ou nossos sonhos, quer percebemos isso ou não, cada um de nós utiliza os símbolos. Eles dão formas aos desejos, incitam a empreendimentos, modelam comportamentos, provocam êxitos ou derrotas [...] a expressão simbólica traduz o esforço do homem para decifrar e subjugar um destino que lhe escapa através da obscuridade que o rodeiam. (CHEVALIER, 1906, p. XII).

A origem do símbolo é mais antiga que a própria escrita, pois ela remonta tempos imemoriais da comunicação do homem, ele surgiu da necessidade do homem expressar suas crenças e valores, são conjuntos de conhecimentos adquiridos para simbolizar uma idéia velada ou não, pois cada ser humano terá sua própria explicação de um mesmo símbolo. Os símbolos são idéias, valores que remontam ao estado primitivo dos valores humanos, sendo utilizada para simbolizar a própria trajetória oculta do homem em busca do desconhecido, e através desta o homem sem achar uma explicação plausível para suas etapas terrenas, criaram símbolos próprios para comungar com o sentimento humano. Muitos dos símbolos criados foram utilizados para representar a passagem do homem por este mundo obscuro que é a vida, dela não sabemos nada, e seu fim é breve, a morte foi responsável por diversos símbolos conhecidos, pois a morte possui diversos valores, e pode ser representado por símbolos diversos que remontam sua idéia primitiva, pode ser representada por uma caveira, por uma ampulheta, mas também a morte pode ser simbolizada por um símbolo de vida eterna como a fênix que sempre renasce das cinzas, neste sentido o símbolo acompanha o homem desde os princípios do tempo, numa época em que o trovão rasgava a noite e os sentidos humanos, pois não tínhamos o discernimento de sua verdadeira compreensão, adotamos inúmeras formas de uma suposta explicação, nas formas que rodeavam para simbolizar o desconhecido.

4 SÍMBOLOS RUPESTRES- AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES SIMBÓLICAS

A arte rupestre foi à primeira forma simbólica que o homem se utilizou para manifestar seus sentimentos e desejos, na qual se utilizavam pinturas para ilustrar o cotidiano que os cerca, seus sonhos sua visão de mundo, registrando a história social do homem, transmitindo valores de sua sociedade, suas crenças e seus ensinamentos através da arte.

A pintura era o desejo tomando forma, o consciente humano despertado para os valores de conhecimento, seja ele adquirido ou transmitido por uma herança familiar, pois todos aprendiam e ensinavam, pois a experimentação foi à primeira escola do mundo.

Nas pinturas rupestres foram representados seres humanos, animais e plantas e objetos. As cores mais utilizadas foram o preto, o marrom, o vermelho e o amarelo. Essas cores eram obtidas de recursos da natureza, como carvão e o mineral ocre [...] se acredita que faziam referência aos aspectos do cotidiano dos grupos que as produziam, coma a caça, a coleta de alimentos e o pastoreio [...] a pintura era o meio de comunicar e preservar a memória do grupo (BRAIK, 2006, p.45).

5 A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DOS SÍMBOLOS

Segundo o Livro: História da Educação, de Maria Lúcia de Arruda Aranha, na qual retrata a educação dentro da História Geral, buscando a compreensão da educação como fato concreto, resultante da maneira pela qual o homem se relaciona em uma determinada sociedade, a autora cita:

[...] o trabalho humano supõe o uso da linguagem simbólica que, expressado o pensamento, torna o homem capaz de representar o mundo e, portanto, de antecipar suas funções futuras [...] pensar e agir são dois pólos inseparáveis (ARANHA, 1989, p.3).

Neste contexto Aranha (1989) afirma que o homem é um ser histórico, pois suas ações e pensamentos mudam com o tempo, pois isso não ocorre somente na vida coletiva, mas na vida social, um processo em movimento da construção de cultura e de si próprio.

A arte simbólica atualmente é um ato ideológico para manifestação de identidade, através dos símbolos são representados ações e desejos para a educação das gerações, os símbolos representam idéias, valores que a sociedade impõe nas diversas classes sociais, para perpetuar seus desejos, suas vontades, para manipulação do imaginário social.

A arte é altamente educativa, pois representa valores, assim concluímos que a arte é o melhor modo para educar e registrar a vontade alheia sobre o imaginário da população, na forma de símbolos e alegorias.

6 CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

Segundo o livro: Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte. Sociedade. Ideologia, Bellomo (2008) relata que Porto Alegre de 1834, uma comissão sanitária via a necessidade de construção de um novo cemitério para a cidade.

O risco de salubridade e a má localização da necrópole preocupavam seriamente o presidente da Província, Barão de Caxias. Em 1843-45 após a Revolução Farroupilha, Barão de Caxias articula uma ação conjunta com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre para construir um novo cemitério para a cidade, afastado do espaço urbano, longe dos muros que cercavam a cidade.

Em 6 de novembro de 1843, uma comissão sanitária formada pela Câmara Municipal já havia apontado os altos do Bairro Azenha como o local mais apropriado para o empreendimento. Em abril de 1844, o terreno escolhido pelo governo foi aprovado pela Santa Casa, que tratou de solicitar à Presidência da Província um empréstimo de 20 Contos de Réis para início à construção da necrópole. (BELLOMO, 2008, p. 254).

Sua inauguração se deu em 1850, devido uma epidemia de febre amarela que se difundia na vila de Porto Alegre, pois era urgente fazer os enterramentos na nova necrópole.

Até 1884 os livres eram sepultados no interior do cemitério e os escravos fora de seus muros. O deslocamento dos mortos no início eram feitos por tração animal, em 1880 a Companhia Carris começou a conduzir os mortos em coches fúnebres.

A tendência de enterrar os mortos longe do perímetro urbano é caracterizada na Idade Média, o mesmo processo ocorreu no século XIX na cidade de Porto Alegre, devido aos processos sanitários, a necessidade da criação de um cemitério extramuros, longe do perímetro urbano, é necessário, pois o antigo cemitério da cidade não portava mais espaço físico para seus enterramentos (cemitério da antiga Matriz), na qual em relatório provincial é citado como um cemitério pequeno, cheio de cadáveres, sensível ao olfato, cadáveres de escravos em putrefação, forçados pelos cães. Surgindo o cemitério da Santa Casa de Misericórdia, nos moldes medievalistas de providência e caridade, dando abrigo aos corpos dos pobres, nos altos dos campos da Azenha.



Imagem 1. Foto capturada pelo autor. 20.02.2012
Pórtico de entrada do Cemitério de Misericórdia de Porto Alegre.
Inscrição: Revertere ad Locum Tuum: Retorna ao teu lugar.

7 SÍMBOLOS PRESENTES NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

Ao classificar as imagens presentes, foi possível fazer um catálogo iconográfico em ordem crescente dos diversos símbolos. O objetivo deste item é analisar os diversos símbolos encontrados no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.



(1)



(2)



(3)



(4)

(1) ÂNCORA: Símbolo da firmeza, solidez, tranqüilidade e fidelidade. Em meio aos elementos do mar ela fixa, imobiliza e amarra. Simboliza a parte estável de nosso ser. Última salvaguarda do marinheiro no meio da tempestade, ligada deste modo a esperança, apoio as dificuldades da vida.

(2) ESPADA E BAINHA CRUZADA: Símbolo militar, de virtude e bravura. Símbolo do guerreiro, da justiça. A espada é a luz e o relâmpago, pois a sua lâmina brilha forjada no fogo, na qual representa na alquimia a espada dos filósofos, o conhecimento. A bainha é a necessidade e a obscuridade, é a espada sagrada que nunca poderá ser embainhada por um profano. Representa à cegueira a queimadura, pois somente podem suportar o fulgor das batalhas os indivíduos mais puros.

(3) CHAVES: Simboliza a abertura e o fechamento, iniciação e de discriminação, pois sua atribuição esta relacionada aos reinos dos céus a São Pedro. Na alquimia representa o poder de coagular e dissolver. O poder Papal esta representada por duas chaves, uma de ouro e outra de prata, que foram antes emblema do Império Romano do imperador Jano, que era o guia das almas, com dois rostos, um voltado para a terra um voltado para o céu, ele guardava todas as portas e governa todos os caminhos. Diurno e noturno corresponde à autoridade espiritual. Segundo o Hermetismo representa os grandes e pequenos mistérios. No plano esotérico possuir a chave significa ter sido iniciado, ter entrado, no templo, morada espiritual, estado de espírito ou grau iniciático.

(4) LÂMPADA: Emana luz, simboliza a presença real de Deus, o celestial o mais puro. Símbolo da transmissão da vida e da cadeia do renascimento simboliza a pureza o nascimento o divino.



(5)



(6)



(7)



(8)

(5) PELICANO: Antigamente fazia dele um pássaro aquático, sob o falso pretexto de que ele alimentava seus filhos com a própria carne e com o próprio sangue (símbolo do amor paternal). O pelicano tem sido uma figura ligada ao sacrifício (de Cristo) e sua ressurreição.

(6) CORAÇÃO: O coração é o centro vital do ser humano, responsável pela circulação vital do sangue, símbolo das funções intelectuais e da vida (ou neste caso imortalidade), sede dos sentimentos da afetividade. O espiral acima do coração simboliza aparição do movimento circular saindo de um ponto de partida ou original, prolongando este movimento ate o infinito, ligando as linhas sem fim incessantemente as extremidades futuras, simbolizando o desenvolvimento, continuidade e progresso, rotação da criação.

(7) ASAS: As asas simbolizam o vôo, a leveza, a passagem do corpo físico ao sutil, a desmaterialização, a libertação da alma ou espírito. A leveza e o poder de voar são atribuídos aos imortais (vida eterna) peculiaridade da tradição cristã. O alçar vôo é à saída do corpo, da alma, símbolo do elemento ar. Na tradição cristã as asas significam o movimento aéreo, do espírito, da espiritualização, dos seres que possuem asas personificação da pureza (anjos), ou a alma propriamente dita, o encontro com Deus. Este símbolo das asas apresenta uma ampulheta no centro que significa o tempo inexorável, e uma cruz de forma grega, atualmente simbolizada pelo cristianismo é formada por duas letras do alfabeto grego: X (qui) e o P (Rõ) entrelaçados, simbolizando o monograma de Cristo.

(8) RAMO DE PALMA: Ramo de galho verde, símbolo da vitória, da imortalidade, ascensão e regeneração. As palmas se equivalem à acácia maçônica e ao visgo druídico. Representa no calvário a ressurreição de cristo, o símbolo da alma.



(9)



(10)



(11)



(12)

(9) CRUZ: Um dos símbolos mais antigos da humanidade, seus quatro pontos cardeais deriva dos símbolos de observação e orientação, nos diversos níveis da existência do homem, orientação espacial, com relação aos pontos cardeais terrestres e orientação temporal. Põe o homem em ressonância com o mundo terrestre. Síntese de medida, tempo e espaço, intermediário e mediador do universo, comunicando a terra com o céu, é a cruz que recorta e ordena e medem os espaços sagrados, como os templos, a interseção cruzada de seus braços marca uma encruzilhada. Na tradição cristã simbolizou a cruz a salvação, o crucificado, e o salvador (cristo), o filho de deus, o início e o fim, vida, morte e renascimento.

(10) BEIJO: Símbolo da união, do espiritual, pois pela boca e dado a ato de amor, beijar, união entre duas partes (espírito). Encarnação do verbo e a natureza humana. Na Idade Média, no direito feudal, o vassalo era obrigado a beijar a mão de seu senhor, na antiguidade, beijavam-se os pés e os joelhos dos reis e juízes, das estátuas, a fim de pedir sua proteção.

(11) FIGURA DE HOMEM COM AS MÃOS ESPALMADAS: A mão exprime idéias de atividade, poder e dominação. Instrumento de ação, conhecimento, linguagem, permite representar nossas palavras, ações e gestos. A mão aberta em sinal de transmissão ou recepção simboliza a troca de energia, a submissão ou aceitação de uma força superior, neste caso a morte. Invocação e interpretação de algo sagrado ou oculto, como uma senha secreta e sagrada. Todas as civilizações utilizaram-se desta linguagem das mãos dos gestos para simbolizar uma regra ou norma social e religiosa.

(12) LEÃO: Leão é o símbolo do poder, da soberania, símbolo solar, luminoso ao extremo. Encarnação do poder, da força, da sabedoria e da justiça. Símbolo do Pai, mestre, soberano, que ofuscado pelo próprio poder, cego pela própria luz, se torna um tirano, crendo-se protetor.



(13)



(14)



(15)

(13) ARCHOTE INVERTIDO: Tocha invertida significa a morte.

(14) TOCHA: Símbolo da luz, purificação e iluminação atributo do fogo, é a luz que ilumina a travessia dos infernos, os caminhos e a iniciação.

(15) AMPULHETA: Simboliza da queda eterna do tempo, seu escoamento se conclui ao ciclo humano que é a morte, mas significa também na sua inversão a possibilidade de retorno às origens.

8 CONCLUSÃO

Os símbolos são representações dos valores humanos, que norteiam os sentimentos do imaginário, na busca incessante do homem ao encontro do desconhecido. São as formas de nossos desejos representadas pelos símbolos. Neste sentido o símbolo foi responsável por diversas visões no campo da morte. Os símbolos encontrados no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre são representações simbólicas adotadas na tentativa de formular uma suposta explicação sobre a morte, com o propósito de simbolizar o desconhecido.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BELLOMO, Harry (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. – Porto Alegre: EDIPUC, 2008.

BRAICK, Patrícia Ramos. Mota, Myrian Brechó. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Brasília. MEC-RJ, 1972.

O funcionamento discursivo da emoção em artigos opinativos: pelo ensino da argumentação com retórica

PATRICIA FERREIRA NEVES RIBEIRO¹

(UFF)

162

Resumo: Em âmbito escolar, o processo argumentativo tem sido visto como um dizer puramente intelectual, descontextualizado e destituído de palavra para expressar a emoção. Assumindo outra abordagem para o estudo da argumentação, esta pesquisa visa analisar um programa de argumentação que se ampara no jogo intercambiável entre razão e emoção. Para tanto, baseia-se em artigos opinativos do repórter político Villas-Bôas Corrêa. Especificamente, analisa-se um recorrente componente argumentativo do discurso de Villas-Bôas: a reenunciação proverbial. Em razão do objeto de estudo, adota-se uma orientação teórica em que são relacionados fundamentos concernentes ao discurso argumentativo e à enunciação. Para apontar os princípios relacionados ao uso argumentativo dos provérbios, este trabalho apoia-se na Semiologia de Patrick Charaudeau e, visando abordá-los como signos da subjetividade linguística, ancora-se em estudos enunciativos provenientes de Bakhtin e Benveniste.

Palavras-chave: discurso, argumentação, razão, emoção, provérbio.

In school space, the argumentation has sometimes been seen as a solely intellectual, decontextualized process lacking in words for emotions. By assuming another approach to the study of argumentation in the classroom, this research aims at an analysis of an argumentative program in the light of the contract of media communication, supported by the integration of reason and emotion. For this purpose, it is based on opinion articles written by political reporter Villas-Bôas Corrêa that were published in *Jornal do Brasil* in 2000 and 2001. Specifically, a recurrent argumentative component in Villas-Bôas's discourse is analyzed in this research: the proverb re-creation, sometimes realized by means of parodies, but also configured as paraphrases. Due to the object of study, a

¹ Doutora em Língua Portuguesa pela UFRJ e Professora Adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF. Desenvolve pesquisa em Análise do Discurso, na linha da Semiologia Francesa, e em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna. E-mail: patleitura@gmail.com. Endereço lattes: <http://lattes.cnpq.br/9482143395098351>.

theoretical orientation is adopted through which the relationship between the principles underlying the argumentative discourse and its enactment (énonciation). In order to unveil the principles related to the argumentative usage of proverbs, this paper relies on the theoretical and methodological framework of Discourse Analysis of Patrick Charaudeau's semiolinguistic orientation while approaching those principles as linguistic subjective signs, anchored in enactment studies based on theories derived from Bakhtin and Benveniste.

Keywords: discourse, argumentation, reason, emotion, proverb.

1. A produção textual na sala de aula

Uma avaliação geral do trabalho com a produção textual nas aulas de língua portuguesa revela que, ainda hoje, as atividades de redação centram-se em práticas que privilegiam o estudo da palavra e da frase descontextualizadas.

Muito embora, na atualidade, todo um embasamento teórico calcado na dimensão interacional e discursiva da língua seja ofertado por instituições governamentais em cursos de formação e capacitação de professores, fato é que mesmo o trabalho com a escrita, em aulas de língua portuguesa, ainda toma como eixo principal o estudo da nomenclatura gramatical. Nesse sentido, o “aprender a escrever” equivale à aquisição de uma escrita artificial, mecânica, descontextualizada e inibida em sua autoria; dominar a escrita é, por exemplo, nessa perspectiva reducionista, escrever, simplesmente, sem erros de ortografia.

Com atenção à produção textual em sala de aula, esta pesquisa parte de algumas ações essenciais ao trabalho com o texto, a saber: privilegiar e estimular a presença necessária do sujeito aprendiz sobre o seu dizer; inserir o aprendiz no processo interativo da linguagem, no qual ele manifesta intenções na relação cooperativa com o outro; levar o aprendiz a praticar uma escrita planejada e submetida a processos de revisão.

Essas ações baseiam-se num conceito de texto como discurso. Em outros termos, o texto é tomado como um evento, dialogicamente constituído, em que elementos linguísticos e extralinguísticos atuam, na produção de variados efeitos de sentido, segundo um contrato de comunicação condicionado pelo gênero textual escolhido.

Neste trabalho, tomamos como centro de nossa análise o gênero textual artigo de opinião assinado, organizado, no escopo do contrato de comunicação midiático, segundo o modo argumentativo do discurso. O artigo “Uma no cravo e duas na ferradura”, de 23 de março de 2007, assinado pelo jornalista Villas-Bôas Corrêa é o texto escolhido para apresentarmos o uso de mecanismos linguísticos e extralinguísticos instauradores do processo interativo da linguagem, no qual o aprendiz pode e deve inserir-se para aprimorar sua *performance* como produtor de textos.

A temática da troca verbal, as circunstâncias comunicativas e sociais e as instâncias de recepção e de produção ilustram esses mecanismos fundadores da interação verbal. De acordo com o interesse deste estudo, privilegiamos, mais especificamente, fazer o exame da instância de produção nos textos do jornalista Villas-Bôas Corrêa. No presente artigo, queremos mostrar que a referida instância é caso exemplar de um “eu” atuante sobre o seu dizer no âmbito de um programa argumentativo que suscita emoções e estimula afetos.

A escolha do *corpus* – limitado, neste trabalho, a uma pequena amostra – justifica-se por ele apresentar um recorrente componente linguístico – a reenunciação proverbial – que exemplifica como a produção textual na sala de aula pode se voltar para a prática de uma escrita tomada, nitidamente, segundo seu valor interacional. A partir desse *corpus* e do olhar a ele dirigido, privilegiamos focalizar, no quadro da interação verbal, a construção do sujeito enunciador em sua relação com o apelo emocional da linguagem argumentativa. Em outras palavras, abordaremos a instância de produção dos provérbios recriados relativamente ao programa argumentativo com retórica que se estabelece no artigo estudado.

2. Por um programa argumentativo com retórica

Parece já estar claro que este trabalho insere-se numa perspectiva que não se atém ao estudo da produção textual como o resultado de uma soma livre de frases. Ao contrário, preocupa-se com as atividades de redação em que a unidade de sentido, bem como os efeitos de sentido produzidos e, principalmente, a imagem de um sujeito atuante sobre o seu dizer sejam sempre perseguidos. Sobretudo, frente à preocupação

principal com a subjetividade na linguagem argumentativa, esta pesquisa insere-se no universo da linguagem com emoção.

No que concerne ao modo de organização em foco – o argumentativo – vale dizer que, em âmbito escolar, a construção argumentativa tem sido vista como um dizer puramente intelectual, descontextualizado e distanciado de um sujeito enunciador. Assim, não raramente, a palavra argumentativa na escola tem sido atrelada quase sempre à palavra da razão. A tradicional dicotomia cognição/emoção parece ainda não ter sido superada no trato da argumentação.

Assumindo outra abordagem para o estudo da argumentação na sala de aula, a partir do gênero textual artigo de opinião assinado, esta pesquisa visa analisar, à luz do contrato de comunicação midiático, um programa de argumentação que privilegia a presença do sujeito em toda a sua heterogeneidade, inserido na relação com o mundo e com o coenunciador. Isso significa defendermos que trabalhos com o modo de organização argumentativo, na escola, investiguem e, depois, promovam, no interior da argumentação, o jogo intercambiável entre razão e emoção, flagrado nas investidas do sujeito sobre o discurso que constitui.

Não é mais possível que, no estudo da argumentação, o discurso da razão impere sob a justificativa de que ele instaura um ideal de racionalidade e cientificidade. Na complexidade das interações verbais, os limites entre o cognitivo e o emocional são tênues. Segundo LYSARDO-DIAS, “toda atividade do ser humano, incluindo obviamente a atividade verbal, envolve componentes racionalizantes e emocionais, que, por sua vez, encontram-se inseridos no espaço histórico e cultural das trocas languageiras.” (2010, p.97).

No *corpus* estudado, verificamos ser verdadeira a ideia de que emoção e razão não são excludentes nas práticas languageiras, mas as constituem de fato. O contrato de comunicação midiática e o artigo de opinião assinado, como um dos modos do discurso da imprensa, sustentam-se segundo Charaudeau (2006b), sob a dupla finalidade da informação e a da captação, ou seja, situam-se tanto na esfera da razão quanto na da emoção. A partir dessas finalidades, ao jornal impõem-se dois desafios, respectivamente: o da credibilidade e o da dramatização.

Dentro de uma lógica cívica, ao jornal cabe dar ao leitor uma informação sobre o que aconteceu ou está acontecendo no mundo da vida social. Isso se dá por meio da

reportagem de fatos do mundo e da explicação acerca das causas e consequências sobre o surgimento desses fatos. Nessa visada de informação, a imprensa se vê desafiada a angariar credibilidades, porque baseia sua legitimidade não na verdade em si, mas “no fazer crer que o que é dito é verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2006b, p.90). Assim, faz prevalecer um saber calcado na exatidão de dados que comprovam a veracidade dos fatos.

Por sua vez, quando inserido em uma lógica comercial, o jornal se vê intimidado a captar o maior número possível de consumidor das notícias face à concorrência. Assim, diante dessa visada de captação, a imprensa se vê obrigada a despertar o interesse do público-leitor pela informação que lhe é transmitida, lançando, para tanto, efeitos de dramatização sobre ela. Desse modo, faz predominar um saber que mobiliza afetividades justamente por incorporar um ideal de novidade, instaurador do diferente e/ou inusitado.

Praticar a produção textual à luz de um contrato comunicativo é dar consciência ao aprendiz de seu papel discursivo no texto; no quadro da argumentação, é salientar seu engajamento explícito (no quadro da emoção) ou “implícito” (no quadro da razão); é ensiná-lo a oscilar entre razão e emoção caso se pretenda submetê-lo a um programa argumentativo com retórica.

Sob o ângulo de tal programa argumentativo, Charaudeau e Maingueneau (2004) mostram que “a argumentação é sempre situada e vivida por sujeitos portadores de interesses, de paixões e de valores” (p. 57), elementos que constituem, em perspectiva freudiana, o cerne da subjetividade. Ou seja, a argumentação é mesmo encenada por um sujeito portador de opinião, a qual, de um ponto de vista linguageiro, remete a questões da subjetividade e da afetividade². Em outros termos, a palavra opinativa do sujeito investigado, isto é, a palavra que expressa “valores” é fio condutor de emoção, da não isenção do enunciador, a qual permite ao locutor “situar sua proposta em relação a si mesmo, [...] revelando sua própria posição quanto ao que diz” (CHARAUDEAU, 1992, p.575).

O princípio do qual parte a análise da argumentação no discurso é o de que há mesmo uma associação íntima entre a emoção e a racionalidade, considerando as emoções, conforme Parret (*apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 189),

² CHARAUDEAU. 1992, p.492.

como julgamentos, em uma concepção avaliadora e cognitiva. Nesse sentido, defendemos ser impossível tratar na escola, dentro de uma perspectiva discursiva da linguagem, o ensino da produção textual desvinculado de um sujeito atuante, ativo e inovador sobre o seu dizer.

3. A funcionalidade argumentativa de Villas-Bôas Corrêa

Em artigo de 23 de março de 2007, intitulado “Uma no cravo e duas na ferradura” e publicado no Jornal do Brasil, o sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa, parodiando versões convencionais de ditos populares, isto é, reelaborando, por subversão, um dizer tradicional, cria seu próprio dizer e deixa brechas para ser reconhecido sob a imagem daquele que julga também com emoção.

Na sequência, apresentamos a análise do referido artigo do qual depreendemos **a tese** que resulta justamente desse jogo intertextual implícito. Isso porque tal **proposição** configura-se como paródia de um velho dito popular. Flagrado como **tese** no interior do artigo selecionado, esse enunciado polifônico veicula a voz do enunciador, que ecoa em paralelo à da tradição, e ao veiculá-la mostra-se predisposto à instauração do subjetivo. E se a subjetividade é instaurada, nesse caso, a propósito da criação de **tese** – que é paródia – então, comprovamos que a subjetividade é mesmo categoria estruturadora do discurso argumentativo entoado.

O procedimento de interseção entre a voz consensual e a do enunciador a ser comentado corresponde ao que atestamos por obra da seguinte construção derivada, inserida no artigo abaixo analisado:

Construção fonte	Uma no cravo, outra na ferradura.
Construção derivada	Uma no cravo e duas na ferradura. ... um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura.

Verificamos que, em seu artigo opinativo, o articulista, posicionando-se acerca dos primeiros movimentos do então presidente Lula em seu segundo mandato, defende a **proposição** de que “o presidente Lula desta nebulosa fase de hesitações, perdido na remontagem do governo, às vezes surpreende para mais ou para menos”. A **tese**, assim

enunciada, interessa-nos mais como veículo de uma declaração objetiva que o articulista deseja transmitir ao seu público-leitor. Tal conteúdo encerra uma verdade provada ao longo do texto por meio de argumentos que ilustram as ações acertadas e desacertadas do presidente. Assim delineada, a **proposição** parece predisposta à objetividade, à expressão de racionalidades.

A essa enunciação, contudo, soma-se outra que complementa a formulação da **tese**. Indicada no próprio título do texto: “*Uma no cravo e duas na ferradura*”, a **tese** desdobra-se no primeiro parágrafo ao inserir-se no fio discursivo da sequência textual supracitada e aqui retomada: “... *o presidente Lula desta nebulosa fase de hesitações, perdido na remontagem do governo, às vezes surpreende para mais ou para menos com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida na ferradura*”.

Dessa forma enunciada, a **tese** interessa-nos, principalmente, pela maneira como está estruturada, pois, se pretendemos descortinar a constituição do sujeito enunciador Villas-Bôas Corrêa e o programa argumentativo sobre o qual se baseia, temos de investigar seu modo de expressão. Sob esse campo de visão, essas duas ocorrências que integram a **proposição** defendida por Villas-Bôas Corrêa são reenunciações paródicas do velho dito popular “*Uma no cravo, outra na ferradura*”. São paródias, porque ativam o provérbio original para argumentar em sentido diferente ao por ele prescrito, conforme comprovaremos adiante.

Nesse enquadre, tais ditos reenunciados inserem-se, no texto, subvertendo o discurso límpido e objetivo com o qual o articulista inicia a sua **tese**: “... *o presidente Lula... às vezes surpreende para mais ou para menos*”. Reinventados em dimensão paródica, os ditos em foco costuram a **tese** sob a aura do subjetivo, sobretudo porque dessa reinvenção podemos destacar a voz do enunciador que se diferencia daquela consensualmente partilhada.

Interessa notar a necessidade que o sujeito discursivo tem de reescrever a **tese** sob a roupagem da paródia, não se limitando à exatidão da primeira parte de sua **proposição**. Se, em termos de conteúdo, a ideia de alternância de ações, recomendada pelo provérbio em tela, já estava expressa em “*surpreende para mais ou para menos*”, em termos formais, o sentido será alargado para a identificação do sujeito enunciador.

Enfim, assumindo o papel de **proposição** e, nesse caso, de proposições em destaque – por se localizarem no título e no primeiro parágrafo – as duas ocorrências

“*Uma no cravo e duas na ferradura*” e “... *com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura*” configuram-se não só como mecanismo argumentativo fundamental, mas como meio para apreendermos a identidade discursiva do sujeito focalizado.

Na sequência, visualizamos as impressões deixadas pelo enunciador na *reescritura* do dito original. Frente à atividade de retextualização, aplica-se a estratégia da substituição à primeira construção derivada; conjugada ao acréscimo, a estratégia da substituição é aplicada também à segunda versão. Ambas são abaixo recuperadas:

Construção fonte	Uma no cravo, outra na ferradura.
Construção derivada	“Uma no cravo e duas na ferradura.” “... um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura ”.

A construção paródica cujo resultado é o título “*Uma no cravo e duas na ferradura*” baseia-se na apreensão da fórmula já consensualmente admitida. A partir daí, contudo, promove alterações por meio das quais a palavra “*uma*” adquire nova classificação gramatical e na qual é inserida a palavra “*duas*” – em troca do termo “*outra*”. Ressaltemos que ambas as substituições são feitas relativamente à temática debatida pelo sujeito-enunciador. Com essas inserções, o valor semântico de equilíbrio – ora tendendo ao benefício, ora à repressão – inculcado pelo provérbio-fonte, é alterado com vistas a se ajustar ao ponto de vista do enunciador sobre as ações do então presidente Lula.

No artigo opinativo em análise, o conceito de “isenção”, indicado pelo enunciado fonte, é negado. Ao se inserir o numeral “*duas*”, no lugar do pronome indefinido “*outra*” e, a partir daí, ao se substituir o artigo definido “*uma*”, pelo numeral “*uma*”, fomenta-se a ideia do desequilíbrio. Ou seja, o rifão que defende a teoria de que com ação alternada, beneficiando, ou reprimindo, ora uma, ora outra facção, busca-se o equilíbrio e a vontade de querer passar-se por imparcial é substituído pela ideia de que com ação alternada, beneficia-se ou reprime-se mais uma facção do que outra, atestando parcialidade.

A fim de provar essa nova verdade instaurada, o enunciador lista um variado quadro de ações representativas dos arranhões do governo em confronto com os poucos

atos de lucidez do presidente. Para alguma ação acertada, como a de travar os gastos e desperdícios no Congresso e no Judiciário, pelo menos três medidas desajustadas, tais como: aprovação de reajuste para o vencimento dos deputados, senadores, ministros e o presidente; pressão para que a Câmara aprovasse, por 308 votos contra 141, o recurso do PT contra a instalação da CPI do Apagão Aéreo; e autorização para a exploração pelo setor privado em, no máximo, 3% das florestas, até 2010, fato que, segundo o articulista, “não passa pelo gogó dos ambientalistas”.

Com a substituição do pronome indefinido “*outra*” pelo numeral cardinal “*duas*”, opera-se a troca de uma referência comparativa genérica, não particularizada e não restrita por uma quantidade numericamente definida e particularizada.

Essa troca leva-nos a classificar o termo “*uma*”, agora da construção derivada, como numeral. Na sua relação com o pronome indefinido “*outra*”, o termo “*uma*”, do enunciado fonte, firma-se por sua indeterminação; trata-se de um artigo indefinido. Por sua vez, em paralelo ao numeral cardinal “*duas*”, passa a se firmar, sobretudo, pela singularidade, ou a qualidade de único. No que tange à quantidade, conforme salienta Neves (2000, p. 518), “*uma*”, sendo um artigo indefinido, expressa o sentido de “pelo menos um”; como numeral, passa a expressar o de “exatamente um”.

Tais alterações são coerentes com o motivo mesmo da evocação paródica, qual seja o de enredar o provérbio em contexto que o atualize e, em consequência, o particularize. Na visão do enunciador, é tendencioso o leque de benefícios distribuídos pelo presidente Lula, em detrimento do povo, como ecoa a própria conclusão do artigo: “Para o povão, tudo continua na mesma”. E tais benefícios são, matematicamente, assinalados por uma determinação definida, traço característico dos numerais cardinais, diferentemente do que ocorre com os pronomes e artigos indefinidos.

Nessa mesma direção de análise, destacamos da **tese**, desdobrada no primeiro parágrafo: “... *com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura*”, a explicitação do desequilíbrio das ações presidenciais. Isso se dá pela indicação de que *falhando na pancada dada sobre a ferradura*, as ações do governo não favorecem o povo, assustando-o definitivamente. Até a pancada fabricada para aliviar a população é “*falha*”.

Além disso, para indicar a desproporção entre os “bons” e “maus” atos presidenciais, o articulista invoca ainda o nome “*repique*”. Em uma de suas acepções,

“repicar” traduz-se pela produção de sons agudos e repetidos. Assim, na visão do enunciador, a imagem “*no repique da batida*” manifesta que são repetidos e escandalosos os favorecimentos concedidos aos Três Poderes pelo governo Lula, em contraposição às ações que os desfavorecem.

A menção a termo semelhante aparece só no terceiro parágrafo, quando o articulista informa que “*a pancada*” fora anunciada, “*com o amortecedor das justificativas*”, pelo ministro do Planejamento Paulo Bernardo, poupando-se o presidente desse desconforto. Além disso, o destaque dado, no segundo parágrafo, à expressão “*na moita*” (“*Ainda agora a equipe econômica tentou travar, na moita, a gincana de gastos e desperdícios no Congresso*”) referente ao anúncio da citada “*pancada nas verbas orçamentárias dos dois poderes*”, reforça a ideia de que, segundo o enunciador, o governo pende, sem dúvida, para o lado mais forte: o do Planalto e seus Poderes.

Pelas menções elaboradas acerca das substituições e dos acréscimos aplicados ao dito convencional, verificamos que o enunciador, ao distanciar-se da construção fonte, quer demarcar sua forma particular de intervenção no tradicional discurso, uma maneira própria de olhar o mundo, e da qual extraímos o discurso da emoção que é constitutivo de seu dizer argumentativo.

4. Palavras finais

No escopo da perspectiva teórica que adotamos neste trabalho, podemos dizer que, estudando a argumentação em Villas-Bôas Corrêa por seu modo de inscrição no discurso, constatamos que o mesmo ancora-se num programa argumentativo que se estabelece sobre dois eixos complementares: o da razão e o da emoção.

Essa constatação parece tornar indiscutível a consideração de que o processo argumentativo estudado constitui-se como um programa de argumentação com **retórica**. Tal programa sugere a exclusão de um dizer visto como uma operação puramente intelectual, descontextualizada e destituída de qualquer palavra para exprimir a **emoção** – o ideal do discurso argumentativo³.

³CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.57.

Ao examinarmos as reenunciações proverbiais, pela ótica da *imagem do sujeito enunciador*, constatamos que o programa argumentativo, executado nos artigos de Villas-Bôas Corrêa, evidencia-se, de fato, como uma argumentação com emoção. Sua eficácia, contrariamente ao que se pensa, não está na pretensão da objetividade do articulista nem de sua unidade como sujeito discursivo, mas se encontra justamente nessa íntima articulação entre argumentação e retórica. Tal abordagem sustenta-se na da análise da argumentação no discurso, ramo da análise do discurso “preocupada em retomar a experiência da retórica como arte eficaz da palavra” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, *op.cit.*, p.16).

Em resumo, a funcionalidade argumentativa do discurso de Villas-Bôas Corrêa, depreendida da análise das reenunciações proverbiais, ampara-se no jogo intercambiável entre emoção e razão dado pela dissipada ambiguidade estabelecida entre a parcial imagem de si e seu reverso. Nessa direção, mostram Charaudeau e Maingueneau (*op.cit.*, p. 94) que pode acontecer de o “reinvestimento⁴”, no que diz respeito às relações interdiscursivas, ser mesmo ambíguo, sendo interpretável simultaneamente como captação ao dito original (pela recorrência ao provérbio) e como subversão paródica (pela recriação proverbial). Nesse caso, o sujeito parodista assume, enfim, uma posição ambígua relativamente ao parodiado: “afasta-se dele, permanecendo próximo; é-lhe infiel, sendo fiel” (MACHADO, 1999, p.330).

Essa prática ambivalente que emerge das enunciações do sujeito discursivo revela que, apesar de as marcas da captação de um dizer canônico atingirem o discurso de Villas-Bôas Corrêa, esse mesmo discurso é atravessado, inevitavelmente, pela subversão, ou seja, por elementos duplamente emocionais. Essa constatação coaduna-se com a fala de Kerbrat-Orecchioni (1980) para quem todos os discursos são subjetivamente marcados – lugar de inscrição da parcialidade – porém de acordo com formas e graus extremamente variados. Dentro desse quadro de certo conflito particular, uma vez que o enunciador concilia-se com a voz consensual ao mesmo tempo em que dela se defende, instaura-se, definitivamente, a eficaz argumentação retórica de Villas-Bôas Corrêa.

⁴ De maneira interessante, Charaudeau e Maingueneau (2004) utilizam essa metáfora financeira a fim de enfatizarem que um texto ou um gênero, guardados na memória da coletividade, possuem um capital variável de autoridade, avaliado positiva ou negativamente.

Considerando, em particular, a face subjetiva dessa ambivalência, ressaltamos ainda que os efeitos de parcialidade produzidos pelos elementos emocionais do discurso argumentativo estudado, ou seja, manifestados a partir dos ditos populares parodiados não estão circunscritos ao limite da frase, pois já extrapolaram para o discurso. A obsessiva relação com o já-dito por parte do enunciador e a sua sistemática reenunciação por subversão paródica demonstram que a emoção é construída textualmente.

Não sendo, pois, um adorno, tal processo é apreendido neste trabalho como meio discursivo sistemático de garantia da eficiência/funcionalidade argumentativa dos textos de Villas-Bôas Corrêa.

Todas as informações apresentadas parecem ser suficientes para constatarmos a legítima e eficaz oscilação que caracteriza, em particular, o discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa e, em âmbito geral, o comentário jornalístico, como comprova a citação extraída de Charaudeau (2006b, p. 187) e copiada a seguir:

Na realidade, o comentário jornalístico, tomado pela dupla restrição de credibilidade/ captação do contrato de comunicação midiática, retira sua legitimidade de uma oscilação permanente entre, de um lado, um discurso de engajamento moral, de outro, um discurso de distanciamento; de um lado, uma manifestação de entusiasmo, de outro, de frieza; de um lado, de argumentos baseados em crenças (no saber amplamente compartilhado), de outro, de argumentos baseados em conhecimentos (no saber reservado).

Enfim, os dados abordados, neste estudo, fazem-nos defender que o programa argumentativo aplicado na escola deva mesmo orientar-se para a inclusão do fator emocional ao lado do já presente componente racionalizante. Ademais, o modelo de análise aqui apresentado presta-se a ser aplicado nas salas de aula com vistas a ensinar ao aprendiz uma das formas pelas quais ele – inserindo-se no processo interativo da linguagem – pode garantir ao seu texto um sentido de autoria, no âmbito do necessário programa de argumentação com emoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constructive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV**, Paris, nº 26, p.91-151, 1982.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, D. L. P. de. e FIORIN, J. L. (orgs.). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, UNICAMP, 1988.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006a.

----- **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006b.

----- **Uma teoria dos sujeitos da linguagem**. In: MARI, H.; MACHADO, I. L. e MELLO, R. de (orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, p.23-37, 2001.

----- & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

GRÉSILLON, A. e MAINGUENEAU, D. *Polyphonie, proverbe et détournement*. **Langages**, Paris, nº 73, março, p.112-125, 1984.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACHADO, I. L. A paródia vista sob a luz da análise do discurso. In: MARI et alii (orgs.). **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges – NAD/FALE/UFGM, p.327-334, 1999.

LYSARDO-DIAS, D. Estereótipos e emoção: empatia no gênero proverbial. In: MENDES, E. e MACHADO, I. D. (orgs.). **As emoções no discurso**, vol. II. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OBELKEVICH, J. Provérbios e história social. In: BURKE, P. e PORTER, R. (orgs.). **História social da linguagem**. São Paulo: UNESP, p.43-81, 1997.

TAGNIN, S. O. **Expressões idiomáticas e convencionais**. São Paulo: Ática, 1989.

O conceito de hermenêutica e sua aplicação no pensamento de W. Dilthey

Eduardo Henrique Silveira Kisse¹

(UFRJ)

81

Resumo: O intuito primordial deste artigo é investigar o conceito de hermenêutica e sua recepção por Wilhelm Dilthey. Primeiro, desenvolveremos brevemente o conceito de hermenêutica, tal como ele aparece ao longo da história para, em seguida, entendermos como Dilthey o aplica à sua fundamentação das ciências humanas, frente às duas concepções por ele desenvolvidas de compreensão. Buscaremos validar as hipóteses de que, para Dilthey, a hermenêutica é um método para a interpretação das expressões de vivências de concepções de mundo estranhas a mim e que tal estranhamento pode ser superado por meio da compreensão hermenêutica.

Palavras chave: Dilthey, hermenêutica, ciências humanas, método, compreensão

Abstract: This article's main intention is to investigate the concept of hermeneutics and its reception by Wilhelm Dilthey. First, we briefly develop the concept of hermeneutics, as it appears through history, then we try to understand how does Dilthey apply it to his foundation of the human sciences, according to the two conceptions of understanding that he develops. We try to validate the hypothesis that the hermeneutics is, for Dilthey, a method for the investigation of the lived experiences' expressions of strange world-conceptions and that this strangeness can be overcome.

Key words: Dilthey, hermeneutics, human sciences, method, understanding

Introdução

Este artigo tem como tema a o conceito de hermenêutica e sua aplicação no pensamento diltheyano. Por meio da investigação encontrada neste artigo, buscaremos

¹ Bacharel em filosofia pela *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ). Niterói, Brasil, ehskisse@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5890114428853398>

compreender o conceito de hermenêutica bem como o modo como Wilhelm Dilthey (1833-1911) se apropria dele. Temos como objetivos específicos não apenas desenvolver de maneira breve o conceito de hermenêutica ao longo da história, desde a Antiguidade até o início do século XX com o próprio Dilthey, mas também analisar como o autor alemão irá utilizá-lo no embasamento das ciências humanas, ao mesmo tempo em que esclarecemos como a hermenêutica estará conectada à compreensão. Partimos dos pressupostos de que a hermenêutica, tal como assumida por Dilthey, é um método de interpretação de textos oriundos de uma concepção de mundo que não a minha. Pressupomos também que tal distanciamento de concepções de mundo não permite uma lida direta com a subjetividade alheia, ou, de outro modo, uma compreensão do outro, senão por meio da interpretação das expressões de suas vivências.

Neste artigo, para atingirmos os nossos objetivos, deveremos primeiro passar por um ponto crucial para a compreensão do conceito de hermenêutica. Na primeira parte de nossas investigações buscaremos traçar de modo breve o caminho percorrido pelo conceito de hermenêutica no decorrer da história, desde a Antiguidade com Platão e Aristóteles, passando pela Idade Média com Santo Augustinho e a exegese bíblica e chegando à Modernidade com Schleiermacher e, finalmente, ao começo do século XX com Dilthey.

Em seguida, na segunda parte, nos aprofundaremos no próprio conceito de hermenêutica. Será aí que investigaremos com maior detalhamento o que seja o círculo hermenêutico, princípio segundo o qual nunca partimos para uma interpretação desde o objeto do conhecimento, mas temos sempre já as nossas antecipações e estruturas prévias do conhecimento. Esclareceremos brevemente como esse princípio é fundamental para a hermenêutica a partir dos ensinamentos éticos de Aristóteles e, em seguida, ainda na mesma parte, trataremos também brevemente da recepção de três grandes autores contemporâneos da hermenêutica filosófica: Dilthey, Heidegger e Gadamer. A lida com esses três autores justifica-se por parte do tema proposto, segundo o qual devemos aqui trabalhar com o conceito de hermenêutica em geral, mas concentrando-nos especialmente na lida que Dilthey tem com ele.

Na terceira e última parte deste artigo, investigaremos mais apuradamente a hermenêutica, no que melhor tange ao nosso tema central, ou seja, sua recepção por

Wilhelm Dilthey. Investigaremos a aplicação que o autor alemão dá à hermenêutica na por ele pretendida fundamentação das ciências sócio-históricas. Verificaremos o papel desempenhado pelos dois tipos de compreensão, a elementar e a hermenêutica, no método hermenêutico. Na medida em que a compreensão hermenêutica visa a apreensão do sentido das expressões das vivências que se originem de uma concepção de mundo diferente da do intérprete, ela será aquela usada por Dilthey para o estudo das ciências de cunho histórico.

Cumprindo com sucesso as tarefas às quais nos propomos realizar ao longo deste artigo, acreditamos discurremos com suficiência acerca do tema proposto, a saber, o conceito de hermenêutica e sua aplicação no pensamento diltheyano.

Breve desenvolvimento do conceito de hermenêutica ao longo da história

Conhecesse-se sob o título de hermenêutica o método filosófico desenvolvido por Wilhelm Dilthey, a partir dos ensinamentos do teólogo e filólogo Friedrich Schleiermacher (1768-1834). Dilthey trabalhou especialmente sob o projeto de desenvolvimento do método hermenêutico, usado por ele para fundamentar as ciências sócio-históricas. A hermenêutica, entretanto, não foi criação nem de Dilthey nem de Schleiermacher, mas suas origens remontam desde a Antiguidade (GADAMER, 1997), fazendo-se necessária, assim, uma análise dos fundamentos históricos desde seu surgimento, passando pelas transformações sobre como ela era entendida até o momento em que surgiram as necessárias condições para seu aparecimento como método filosófico. A indicação dos múltiplos momentos das diferentes compreensões do conceito de hermenêutica exigirá de nós, aqui, uma breve reconstrução histórica do conceito.

Começando pelo seu nome, podemos indicar que o termo “hermenêutica” tem origem grega, vinda do verbo *hermeneueien*, e significa, literalmente, “interpretar”, guardando íntima relação com o deus Hermes, responsável pela comunicação entre o Olimpo e os humanos. Podemos ver já em Platão (1920) referências ao termo, quando ele indica o hermeneuta como aquele que transmite uma informação e, com isso, realiza uma comunicação. Mas será em Aristóteles que veremos referências mais explícitas ao

termo, quando, em seu tratado intitulado *Peri hermeneias* (título dado posteriormente a um texto inacabado), ele fala justamente da questão da interpretação, enquanto possibilitada pelo *lógos*, que faz descoberta uma coisa, de torná-la acessível ao intérprete. (HEIDEGGER, 2012) Na realidade, de um modo geral, verificamos que a hermenêutica sempre foi mais um tipo de saber exposto em manuais práticos, do que um saber encontrado em tratados puramente teóricos. Os textos hermenêuticos eram essencialmente técnico-pragmáticos, servindo para o uso em textos, normalmente, teológicos, apenas quando o seu sentido não era apreendido logo de maneira evidente, clara e imediata, quando parecia ser necessária a busca mais a fundo, para além daquilo primeiramente mostrado. (CASANOVA, 2008a; GADAMER, 1997)

Foi ainda essencialmente no campo teológico que a hermenêutica continuou a se desenvolver como técnica de interpretação de textos, cujo sentido não se apreendia de imediato, à medida que se passou a refletir justamente sobre essa tarefa de interpretação. Ao lado de Isidoro de Sevilha (560-636) e Hugo de São Vitor (1096-1141), constituindo exemplos clássicos de hermenêutica medieval, podemos ver Santo Agostinho (354-430), ao tratar do Antigo Testamento, dizer que este era um texto para ser compreendido estritamente sob o ponto de vista do cristianismo, o que era uma visão compartilhada por toda a Igreja, que apenas reconhecia seu próprio ponto de vista como o único possível para qualquer visão de mundo. (GADAMER, 1983)

Santo Agostinho será aquele a produzir a primeira hermenêutica em sentido estrito, enquanto uma hermenêutica exegética que, através de comentários, é uma tentativa de aclarar-se o encoberto, fazendo-se acessível o sentido primeiro do texto escrito.

Mediante quais armas haverá o homem de realizar a interpretação de passagens da Escritura que não estejam claras: com o temor de Deus, com o cuidado único de buscar na Escritura a vontade de Deus. Formado na piedade, para que não tenha prazer em disputas verbais; provido de conhecimentos linguísticos, para que não fique em suspenso diante das palavras ou locuções desconhecidas; dotado com conhecimento de certas objetualidades e acontecimentos naturais que venham a se inserir a propósito de ilustração, para que não deixe de ver sua fraqueza demonstrativa, apoiada no conteúdo da verdade... (MIGNE, 1845 apud HEIDEGGER, 2012, p. 18)

Com essa fala de Migne, entendemos que Santo Agostinho, assim como outros doutores da Igreja, ao realizarem isso que chamamos de exegese e que está, na grande maioria dos casos, ligada à interpretação da bíblia vinculava-se, deste modo, necessariamente à visão teocentrista católico-medieval, na qual as ideias da Igreja deveriam ser o ponto de partida para a análise do texto. Também seria condição necessária para a interpretação o conhecimento da língua do texto, de tal modo que o intérprete não caia nas armadilhas de expressões estranhas, além do conhecimento do ambiente no qual o escrito foi produzido. Ainda no campo da teologia, mas já no século XVII, com a “hermenêutica sacra”, a hermenêutica deixa de ser interpretação para tornar-se a doutrina da aplicação prática desta. (HEIDEGGER, 1998) Poderemos verificar também o estabelecimento de uma razão universal religiosa na nova interpretação da bíblia, assim como proposta por Martin Lutero, durante o movimento conhecido como humanismo.

Durante o humanismo, com o advento da Antiguidade como fenômeno histórico, modelo e ideal de mundo, fez com que aparecesse a necessidade do estudo das línguas antigas, e por conta disso, Boccaccio, no século XIV, estende o uso da hermenêutica da teologia para a filologia, no que ele aplicava da gramática e da retórica do idioma antigo para o estudo e cultivo da prosa italiana. Com o crescimento cada vez mais acelerado do número de estudiosos da língua e da cultura gregas, surge, no século seguinte, desta filologia encontrada no trabalho com os gregos, a ciência filológica. É também digno de lembrança Erasmo que, no século XVI, edita o novo testamento com tradução latina, bem como cria uma teoria pedagógica seguindo o modelo da pedagogia clássica. Ele acreditava que o conhecimento das coisas, como já acima visto na citação heideggeriana sobre a exegese medieval, deveria ser posterior à apropriação da língua, que deveria ser uma língua antiga, pois a Antiguidade era o ponto de partida para os estudos, a partir do qual qualquer compreensão se tornaria possível. (DILTHEY, 1960)

Na modernidade, podemos ver claramente, especialmente no Iluminismo, essa razão religiosa, que Lutero e Santo Agostinho seguiam, transformar-se na razão cientificista, que, através do ponto de vista das ciências lógico-matemáticas, iluminaria o homem com a verdade. (GADAMER, 2006) Ademais, também durante a Modernidade, outro campo no qual também houve grande concentração de trabalhos hermenêuticos, foi o da jurisprudência, que buscava, na objetividade de seus textos,

soluções para os problemas advindos de questões jurídicas essencialmente práticas. Como exemplo, podemos citar a lei, que tem caráter universal, e a concreção de casos particulares levados aos tribunais da justiça. (GADAMER, 1983) O problema maior desta questão entre universal e particulares, não estaria, no entanto, na solução da conexão entre essas duas categorias opostas (o universal e o particular), mas no fato de, por muitas vezes, os textos da legislação serem originados de uma realidade sócio-histórica diferente da realidade social vivida, na qual a experiência jurídica deveria estar inserida. Outro caso, muito propiciamente surgido, graças às condições históricas envolvidas, era o do imperador, que representava uma exceção que vinha sendo discutida desde a Antiguidade no direito justiniano. (GADAMER, 1983) Ora, se o direito procura a igualdade de justiça entre os homens, e o imperador constitui exatamente uma desigualdade, porque pode decidir como bem entender sobre a lei, à qual não está submetido, perde-se aí todo e qualquer fundamento da interpretação dos textos relacionados à lei, à medida que ela é dependente da vontade variável de uma determinada figura. A partir daí, vemos que a hermenêutica não deve ser reduzida a uma mera “técnica lógica da subsunção de parágrafos”, mas deve-se estender à práxis na ideia do direito. (GADAMER, 1983)

Ainda na Modernidade, porém num âmbito totalmente diverso, o da filologia, como já visto, a hermenêutica também se fez necessária. Com o nascimento do humanismo, passou-se a valorizar os clássicos gregos e latinos como formas mais elevadas da cultura humana e que deveriam servir de modelo para todos os povos civilizados – o que pode ser comprovado no fato do plano escolar alemão mais antigo, elaborado por Lutero e Melanchton, prescrever o estudo de grego, latim e hebreu. (DILTHEY, 1960) Com isso, houve um grande retorno à leitura e, como consequência, à necessidade de interpretação dos textos da Antiguidade, isto é, os textos latinos clássicos, que possuíam uma linguagem mais rebuscada que a do latim escolástico, e, principalmente, os textos clássicos gregos; também, em menor escala, incluía-se aí o antigo testamento em hebreu. A hermenêutica apareceria aí como uma ajuda técnica para a gramática e para tomar-se parte da ambiência da realidade da época na qual tais textos foram criados. Isso, no entanto, não supre as necessidades para uma compreensão de um texto, pois, segundo Gadamer (1983, p. 65): “A mera descrição da estrutura

interna e da coerência de um dado texto, bem como a simples reprodução do que o autor diz, não constituem uma autêntica compreensão.”

A insuficiência para que se alcançasse o sentido original do texto, que era sempre lido através da ótica dos ideais humanistas da época, fez com que surgisse a questão sobre a função da hermenêutica, que passou a ser entendida não somente como um acessório teórico-metodológico para o intérprete, mas também como definidora de como o interpretado deve ser compreendido. Apesar disso, continuava o eterno debate entre todos os intérpretes pelo sentido original dado pelo autor interpretado. A identificação da multiplicidade de interpretações e a confirmação da impossibilidade de acesso ao sentido original de um texto apenas levou à consciência de que havia um enorme distanciamento histórico entre a cultura da época daqueles textos clássicos e a daqueles que buscavam interpretá-los deste modo romântico, ou seja, acreditando que, suprimidas as barreiras da gramática e do vocabulário, ter-se-ia uma total compreensão da obra sobre a qual se trabalhava. (GADAMER, 1983)

A essa consciência do distanciamento histórico chamamos consciência histórica, que podemos entender como a consciência da relatividade das visões de mundo. Essa consciência nos leva ao entendimento de que não pode haver uma razão universal por trás de um texto, na sua tentativa de interpretação. A tentativa de se transpor esse abismo entre o intérprete e o interpretado veio a ser realizada com o método das ciências naturais, que entendia poder resolver esse problema, apenas removendo os pressupostos subjetivos nele envolvidos. Assim, naquele momento, o método hermenêutico passou a ser usado de modo semelhante aos procedimentos para a investigação nas ciências naturais. (GADAMER, 1983)

A ambiência na qual florescerão os pensamentos filosóficos de W. Dilthey será aquela na qual essa dissonância entre a metodologia aplicada na investigação da natureza e o método das ciências humanas será notada por grandes historiadores, representantes da escola histórica, que tinha como alguns de seus representantes teóricos como Leopold von Ranke (1795-1886), Friedrich Carl von Savigny (1779-1861) e Johann Gustav Droysen (1808-1894), que perceberão a incompatibilidade metodológica, pelo fato dos objetos de cada ciência serem totalmente diversos um do outro. (GADAMER, 1983)

O objetivo principal da obra diltheyana, tal como veremos ao longo de sua vida, será, partindo dos pressupostos legados pela escola histórica, suprir a distância entre intérprete e interpretado, não pela via das ciências da natureza, mas pelo método que Dilthey instauraria para as ciências do homem, da sociedade e da história, que dele ainda eram carentes. Tal método teria como base não a explicação, mas a compreensão da alteridade, ou seja, não a utilização de uma razão universal ou de um pano de fundo distante das vivências do interpretado, mas a busca do que há de comum na dicotomia de uma interpretação. (GRONDIN, 2000)

O princípio do círculo hermenêutico como base da hermenêutica

Apesar da enorme herança teórica vinda da escola histórica, sobre a qual Dilthey desenvolveu significativa parcela de sua obra, foi no campo da filologia que se destacou a maior influência para a sua hermenêutica, tendo sido o método hermenêutico schleiermacheriano de grande importância para toda sua obra. Tanto que, em 1859, ganhou o concurso do Instituto Schleiermacher por seu ensaio sobre o seguinte tema proposto: “O ganho característico da hermenêutica de Schleiermacher é posto à luz através da comparação com elaborações mais antigas dessa ciência, a saber as de Ernesti e Keil”. Além disso, ele já vinha não somente trabalhando nas publicações póstumas de Schleiermacher, como também numa de suas maiores obras, *A vida de Schleiermacher* (*Leben Schleiermachers*), bem como inúmeros outros textos sobre este autor. (KERCKHOVEN, LESSING, OSSENKOP, 2008)

Sobre o movimento realizado por Schleiermacher em relação às hermenêuticas que ele deixava para trás, nos diz Heidegger (1998):

Posteriormente, *Schleiermacher* restringiu a ideia da hermenêutica, vista com caráter geral e ativo (veja-se Augustinho!), à ‘arte (doutrina da arte) de compreender’ a língua de outro, e põe-na em relação, enquanto disciplina junto à gramática e à retórica, com a dialética; essa metodologia é formal e, enquanto “hermenêutica geral”, teoria e doutrina da arte de compreender a língua estranha em geral, abarca as hermenêuticas especiais, teológica e filológica. (p. 31-32)

Com Schleiermacher, então, a hermenêutica deixou de ser aquela mera técnica para auxílio na interpretação de textos para tornar-se um método para abordá-los, ao levar-se em conta a compreensão como peça-chave nesse processo. O que o filólogo entendia era que não havia um âmbito gramático-racional válido para toda e qualquer circunstância, ou seja, não haveria um pano de fundo de uma razão universal por trás de um texto, através do qual poderia haver um entendimento comum a todos. Assim, só poderia haver sentido num texto, na medida em que houvesse também a tentativa, o esforço para a compreensão de seu sentido e suas intenções. (CASANOVA, 2008b) A partir daí, já se fazia perceptível a necessidade de superarem-se as hermenêuticas anteriores, que desconsideravam o elemento intérprete no processo da compreensão, porque, tanto na Idade Média quanto na Modernidade, a razão universal permitiria a compreensão dos textos, fosse ela teológica ou cientificista lógico-matemática, e iluminaria o homem com a verdade dada por meio da transmissão. (GADAMER, 2006)

A supressão do elemento intérprete, justamente numa interpretação, deverá ser superada com um princípio-chave para a hermenêutica não só de Schleiermacher, que o formulou de modo mais explícito, mas que tem suas origens na retórica da Antiguidade, no chamado “círculo hermenêutico”. “Trata-se da relação circular entre o todo e suas partes: o significado antecipado em um todo se compreende por suas partes, mas é à luz do todo que as partes adquirem a sua função esclarecedora.” (GADAMER, 2006, p. 58) Um melhor desenvolvimento de nossa tentativa de entendimento do círculo hermenêutico encontraremos justamente nas suas bases gregas, contudo, como já mencionado, não explicitamente reproduzido, mas já encontrando seus fundamentos.

Apesar de Aristóteles ter escrito o *Peri hermeneias*, tal como já supra citado, trabalharemos aqui com outro texto seu, a *Ética a Nicômaco*, pois este último oferece-nos elementos muito mais frutíferos para o desenvolvimento do discurso sobre o círculo hermenêutico do que o primeiro, que, apesar do nome indicar logo de início uma lida direta com o tema da interpretação, se assemelha muito mais a um tratado sobre a linguagem e a relação de verdade das proposições com os conceitos e as coisas, aos moldes muito mais de uma filosofia analítica do que hermenêutica. (ARISTÓTELES, 1952) A *Ética a Nicômaco*, por outro lado, tal como Heidegger (1998) indica-nos, tem uma lida hermenêutica.

Em sua *Ética a Nicômaco*, vemos Aristóteles tratando do bem agir. Nela, temos o discurso do estagirita, no qual ele coloca o homem, como aquele ser moral que se guia sempre tendo em vista um fim. Neste discurso teleológico, apesar do que aquilo que visamos poder ser uma atividade ou um produto de uma atividade, não desejamos nenhuma dessas duas coisas ao infinito, ou nosso desejo será em vão (isto é: desejaríamos algo que nos levaria a desejar outra coisa, num processo *ad eternum*); isso o faz crer que haverá um fim último, para o qual nossas atividades se dirigem. Entretanto, a investigação sobre este fim não exigirá uma resposta precisa para todos uniformemente, já que neste livro tratam-se de questões humanas, o que faz com que uma conclusão apenas por convenção seja aceita, pois, em diversos casos, o que é fim para uns é o objeto do qual outros temem e evitam. Como exemplo para isso, ele dá a riqueza que, mesmo sendo por muitos desejada, especialmente por aqueles que não a tem, é lembrada por vezes como a desgraça que destruiu a vida de vários homens (ARISTÓTELES, 1959)

Na busca pelo fim último do homem, Aristóteles diz que este é o bem, apesar de não se dizê-lo de maneira igual para todos, visto que, apesar dele ser para todos a felicidade, para uns ela pode consistir no bem agir e, para outros, nas riquezas e no prazer. Ainda num aprofundamento desta observação, o filósofo nota que, para o mesmo homem que dizia ser a riqueza a felicidade, por exemplo, isto pode mudar quando ele estiver doente, fazendo-o desejar a saúde para ser feliz. O que o grego expõe sobre essa observação é que, para a definição do bem para cada um, parte-se sempre da visão de mundo na qual o homem encontra-se. “Presumivelmente, então, devemos começar com as coisas por nós conhecidas” diz Aristóteles (1959, p. 5). Isso significa, em outros termos, que o que cada um visa como um fim está totalmente ligado e condicionado pela visão de mundo individual ou de seu tempo, ou, se preferir, aos seus conhecimentos prévios. (ARISTÓTELES, 1959)

Na *Ética a Nicômaco*, não se trata da hermenêutica, enquanto uma técnica para interpretação ou método filosófico, muito menos tendo o problema da história em vista, mas já demonstra-se que o homem, como ser ético, não se define como um conjunto de suas capacidades naturais, mas como aquele que somente se faz, na medida em que age de acordo com a situação na qual ele se encontra. Ou seja, mesmo que Aristóteles não estivesse tratando ainda do ponto de vista de uma consciência histórica, já podemos ver

sinais por ele dados, de que, numa interpretação, como a opinião de cada um sobre o que constituiria a felicidade, deve haver adequação do intérprete ao texto interpretado, fazendo-se a análise das condições na qual foi escrito, tentando-se encontrar o ponto de vista do qual o seu autor se posicionou para escrevê-lo, dentro do contexto de sua obra. (GADAMER, 2006) Ou seja, já em Aristóteles encontramos noções disso que chamamos círculo hermenêutico e que, segundo Frithjof Rodi (2003):

trata-se do problema, de que, na interpretação de textos, nunca pode-se partir de um ponto nulo absoluto do conhecimento, antes, um conhecimento prévio do todo sempre participa do entendimento do particular, entretanto, inversamente, também o conhecimento do todo apenas pode ser construído a partir do particular (p. 3-4).

Como já mencionado acima, o interesse no círculo hermenêutico não era o ponto central de Aristóteles. No entanto, este princípio fundamental no estudo da hermenêutica, será um ponto central para Schleiermacher e, conseqüentemente, para Dilthey, na medida em que ele permite aos dois autores alemães pensar a relação do pesquisador com o autor do texto. Os conhecimentos prévios, vindos do todo das vivências, dos quais partiriam o intérprete, seriam a base para qualquer conhecimento posterior, adquiridos na particularidade daquela obra e, em seguida, modificadores do intérprete, já que se acrescentariam ao conjunto dos conhecimentos prévios. (RODI, 2003) Segundo Schleiermacher, um texto pertence a um contexto histórico, dado não somente pela época na qual ele foi escrito, mas também pelo seu posicionamento no conjunto da obra de seu autor e ao gênero literário ao qual pertence, além de possuir um sentido próprio, que seria desvendado, se observarmos-no como inserido no “contexto espiritual do autor”. Desse modo, teríamos acesso ao sentido do texto através de sua totalidade, que é constituída de aspectos objetivos e também, principalmente, de subjetivos. (GADAMER, 2006)

Dilthey irá apropriar-se da hermenêutica schleiermacheriana no seu embasamento das ciências histórico-sociais. Ao levar em conta que, estando tais ciências em situação de risco, pois seu estudo mostrava-se, por parte dos positivistas, cada vez mais apartado do seu objeto, a saber, as vivências humanas (tal como veremos mais aprofundadamente no próximo capítulo), fazia-se necessária a fundamentação das ciências do homem a partir dele mesmo, o seu sujeito, que é também seu objeto. Assim,

Dilthey lançará as bases para tais ciências nas vivências humanas, já que elas são as pré-concepções últimas, sobre as quais podem estruturar-se qualquer conhecimento, inclusive para as ciências humanas. (JUNG, 1996)

Também tratando das vivências na fase inicial de sua carreira, Heidegger (1989-1976) será, tal como Dilthey, um renomado hermeneuta, mas afastar-se-á dele, na medida em que não considerará mais a compreensão como um simples ideal de um método filosófico. Afastando a compreensão de ser apenas uma solução para uma fundamentação das ciências humanas, ele a terá como um modo originário, no qual a vida existiria num mundo, pois ela seria originariamente (antes de qualquer sentido prático ou teórico) um modo de ser da vida humana fática. (GADAMER, 2006)

Heidegger, um dos filósofos mais influentes do século passado, terá como um de seus discípulos mais notórios Hans-Georg Gadamer (1900-2002), que vai levar mais à frente seu programa de uma hermenêutica pensada em vistas à vida fática. Nele, Gadamer ainda pensará a compreensão longe de qualquer pretensão teórica ou pragmática, mas sempre como um princípio básico da vida humana mesma, ao contrário dos hermeneutas anteriores, que a dirigiam sempre por um viés metodológico (especialmente Schleiermacher, para quem, segundo Gadamer, a ideia de compreensão era demasiado técnica). Na sua obra principal, *Verdade e Método*, Gadamer (1997) vai distanciar a compreensão de qualquer método, por considerá-la aquilo através do qual nós sempre nos movemos e nossas experiências sempre se dão, não podendo ter a antes pretendida carga técnica, pelo fato de não basear-se em um modelo epistemológico de critérios e normas. Assim, Gadamer tratará da compreensão em seu acontecimento (ele pretendia nomear sua obra maior com o título de “Compreensão e acontecimento”) como forma de experiência, afastando-se das pretensões de um Dilthey, de um Schleiermacher ou de algum outro hermeneuta anterior, que tinham a hermenêutica como um meio para a procura do sentido primeiro de um texto. (GRONDIN, 2000)

Compreensão elementar e compreensão hermenêutica no método de fundamentação das ciências humanas

A hermenêutica diltheyana é considerada a primeira hermenêutica propriamente filosófica, tendo sido inspirada na hermenêutica filológica de Schleiermacher, que, pela primeira vez, foi aquela a deixar de ser uma mera técnica interpretativa para se tornar um método de interpretação, como já vimos anteriormente. (CASANOVA, 2008b) Segundo Hans-Ulrich Lessing (2011), apesar de Dilthey nunca ter se declarado nem hermeneuta nem schleiermacheriano, além de ter, em alguns de seus escritos, demonstrado uma posição um tanto quanto crítica contra ele, vemos, em sua filosofia, elementos muito distintos de tal tipo de pensamento, tal como encontramos na filologia de Schleiermacher.²

Rodi (2003) informa-nos de que Dilthey usa pouco e cheio de cuidados a palavra “hermenêutica”, o que somente confirma a referência a Lessing feita acima, pois, se ele pouco a usa, muito menos se classificará como hermeneuta. Esse uso reservado e discreto do termo se deve ao fato dele, até o final do século 19, não se encontrar em campo algum fora da teologia, jurisprudência ou filologia, a não ser de um modo um tanto quanto não usual. Esse termo, na inovação diltheyana, teria adquirido um novo valor de dois modos diferentes: um na ampliação da abrangência de seu uso nas ciências humanas, o outro “pelo uso adjetivado ‘hermenêutico’ poder significar a mais alta exigência filosófica, mas também uma ofensa ao desmascaramento do exagerado desnorteamento metafísico.” (p. 3) Maiores detalhes sobre esse “exagerado desnorteamento metafísico” não encontraram lugar propício para desenvolvimento neste artigo, mas deverá ser elaborado em nossas pesquisas futuras. A cunha de hermeneuta será a ele dada postumamente por outros filósofos, a saber, Heidegger e Gadamer – cujas obras não poderiam ter sido sequer imaginadas sem a motivação diltheyana – e, mesmo assim, apenas por conta de sua obra tardia. (LESSING, 2011)

Vai ser com esse modelo de hermenêutica que Dilthey irá desenvolver seu pensamento, no sentido de uma interpretação das expressões das vivências, mas apenas no que se limita à compreensão de trabalhos escritos, tendo em vista o fato de ele

² Na sua obra principal, a *Introdução às ciências humanas* (2010), Dilthey não usa uma vez sequer a palavra hermenêutica. Entretanto, verificamos ao longo da obra um trato caracteristicamente hermenêutico. Ademais, podemos confirmar tal trato hermenêutico, no que o autor afirma, logo no prefácio à obra, que foi obrigado a interromper seus trabalhos com a obra de Schleiermacher, para iniciar a tentativa de fundamentação das ciências humanas, visto a apresentação e a crítica do pensamento do filólogo e teólogo pressuporem “incessantemente discussões sobre as questões derradeiras da filosofia. Assim, a biografia foi posta de lado até a publicação do presente livro” (p. 9). Ou seja, na lida com a hermenêutica schleiermacheriana, ele já via o embasamento das ciências históricas.

diferenciar dois tipos de compreensão diferentes. O primeiro deles seria a compreensão “elementar” ou psicológica e trabalharia com o esquema de analogia com as vivências do outro, na medida em que essa dita compreensão é a apreensão de um ser psíquico, através de suas exteriorizações em forma de sinais. O segundo seria uma compreensão “mais elevada” ou hermenêutica, que, de um modo diferente ou, talvez, mais elaborado, tem sentido e significação como meta e distancia-se da compreensão psicológica, pois se realiza através de obras escritas, compreendendo-as como produtos espirituais de substâncias autônomas viventes. Essa segunda compreensão desempenhará um papel mais central, pelo fato de as vivências não poderem ser compreendidas como um todo, mas apenas como parte de uma totalidade, a saber, a vida. E, justamente pelo fato de nem a vida nem a vivência poderem ser apreendidos num plano objetivo da realidade, far-se-á necessário todo um processo para o esforço no sentido da interpretação, que passe pelos âmbitos subjetivos espirituais da vivência, para que se alcance sua compreensão. (LESSING, 2011) Verifiquemos tal afirmação com maior detalhamento.

Entre os textos diltheyanos sobre hermenêutica abordados nesta pesquisa, todos têm em vista o horizonte de problemas posto pela individuação do mundo humano, posto que, num conhecimento científico (ao qual ele se propõe, por conta do contexto em que se encontrava o estudo das ciências humanas em sua época, ao que já fizemos breve alusão, mas apenas nos aprofundaremos num capítulo mais à frente dedicado a esse problema), especialmente no historiológico e no filológico, tem-se a intenção de tornar objetiva a singularidade histórica. (LESSING, 2011) Entendemos aqui a objetivação de uma singularidade, como o ato de se expressar, pois a expressão, no contexto da obra do autor é a projeção de estados internos no âmbito objetivo externo. (DILTHEY, 1992) Essa procurada singularidade histórica é aqui não somente a reconstrução da visão de mundo de uma determinada época, como ele faz em suas biografias sobre grandes personagens históricos³, mas também a singularidade da historicidade de cada homem. De algum modo, essas singularidades não se dão separadas, pois o homem está intrinsecamente inserido em sua época, que se constitui de indivíduos humanos. (IMAZ, 1946) Em relação ao encontro da singularidade na

³ Como exemplo, podemos citar a sua biografia *Leibniz e a sua época* (1976), na qual ele dedica apenas um relativamente curto capítulo para falar especificamente sobre a vida de Leibniz, deixando outros três mais longos para descrever o mundo no qual ele vivia, fosse tratando da arte em sua época ou das questões políticas em vigor, além de analisar as condições históricas que levaram à criação de sua concepção de mundo.

universalidade, realizado pela sua pesquisa, achamos fundamento no próprio dizer de Dilthey, quando ele dá um exemplo baseado na análise e na descrição da obra de arte do Renascimento:

Se quero analisar essa obra de arte, então preciso me conscientizar dos recursos da pintura para expor grandes personalidades mundiais (...); preciso representar a natureza de grupos ideais, para os quais muitas personalidades histórico-mundiais dão concretude plástica (...); preciso inserir de maneira ordenada os estados de fato abstratos em todas essas relações universais presentes (...); e, então, as particularidades concretas, que estão inseridas nos modos de ser do Renascimento em relação a tais objetos; Leonardo, Miguel Ângelo, Rafael, Dürer, etc. precisam ser subordinados ao caráter do Renascimento como tipos particulares de tal exposição de homens historicamente significativos (...) (DILTHEY, 2011, p.146)

E a confirmação para a citação acima pode ser obtida no que até as ciências humanas que adquiriram o caráter derivativo-comportamental, isto é, o caráter de derivar o campo das vivências subjetivas do campo no qual o comportamento se realiza na objetividade das expressões, trabalhando com entidades desvificadas, dependerem da compreensão, enquanto processo interpretativo. Dessa análise, apenas podemos concluir que a compreensão do singular é um meio de investigação válido para todo e qualquer tipo de ciência do homem, à medida que é do indivíduo e da individuação de cada momento do mundo humano histórico que elas tratam. (LESSING, 2011)

Apesar da importância da individuação para o conhecimento científico, segundo as indicações de Dilthey, tal eminência vige de modo igual no cotidiano das interpretações, fora do campo científico. Para nós, só há compreensão da interioridade de uma pessoa através da recepção de sinais dados em sua exterioridade, o que quer dizer, através de expressões corporais, ações, entonações etc. E, assim, só conhecemos a interioridade do outro, segundo o modelo de reprodução, no qual, por analogia, depreendemos intenções, experiências e vontades ao comparar as expressões do outro com as que eu uso, usaria ou que espero que alguém use ao encontrar-se em determinado estado espiritual. (DILTHEY, 1981)

Esses estados espirituais, um mero modo como vemos os nexos psíquicos individuais, são depreendidos de determinadas expressões dadas na exterioridade, pelo fato de, apenas através dessas uniformidades, encontrarmos o universal na particularização do indivíduo. (DILTHEY, 2011) Dilthey assim o confirma, quando diz

que: “É somente nos conceitos universais que expressam segundo a sua natureza uniformidades junto ao particular que a descrição tem meios para apresentar esse particular.” (2011, p. 146)

Legando a compreensão apenas à apreensão dum psiquismo por meio de exteriorizações, segundo o modelo de referência por reprodução, Dilthey estaria por submetê-la a um psicologismo. Mesmo que, de fato, esse conceito de compreensão seja muito amplo, abrangendo todos os casos da vida humana, nos quais um interior é reconhecido através de sinais, essa compreensão é, na verdade, uma submissão do outro às minhas expectativas, levando a afinidade com o espírito do outro a uma relação mantida sob um caráter de unilateralidade. A hermenêutica interviria aqui, nas condições apresentadas, como a teoria da interpretação das expressões das vivências, interpretação essa que aqui devemos entender como “compreensão técnica de expressões de vida fixas duradouras”. (DILTHEY apud LESSING, 2011, p. 112) Com a hermenêutica, Dilthey vai achar a coeternidade, necessária à compreensão, quando ela nos leva a nos colocarmos no mesmo horizonte de sentido das vivências do outro. Com a hermenêutica, ser-nos-á oferecida a possibilidade de suprimir-se o caráter unilateral que uma compreensão, meramente segundo um modelo psíquico-reprodutivo, nos mostra, desvelando-se a capacidade de encontrar-se o eu no tu. Ela, a hermenêutica, enquanto transposição do eu para nós, para o espírito objetivo de uma época, deverá ter como aliada a reconstrução de uma determinada visão de mundo (IMAZ, 1946), o que levará Dilthey, segundo Lessing (2011), a proclamar o primado da interpretação filológica.

Ora, o papel da hermenêutica vai ser então o de interpretar as expressões das vivências, levando-se em conta que essas vivências são carregadas, têm como pano de fundo uma concepção de mundo que não a nossa. Essa diferença entre as concepções de mundo, para Dilthey (1992), não vai ter outra causa, se não as diferentes vivências em diferentes épocas. Em outras palavras, as variações da consciência humana, os seus desenvolvimentos, somente ocorrem tendo o desenrolar da história como pano de fundo, fazendo com que o homem, tal como o acontecimento da filosofia, sejam históricos (especialmente no sentido que Dilthey a dá). E, assim, a hermenêutica deverá ser trabalhada como método para a interpretação de expressões das vivências de outras concepções de mundo, diferentes daquelas do intérprete.

Passemos, então, para a conclusão do trabalho, onde buscaremos extrair o saldo final de toda nossa pesquisa, assim como, finalmente, ultimá-la.

Conclusão

A título de conclusão deste artigo, faz-se necessária uma breve retrospectiva dos passos seguidos a partir do conceito de hermenêutica, levando à sua aplicação no pensamento diltheyano, antes que cheguemos às nossas inferências propriamente ditas. Assim poderemos trazer à tona o saldo de nossas investigações, bem como nossos achados e, então chegarmos a conclusões sobre o uso que Dilthey faz da hermenêutica.

Procuramos apresentar breves notas sobre o conceito de hermenêutica através do percurso histórico. Nessas notas, observamos que ela, desde a Antiguidade até a Modernidade, não passava de um auxiliar, quase no sentido de um manual, de interpretações que, no entanto, não levava em conta uma real compreensão do texto, mas apenas a remissão de seu sentido a algum pano de fundo qualquer. Na Idade Média, por exemplo, vimos que o pano de fundo possibilitador de explicações a um texto era o cristianismo.

Como vimos ao longo do artigo, isso muda, entretanto, com Schleiermacher, filólogo alemão, que, recuperando o conceito do círculo hermenêutico, já existente desde a retórica antiga, porém ainda não explicitamente formulado, incorpora o sujeito compreensivo no ato da interpretação. Segundo o círculo hermenêutico, nunca partimos de um ponto nulo de conhecimento para uma interpretação, mas levamos conosco sempre nossos conhecimentos prévios, expectativas, antecipações, etc. Enfim, estruturas prévias do conhecimento.

Neste trabalho, seguida, vimos que Dilthey, mesmo não tendo se considerado um hermeneuta, tendo sido essa cunhagem a ele dada posteriormente por filósofos como Heidegger e Gadamer, sua lida com a hermenêutica vai se mostrar como um dos pontos centrais de sua obra. O motivo da importância da hermenêutica para Dilthey está na por ele buscada fundamentação das ciências humanas, na qual tais ciências deveriam ter como fundamento não uma realidade lógico-matemática, tal como proposta pelos positivistas, mas a própria realidade das vivências humanas. Para Dilthey, o estudo das ciências humanas será então fundamentado no método hermenêutico filológico, no qual

a pesquisa será pautada não em sistemas metafísicos teoretizantes, mas na realidade das vivências e, com isso, a interpretação deverá ser compreensão das vivências de fato.

Na última parte deste artigo, vimos que, para Dilthey existem dois tipos de compreensão: uma é a elementar e a outra é a hermenêutica. Na primeira, compreendem-se as expressões do outro por analogia pelo fato do outro compartilhar o mesmo espírito objetivo que o meu, o que permitiria uma compreensão da subjetividade do outro sem alteração de sentido. Porque ambas as subjetividades se encontrariam como que diluídas no espírito objetivo compartilhado, não haveria necessidade de interpretação para que se alcançasse a compreensão. Essa compreensão ocorreria no cotidiano das nossas vivências.

Na segunda, a “mais elevada”, busca-se a compreensão da subjetividade humana, quando ela não mais se localiza no mesmo espírito objetivo do intérprete, mas quando ela nos chega, oriunda de outra concepção de mundo, na forma de textos legados pela tradição. Neste caso, como o autor do texto não compartilha do mesmo espírito objetivo do intérprete, faz-se necessária uma interpretação para que se alcance a subjetividade do autor. Deste modo, pudemos sustentar que é por esse motivo que Dilthey usa-se da descrição das condições de surgimento de uma determinada época para analisar um determinado autor e seu pensamento, tal como vemos em suas muitas biografias.

Diante de tudo que foi dito em nosso artigo, nos é lícito concluir que a hermenêutica, para Dilthey, é o método fundamental de compreensão da singularidade das vivências humanas, à medida que ela tem como papel fornecer as bases das pesquisas filológicas de reconstrução das ambiências de uma determinada época.

Bibliografia

ARISTOTLE. *The Nicomachean Ethics of Aristotle*. Tradução: Sir David Ross. London: Oxford University, 1959.

_____. On Interpretation. In: ARISTOTLE. *The works of Aristotle*. Tradução: Sir David Ross. Chicago, London, Toronto: Encyclopaedia Britannica, inc., 1952.

CASANOVA, M. A. S. *A compreensão em jogo ou o jogo da compreensão*. Mente e Cérebro – Filosofia 11: Presença do outro e interpretação, São Paulo, pp. 66-73, 01 ago. 2008.

_____. *A vida da linguagem compreensiva*. Mente e cérebro – Filosofia 11: Presença do outro e interpretação, São Paulo, p. 66-73, 01 ago. 2008.

DILTHEY, W. *Der Aufbau der Geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 1981.

DILTHEY, Wilhelm. *Historia de la pedagogia*. Tradução: Lorenzo Luzuriaga. Buenos Aires, Losada S. A., 1960.

_____. *Introdução às ciências humanas: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história*. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica*. Tradução: Marco Antônio Casanova, Via Verita, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Leibniz und sein Zeitalter*. In: *Studien zur Geschichte des deutschen Geistes*. Stuttgart: B. G. Teubner Verlagsgesellschaft, 1976.

_____. *Teoria das Concepções de Mundo*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. *A razão na época da ciência*. Tradução: Ângela Dias. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. *O problema da consciência histórica*. 3. ed. Org.: Pierre Fruchon. Tradução: Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRONDIN, Jean. *Einführung zu Gadamer*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2000.

HEIDEGGER, Martin. *Ontologia: (hermenêutica da faticidade)*. Tradução: Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2012.

IMAZ, Eugenio. *El pensamiento de Dilthey*. Cidade do México: El Colegio de México, 1946.

JUNG, Matthias. *Dilthey zur Einführung*. Hamburg: Junius, 1996.

KERCKHOVEN, Guy van, LESSING, Hans-Ulrich, OSSENKOP, Axel von Baudissin. *Wilhelm Dilthey: Leben und Werk in Bildern*. Freiburg/München: Karl Alber GmbH, 2008.

LESSING, Hans-Ulrich. *Wilhelm Dilthey*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau GmbH & Cie, 2011.

PLATÃO. Sofista. In: *The Dialogues of Plato*. Tradução: Jowett, B. Oxford: Oxford University, 1920.

RODI, Frithjof. *Bochumer Dilthey Forschung: Die Kontinuität geisteswissenschaftlicher Theoriebildung als Aufgabe*. [2003?] Disponível em: <http://www.ruhr-uni-bochum.de/philosophy/dilthey/pdf/dilthey_forschung.pdf>.

Acesso em: 04/10/2011.

O EMBLEMÁTICO BELZONI: RELATOS DE UMA JORNADA PELO EGITO E PELA NÚBIA

Elisângela Aparecida Zaboroski¹ (UFSC, Florianópolis, Brasil)

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o viajante se sentou na areia da praia e disse: “Não há mais que ver”, sabia que não era assim. O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que já se viu, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com Sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir. E para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem Sempre. (José Saramago, Viagem a Portugal, 2007.)

277

Resumo

O presente artigo visa apresentar a figura e os feitos do explorador italiano Giovanni Battista Belzoni (1778-1823), bem como se tem interesse em expor um exercício de tradução do Prefácio da sua *Narrative of the operations and recent discoveries within the Pyramids, Temples, Tombs, and Excavation, in Egypt and Nubia* (1820), e assim evidenciar a importância de sua tradução e de nossa opção pela utilização das teorias estrangeirizantes da tradução.

Palavras-Chave: Giovanni Battista Belzoni – Tradução estrangeirizante – Prefácio – Viagem – Viajante

Abstract

This article aims to present the figure and deeds of the Italian explorer Giovanni Battista Belzoni (1778-1823), and will present an translation's exercise of his preface of his *Narrative of the operations and recent discoveries within the Pyramids, Temples, Tombs, and Excavation, in Egypt and Nubia* (1820), and thus highlight the importance of this translation and our option to use the estrangeirizantes theories of translation.

Keywords: Giovanni Battista Belzoni – Estrangeirizante translation – Preface – Journey – Traveler

¹ Graduada em Letras – Português/Inglês pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – FAFIUV, Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina – PGET/UFSC e graduanda de Direito pela Universidade do Contestado – UNC/PU. Florianópolis, Brasil, e-mail: elis.zaboroski@gmail.com.

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4293979T6>

Revista Litteris -Número 10 - Ano 4

www.revistalitteris.com.br

INTRODUÇÃO

Ao estudar uma obra como a *Narrative of the operations and recent discoveries within the Pyramids, Temples, Tombs, and Excavation, in Egypt and Nubia* (1820), de Giovanni Battista Belzoni (1778-1823), a qual relata suas realizações, percalços e descobertas em sítios arqueológicos ao longo do rio Nilo, nos deparamos com sua importância histórica, científica e literária, pois tal narrativa é o testemunho dos primórdios de uma ciência que resgatou uma civilização perdida no tempo, uma civilização que deu sentido e justificou a vida de um homem até então desconhecido e desacreditado por seus contemporâneos.

Ainda inédita em Língua Portuguesa, a obra do explorador italiano que estamos traduzindo e da qual se apresenta, neste artigo, a tradução de seu prefácio, descreve as atividades que lhe rederam um lugar de prestígio nos campos da arqueologia e da egiptologia. Seu mérito é reconhecido em todo o mundo, mas especialmente na Inglaterra e na Itália. É significativo, por exemplo, que o primeiro destino de Belzoni depois de deixar o Egito foi a sua cidade natal, Pádua, à qual ele ofereceu “duas esplêndidas estátuas de diorito da deusa Sekmet, atualmente expostas no Museu dos Eremitas.” (SILIOTTI, 2007, p. 173)

Faz-se necessário enfatizar que se trabalha, neste artigo, com a tradução estrangeirizante do prefácio da *Narrative*, de Belzoni, posto que, o mesmo é de significativa importância para o entendimento de sua obra como um todo.

DESVENDANDO OS MISTÉRIOS DE BELZONI

No ano de 1815 Belzoni a convite de Ismail Gibraltar, emissário de Muhammad Ali, o Paxá, foi ao Egito, para implementar naquele país uma roda hidráulica que fosse capaz de irrigar os campos por mais tempo e por um custo muito mais baixo. Naquela época, o Paxá estava empreendendo uma série de obras de saneamento no Egito. A invenção de Belzoni, no entanto, fracassou, o Paxá renunciou a nova máquina e assim Belzoni, mais uma vez em sua vida², viu-se com o destino incerto.

Com sua estadia no Cairo o explorador italiano conheceu inúmeros europeus, fez amizade, em especial, com um suíço que era chamado de “o xeique”, na verdade

² Aqui fazemos referência aos diversos empreendimentos realizados por Belzoni ao longo de sua caminhada, pois já teria trabalhado como auxiliar de hidráulica e até artista de circo.

chamava-se Johann Ludwing Burckhardt, um orientalista suíço que em 1813 descobriu um friso do topo do Templo de Ramsés II, o Templo de Abu Simbel, na Núbia. Burckhardt falou de sua descoberta para Belzoni que conseguiu encontrar a entrada do Templo em 1817. Burckhardt tinha fracassado na sua tarefa de levar o colossal Busto de Memnonium de sete toneladas (assim era chamado o templo comemorativo de Ramsés II em Tebas Oeste, mais conhecido hoje como o Ramesseum). Burckhardt logo colocou Belzoni em contato com o cônsul geral britânico Henry Salt.

O explorador italiano aceitou a proposta de trabalho do cônsul que consistia em resgatar o busto e enviá-lo para a Inglaterra, bem como estava autorizado a trazer outras eventuais antiguidades que encontrasse. O cônsul demonstrava interesse pelos objetos e Belzoni recolheu inúmeros a serviço do mesmo e em benefício próprio também, uma vez que naquela época não havia leis que proibissem tais atividades, que apesar de serem condenadas por muitos, eram práticas comuns. Para Howard Carter “aqueles foram os grandes dias das escavações. Os escavadores simplesmente apropriavam-se de qualquer coisa do seu agrado, de um escaravelho a um obelisco, e, se houvesse alguma divergência de opiniões com algum colega escavador, preparava-se uma emboscada com armas.” (2004, p. 70)

Munido de todas as autorizações necessárias Belzoni consegue remover o gigantesco busto deslocando-o com o auxílio de algumas dezenas de pessoas, através de uma espécie de trenó em direção ao Nilo, apesar de todas as dificuldades, do calor excessivo e da falta de mão-de-obra, após duas semanas Belzoni realiza seu feito e consegue transportar o busto até as margens do Nilo, sendo, no entanto, impossível o embarque do objeto, devido a falta de uma embarcação adequada, Belzoni deixa o busto e parte rumo a uma expedição à Núbia, até a segunda Catarata. Após haver visitado os templos de Esna, Edfu e Kom Ombo, as ruínas das antigas Siena em Assuã e a ilha de File, na qual ele apoderou-se do majestoso obelisco, diante do templo de Isís. Obelisco que foi retirado da ilha em nome do cônsul-geral e de Sua Majestade Britânica, e, segundo Alberto Siliotti o mesmo (obelisco) auxiliaria ou “daria grande ajuda a Champollion na decifração da escrita hieroglífica.” (p. 167)

Belzoni chega a Abu Simbel, onde três anos antes Burckhardt havia encontrado o esplêndido Templo de Ramsés II ao lado do qual estava o dedicado à Nefertári, sua esposa, e à deusa Hator, Burckhardt, também falhara aqui, por não ter conseguido adentrar ao templo que estava coberto, pelo que Belzoni chama de uma grande massa de

areia e detritos de cerca de vinte metros de altura. A escavação foi difícil e por falta de recursos financeiros o explorador foi obrigado a suspender os trabalhos após sete dias de esforços e voltou a Tebas.

De volta a Tebas e na espera de embarcar o busto do “Jovem Memnon”, como foi chamado o busto de Ramsés, Belzoni incursionou-se pelo complexo de Karnak onde realizou diversas escavações, mais exatamente na área do templo de Mut, onde encontrou dezesseis estátuas de Diorito, das quais seis inteiras, que representavam a deusa Sekmet em seu aspecto leonino, além de uma magnífica estátua de quartzito branco que representava Seth II.

Também o Vale dos Reis atraiu a atenção do explorador italiano, pois no setor ocidental do Vale, conhecido como Vale do Oeste, encontrou a tumba de Ay, penúltimo faraó da XVIII dinastia e sucessor de Tutancâmon, sobre cujo pórtico de entrada gravou a observação, hoje quase apagada “*Discovered by Belzoni – 1816*”.

Belzoni retoma a sua escavação do Templo de Abu Simbel em novembro daquele mesmo ano (1816), sendo que consegue adentrar no mesmo em 1º de agosto de 1817, onde, segundo seu relato, o calor era insuportável, cerca de 50°C. Para Alberto Siliotti “a abertura do templo de Abu Simbel, embora, tenha sido de grande importância histórica e científica, contribuindo a aumentar a fama do paduano, vista, por outro lado, com a óptica depreciadora da época, foi antes decepcionante”. (p. 168) Pois, apesar de encontrar a entrada do templo, Belzoni não encontrou praticamente nada para levar consigo e então decidiu regressar a Tebas para prosseguir com suas pesquisas no Vale dos Reis e ali fez outras várias descobertas.

Sua incursão pelo Vale teve como principais resultados a descoberta das Tumbas de Mentuherkhepeshef, Ramsés I e Seth I, na qual encontrou o famoso sarcófago de Alabastro que hoje está no Museu de Soane, em Londres, bem como tantas outras tumbas que também foram esvaziadas por ele. Por seu exaustivo trabalho no Vale dos Reis o explorador italiano, segundo Howard Carter (1874-1939), deve ser valorizado, visto que era a primeira vez que se realizavam escavações modernas de grande escala no Vale. É importante ressaltar que a tumba de Seth I também ficou conhecida como a “Tumba Belzoni”. Ele, no entanto, mesmo não sendo considerado um arqueólogo, uma vez que seus métodos de escavação chocam qualquer especialista moderno, principalmente quando descreve sua maneira de lidar com portas seladas, abrindo-as através de um aríete, deve, porém, ser lembrado pelo êxito de suas explorações.

Contudo, são questionáveis os métodos utilizados por Belzoni em suas escavações, mas, deve atentar ao fato de que ele, como produto de sua época, realizou um trabalho que Carter denomina de “extraordinariamente bom”. Ressalte-se que Belzoni só interrompeu suas atividades no Vale depois de realmente acreditar que não havia mais nenhuma tumba para ser desenterrada.

Belzoni também foi o responsável por descobrir em 02 de março de 1818 um corredor que dava acesso ao interior da pirâmide de Quefrén, desvelando assim o “mistério” da segunda pirâmide de Gizé. Pois, segundo a tradição a pirâmide não deveria possuir câmaras internas. Na verdade, uma inscrição árabe achada em uma parede e pertencente, segundo Siliotti, ao século XIII revelava que a pirâmide já tinha sido violada seis séculos antes, mas os registros desta exploração tinham se perdido, portanto, cabe a Belzoni, o título de primeiro autêntico explorador da pirâmide de Quefrén, sendo hoje ele também reconhecido por tal feito. Em reconhecimento de seu trabalho os ingleses cunharam uma medalha que possuía em uma de suas faces o busto de Belzoni e na outra a da pirâmide de Quefrén com a seguinte inscrição: “*Opened by G. Belzoni, March 2nd 1818.*”

Após tais realizações Belzoni partiu rumo ao deserto arábico em busca de minas de esmeralda e das ruínas da antiga Berenice, o porto construído por Ptolomeu II Filadelfo, que encontrou no lugar correspondente ao atual promontório de Ras Bana. Belzoni deixa Tebas definitivamente e em 1819 regressa ao Cairo, porém sua aventura pelas areias faraônicas ainda não haviam terminado e uma última viagem o aguardava.

Deixando Sarah, sua esposa no Cairo, ele adentrou no deserto líbico, chamado também de deserto ocidental, em busca do Oásis de Siwa, conhecido antigamente como Oásis de Júpiter Amon, cujo oráculo teria sido consultado por Alexandre, O Grande, no entanto, só conseguiu chegar ao Oásis de Bahariya, ao qual, nenhum outro viajante ocidental havia visitado ainda. Em seu regresso ao Cairo Belzoni embarca com a esposa com destino a Europa e dá o adeus definitivo ao Egito.

A atividade de explorador de Belzoni, de remover as antiguidades do Egito é justificada por Carter, pois, para ele tal atitude salvaguardaria as mesmas. “Ao remover antiguidades para os museus, na realidade estamos garantindo sua segurança: deixada *in situ*, elas inevitavelmente seriam presas de ladrões, mais cedo ou mais tarde, o que, para todos os fins práticos, seria seu fim”. (2004, p.77)

Belzoni valeu-se desta atividade de explorador para sua própria sobrevivência, e aqui não questionamos o caráter positivo ou negativo de tais atividades, apenas apresentamos os fatos, como, supostamente, ocorreram, pois foi devido a eles que Belzoni em 1820 publica seu livro de narrativas, aonde relata suas aventuras pelo Egito e Nubia. A obra *Narrative of the Operations and Recent Discoveries and Egypt and Nubia*, de Belzoni, é Segundo Howard Carter “é um dos mais fascinantes livros de toda a literatura egípcia”. (2004, p. 70)

Seu relato é o objeto de nossa pesquisa, portanto, se sua atividade enquanto explorador é considerada expoliação ou preservação de antiguidades, isso não compete a nós, o que realmente importa em nossa pesquisa é a informação, o que ele realizou no Egito e Núbia, e que foram estes fatos/feitos que originaram seu livro de narrativa e que suas descobertas hoje dão visibilidade a história particular de cada objeto que ele descobriu.

POR UMA TRADUÇÃO ESTRANGEIRIZANTE

Antoine Berman (2007, p 68), citando Levinas, defende que o ato ético da tradução “consiste em reconhecer e receber o Outro enquanto Outro”. Tal posição do crítico francês vai de encontro com nossos anseios de tradução da *Narrative of the operations and recent discoveries within the Pyramids, Temples, Tombs, and Excavation, in Egypt and Nubia* (1820), e conseqüentemente, da tradução do prefácio da mesma, de Belzoni, ação de trabalho e resultado que nos permitirão reconhecer a importância do outro como diferença, ou melhor, de outros: o explorador e o seu Egito oitocentista misterioso, do qual Belzoni é, de certa forma, também um tradutor. Todavia, para tanto, é imprescindível que o leitor seja levado até a obra e não o contrário, pois apenas a tradução estrangeirizante apegada à valorização da letra tornará viável a experiência das páginas do livro do explorador como alteridade e diferença.

A oportunidade de realização de uma tradução estrangeirizante proporciona o conhecimento e compreensão mais amplos da cultura e mentalidade do texto fonte. Semelhante procedimento não decorre senão de uma atitude de respeito pela língua, cultura e autoria estrangeiras, “um respeito tão profundo que leva o tradutor a por vezes ultrapassar os limites de seu próprio idioma, distorcendo-o de modo calculado a fim de conservar algo da qualidade alheia, estranha, do estrangeiro”. (BRITTO, 2010, p.139)

Logo, o processo de estrangeirização no ato da tradução está ligado intimamente ao desenvolvimento de um público-leitor mais aberto às diferenças culturais.

Para Lawrence Venuti, o ato de levar o leitor até o autor estrangeiro estabelece um modo mais justo de tradução, por manter o estrangeiro dono de sua identidade cultural mesmo estando presente em outra cultura, receptora da tradução da obra em questão. (2002) A obra é, segundo Berman (Op. cit., 76) “uma realidade carnal, tangível e viva no nível da língua” (p.76). Por tais afirmações destacamos que a fidelidade da tradução deve estar e ser direcionada à letra, essa realidade material da obra.

Venuti ainda ressalta que a tradução estrangeirizante apresenta particularidades que os demais métodos de tradução não revelam, uma vez que os processos tradutológicos domesticantes tentam esconder tais particularidades da língua fonte. Embora a tradução estrangeirizante também seja parcial na interpretação do texto que está sendo traduzido, a mesma é capaz de expor as especificidades da língua e cultura que se traduzem. (Ibid.) Eis sua contribuição: apresentar os pormenores de cada cultura, dando com isso oportunidade ao público-leitor de conhecer e de identificar-se com aquilo que lê e indo de encontro com o autor.

Assevere-se que a questão da ética da tradução abrange a condição em que ser ético, em um processo tradutológico, significa ser também capaz de gerar condições favoráveis para que o Estrangeiro se revele. Destaque-se também que a tradução estrangeirizante “não é uma representação transparente de uma essência”, e sim uma “construção estratégica cujo valor é contingente à situação atual da língua-alvo. Tradução estrangeirizante significa a diferença do texto estrangeiro, mas somente se houver a disrupção de códigos que prevaleçam na língua alvo. (VENUTI, 2002, p. 20)

Sem dúvida, nos dias de hoje o entendimento da alteridade é uma necessidade intrínseca de qualquer indivíduo, necessidade a que a tradução não pode fugir de seu papel, melhor desempenhado quando o mesmo respeita a letra e o que pertence aos domínios do estrangeiro. Para Berman a tradução deve ser, em sua condição de operação textual, “tradução-da-letra, do texto enquanto letra. Que isto é a essência última e definitiva da tradução.” (2007, p. 25). Entretanto, o crítico enfatiza que “traduzir a letra de um texto não significa traduzir palavra por palavra.” (Op. cit., p.15) Em verdade, a letra implica, em sentido amplo, essências éticas, poéticas e religiosas. “A letra é seu espaço de jogo.” (Op. cit., p. 26)

Uma atividade/abordagem tradutória etnocêntrica e hipertextual do livro de Belzoni, paradigma cuja natureza negativamente reivindica a adaptação e transformação do outro segundo a cultura que o recebe (Id., op. cit. p. 28), revela-se inapropriada para o trabalho com o texto do explorador, desde os cuidados e as metas que ele traçou para a divulgação de sua atuação na chamada “Terra da Eternidade”. Portanto, o êxito de um trabalho de tradução não pode ser desvinculado da preservação dos traços linguístico-culturais do texto-fonte, principalmente se levarmos em conta que quem escreve não é um homem entranhado naturalmente no seio da língua e cultura inglesas, mas um italiano que acaba adotado-as pela conveniência de suas viagens e sobrevivência fora de seu país, lugar com o qual sempre manterá uma relação afetiva e cultural estreita e até nostálgica.

O fato de Belzoni ter escrito sua principal obra em inglês não é explicável unicamente pela sua movimentação dentro da cultura inglesa, presente mesmo na conjuntura política do Norte da África, mas devido, pelo menos se dermos crédito ao autor, ao seu temor de ser mal interpretado, distorcido ou incompreendido se acaso escrevesse em sua língua materna, pois ele possivelmente sabia que se acaso sua obra composta em italiano seria logo traduzida para outros idiomas sem o cuidado de que careciam as versões no oitocentos de textos como o seu. Quanto a isso, é sintomático o esclarecimento que ele dá no prefácio da *Narrative*, objeto de nosso estudo e trabalho neste artigo:

As I made my discoveries alone, I have been anxious to write my book by myself, though in so doing, the reader will consider me, and with great propriety, guilty of temerity, but the public will perhaps gain in the fidelity of my narrative, what it loses in elegance. I am not a English-man, but I prefer that my readers should receive from myself, as well as I am able to describe them, an account of my proceedings in Egypt, in Nubia, on the coast of the Red Sea, and in the Oasis; rather than run the risk of having my meaning misrepresented by another. If I am intelligible, it is all that I can expect. I shall state nothing but the plains matters of fact, as they occurred to me in these countries, in 1815-16-17-18 and 19. A description of the means I took in making my researches, the difficulties I had to encounter, and how I overcame them, will give a tolerably correct idea of the manners and customs of the people I had to deal with. (BELZONI, 2010, p. 10-11)

O desejo de Belzoni, ademais, não pode fugir, em termos de tradução, da afirmação de Berman, quando este diz que “a tradução é a experiência; a experiência da

obra e do ser-obra, da língua e do ser-língua. Experiência, ao mesmo tempo, dela mesma, da sua essência.” (Op. cit., p. 18) Por conseguinte, se ser deveras entendido foi uma das maiores preocupações de Belzoni, a ponto de renunciar a língua do país a que tanto amava, o nosso desvelo em traduzi-lo orientados pela estrangeiridade pode ser entrevisto como uma humilde tentativa de continuidade de seu projeto.

Obviamente, estamos distanciados em quase dois séculos do ex-artista circense, o que necessariamente significa que sua voz deve ser relegada à distancia ou à incompreensão, mas tem-se a intenção de gerar a proximidade, viabilizar o caminho para que as páginas traduzidas de Belzoni façam jus ao seu legado através de seu entendimento como elementos de descoberta e reflexão. Se Belzoni tem a tarefa de levar o seu leitor até o Egito faraônico, não menos árdua se revela a tarefa do tradutor, que simultaneamente deve levar o mesmo leitor até o Egito e até Belzoni e instaurar o longínquo em sua presença, pois não podemos esquecer que a “tradução é, na sua essência, o ‘albergue do longínquo.” (BERMAN, 2007, p. 69)

No que diz respeito especificamente aos Estudos da Tradução, trazemos para discussão os processos e as dinâmicas que envolvem a tradução de textos como o dele, bem como as atitudes e posições possíveis para que atividade tradutória seja também sinônimo de acolhimento. E acolher, ao invés de rejeitar ou dominar, talvez seja a melhor perspectiva para um trabalho que tem em seu cerne a produção e difusão de conhecimento, circunstâncias que não são indiferentes à igualdade e comunhão entre os homens, ambas beneficiadas pelo “desejo de abrir o Estrangeiro enquanto Estrangeiro ao seu próprio espaço de língua” (Id, op. cit, p. 69), visto que a tradução e sua reflexão devem ser ambicionadas como recursos que utilizam a linguagem “para articular e confrontar modos de saber e de experiência, sendo um importante campo do conhecimento”. (BERMAN, 2002, p. 13)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de Belzoni relatar suas próprias incursões dá a oportunidade a Belzoni de pertencer ao seleto grupo de viajantes italianos que contaram sua saga e transformaram-na em literatura. No campo que compete aos Estudos da Tradução, evidenciou-se, neste artigo, as teorias tradutológicas estrangeirizantes, visto que tem-se o objetivo de levar o leitor ao encontro de seu autor, e em consequência do mundo e da

cultura do mesmo. O exercício da tradução do Prefácio da colossal obra belzoniana é uma amostra do universo perdido que Belzoni desvendara, bem como é um importante meio de divulgação de seu trabalho e pesquisas.

REFERÊNCIAS

BELZONI, Giovanni Battista. *Narrative of the operations and recent discoveries within the Pyramids, Temples, Tombs, and Excavation, in Egypt and Nubia*. 7ª ed. Brussels: H. Remy, 2010.

BERMAN, Antoine. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*. Trad. Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Trad. Marie-Hélène Torres; Mauri Furlan; Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BRITTO, Paulo Henriques. O tradutor como mediador cultural. In: *Synergies Brésil*. Brasil. n.º 02, p.135-141, 2010.

HOWARD, Carter. *A descoberta da Tumba de Tutankamon*. Trad. Eduardo Bueno. Planeta: São Paulo, 2004.

SILIOTTI, Alberto. *Exploradores e viajantes do Nilo*. Vol. VII. Coleção Biblioteca Egito. Trad. Francisco Manhães; Michel Teixeira; Carlos Nougué. Barcelona: Folio, 2007.

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.

Exercício de tradução – Por uma tradução Estrangeirizante:

PREFÁCIO

Como eu fiz as minhas descobertas sozinho, estava ansioso para escrever o meu livro por conta própria, embora ao fazê-lo, o leitor poderá me considerar, e com grande propriedade, culpado de temeridade, mas talvez o público ganhe na fidelidade de minha narrativa, o que ela perde em elegância. Eu não sou inglês, mas prefiro que os meus leitores saibam por mim, assim como eu sou capaz de descrever, um relato dos meus feitos no Egito, na Núbia, na costa do Mar Vermelho, e no Oásis, ao invés de correr o risco de ter o sentido de minhas palavras deturpadas por outros, pois, ser inteligível é tudo o que posso desejar. Eu não deveria contar nada, mas são fatos tão simples, uma vez que ocorreram comigo nesses países em 1815-16-17-18 e 1819. A descrição dos meios que utilizei para fazer minhas pesquisas, as dificuldades que encontrei, e como as venci, dará uma ideia, razoavelmente acertada, dos modos e dos costumes das pessoas com quem tive que conviver. Talvez eu tenha falado muito dos obstáculos que surgiram em meu caminho, devido ao ciúme e ao espírito de intriga de meus adversários, sem levar em conta que o público vai se importar pouco com as minhas disputas privadas, o que para mim, é claro, pareceu de grande importância naqueles momentos. Mas espero que um pouco de indulgência seja permitida aos meus mortificados sentimentos, especialmente quando reflito que foi através deles que fui obrigado a deixar o Egito antes que eu tivesse concluído com os meus planos.

Devo pedir desculpas também para as poucas observações, nas quais, humildemente, me aventurei a apresentar alguns pontos históricos. Porém, fiquei tão familiarizado com a visão de templos, túmulos e pirâmides, que não poderia deixar de contribuir para a formulação de algumas especulações sobre a sua origem e construção. O viajante e acadêmico estudioso irá rir da minha presunção, mas suas opiniões sempre concordaram sobre questões desse tipo, ou mesmo nas que representam menos dificuldade? Muito há sido escrito sobre o Egito e a Núbia pelos viajantes do século passado: por Denon³ e pelos sábios⁴ franceses, cuja intenção geral desses países não deixou praticamente nada despercebido, e pelo Sr. Hamilton, de cujo esmero posso dar amplo testemunho. Mas o que posso dizer do saudoso Sheik Burckhardt⁵, que era tão bem familiarizado com a língua e os costumes desses povos e que nenhum deles suspeitou que era um europeu? Seu relato sobre as tribos desses países é tão minuciosamente correto, que pouco ou nada resta para observação do Egito e da Núbia modernos.

Tenho, no entanto, mais uma observação a fazer sobre mim. Estou com medo que o leitor pense que sou muito vaidoso: isto é, pois nenhum viajante jamais teve as oportunidades de estudar os costumes dos nativos como elas foram oferecidas para mim, uma vez que ninguém havia lidado com eles de maneira tão peculiar. Minha ocupação constante foi procurar, depois de antiguidades, e isso levou-me em diversas operações que tive com eles, a observar o caráter real dos Turcos, Árabes, Núbios, Beduínos e as tribos Ababdy.⁶ Assim, eu era, circunstancialmente, muito diferente de um viajante comum, que vai simplesmente para fazer suas observações sobre um país e seu passado, em vez disso, tive que persuadir essas pessoas ignorantes e supersticiosas

³ Ao mencionar Denon, Belzoni está referindo-se a Dominique Vivant Denon, ou somente, Vivant Denon (1747-1825) que foi um pintor, arqueólogo e diplomata francês que seguiu com a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egito, permanecendo lá durante um ano inteiro, aonde perseguiu os mamelucos. Como exímio pintor que era, Vivant Denon registrou em desenhos tudo o que observava, em especial, o Templo de Amen-hotep III (Amenófis III, para os gregos), localizada na cidade de Elefantina e destruída em 1822, sendo seu desenho a única imagem que temos dela.

⁴ Do original: *French sçavans*. Nas expressões utilizadas por Belzoni, em línguas estrangeiras ao texto, optou-se por sua tradução, seguida de uma nota explicativa, visto que é importante manter as marcas do texto original e enfatizar o termo assim como o quis seu autor.

⁵ Belzoni refere-se a Jean-Louis Burckhardt, um orientalista suíço que em 1813 descobriu um friso do topo do templo de Ramsés II, o Templo de Abu Simbel. Burckhardt falou de sua descoberta para Belzoni que conseguiu encontrar a entrada do Templo em 1817.

⁶ Turcos, Árabes, Núbios, Beduínos e as tribos Ababdy.

para realizarem uma tarefa dura nos trabalhos, com os quais, foram previamente e totalmente ignorantes.

Minha terra natal é a cidade de Pádua: Eu sou de uma família romana, que residiu durante muitos anos na região. O estado e os problemas de Itália em 1800⁷, que são muito bem conhecidos para exigir qualquer comentário de mim, me obrigaram a deixá-la, e desde aquele tempo eu visitei vários locais da Europa, sofrendo muitas dificuldades. A maior parte da minha juventude eu passei em Roma, a antiga morada dos meus ancestrais, onde eu estava me preparando para se tornar um monge, mas a entrada repentina do exército francês em Roma alterou o curso da minha educação, e meu destino foi viajar, tenho sido, desde então, um andarilho. Minha família me enviava, ocasionalmente, uma remessa de valores, mas como eles não eram ricos, eu escolhi não ser um fardo para eles, e eu planejei viver do meu próprio esforço⁸ e do pouco conhecimento que tinha adquirido em vários ramos. Voltei minha atenção principal para a hidráulica, uma ciência que eu tinha aprendido em Roma, que eu achei ser a minha grande vantagem, e que acabou por ser a verdadeira causa da minha ida ao Egito. Porque eu tinha informações que uma máquina hidráulica seria de grande valia nesse país, para irrigar os campos, que querem apenas água, para fazê-los produzir em qualquer época do ano, mas estou me antecipando muito. Em 1803 eu cheguei na Inglaterra, logo depois que me casei, e, depois de residir por nove anos lá, resolvi ir para o sul da Europa. Tendo a Sra. Belzoni comigo, eu visitei Portugal, Espanha e Malta, a partir da qual embarcamos para o Egito, onde permanecemos de 1815-1819. Aqui eu tive a sorte de ser o responsável por descobrir muitos vestígios da antiguidade dessa nação primitiva. Consegui abrir uma das duas famosas Pirâmides de Gizé⁹, bem como vários dos túmulos dos reis de Tebas¹⁰. Entre estes últimos, que foi pronunciado por um dos mais destacados estudiosos da época, estava a tumba de Psammuthis¹¹, que é, neste momento, o principal, o mais perfeito e esplêndido monumento daquele país. O célebre

⁷ Contextualização da situação política da Itália em 1800.

⁸ Optou-se por traduzir a palavra “industry”, por esforço, deixando de utilizar seu sentido primário: indústria, devido ao contexto da narrativa, uma vez que Belzoni tinha o intuito de viver de seu próprio trabalho, ou seja, de seu próprio esforço e não de sua indústria, já que não possuía uma.

⁹ As Pirâmides de Gizé: Belzoni refere-se somente as duas pirâmides, evidentemente, por estas serem maiores que a terceira, a pirâmides de Miquerinos.

¹⁰ Túmulos dos reis de Tebas: referência a todos os faraós enterrados no Vale dos Reis, o qual, na época, não possuía esta denominação, dada a ele pelos escavadores modernos.

¹¹ Tumba de Psammuthis: referência ao que acreditamos ser a Tumba do faraó Quéops.

busto do jovem Memnon¹², o qual eu trouxe de Tebas¹³, está agora no Museu Britânico, e o sarcófago de alabastro¹⁴, encontrado na tumba dos reis, está agora à caminho da Inglaterra.

Perto da segunda Catarata do Nilo¹⁵, eu abri o Templo de Abu Simbel¹⁶, em seguida, fez uma viagem pela Costa do Mar Vermelho, pela cidade de Berenice¹⁷, e depois uma excursão ao Elloah ocidental, ou Oasis. Embarcando para a Europa, e após uma ausência de 20 anos, voltei para a minha terra natal, e para o seio da minha família, de onde partira para a Inglaterra.

Na chegada à Europa eu encontrei tantas notícias falsas que foram dadas ao público sobre as minhas operações e descobertas no Egito, que parecia ser meu dever publicar uma declaração comum dos fatos, e alguém deveria pedir sua correção em questão, e eu espero que eles façam isso abertamente, para que eu possa ser capaz de provar a veracidade de minhas afirmações.

¹² Busto do jovem Memnon: sabe-se, atualmente, que o referido busto pertencia, na verdade,

¹³ Busto trazido de Tebas por Belzoni, o qual se utilizou de um sistema antigo, utilizado ainda pelos egípcios do tempo faraônico. Belzoni se valeu de um sistema de troncos pelos quais o busto deslizava e assim, conseqüentemente, movia-se, empurrado por cerca de mais de vinte homens.

¹⁴ O sarcófago de Alabastro: encontrado por Belzoni, no que hoje se denomina, Vale dos Reis, na Tumba de Seth I, pai de Ramsés II.

¹⁵ Cataratas do Nilo: em uma totalidade de sete.

¹⁶ Abu Simbel: templo construído em homenagem a deusa Hator por Ramsés II.

¹⁷ A cidade de Berenice atualmente inundada pela água.

O ROSTO DO OUTRO É LETRA

Ricardo Antonio Rodrigues¹

(UFPEL)

O objetivo deste artigo é analisar o sentido e o papel do rosto do outro no pensamento ético de Emmanuel Levinas e a sua contribuição para a educação. O rosto como *visage* (olhar) no entendimento de Levinas, não é mera abstração conceitual. Diante do olhar do indigente, da viúva, do órfão, enfim, do outrem, que se apresenta na sua nudez como rosto epifânico que anuncia e denuncia sua rejeição, seu esquecimento, sua condição de negação da humanidade e a recusa do reconhecimento de sua dignidade, é um dizer que exige resposta. O acolhimento ao dizer do outrem, como rosto, como abertura do ser, como interlocução, é a própria constituição do discurso ético. Para Levinas, o rosto do outro é interpelação, apelo que quebra o silêncio do monólogo solipsista do eu. O dizer como fenda do *ethos* do eu, como constituinte do bem para além do ser, e, para além do eu, vai aos poucos tecendo o conceito de verdade e permite a constituição da justiça e do diálogo.

Palavras-chave: Levinas, ética, acolhimento, subjetividade, rosto.

The Other's face is letter

The aim of this paper is to analyze the meaning and role of the Other face on Emmanuel Levinas ethical thought and its contribution to education. The face as a *visage* (to look) in the understanding of Levinas, is not merely a conceptual abstraction. The way the indigent, the widow, the orphan, finally, the other look at features nudity in his disclosure face that announces and denounces his rejection, his forgetfulness, his denial condition of humanity, the refusal of recognition in their dignity. Holding the Other to sayings, while his face is an openness of being, as a dialogue is the very constitution of the ethical speech. The face of the other features nude is questioning that requires an answer, a call that breaks the silence of the solipsistic monologue of self. The Saying as cleft *ethos* of self, as a constituent of the good beyond being, beyond the self, is slowly weaving the concept of truth and allowing the establishment of justice and dialogue.

Keywords: Levinas, ethics, care, subjectivity, face.

Introdução

O propósito deste artigo é refletir sobre as relações humanas no processo educativo, e essa inspiração vem do filósofo lituano Emmanuel Levinas. Pensar o rosto do outro como letra, implica pensarmos que o sentido da escola não é apenas uma alfabetização técnica, da inserção das novas gerações ao universo das letras. É claro, que se

¹ Professor na Graduação e no Mestrado de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. Licenciado em Filosofia, Especialista em Metodologia do Ensino, Mestre (UNISINOS) e Doutor em Filosofia (PUCRS). Pós-Doutorando em Filosofia no PPG de Filosofia da UFPEL. Bolsista PNPD/UFPEL/CAPES. rianro@gmail.com- Endereço lattex: <http://lattex.cnpq.br/2052548816755075>.

nossos estudantes saíssem da Escola Básica sabendo ler e escrever bem, o papel desta instituição estaria cumprido em nível de excelência.

Mas a intenção aqui é pensar outro pilar do processo ensino-aprendizagem que são as relações entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Mas nesse quesito, não há simplesmente uma relação unilateral, porque não se trata de uma relação de sujeito-objeto, como na operação conceitual da ciência moderna, sobretudo após as definições e colaborações do mestre René Descartes. Na educação formal, o movimento é um pouco diferente do estatuto sujeito-objeto, pois se trata de uma construção permanente entre sujeitos-sujeitos.

A contribuição de Emmanuel Levinas não pretende uma leitura consensual sobre o tema, a intenção é bem mais simples: é promover um movimento de autorreflexão, aos moldes do que o próprio autor sugere, em linhas gerais, sendo que o próprio papel da filosofia deve ser também movimento de autocrítica e não apenas crítica da realidade ou de aspectos dela. A proposição do rosto como letra nasceu da tentativa de interpretar, dentro do pensamento ético do autor, o rosto do outro como olhar e não apenas como dado empírico. Assim, da mesma forma que a Filosofia não é apenas crítica, mas autocrítica, a educação, como processo inter-humano e intra-humano não pode lidar bem só com a transmissão de saberes, com métodos, didáticas, metodologias, etc, enfim, deve considerar como elemento fundamental a qualidade da relação entre os sujeitos humanos envolvidos neste processo.

Em várias passagens de seus textos Levinas se refere ao rosto como uma estratégia de recusa em ser apenas conteúdo, resiste em ser um mero dado, uma simples visão tátil, algo totalmente universal ou abstrato ou mesmo algo puramente material e empírico. Algo que pode ser apreendido pela razão reduzindo o Outro a uma realidade relativa, universal, abstrata, comunidade de gênero, etc. Assim o olhar do Outro que nos olha também nos livra da tendência natural que temos de ao abstrair, reduzir a singularidade e a peculiaridade de cada um, a mero entendimento abstrato.

Para Levinas a alteridade do Outro não depende da *consciência constituinte* como parâmetro significante, a imagem do Outro presente no rosto é um misto de presença

e ausência, de finito e infinito, de dizer e silêncio, de pensar e sentir, de imanência e transcendência, enfim, de algo que o simples conceituar (*begriff*)² não dá conta.

A letra, como signo, na linguagem carrega uma polissemia maior do que a palavra ou do que os termos, pois estes têm por suas naturezas uma possibilidade de menor espantamento do que o próprio signo. Isso posto para dizer que a realidade do rosto, todos a somos e a temos, mas cada um é único em sua singularidade. E embora o rosto nunca seja o mesmo em todos os humanos, nesse sentido, embora carnal não é simplesmente esse dado empírico que para na visualidade visualizante. É importante que o percebamos como uma experiência de outra ordem e não apenas do saber ontologizante que tudo apreende, agrega e controla. Assim como a letra permanece fora do esquema ontologizante da consciência que a domina e a instrumentaliza, o rosto do outro permanece sempre fora da capacidade e da possibilidade de apreensão como conteúdo, como dado, como *res** ou *pragma**³.

A letra nos diz e neste dizer que é dito, na mesma linha de Platão, o mais importante de tal dito no dizer ou do dizer dito é o silêncio do sentido, as entrelinhas interditas que dizem sempre mais do que o dito simplesmente dito. Se na semiótica, na linguagem oral e escrita, a letra permanece lá, inesgotável no seu ser impenetrável, caso não seja usada para mediar e construir palavras que por sua vez mediarão entendimentos e interditos, que por sua vez podem ou não terem sentido como princípios que orientam o nosso agir. A letra na linguagem tem uma conotação de infinito porque nunca se esgota na ação de dizer. O rosto do outro, de forma muito semelhante permanece sempre lá, na sua dignidade e sua singularidade, apelando e exigindo uma resposta.

A letra é inapreensível na completude do seu ser e no seu dizer. Assim podemos pensar a perspectiva do rosto, como uma transcendência que captamos apenas emprestando-lhe significação ou tomando dela emprestada essa mesma significação, o rosto, portanto é a fala e a evasão do Outro na nossa possibilidade de enquadramento conceitual. O rosto é transcendência que escapa de nossas definições e entendimentos.

² A ideia de usar a palavra *begriff* é porque tem relação com agarrar, apreender, dominar intelectivamente algo. Quando temos o domínio conceitual de algo, nesse sentido, nada escapa. Para Levinas, essa é uma pretensão da razão que aos moldes de Ulisses na Grécia que saía e voltava com a glória, temos sempre a compreensão de que a razão consegue apreender a realidade tal qual ela é, sem defasagem, em toda a sua integralidade e o tempo todo. Sabemos que na realidade isso não é possível. Há uma limitação da razão no campo prático e teórico, isso muito bem analisado pelo filósofo alemão Immanuel Kant e tantos outros autores.

³ *A palavra *res* em latim significa coisa, algo; e a palavra *pragma* em grego, tem praticamente o mesmo significado. Essa observação é para acentuar o fato de que o rosto, similar ao sentido da letra, não pode ser reduzido à mera condição de coisa ou de uma determinada coisa. O olhar expressa singularidade e a identidade de alguém, não pode ser reduzido a condição de algo, de coisa.

A educação como processo entre sujeitos, precisa considerar a dimensão ética não como suplantação ou suprassunção dos outros elementos atinentes ao processo educativo, mas como condição de possibilidade, como pressuposto primeiro, como ensino primeiro, como acolhimento da alteridade, como exercício permanente de melhoria e ampliação do ser.

O Rosto como mediação relacional

No pensamento de Emmanuel Levinas o rosto humano, e principalmente o rosto do Outro humano⁴ é um recado/apelo que diz e que pode ser decifrado, embora não enquadrado dentro dos moldes do *begriff* tradicional, ou dito de outra forma, aos moldes tradicionais do saber como ontologia, mas o rosto se pretende um dizer que não se imanentiza apenas no dito ou no entendimento deste dito.

Para Levinas, o rosto do indigente, da viúva, do órfão e do estrangeiro, enfim do outrem, falam e dizem na sua nudez e vulnerabilidade, como um símbolo epifânico, que timidamente denuncia o seu abandono e a sua rejeição, seu esquecimento, sua condição de negação da humanidade. Para Levinas, o rosto é olhar (*visage*) que interage e exige uma resposta.

O olhar presente no rosto dos que mais sofrem é como ver o “solo” da lua, sem sentido por que não o conhecemos, não o apreendemos, sem dúvida a sua posse imagética é vã, porque sempre escapa dos nossos modelos e sistemas intelectivos. Temos a imagem e não o sentido e o entendimento do que estamos vendo. A desfiguração do rosto que não tem o seu significado reconhecido, que por alguma razão teve seu valor humano negado é súplica que anuncia a visão que temos do planeta desabitado, desumanizado, prolixo. Sem sentido assim como a “*terra*” da lua.

O rosto é significação, e significação sem contexto. Quero dizer que outrem, na retidão do seu rosto, não é uma personagem num contexto. Normalmente, somos ‘personagem’: é-se professor na Sorbona, vice-presidente do Conselho de Estado, filho de fulano, tudo o que está no passaporte, a maneira de se vestir, de se apresentar. E toda a significação, no sentido habitual do termo, é relativo a um contexto: o sentido de alguma coisa está na sua relação com outra coisa. Aqui, pelo contrário, o rosto é sentido só para ele. Tu és tu. (LEVINAS, 2000b, p.78-79).

⁴ No sentido da ética semita o rosto do órfão, da viúva, do estrangeiro e do pobre. Ou seja, não apenas do outro, mas do outro que é o menos favorecido e mais fragilizado. Levinas não apenas apresenta a reflexão sobre o rosto, mas, sobretudo o rosto dos mais desfigurados, dos mais abandonados em todos os sentidos.

Levinas tenta mostrar o caráter corrompido da linguagem ou da possibilidade da corrupção da linguagem pela razão ou pela própria limitação da razão humana ou da cultura, fato denunciado também por Heidegger em *Sein und Zeit*. De Levinas podemos extrair a lição de que o que parece ser mais importante é o anúncio da necessidade de que para nos alfabetizarmos eticamente precisamos aprender a ler a letra do rosto do outro enquanto tal. Ainda pode ser a denúncia do que propriamente entendemos como linguagem, no sentido reducionista do seu movimento entre dito e dizer. A denúncia conceitual, sobre como conceituamos e posteriormente lidamos com tal conceituação, reside no fato, segundo Levinas, de que a própria tradição de *conceituar*/definir que supõe captar (apreender, agarrar) o que não se pode captar, enfim diante do que conhecemos e apreendemos há muito que escapa dessa operação racional, relacional e conceitual.

A proposição Levinasiana tem uma preocupação com a função relacional da linguagem, semelhante ao conceito apresentado por Buber⁵, embora esse se fixe no sentido relacional do próprio *eu* e do *tu* numa perspectiva simétrica, onde a linguagem se torna o desafio, e já para Levinas existe uma assimetria entre o *Eu* e o *Outro*, mediada e garantida pela linguagem. A separação para Levinas é importante e necessária.

Nesse sentido, para Buber no encontro⁶ não existe mediação, ou melhor, ela pode tirar o sentido da imediatez⁷ da relação. Nesse caso, todos os meios são sem significado, para Buber. Já para Levinas a linguagem tem que ter uma conotação de mediação. Ela tem

⁵ Enquanto para Buber “não há eu em si, mas apenas o Eu da palavra-princípio EU-TU e o Eu da palavra-princípio EU-ISSO”⁵. Com isso “o homem diz EU, ele quer dizer um dos dois. O EU ao qual ele se refere está presente quando ele diz EU. Do mesmo modo quando ele profere TU ou ISSO, o EU de uma ou outra palavra-princípio está presente” (Buber, 1984, p. 4). Diante disso temos a proposição da ação Eu e Tu, como uma situação relacional. Eu e Tu são fundamentos relacionais (Buber, 1984, p. 4).

⁶ Esse encontro entre Eu e o Tu está situado na linha da gratuidade, não é uma procura de ambos que oportuniza esse encontro. Quando há o endereçamento da palavra-princípio do eu para o tu, há o ato de constituição do ser. “O tu encontra-se comigo por graça; não é através de uma procura que é encontrado. Mas endereçar-lhe a palavra-princípio é um ato de meu ser, meu ato essencial. O tu encontra-se comigo. Mas sou eu quem entra em relação imediata com ele [...] o ser escolhido e o escolher, ao mesmo tempo ação e paixão [...] a palavra-princípio EU-TU só pode ser proferida pelo ser na sua totalidade. A união e a fusão em um ser total não podem ser realizadas só pelo Eu e nem pode ser efetivada sem o Eu. O eu se realiza na relação com o tu; é tornando-me eu que digo tu. Toda vida atual é encontro” (Buber, 1984, p.12-13).

⁷ A relação com o tu é imediata. Entre o eu e o tu não se interpõe nenhum jogo de conceitos, nenhum esquema, nenhuma fantasia; e a própria memória se transforma no momento que passa dos detalhes à totalidade. Entre eu e o tu não há fim algum, nenhuma avidez ou antecipação; e a própria aspiração se transforma no momento em que passa do sonho à realidade. Todo meio é obstáculo. Somente na medida em que todos os meios são abolidos, acontece o encontro (Buber, 1974, p. 13).

uma função em si de evitar o choque direto entre o Eu e o Outro, evitando assim qualquer tipo de sobreposição, de simetrização. Essa distância que existe e deve ser mantida entre o Eu e o Outro é preenchida pela linguagem. É ela é que aproxima e legitima a relação. A *visage* como letra, apresentada pelo postulado levinasiano é uma espécie de linguagem que interdiz e que quebra a continuidade por seu caráter metafísico.

Neste sentido, pode dizer-se que o rosto não é ‘visto’. Ele é o que não se pode transformar num conteúdo, que o nosso pensamento abarcaria; é o incontível, leva-nos além. Eis por que o significado do rosto o leva a sair do ser enquanto correlativo de um saber. Pelo contrário, a visão é procura de uma adequação; é aquilo que por excelência absorve o ser (LEVINAS, 2000b, p.78-79).

Dentro desse contexto a relação⁸ para Buber tem uma conotação diferente daquilo que Levinas sugere, pois para Levinas, há a necessidade da remontagem do papel da relação e da função da linguagem o que ocasionará uma reelaboração da perspectiva racional que não salve apenas a ânsia de saber ou dominar conceitos, mas a capacidade intelectual de compreender o humano no homem e identificar toda a dinâmica envolvida nisso. Ressalvando aqui o que foi dito antes, para o postulado levinasiano o Eu e o Outro são separados, distintos, assimétricos a aproximação sem proximidade é feita pela linguagem.

A linguagem tem a capacidade de romper todo e qualquer sistema, seja ele de que natureza for. Um texto é capaz de fundar e garantir a comunicação e o sentido da vida social entre os humanos. Se relacionarmos com o sentido da *visage* como letra, como estamos propondo, também é visível que o próprio olhar instaura um determinado tipo de discurso que precisa ser considerado.

A própria bíblia⁹ ou no caso o Talmude carrega um recado universal de “não matarás”¹⁰. Nesse sentido a relutância de entender a linguagem como algo assimilado no

⁸ É reciprocidade. Meu tu atua sobre mim assim como eu atuo sobre ele. Nossos alunos nos formam, nossas obras nos edificam. O mau se torna revelador do momento em que a palavra-princípio sagrada o atinge. Quanto aprendemos com as crianças e com os animais! Nós vivemos no fluxo torrencial da reciprocidade universal, irremediavelmente encerrados nela (BUBER, 1984, p. 18).

⁹ No sentido de texto sagrado, Levinas refere-se a lei judaica, **Torá**.

¹⁰ O sentido que Levinas dá ao ‘não matarás’ é o de resumo da Bíblia, ou seja, a transcendência é o fundamento da socialidade, nesse sentido, a letra que o rosto representa não é apenas a de inesgotabilidade de sentido, ou a sua impossibilidade de apreensão pela razão, mas o recado central como discurso que o rosto do Outro nos dá é justamente esse resumo da Bíblia: “não matarás”.

dizer e no dito, podemos também incluir a preocupação do autor de que o próprio Judaísmo tem algo a dizer ao ocidente e que a sua assimilação pela cultura ocidental, é um prejuízo em todos os sentidos. Esse ‘não matarás’ pode representar a morte física de fato, empírica, mas também a morte no sentido conceitual, quando há a abstração, a mera conceituação e abstração do outro a um protocolo, número ou planilha burocrática, como normalmente os sistemas de ensino encaram. Assim o rosto como olhar, assume a dimensão de apenas um número de matrícula ou um nome na lista de chamada, ou como no caso do professor alguém que precisa ser suportado, por dominar determinada área do conhecimento. A abstração e burocratização do olhar do outro é um tipo grave de morte que inviabiliza a verdadeira educação entre sujeitos.

Esse princípio ético de não atentarmos contra a vida do outro que é universal e vinculado ao sagrado, mas não no sentido teológico, faz a mediação entre os humanos, ou deveria fazer, no sentido da linguagem. Para o senso levinasiano, a *Torá* contém uma dívida impagável do humano para com o divino. Como lei, ela abre sempre a possibilidade de recomeço, de pluralidade de interpretações. E essa relação com a lei sagrada, descrita no livro *Do Sagrado ao Santo*, pode ser feita na direção de que o sentido do valor reside na permanência desse, na elevação.

Assim a vida, como resistência é o sagrado e a santidade é uma possibilidade humana; fruto da eterna vigilância como no caso de *Israel*. *Vigilância* que resiste a assimilação, que resiste a tentação do entendimento, que resiste a redução da transcendência, que resiste ao imanentismo conceitual do próprio entendimento sobre a linguagem e seu papel.

Na educação como processo entre sujeitos, esse mesmo cuidado de não querer, desejar ou promover a morte do outro, se dá quando reconhecemos o seu olhar como apresentação humana de alguém, e não de algo, que está mais para a transcendência do que ser apenas um dado ou componente relacional. É nesse sentido que podemos entender a subjetividade como uma santidade possível. Quando o processo de interação entre e intra-humanos permite a vida em abundância de quem ensina e de quem apreende, e a condição primeira não é ‘matar’ a alteridade do Outro, mas acolhê-la, lê-la e reconhecer a sua transcendência.

Levinas “fará o resgate da vocação da subjetividade (e sujeito falante) como Dizer”¹¹. Valendo-se dos princípios talmúdicos para lembrar que “as orações não podem penetrar o céu, pois todas as portas celestes estão fechadas, salvo aquela onde passam as lágrimas dos ofendidos”¹². Ou seja, a relação com Deus não pode ser direta sem resolvermos a nossa relação com os demais humanos, de modo especial as categorias dos humanos mais esquecidos. Parafraseando o sentido religioso e filosófico desta afirmação, no que tange a Pedagogia o sucesso do processo educativo não é a mera conquista dos que são plenamente capazes, esses conquistariam o êxito com ou sem o professor, mas aqueles que são ou estão fragilizados, que têm dificuldade e que precisam de uma qualidade na relação entre-humanos para avançar.

A refundação da modernidade e ao mesmo tempo a inauguração de uma filosofia da subjetividade, pelo autor, faz com que a relação com o Outro, de modo especial com os mais vulneráveis, recebam o “reconhecimento” do seu sentido humano, embora suas limitações de qualquer natureza. O rosto (*visage*) como letra nunca esgota seu sentido, ele sempre diz, mas tem na polissemia da interpretação de seu dizer o seu principal vigor. O ser que é insondável, embora dizível, mistério profundo, mas em parte, decifrável. Assim é a *visage* humana, letra que remete a transcendência e que mesmo que tentemos trazê-la para a imanência ele permanece transcendência. Dito de outra forma, o dizer-se como humano, e falar do Dizer

É falar da referência da subjetividade em uma significação primordial, como responsabilidade ou como drama da criatura assignada pelo Infinito. Drama ético, como excedente de sentido a ser rastreado na diacronia que rompe o tempo de manifestação: ou seja, estamos diante da ruptura na *hipóstase* do Mesmo, a partir da subjetividade como fala, olhar, corpo, sensibilidade e proximidade ou passibilidade (receptividade)”¹³.

E citando Etienne Féron, “o Dizer é a instância original em que se tece a comunicação”¹⁴. *Dizer* é sentir-se humano. É constituir-se como uma passividade

¹¹ Timm de Souza, R.; Oliveira, Nythamar Fernandes de. *Fenomenologia hoje II, Significado e Linguagem*. Porto Alegre, Edipucrs, 2002, p. 370.

¹² Levinas citando o **Tratado Berakhoth** 32 b; **Tratado Baba Metzia** 59 b. Os dois textos devem ser lidos conjuntamente.

¹³ Timm de Souza, 2002, p. 372.

¹⁴ Timm de Souza, 2002, p. 371, onde Pelizzoli sugere que para Féron o Dizer pode em primeiro lugar extrair a significação fundamental e original da linguagem; ele não se reduz a uma mera transmissão de mensagens; em segundo lugar, o Dizer fornece a orientação, a profundidade e a transcendência da linguagem. Ele permite o para-outrem, para além da relação do significante a um significado; Em terceiro lugar o Dizer é pólo que

expositiva, como vulnerabilidade e não como casulo. Essa humanização está na capacidade de sentir o humano no Outro e perceber a capacidade “ser-para-o-outro” e não ser um ser para si mesmo. Assim a *visage* é um apelo que diz e por isso reintegra e reafirma a sua condição de humano ao suplicar o “não matarás”.

O *Dito* como *mostração* e o dizer como abertura do ser ao encontro do Outro, essa é a imposição operacional da linguagem e do diálogo é capaz de refazer o aspecto conceitual do humano, como tal. Pois o

Homem enquanto outro nos chega de fora, separado – ou santo – rosto. A sua exterioridade – quer dizer - o seu apelo a mim – é a sua verdade. A minha resposta não se junta a um núcleo de sua objetividade como um acidente, mas produz apenas a sua verdade¹⁵.

Somos, portanto, nós humanos, seres relacionais pela própria constituição da condição humana em si. Não é a razão que nos torna humanos, é a humanidade em nós que nos possibilita fazer o uso da razão para tomarmos consciência de nós mesmos e do Outro que se apresenta totalmente alteridade e me convoca a saída do Eu. Essa mesma reflexão pode ser aplicada ao campo da linguagem. E, por conseguinte à Educação.

As experiências duras de violência ao humano em nome das totalidades e mesmidades, parecem começar sempre conceitualmente. Têm a ver com a teoria, primeiro e não apenas com a práxis. A práxis nada mais é do que uma decorrência do que concebemos, não como questões dissociadas, mas como ênfase de que quando a linguagem e o entendimento falham a práxis fica contaminada. Daí a grande crítica que Levinas sugere ao mapa conceitual do ocidente, em relação ao conceito de verdade e de conhecimento, ou mesmo da sabedoria grega como política¹⁶, como poder sobre os outros. A educação não é processo de poder uns sobre os outros, ou de exercício do poder, ela é a instância onde o poder deve ser possibilidade ilimitada de promoção de relações humanas entre os humanos.

A linguagem, a fala, que nos caracteriza de modo essencial, como humanos pode permitir esse impedimento da violência que começa com a anulação conceitual do outro, do seu olhar, da sua interpelação, da sua súplica. A violência verbal e física é sempre

condiciona a função de significação do signo – anima a própria comunicação. É como se Dizer fosse a energia, um pneuma que dá a vida a linguagem. Por isso ela é uma tensão permanente.

¹⁵ Levinas, 2000a, p. 271.

¹⁶ Há uma passagem belíssima de Levinas no capítulo III, *Sensibilité et Proximité*, em *Autrement Qu'Être*, onde ele discorre sobre a outra forma do que o saber, a sensibilidade e a proximidade, a identificação, a imagem do outro como total inadequação ao modo convencional de entendimento filosófico. Do modelo de saber como ontologia que tudo engloba, tudo sabe, tudo apreende.

consequência de um determinado tipo de entendimento que temos do Outro. Por isso que a linguagem tem a conotação de superação, de fissão da violência, mas para que ela exerça esse papel ela necessita manter-se em sua identidade e papel. Ela deve ser sinal de uma presença:

Que a expressão não se produz como a manifestação de uma forma inteligível que ligaria termos entre si para estabelecer, através da distância, o lado a lado das partes numa totalidade, em que os termos que se defrontam vão buscar o ser sentido à situação criada pela sua comunidade que por sua vez, deve o seu aos termos reunidos. O círculo da compreensão não se impõe como o acontecimento original da lógica do ser. A expressão precede os efeitos coordenadores visíveis a um terceiro¹⁷.

Em *Totalidade e Infinito*, Levinas insiste que “acontecimento próprio da expressão consiste em dar testemunho de si, garantindo esse testemunho”¹⁸. A *visage* como letra significa aqui o início da inteligibilidade, ele aparece como palavra, como princípio, “o principado, a soberania real, que comanda incondicionalmente”¹⁹. Mas a comunicação segundo ele, só é possível pela originalidade da expressão.

Se no fundo da palavra não subsistisse a originalidade da expressão, a ruptura com toda a influência, a posição dominante do falante, estranha a todo compromisso e a toda a contaminação, a retidão do frente a frente, a palavra não ultrapassaria o plano da atividade da qual, evidentemente, ela não é uma espécie, embora a linguagem possa integrar-se num sistema de atos e servir de instrumento. Mas a linguagem só é possível quando a palavra renuncia precisamente à função de ato e quando volta à sua essência de expressão (Levinas, 2000a, p.180).

Nesse sentido, a linguagem “leva a cabo uma relação entre termos que rompem a unidade de um gênero. Os termos, os interlocutores, libertam-se da relação ou mantêm-se independentes na relação”²⁰, a linguagem tem o grande poder, segundo o autor de “quebrar a continuidade do ser ou da história”²¹. Acolher o Outro não implica numa negação do Eu,

¹⁷ Levinas, 2000a, p. 180.

¹⁸ Levinas, 2000a, p. 180.

¹⁹ Levinas, 2000a, p. 180.

²⁰ Levinas, 2000a, p. 174.

²¹ Levinas, 2000a, p. 174.

tampouco na submissão do Eu ao Outro, mas na instauração da condição necessária e suficiente para que o processo educativo comece e de fato aconteça.

A implicância ética disso, aplicado ao processo educativo nos remete a pensarmos que a “expressão não consiste em dar-nos a interioridade de outrem”, pois ele exprime-se e não se dá. Essa expressão da verdade que se exprime e não se dá, portanto, foge da lógica da mentira e veracidade, a *letra rosto* ou *olhar letra* é “estranho à alternativa da verdade e não-verdade”. E, segundo Levinas,

Frustrando a ambiguidade do verdadeiro e do falso que arrisca toda a verdade, ambiguidade essa onde se movem, aliás, todos os valores. A apresentação do ser no rosto não tem estatuto de um valor. O que chamamos rosto é precisamente a excepcional apresentação de si por si, sem paralelo com a apresentação de realidade simplesmente dadas, sempre suspeitas de algum logro, sempre possivelmente sonhadas²².

A propósito trazer a vertente ética, para pensarmos a educação, a partir da *visage* como letra, não se trata do conceito pelo conceito, da expressão pela expressão, a palavra como um fim em si mesma, mas na possibilidade da leitura ética do rosto como uma proposta de rompimento com até mesmo com a racionalidade dual que se restringe ao verdadeiro e ao falso, certo ou errado, ser ou não-ser, como dito anteriormente. Não estamos falando aqui da importância ou não do letramento de uma criança, mas da alfabetização ética, como condição primeira para a leitura do mundo e do conhecimento humano (conteúdo a ser trabalhado na escola: cultura, ciência, arte, filosofia, etc).

No discurso, a distância que inevitavelmente se nota entre Outrem como meu tema e Outrem como meu interlocutor, liberto do tema que pareceria por momentos retê-lo, contesta de imediato o sentido que dispenso ao meu interlocutor. Assim, a estrutura formal da linguagem anuncia a inviolabilidade ética de Outrem e, sem qualquer desafio de numinoso, a sua santidade (Levinas, 2000a, p. 174).

Essa lógica para além e anterior da própria lógica remete a noção de que “toda a linguagem, como troca de signos verbais, se refere à palavra de honra original. O signo verbal coloca-se onde alguém significa alguma coisa a algum outro. Supõe já autentificação do significante”²³. Ou seja, aqui não apenas estamos revendo o papel do entendimento

²² Levinas, 2000a, p. 181.

²³ Levinas, 2000a, p. 181.

racional, mas inclusive e principalmente o próprio papel do entendimento filosófico sobre a linguagem e também sobre o papel da escola enquanto alfabetização ética.

Escola como gestora da dimensão do *Sentido* e da *Linguagem*

Nós humanos carregamos uma dinâmica paradoxal. Buscamos o sentido para a nossa vida, mas não o temos e nem o somos. Sempre que falamos de sentido nos deparamos com o problema se ele o é em si ou somos nós que o configuramos. Se o significado maior do sentido está nele mesmo ou na forma como o dizemos, entendemos e pensamos. Por outro lado,

O sujeito cognoscente não é parte de um todo, porque não é limítrofe de nada. A sua aspiração à verdade não é a forma vazia do se que lhe falta. A verdade supõe um ser autônomo na separação – a procura de uma verdade é precisamente uma relação que não assenta na privação da necessidade. Procurar e conseguir a verdade é estar em relação, não porque nos definamos por outra coisa diferente de nós próprios, mas porque, num certo sentido, não temos falta de nada²⁴.

A procura por sentido, ou mesmo a qualidade na relação com o Outro, não deve ser pautada na ideia de que somos seres incompletos, deficitários ou mesmo que precisamos nos relacionar para aprimorar o que somos e como estamos falando da relação entre sujeitos e sujeitos, que é o processo educativo, onde a busca da verdade não deve ser privilégio do professor ou mesmo do aluno, e tampouco apenas no terreno das disciplinas, dos componentes curriculares, dos diferentes saberes e fazeres, pois para Levinas a:

Procura da verdade é um acontecimento mais fundamental que a teoria, embora a pesquisa teórica seja um modo privilegiado da relação com a exterioridade, que se chama verdade. Porque a separação do ser separado não foi relativa, não foi um movimento de afastamento em relação ao Outro, mas se produziu como psiquismo, a relação com o Outro não consiste em refazer num sentido oposto o movimento de afastamento, mas em caminhar para ele através do

²⁴ Levinas, 2000a, p. 49.

desejo, ao qual a sua própria teoria vai buscar a exterioridade de seu termo²⁵.

Em Levinas, a busca da verdade como sentido para a vida e como sentido para a busca do humano reside numa realidade para além da minha necessidade ou da falta que algo faz pelo vazio, a busca da verdade tem a ver com a ideia de infinito.

Quando Levinas começa o texto que versa sobre “Metafísica e Transcendência”, ao discorrer sobre o desejo do invisível afirma que a verdadeira vida está ausente²⁶. Isso tem relação direta com o que ele denomina como de *outro modo que ser* ou de *outro modo que saber*. Pois o desejo de relação não é um mero acidente ou fatalismo que temos, diz do que somos, afinal, “o desejo metafísico tende para uma coisa inteiramente diversa, para o absolutamente outro”.²⁷ É um desejo, uma saudade daquilo que ele denomina como terra estranha. É um desejo que nada pode satisfazer, é desejo do infinito.

Assim,

O infinito não é objeto de um conhecimento – que o reduziria à medida do olhar que contempla – mas o desejável, o que suscita Desejo, isto é, o que é abordável por um pensamento que a todo o instante pensa mais do que pensa. O infinito não é por isso um objeto imenso, que ultrapassa os horizontes do olhar. É o Desejo que mede a infinidade do infinito, por que ele constitui a medida pela própria impossibilidade da medida. A desmedida medida pelo Desejo é rosto. Mas desse modo encontramos também a distinção entre Desejo e necessidade. O Desejo é uma aspiração animada pelo Desejável; nasce a partir do seu objeto, é revelação. Em contrapartida, a necessidade é um vazio da Alma, parte do sujeito (Levinas, 2000a, p. 49).

O sentido de nossa existência que validamos com e no Outro, mas não como falta que temos, mas valoriza-lo e considera-lo é também uma forma de reconhecer e considerar o nosso valor enquanto humanos. A educação formal quase sempre oscila entre o zelo demasiado por técnicas e saberes ou por estratégias de relações humanas, no agrado e no óbvio que acaba de um modo ou de outro promovendo um desserviço e um avesso do que educação de fato. Levinas entende que

A verdade surge justamente onde um ser separado do outro não se afunda nele, mas lhe fala. A linguagem que não toca o outro, ainda

²⁵ Levinas, 2000a, p. 49.

²⁶ Levinas, 2000a, p. 21.

²⁷ Levinas, 2000a, p. 21.

que tangencialmente, atinge o outro interpelando-o, ou dando-lhe ordens, ou obedecendo-lhe com toda a retidão dessas relações. Separação e interioridade, verdade e linguagem – constituem as categorias da ideia do infinito ou da metafísica²⁸.

A visage como letra viva é a expressão da exterioridade identificativa do ser humano e que resiste até mesmo a Fenomenologia²⁹, que o salva da totalidade, e que coloca até mesmo a própria razão em questão, como linguagem, e implica numa ótica de uma nova ética que inclua na sua tematização os mais sofridos, vulneráveis e esquecidos, mas não como mero entendimento.

A capacidade da linguagem como mediação relacional no mundo, nos exige inclusive do ônus pretensão do poder de desvelamento³⁰. Embora não dê conta da realidade como um todo, pode se dar conta de ao ver a *visage*, como letra que diz, não a reduzir ao mero dizer e ao dito, nem mesmo a mera manifestação carnal.

Levinas nos adverte para isso em *Ética e Infinito*:

Sempre distingi, com efeito, no discurso, o *dizer* e o *dito*. Que o *dizer* deve implicar um *dito* é uma necessidade da mesma ordem que a que impõe uma sociedade, com leis, instituições e relações sociais. Mas o *dizer* é o fato de diante do rosto, o eu não fica simplesmente a contemplá-lo, responde-lhe. O dizer é uma maneira de saudar outrem, mas saudar outrem é já responder por ele. E difícil calarmos-nos diante de alguém; esta dificuldade tem o seu último fundamento na significação própria do dizer, seja qual for o dito. E necessário falar de qualquer coisa, da chuva e do bom tempo, pouco importa, mas falar, responder-lhe e já responder por ele (Levinas, 2000b, p. 80).

²⁸ Levinas, 2000a, p. 50.

²⁹ A fenomenologia husserliana intervém no nível humano, lá onde razão significa a manifestação dos seres a um conhecimento verdadeiro, coisa de sua presença em original, de sua presença em sua identidade de seres ou sua presença enquanto ser. Que os seres possam aparecer sem permanecer em seu ser – que aí possa haver, por meio de sinais ou de palavras, seres aparecendo sem seu ser; que, nas imagens, os seres só ofereçam sua semelhança em lugar da identidade; que as imagens os recubram ou deles se destaquem como peles; que aí possa haver semelhança e, conseqüentemente, igualdade; que de todos os regimes do aparecer, a aparência seja o inverso sempre possível – tudo isso, desde os primeiros passos da filosofia, estaria a significar uma insegurança racional. (LEVINAS, 2002, p.33).

³⁰ A fenomenologia é um método filosófico, mas a fenomenologia – compreensão através da iluminação – não constitui o acontecimento último do próprio ser. A relação entre o Mesmo e o Outro nem sempre se reduz ao conhecimento do Outro pelo Mesmo, nem sequer à revelação do Outro ao Mesmo, já fundamentalmente diferente do desvelamento (LEVINAS, 2000a, p. 15).

O *Dizer* como abertura do ser e como interlocução é constituição do discurso. O rosto do outro que se apresenta é interpelação que precisa de uma resposta, mas no caso da educação não devemos dar a resposta em lugar do Outro e muito menos tentar responder o que ainda não foi perguntado. O *Dizer* como fenda do *ethos* do eu, como constituinte do bem para além do ser do eu é que vai aos poucos tecendo o conceito de verdade em Levinas, mas uma verdade que não nos faz apenas amá-la como amor ao saber, mas amor ao humano é como no geral das suas obras, a tese de interpelação de Jerusalém à Atenas.

Para Levinas o discurso ético também é de outra ordem, assim como a compreensão e a elaboração dos pressupostos éticos. Mas o que é e qual é o papel do discurso?

O discurso condiciona o pensamento, porque o primeiro inteligível não é um conceito, mas uma inteligência cuja exterioridade inviolável o rosto enuncia, ao proferir o «tu não cometerás assassinio». A essência do discurso é ética. Ao enunciar esta tese, rejeita-se o idealismo. O inteligível idealista constitui um sistema de relações ideais coerentes, cuja apresentação diante do sujeito equivale à entrada do mesmo sujeito nessa ordem e a sua absorção nessas relações ideais. O sujeito não tem em si mesmo recurso algum que não se esgote sob o sol inteligível. A sua vontade é razão e a sua separação, ilusória (ainda que a possibilidade da ilusão ateste a existência de uma fonte subjetiva, pelo menos subterrânea, que o inteligível não pode secar) - (Levinas, 2000a, p.194).

Essa busca do que não temos e não somos é que abre o nosso ser para uma transcendência. Aliás, essa é a constituição da própria transcendência como fundamento da *socialidade*. Portanto, além de ansiarmos pelo que não somos e temos, podemos ir além do que realmente somos, pois o desejo nos remete para uma vasão dos conceitos e definições. Nisso reside a constituição não de um *Desejo* qualquer, imposto por alguém ou pela cultura, mas num Desejo metafísico. E essa descoberta a escola deve ajudar a fazer. Não apenas sugerir ou impor saberes e fazeres, mas oportunizar essa descoberta maior do sentido de ser humano.

O Desejo metafísico tende para uma *coisa inteiramente diversa*, para o *absolutamente outro*. A análise habitual do desejo não pode triunfar da sua singular pretensão. Na base do Desejo comumente interpretado encontrar-se-ia a necessidade; o desejo marcaria um ser indigente e incompleto ou decaído de sua antiga grandeza. Coincidiria com a consciência do que foi perdido e seria essencialmente nostalgia e saudade. Mas desse modo nem sequer suspeitaria o que é o verdadeiramente outro³¹.

³¹ LEVINAS, 2000a, p. 21.

O sentido do Desejo aqui não é apenas uma simples falta semelhante às outras necessidades que precisam ser satisfeitas para a subsistência da vida, para atender o mercado ou as demandas sociais. Ele é de outra ordem, é como uma determinação antropológica e um condicionante ético³².

Para Chaliel, em *a utopia do humano*, é importante o fato do rosto humano ser uma forma de superação dessa discussão. Pois, ele “poderia ainda destruir a rude casca que, demasiadas vezes, faz de cada um ser para si”³³. Afinal, o “rosto do homem excede toda a descrição possível, aquele que julga aproximar-se dele acumulando detalhes – cor dos olhos, forma do nariz e da boca, traços expressivos, etc – não alcançaria senão uma imagem estranha ao rosto”³⁴. Uma escola que humaniza os humanos deve considerá-los e retomá-los como sujeitos e companheiros de um processo mais profundo que transmitir saberes, prever certas habilidades e competências, e supor que isso seja o mais essencial e fundamental na vida de alguém.

A escola precisa refazer-se numa nova forma de alfabetização que não seja apenas iniciar as novas gerações nas letras, o que é importante, mas transcender a sua função óbvia e burocrática e considerar como sua missão e condição fundamental de ainda existir o movimento e redescoberta fundamental do letramento ético, reconhecer as singularidades, acolhê-las sem nada supor ou julgar. Não precisamos de escolas simplesmente para saber cada vez mais e mais coisas, mas para aprendermos juntos uma forma de sermos melhores. Mais humanos e ampliarmos ainda mais a nossa humanidade ao aprendermos o saber escolar.

Considerações Finais

A chave de leitura para uma construção da superação da recorrente redução do outro ao *mesmo* é a linguagem. Isso porque a linguagem “visa o outrem”. Ela nos socializa e nos humaniza. A diferença fundamental entre os humanos e os demais seres é a sofisticação da nossa capacidade falar. Por que falar tem a ver com significado, conversar com o Outro, foge de tudo, de todas as definições: “A palavra é janela”³⁵, e o rosto é a porta de entrada

³² A epifania do rosto como rosto abre a humanidade. O rosto na sua nudez de rosto apresenta-me a penúria do pobre e do estrangeiro; mas essa pobreza e esse exílio que apelam para os meus poderes visam-me, não se entregam a tais poderes como dados, permanecem expressões do rosto (LEVINAS, 2000a, p.190).

³³ Chaliel, 1983, p.112.

³⁴ Chaliel, 1983, p. 112.

³⁵ Levinas, 2000a, p. 184.

da inscrição viva do outro como recado que está aí como: não matarás. A linguagem abre-nos para o Outro, como esforço para ‘compreendê-lo’ como tal, mas que para isso é preciso transcender o eu, manter o outro separado e relacionar-se.

Esse desafio de manter o Outro fora do círculo da *mesmidade* é acentuado, segundo Levinas, pelo papel da autorreflexão ocidental, essa sempre teve a tendência de reduzir o Outro ao *mesmo*, neutralizando a diferença. E o rosto como expressão de algo que diz da metafísica é uma forma de reação contra o saber que é Ontologia.

Inspirados por nosso autor, podemos inferir que o sentido que move a relação é o entendimento de que o “Outro metafisicamente desejado não é ‘outro’ como o pão que como, como o país em que habito, como a paisagem que contemplo [...] o desejo metafísico não aspira ao retorno, porque é desejo de uma terra onde de modo nenhum nascemos”³⁶.

A alteridade, rosto que é letra, como discurso que se apresenta como um desafio do infinito para o eu, é expressão do Desejo que não poderemos satisfazer. Pois o rosto põe-se numa dimensão relacional que não faz desaparecer a distância, não é aproximação, e ele só tem sentido e significado na distância, na distinção, no afastamento.

Assim, o “Desejo é desejo do absolutamente Outro”³⁷. Reafirma-se aqui que o sentido do Desejo não é da ordem da necessidade, pois “a metafísica deseja o Outro para além das satisfações [...] Desejo sem satisfação que, precisamente, entende o afastamento, a alteridade e a exterioridade do Outro”. A educação não pode apenas perecer na mera vontade de aprender ou de ensinar ou da falta de ambas. Educar está no plano do desejo, e “para o Desejo, alteridade, inadequada à ideia, tem um sentido. É entendida como alteridade de Outrem e como a do Altíssimo”³⁸.

Essa capacidade de lidarmos com o infinito e com o invisível só pode ser resolvida e aberta a como perspectiva pela ordem do Desejo. Para Levinas, viver e “morrer pelo invisível – eis a metafísica”³⁹. O Desejo metafísico não dispensa os atos, só que aqui eles não são nem consumo, nem carícia, nem liturgia. Tem a ver com uma profunda liberdade e desinteressamento pelo próprio ser. E a “liberdade consiste em saber que a liberdade está em perigo”⁴⁰.

³⁶ Levinas, 2000a, p. 21.

³⁷ Levinas, 2000a, p. 22.

³⁸ Levinas, 2000a, p. 22.

³⁹ Levinas, 2000a, p. 23.

⁴⁰ Levinas, 2000a, p. 23.

Para Levinas, a epifania do rosto já é em si uma linguagem. “É formulação simbólica, expressão da *visage* como palavra que fala e evoca. [...] cuja epifania também é, de algum modo, uma palavra de honra”⁴¹, um convite ao crescimento e ao acolhimento.

O rosto letra como linguagem significa um discurso de renúncia da soberania ou do domínio que o eu possa exercer sobre o Outro. Instaure-se com isso a igualdade entre os interlocutores. Mas sem simetria. Pois no item *Outrem e os Outros*⁴² Levinas afirma ser a linguagem expressão da própria Justiça, e sabemos que a verdadeira educação dá-se na assimetria.

A interação entre o Eu e o Outro nasce do dizer, sem isso professamos a invisibilidade do infinito. A possibilidade da relação nasce da responsabilidade, e é esta que gera a ética. O outro sempre precisa ser considerado fato, rosto – interlocução – não apenas entidade na abstração, número de chamada, nome no relatório, número de matrícula, ou mesmo professor responsável por determinada área do saber, etc.

Essa reflexão remete-nos a um convite a não reduzir o Outro ao *mesmo*, ao conceito, a mera categoria da totalidade. Na comunicação há um processo diferente do partir do *cogito* cartesiano, pois, para Descartes, um *cogito por-se-ia* de maneira absolutamente independente de Outrem. Resgatando Husserl, é o Outrem que torna a comunicação possível. O discurso ético da manifestação do rosto condiciona o pensamento, pois o fenômeno deste não é um conceito, mas uma inteligência cuja exterioridade inviolável enuncia “tu não cometerás assassinio”, essa afirmação anula o *idealismo* que funda sua tese ética apenas na política.

Na proposta de Levinas “a passagem ao racional não é uma desindividualização precisamente por que é linguagem, isto é, resposta ao ser que lhe fala no rosto e que apenas tolera uma resposta pessoal, ou seja, um ato ético”⁴³. O rosto põe-me em relação com o ser, e esse com inadiável urgência exige uma resposta. O outro é exterioridade, não é negação do eu. Levinas afirma no item “*o finito e o infinito*”⁴⁴ que a abertura ao outro não é limitação, nem reducionismo. É maravilha, um Bem para além do próprio ser. Instituição de um discurso ético universal: não matarás! Nem conceitualmente e nem de fato.

⁴¹ Levinas, 2000a, p.181.

⁴² Levinas, 2000a, p. 190.

⁴³ Levinas, 2000a, p.197.

⁴⁴ Levinas, 2000a, p.272.

Referências

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Editora Moraes, 1974.

_____. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUCKS, René. *A Bíblia e a Ética: relação entre a filosofia e a Sagrada Escritura na Obra de Emmanuel Levinas*. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

COSTA, Marcio Luis. *Levinas Uma Introdução*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

CHALIER, Catherine. *Levinas a Utopia do Humano*. Lisboa, Instituto Piaget, 1983.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Traduzido por José Pinto Ribeiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000a.

_____. *Ética e Infinito*. Traduzido por João Gama. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000b.

_____. *De outro modo que ser, o mas alla de la essencia*. Salamanca, Sígueme, 1999.

_____. *Humanismo do outro homem*. Traduzido por Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis, RJ, Vozes, 1988.

_____. *Transcendência e Inteligibilidade*. Tradução de José Freire Colaço. Lisboa: Edições 70, 1991.

TIMM DE SOUZA, Ricardo. *Sujeito, Ética e História: Lévinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

_____. *Existência em Decisão*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1999.

_____. *O tempo e a máquina do Tempo: Estudos de Filosofia e Pós-modernidade*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

_____. *Totalidade e Desagregação: sobre as fronteiras do Pensamento e suas alternativas*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996.

_____. OLIVEIRA, N. F. *Fenomenologia hoje II, Significado e Linguagem*. Porto Alegre, Edipucrs, 2002.

WYSCHOGROD, Edith. *The problem of Ethical Metaphysics*. New York, Fordham University Press, 2000.

O texto literário como agenciador de *gestus*

Maria Isaura Rodrigues Pinto (FFP-UERJ)

517

Todos esses caracteres são os do simulacro, quando rompe suas cadeias e sobe à superfície: afirma então sua potência de fantasma, sua potência recalcada.

Gilles Deleuze

Em “O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro”, conto que dá nome a um dos livros de Sérgio Sant’Anna, o narrador (ou será Sant’Anna ?) comenta, em tom ensaístico, em dado momento:

O Silviano Santiago diz que eu não deixo viver meus personagens. De fato os meus personagens são antes atores do que personagens. E sempre gostei de escrever as minhas histórias como se elas se passassem num palco (SANT’ANNA, 1997 a, p.307).

Salta aos olhos do leitor, nesse segmento de prosa, que caminha paralelo ao ensaio, o desejo de a escritura estabelecer um diálogo com o teatro. O que se observa no conjunto da obra do autor é que a manutenção dessa estratégia escritural resulta no emprego de uma série de artifícios, máscaras, que, pondo em evidência uma refinada técnica narrativa, articulam o romanesco com a teatral. Já o notara Flora Sussekind:

Por vezes (a escritura) sugere um palco, como no bonito Cenários (1979), mas para logo em seguida se afirmar: “ Não, não é bem isso.” Por vezes opta-se de cara pela forma teatral como em Um romance de geração (1981). Ou uma súbita teatralização — como os diálogos

curtos, delirantes, no Interrogatório de Confissões de Ralfo (1975). (SUSSEKIND, 1987, p.18)

Acrescente-se ainda, como exemplo do movimento do texto em direção ao *gestus* teatral, o livro “Au théâtre”, que entra na composição de *Confissões de Ralfo*, e o fato de as figuras ficcionais de *Simulacros* constituírem uma espécie de grupo teatral, como anuncia a fala do dr. PhD., na divertida passagem a seguir, em que declara seus projetos dramáticos:

“Somos uma pequena família”, diz ele. “Ou como um grupo de teatro. Portanto eu quero que vocês se comportem como os personagens. E não como as pessoas que eram anteriormente, certo? A não ser que eu ordene o contrário. Pois muitas vezes se misturam essas pessoas e os personagens, certo?” (SANT’ANNA, 1992, p.8).

Assim é que, no presente trabalho, considerando a vigência desses aspectos, investiga-se o modo de a escritura de Sérgio Sant’Anna manter com a série literária e extraliterária relacionamentos intertextuais que se inscrevem no sistema da simulação.

Em *A tragédia brasileira*, o elo de simulação com o teatro é incrementado. O livro é um exemplo emblemático dessa ligação. O próprio subtítulo *romance-teatro* já indica a atuação da escritura em via dupla. O processo textual transita indiferentemente entre os dois sistemas discursivos, na verdade, tensiona os limites dessas linguagens e os estende a outras. Assim, de um lado, se têm a literatura, seus expedientes, seus instrumentos; do outro, em interação permanente com a prática literária, um corpo teatral fragmentado, aberto a outros

apelos. Manejos escriturais sintonizam ironicamente a narrativa com a dramaturgia trágica: a temática, envolvendo o aspecto da desgraça, motivada provavelmente por um erro imprevisto e involuntário — um motorista de caminhão atropela e mata uma menina, Jacira, num crepúsculo qualquer de 1962, no Rio de Janeiro — é o elemento coligativo que sugere a aproximação, embora o tratamento prosaico dado ao tema e a fragmentação da trama desestabilizem o esquema conflitivo, nos moldes tradicionais.

No tocante à apresentação formal, a narrativa, simulando, em dados momentos, a forma escrita do texto teatral, constrói-se através de diálogos e monólogos, com a presença de rubricas. No entanto, os signos da tragédia não funcionam como modelos inspiradores, como “fonte”, não se trata de uma “anterioridade” a ser imitada, mas, com diz Roland Barthes, de *uma lembrança circular* (BARTHES, 1977, p.49).

A obra se abre à lembrança de uma cultura clássica, cujo vestígio é reconstituído por meio do resgate irônico de caracteres padronizados. Efetua, nesse caso, um verdadeiro recolhimento de elementos do repertório trágico, que são transcontextualizados segundo o princípio do fragmentário. Certa noção de destino, de fatalidade, de agouro está presente na narrativa de modo minimal e disperso. Aliado a esse aspecto, a recorrência temática a elementos como crime, vingança, incesto, paixão, suicídio, também contribui para pôr em jogo uma ideia bastante desgastada de tragédia. O senso de trágico suscitado tangencia, assim, procedimentos discursivos comuns ao texto de consumo que, em geral, se vale

desses componentes tipificados: as bordas do modelo recebem um acabamento *kitsch*.

A narrativa de *A tragédia brasileira*, construída a partir de uma ampla compilação de relações convencionais, vale-se de estereótipos tanto na elaboração de seus personagens quanto na expressão dos seus sentimentos. Exemplo bastante significativo é a maneira como foi construído o personagem Roberto (o Poeta), figura pinçada de um repertório de natureza romântica, já exaustivamente partilhado: *Rua do bairro, a casa de Roberto, poeta mórbido e romântico, à antiga (...)* (SANT'ANNA, 1987, p.19). O texto também homologa e atualiza, a partir de formas discursivas banalizadas, aspectos do romance romântico com enredo de amor/paixão que, revestido de dimensão trágica, culmina em morte e/ou suicídio, formas de recompor um dado equilíbrio inicial que fora rompido. Na cena 1, por exemplo, em que é focalizado o atropelamento de Jacira, fica patente o intento de criar uma atmosfera liricizante, dentro dos moldes românticos. Para tanto, o narrador emprega, em larga escala e de forma visivelmente irônica, esgotadíssimos constituintes narrativos, já imbuídos de fama poética, que possuem a peculiaridade de pôr em evidência uma visão emotiva, provocadora de um efeito sentimental claramente elementar:

Fim de tarde, cantar de cigarras, grupo de crianças pré-adolescentes soltando bolhas de sabão, no meio de outros jogos infantis como a “amarelinha”, brincadeiras de roda ou com bonecas, onde se revela, veladamente, uma sensualidade infantil, dentro, porém, de um silêncio (de mortos?).

Aproxima-se o crepúsculo e as crianças vão se dispersando para dar lugar à Jacira, vestidinho curto, que surge do portão de sua casa para pular corda, solitariamente, na rua.

Através da janela entreaberta do quarto de Roberto entrevê-se, então, o vulto do Poeta, voyeur oculto, a observar a menina enquanto se começa a escutar, como se entoada por um coro longínquo de crianças, a canção: “Nessa rua, nessa rua, tem um bosque. Que se chama que se chama solidão. Dentro dele, dentro dele, mora um anjo. Que roubou, que roubou meu coração” (SANT’ANNA, 1987, p.20).

Esse tipo de lirismo vem sobretudo do personagem Roberto, ao qual se associam ideias dispersas de subjetivismo, gosto pela solidão, sensibilidade voltada para o espetáculo da natureza, idealização, evasão no tempo, atração pela morte, senso de mistério (abertura para o sobrenatural e o fantástico). Ligada a essas verificações, pode-se acrescentar a circunstância milagrosa do surgimento da estrela, no desenlace da cena, estabelecendo entre Jacira e a Virgem Maria um possível paralelismo. O texto é colorido por um clima de misticismo que se relaciona a fatores prosaicos, corriqueiros e mundanos. Veja-se como a mancha de sangue no vestido de Jacira (da primeira menstruação?), funciona dubiamente como presságio de morte que se confirma.

Em Sant’Anna, o jogo duplo entre literatura e teatro, entre prosa e palco acaba por conduzir a escritura a um envolvimento não menos estreito com o cinematográfico. Esse imbricamento de linguagens fica bastante evidente no pequeno texto introdutório de *A tragédia brasileira*, em que a mente do Autor-Diretor funciona como tela ou palco de uma peça imaginária a se processar:

Esta é a história de um espetáculo imaginário. Um espetáculo que poderia se passar, por exemplo, no interior do cérebro de alguém que fechasse os olhos para fabricar imagens e delas desfrutar, diante de uma tela ou palco interiores, como um sonho, só que não de todo inconsciente ordenado (SANT’ANNA, 1987, p.5).

Referindo-se à presença do *gestus* cinematográfico na escritura, diz Luiz Macksen: *O tratamento não cronológico dos fatos se processa em ritmo narrativo rápido, de efeito cinematográfico, que a montagem teatral absorve e projeta rigorosamente* (MACKSEN, 1984, p.2). Teatro e cinema funcionam como duas camadas superpostas que sempre deixam visível a precedente. Há, na verdade, entre essas duas linguagens uma implicação recíproca, uma ressonância mútua: o *gestus* não é, na realidade, nem cinematográfico nem teatral. Não se pode estabelecer uma fronteira que delimite o começo de um e o fim do outro, o que conta é o interstício entre essas duas margens (que se desdobram continuamente), o espaço neutro que, não pertencendo propriamente a nenhuma das duas e, valendo por si mesmo, atualiza o sentido como o *aliqñid* deleuzeano: *Um valor em si mesmo vazio de sentido e, pois suscetível de receber qualquer sentido, cuja única função é a de preencher uma distância entre o significado e o significante* (DELEUZE, 1988, p.83).

A escritura em palimpsesto de Sant'Anna caracteriza-se precisamente pelo seu poder de desdobrar-se, pelo seu poder de inaugurar máscaras languageiras a partir de recortes discursivos entre os quais se surpreendem ligações e tensões que tornam o sentido uma espécie de móbile, que se atualiza diante do olhar do leitor. Convém, nesse sentido, observar que, em *A tragédia brasileira*, o teatro, em seus desdobramentos, é, como mostra a passagem que serve de intróito ao livro, fruto de imagens oníricas, estabelecendo o que se poderia denominar de teatralidade onírica.

Outro mecanismo que, ligado ao *gestus* lúdico da polifonia, merece ressalva é o de a narrativa, dentro de uma concepção teatral, fazer reiteradamente da exibição de seus próprios meandros uma estratégia ardilosa, visto que, como diz Beth Brait, *deixa para o centro do espetáculo a aventura do escritor no seu afinco de representação* (BRAIT, 1987). Ensaio romanceado? Ensaio teatralizado? Ensaio cinematográfico? Aula romanceada de teoria literária? Múltiplas são as classificações mistas propostas para essa escritura que se quer experimental, questionadora e dialógica. No interior do seu jogo múltiplo de referências, com maior ou menor clareza, encena-se um questionamento amplo quanto ao sentido de suas representações, à natureza e à existência do fenômeno literário. O exemplo a seguir foi extraído de *A tragédia brasileira*:

No entrechoque, então, dessas duas luminosidades, não se poderá dizer qual estará dando a luz à outra e deduzir-se-á, pois, que são antes os dois, necessários pólos de atração de um Sistema, em torno dos quais gravitarão os elementos secundários da composição do Espetáculo. E haverá sempre uma indagação sem resposta pairando sobre o espaço cênico: dá a luz o Poeta à sua obra, sua Musa, Jacira (o poema), ou seria o contrário: a Musa, ao fazer-se presente, ainda enquanto Espectro, é quem desenharia um contorno nítido para o Poeta, antes mera sombra, partículas não integradas no meio da noite negra, o Caos a preceder o Verbo? (SANT'ANNA, 1987, p. 12).

Vale ainda mencionar que no espetáculo teatral imaginário, que é *A tragédia brasileira*, ouvem-se também ecos da obra de Nelson Rodrigues. A escritura elege, de modo mais explícito, para o diálogo, as peças *Vestido de noiva*, *Valsa nº 6* e *Beijo no asfalto*. Peças que, como a de Sant'Anna, ao abrir as cortinas, põem em cena a ideia de luto. Além desse detalhe, o narrador toma de

empréstimo aspectos da cena 1, de *Vestido de noiva*, com a qual o público entra em contato através de sons de buzinas, freadas bruscas, vidros estilhaçados, que anunciam o atropelamento de Alaíde. De modo análogo, é apresentado ao leitor/espectador de *A tragédia brasileira* o atropelamento de Jacira, no final da cena 1, do primeiro ato. Só que aqui a cena é transformada numa complexa polifonia perceptiva que guarda, em sua flutuante rede de olhares, o enigma sobre a morte da personagem:

Começa-se a ouvir, ainda distante, o ronco do motor de um carro. Percebendo neste momento o olhar de Roberto, Jacira estaca paralisada (e fascinada), apertando a corda contra o corpo. Faz-se ouvir, cada vez mais próximo, o ruído do motor: depois o soar, por duas ou três vezes, de uma buzina e o piscar de faróis. Ergue-se o Negro no terreno baldio, com movimentos que tanto traduzem o desejo de trazer Jacira para si, como de afastá-la, presumivelmente por causa do perigo representado pelo carro. A menina assusta-se, mas não consegue fugir, hipnotizada, como num desses sonhos em que se quer correr mas as pernas não obedecem. A luz, presumivelmente do farol, atinge uma súbita intensidade. Ranger de freios, uma dissonância sonora, o atropelamento, uma exclamação no quarto de Roberto: — Jacira!!! (SANT'ANNA, 1987, p.22).

Já a *Valsa nº 6* parece ter sugerido à escritura o recurso de evocar imagens mentais confusas que capturam retalhos de memória, de delírios, de sonhos. No entanto, como alerta com bastante pertinência Flora Sussekind: *Ao contrário do monólogo e da narração da própria morte aos quinze anos por Sônia, sua Jacira é quase muda, é narrada sem cessar pelos demais personagens-espectadores de suas duas mortes (da segunda vez como Maria Altamira) (SUSSEKIND, 1987, p.18).*

De Beijo no asfalto, o narrador remaneja, de modo caricatural, não só a ideia do beijo inusitado em via pública, mas a ideia da súbita e dúbia relação que se instaura entre dois desconhecidos num momento-limite.

Em Sant'Anna, logo se percebe a partir dos recursos com que se aparelha o texto, que o exercício da polifonia funda um *gestus* experimental. E o que vem a ser esse *gestus*? Um conjunto que reúne variados procedimentos poéticos, do qual se pode depreender o desejo de tensionar os limites da linguagem, pondo em evidência suas potencialidades. Assim construída, a prosa de Sant'Anna tem por alicerce um experimentalismo que reveste os produtos culturais que assumidamente recupera. O experimental, nesse caso, se funda numa visão de arte como reduplicação, transcodificação. Logo, em vez de uma escritura experimental, tem-se, na verdade, o *gestus* experimental na escritura.

Temática e estruturalmente, o romance *Simulacros* se constitui, entre outras coisas, numa projeção metalinguística da estética do autor. O acontecimento discursivo pode ser visto como encenação do procedimento de trabalhar com a linguagem literária numa perspectiva inovadora que, desprezando o ilusionismo da narrativa clássica, dedica-se a explorar inúmeras frentes de produção. Logo na abertura do livro, colocando em questão o princípio da verossimilhança, a escritura situa os personagens no artificialismo das experimentações do dr. PhD., uma espécie de diretor de teatro empenhado numa *pesquisa de campo do existencialismo científico*. A história, desenvolvendo-se num espaço fronteiro entre fantasia e realidade, apresenta quatro personagens:

Jovem Promissor, Vedetinha, Velho Canastrão, Prima Dona, que se prestam às mais extravagantes experiências comportamentais idealizadas pelo cientista louco, entre outras, simulam, pelas ruas de Belo Horizonte, um celibato sacerdotal, ao contrário, e um desfile de travestis. Dessa forma, o que se anuncia é o relato de encenações, não de ações, portanto, trata-se de um relato de simulacros de ações, o que justifica o título do livro.

O enredo, adquirindo dimensão metafórica, funciona como elemento que, trabalhado pela via do humor, possibilita encenar o diálogo que a escritura estabelece com a linguagem da *performance*. Diálogo que ratifica o desejo da narrativa de exibir sempre novas poses e novos mascaramentos, pois, como diz Renato Cohen, *na performance (...) utiliza-se uma fusão de linguagens (dança, teatro, vídeo etc.) só que não se comendo de uma forma harmônica linear. O processo de composição das linguagens se dá por justaposição, colagem (...)* (COHEN,1989, p.50).

A *performance* — sintonizada com formas atuais de se pensar e processar o objeto artístico, típicas do que se configura como antiarte (*pop*, *minimal*, *conceitual*, *hiper-realismo*, *processo*, *happening*) — é uma linguagem de experimentação, interface, livre e anárquica que se move entre limites disciplinares. Partindo da ideia de uma arte de abrangência total (objetos, animais, jornais, máquinas, filmes, tudo pode se tornar arte), funciona como uma espécie de “salada” de mídias e formas artísticas emergentes na contemporaneidade.

Indo de encontro ao hermetismo e subjetivismo da arte moderna, a *performace* é forma de expressão cênica integrativa que, levando a encenação para o espaço público da rua (como ocorre no romance *Simulacros*, de forma humorística), implica o espectador ao mesmo tempo como observador e como atuante do espetáculo. Trata-se de uma concepção de arte dessacralizadora, em que se busca uma aproximação direta com a vida. A arte, dessa forma, abandona o caráter elitista, incorporando ao seu repertório movimentos, situações e objetos do dia-a-dia.

A exemplo das técnicas da *performance*, o romance *Simulacros* explora as metamorfoses (ou descarte sucessivo de máscaras) e a fragmentação, que promove a justaposição de ideias-imagens. Não existe linearidade temática, ou seja, continuidade lógica da ação, o que existe são simulacros de ações a par de um *leitmotiv* que justifica as cenas, conectadas com a estrutura da fantasia e da imaginação. Daí a ocorrência de episódios inusitados como o do padre que namora, em via pública, uma mocinha, o da revisitação à história de Chapeuzinho Vermelho no Parque Municipal de Belo Horizonte, o do desfile dos personagens travestidos.

Ironicamente, já quase no final do romance, o leitor é informado de que a obra “não ficcional” do personagem-protagonista, com pretensões literárias, Jovem Promissor, nada mais é do que o próprio *Simulacros*, romance que expõe desde as primeiras páginas sua ficcionalidade: *Quase de um só fôlego eu revi todas as minhas anotações, selecionei e reescrevi todas as nossas experiências na casa,*

até chegar a este ponto, onde me encontro agora (...) (SANT'ANNA,1992, p.211). Com isso se amplia o campo de implicações metafóricas, já que, diante desse dado, o personagem pode ser pensado como *alter ego* do escritor. Quando no final do romance, o Jovem Promissor identifica no sorriso de seu filho a presença do sorriso do dr. PhD. — o outro — fica aí sugerida a ideia de que o filho — o romance — não traz apenas as marcas da instância escritural que ordena os signos verbais (seu percurso discursivo tecnicamente elaborado), mas também, numa espécie de autoria cooperativa, as marcas de instâncias alheias. O corpo da escritura se produz no enlace ambivalente do mesmo (o autor, enquanto categoria de linguagem) com o outro (a cultura, o imaginário do autor formado por suas leituras).

Segundo Italo Calvino, os escritores, de maneira geral, para arquitetarem seus textos, lançam mão das imagens que desfilam em seus *cinemas mentais*, alimentados pelos repertórios de leituras realizadas. Assim ele se pronuncia acerca de sua experiência nesse sentido:

A primeira coisa que me vem à mente na idealização de um conto é, pois, uma imagem que por uma razão qualquer apresenta-se a mim carregada de significado, mesmo que eu não o saiba formular em termos discursivos ou conceituais. A partir do momento em que a imagem adquire uma certa nitidez em minha mente, ponho-me a desenvolvê-la numa história, ou melhor, são as próprias imagens que desenvolvem suas potencialidades implícitas, o conto que trazem dentro de si (CALVINO, 1990, p.104).

Pela perspectiva com que Sérgio Sant'Anna construiu seus textos, pode-se dizer que as imagens heterogêneas que integram a escritura percorrem uma dimensão cultural, revelando um caráter de diálogo com as imagens da tradição artística e com as imagens do universo popular-massivo, no qual se evidenciam a ausência de genuinidade e a marca *kitsch*. Elas decorrem de um processo de seleção e reordenação de leituras de um repertório estético preexistente e também do horizonte mundivivencial do autor. Essas práticas abrangentes de leitura ilustram as proposições de Barthes relacionadas à transitividade do verbo ler:

No campo da leitura não existe pertinência de objetos: verbo ler, aparentemente muito mais transitivo que o verbo falar, pode ser saturado, catalisado por mil complementos diretos: lêem-se textos, imagens, cidades, rostos, gestos, cenas etc. (BARTHES, 1987, p. 82,83).

Ao emprestar a forma literária a *processos imaginativos* decorrentes de variados tipos de leitura, a prosa de Sant'Anna elabora um olhar narrativo que forja um composto heterogêneo de imagens deslocadas, fragmentadas, dispersas, concretizando séries variadas de citações. Recortes discursivos são atualizados pelo olhar e, na reutilização do material díspare coletado, um amplo jogo intertextual de vozes, tempos e imagens ganha corpo. Nessa esteira, a visualidade funciona como ponte intertextual por onde se transpõe o hiato entre cultura erudita e de massa. Agilizando-se dessa forma, a escritura dá mostras de uma abertura indiscriminada ao diálogo intertextual.

OBRAS DE SÉRGIO SANT'ANNA

SANT'ANNA, Sérgio. *A tragédia brasileira. Romance-teatro*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

_____. *Confissões de Ralfo (Uma autobiografia imaginária)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro*. São Paulo, Ática, 1982.

_____. *Simulacros*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1992.

BIBLIOGRAFIA SOBRE SÉRGIO SANT'ANNA

BRAIT, Beth. Romance / Teatro de Sérgio Sant'Anna. No palco, o Brasil. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 1º de agosto de 1987.

MACKSEN, Luiz. Esboço de uma proposta inovadora. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1984, Caderno B, p.2.

SUSSEKIND, Flora. O baile. *Leia*, São Paulo, julho de 1987, p.18.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo. Perspectiva, 1977.

_____. *O rumor da língua*. Lisboa, Edições 70, 1987.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. Trad.: Ivo Barroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1989.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad.: Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

Polêmicas sobre cognição, linguagem e discurso na construção da realidade**José Provetti Junior** (UNIOESTE)**Daniel Salésio Vandresen** (UNIOESTE)**Amilcar Machado Profeta Filho***

(UFPB/UEM)

382

RESUMO

O artigo pretende investigar os conceitos de “cognição” e “linguagem”, buscando entender suas conexões com o discurso e a construção da realidade. No que diz respeito a questão da linguagem, Wittgenstein e Rorty serviram de base para entender as implicações das abordagens que fazem da linguagem no que se refere às raízes linguísticas, as possibilidades do conhecimento e suas limitações. Outros pensadores como Michel Foucault e Mikhail Bakhtin serviram de aporte teórico porque criticaram, debateram, reinventaram e revolucionaram as formas de analisar o discurso enquanto construção da realidade.

Palavras-chave: Linguagem, Cognição, Discurso, Filosofia da Mente, Teoria do Conhecimento.

ABSTRACT*Polemics on cognition, language and discourse in constructing reality*

* **José Provetti Junior** Mestrando em Filosofia Moderna e Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus Toledo/ PR, mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Professor Darcy Ribeiro – UENF/ RJ, especialista em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/ PR, especialista em Saúde para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/ PR, graduado e licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/ RJ, graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM/ PR, pesquisador e professor do Núcleo de Estudos da Antiguidade – NEA – UERJ, estudante no Grupo de Estudos Karl Popper – UNIOESTE/ PR, no campus Toledo, membro da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos – SBEC, (atua como professor de Filosofia na Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/ PR, no Núcleo Regional de Educação 28 – Umuarama/ PR como professor PSS, professor de Filosofia do Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus de Assis Chateaubriand), parecerista da “Revista Espaço Acadêmico” da UEM, autor de alguns artigos publicados em periódicos nacionais e autor do livro “A alma na Hélade: a origem da subjetividade Ocidental (2011). Endereço eletrônico: jose.provetti@ifpr.edu.br/ pensamento.mentalidades@yahoo.com.br/ jprovetti@yahoo.com/ http://pensamento.mentalidades.zip.net/.

Daniel Salésio Vandresen é mestre em Filosofia pela UNIOESTE, especialista em História do Brasil pela UNIPAR e graduado em Filosofia pela FEBE. É professor de Filosofia do(Instituto Federal do Paraná, na cidade de Assis Chateaubriand) e Coordenador do curso Técnico em Orientação Comunitária. Contato: daniel.vandresen@ifpr.edu.br

Amilcar Machado Profeta Filho é mestre em Linguística pela UFPB, especialista em História Econômica pela UEM e graduado em História pela UEM. É professor de História do (Instituto Federal do Paraná na cidade de Assis Chateaubriand) e Coordenador do curso Técnico Integrado de Informática. Contato: amilcar.filho@ifpr.edu.br

Revista Litteris -Número 10 - Ano 4

www.revistalitteris.com.br

The article investigates the concepts of "cognition" and "language", seeking to understand their connections with the discourse and the construction of reality. Regarding the question of language, Wittgenstein and Rorty served as the basis for understanding the implications of the approaches that make the language in relation to linguistic roots, the possibilities and limitations of knowledge. Other thinkers like Michel Foucault and Mikhail Bakhtin served as a theoretical because criticized, discussed, reinvented and revolutionized the ways of analyzing the discourse as a construction of reality.

KEY WORDS: Language, Cognition, Discourse, Philosophy of Mind, Theory of Knowledge

Fazer uma relação entre cognição, linguagem e discurso pode soar como algo pretensioso. Entretanto, o presente artigo levanta questões polêmicas que permeiam estes temas no sentido de colaborar para um debate acadêmico que tende se reformular, que tenta buscar respostas, ou provocar indagações e críticas.

Sabe-se que no decorrer do processo histórico a evolução humana ocorreu, principalmente, devido o aprimoramento dos sistemas de comunicação. Na polêmica transição entre pré-história e história ocorre a invenção da escrita (4.000 a.C. - 3.600 a.C.), um avanço na linguagem humana em seus códigos e signos. Com a formação das grandes civilizações, existiu a necessidade de organizar a oralidade, a retórica, que foram estudadas em Liceus na Grécia e Roma antigas.

Com o avanço da história, os processos de inter-relação entre os homens acabam se tornando mais complexos. As culturas se transformam. Os conceitos e paradigmas mudam. A língua se modifica.

Observa-se que com a formação dos Estados-Nacionais a partir da Idade Moderna as línguas vernáculas são consolidadas. O inglês, o espanhol, o francês, o português, entre outras. Neste momento, surgiram o Renascimento Cultural no séc. XVI, e seu desdobramento, o Iluminismo do séc. XVIII. Pensadores modernos influenciaram uma sociedade burguesa em formação.

Os séculos XIX e XX comprovaram inúmeros avanços científicos e tecnológicos. Mais uma vez os homens aprimoraram as formas de se comunicar, de se interagir, talvez pressionados por um capitalismo global que resultou em processos de dominação de uma língua sobre a outra, como é o exemplo da língua inglesa.

Levando em consideração todas estas transformações, unidas aos aspectos ideológicos, culturais, cognitivos, a mente humana tenta se adaptar. Neste processo a

linguagem sofre variações, mutações, readaptações, deslocamentos, imposições, rearticulações, enfim. O discurso, como diria Foucault passa a ser controlado, ordenado.

Mas o quê passa a ser controlado, ordenado? Do quê exatamente se se fala quando se utiliza de termos como linguagem, código e qual é sua interconexão com a capacidade humana de apreender, codificar e decodificar a realidade e qual é exatamente, as relações necessárias existentes entre a cognição, a linguagem e a possibilidade de conhecimento do real?

A cognição humana envolve todos os processos direta ou indiretamente vinculados ao funcionamento do sistema nervoso central que essencialmente é composto pelo cérebro, medula e toda a rede nervosa responsável pelo gerenciamento voluntário e involuntário do corpo em sua totalidade. Cognoscivelmente implica por parte do sistema nervoso central, a manifestação, presença e permanência das chamadas funções cognitivas superiores, isto é, a memória, a inteligência, a linguagem e uma série de outras funções que carecem de classificação metodologicamente científica para serem estudadas e que são objeto de ciências auxiliares como a parapsicologia e metapsíquica, sendo inconclusivos os resultados apresentados pela neurociência e a neuropsicologia cognitiva.

A memória, para Japiassu e Marcondes (1993, p. 164) é “a capacidade de reter um dado da experiência ou um conhecimento adquirido e de trazê-lo à mente”. Em termos neuropsicológicos, a memória subdivide-se em memórias de curta e longa duração, a primeira considerada superficial e de fácil esquecimento pela pessoa, a segunda, efetiva e afetivamente significativa representa uma espécie de “patrimônio” inalienável, a não ser por ação de alguma doença degenerativa que afete a arquitetura cerebral em sua eficiência neuronal, como por exemplo, a doença de Alzheimer entre outras.

A inteligência, segundo Japiassu & Marcondes (1993, p. 135), na acepção psicológica é: (...) “a faculdade de aprender a aplicar o aprendido, adaptando-se a situações novas através do conhecimento adquirido em processos anteriores de adaptação, sendo assim essencialmente criativa.” (...) Ou seja, a inteligência é uma capacidade/habilidade mental de utilização de conhecimentos adquiridos anteriormente e adaptados à solução de novos problemas, caracterizando-se assim, como uma espécie de percepção humana.

Na dimensão lógica, segundo Maritain (1973), a inteligência é uma operação mental que funciona como uma espécie de “visão” intelectual, que é capaz de atingir ou apreender conceitos através de três operações: “simples apreensão”, “raciocínio” e “juízo”. A simples apreensão caracterizada por ser uma operação através da qual a pessoa “concebe”, forma em si uma ideia e nesta “vê ou apreende alguma coisa sem dela afirmar ou negar” algo (Ibidem).

Desta maneira, a inteligência mais do que ser uma faculdade procedural e criativa é também uma faculdade (percepção) integrada à cognição humana, que implica na função mental de representação da realidade detectada sensorial e/ou inteligivelmente através de imagens ou conceitos.

Para Slama-Casau *apud* Cunha & Cintra (1985, p. 1): “LINGUAGEM é um conjunto complexo de processos/resultados de uma certa atividade psíquica profundamente determinada pela vida social que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma LÍNGUA qualquer”. Isso significa que a linguagem e a língua são produtos cognitivos superiores do homem que tem na atividade psíquica deste a sua base operacional e esta, por sua vez, tem na vivência social as determinações de suas particularidades estruturais ligando de maneira empírico-inteligível a categorização particular a cada cultura humana através dos signos instaurados como padrões cognoscíveis entre significado e significante entre o dado sensorial empírico/inteligível mediatizado pela mente, como se depreende dos trabalhos de Piaget (2001), Sternberg (2000), Vigotski (1996) e Ponty (1990).

O que vem então, dar sentido ao uso linguístico dos idiomas em sua função comunicativa e estruturante do real e a multiplicidade mais ou menos apreensível por todos, das realidades que surgem nas tensões significado/significante para que se atinja a cognoscibilidade média do conhecimento?

Ora, para Japiassu & Marcondes (1993, p. 152) a linguagem pode ser definida como “um sistema de signos convencionais que pretenda representar a realidade e que é usado na comunicação humana (...)”. Na medida em que a linguagem é uma “convenção” e “um sistema de signos” objetivando representar a realidade, levanta-se necessariamente, o questionamento a respeito do estatuto da eficiência da linguagem para o exercício da mencionada representação estruturadora de nossas categorias relacionais para com a realidade, bem como levanta-nos problemas correlatos como o

acesso e a comunicabilidade “reais”, no sentido forte do termo, do conhecimento, no sentido “lato” e “stricto” e dos parâmetros de verificabilidade dos instrumentos do conhecimento hoje aceitos como padrões universais, sem falar do problema relativo à verdade e suas implicações psicossociais.

Wittgenstein (1889-1951), que nos dizeres de Marcondes (1998, p. 268), “influenciou decisivamente as duas principais vertentes da filosofia analítica da linguagem contemporânea”, isto é, a “semântica formal” e a “pragmática”, e que apresenta duas fases em sua reflexão.

O primeiro e o segundo Wittgenstein, pode nos auxiliar a compreender o problema da Cognição e da Linguagem quanto a construção do real e a possibilidade do conhecimento deste. Em linhas gerais, o primeiro Wittgenstein tinha como objetivo alcançar os fundamentos da linguagem, isto é, pretendia investigar o que está implicado, em termos de conhecimento possível, pela linguagem e os fenômenos a ela relacionados. Com isso ele pretendia eliminar os “equívocos” da tradição, segundo atesta Alencar (2007, p. 47).

Como consequência desse trabalho, surgiu “a ideia de que a linguagem se constitui como precondição para todo o conhecimento e que, sobre ela mesma, nada pode se dizer, pois é condição do que pode ser dito e, enquanto tal revela-se a partir do que diz sobre algo” (Ibidem). Em outras palavras, a linguagem é o elemento “no” e “sem o qual” tudo o que é possível ser expresso, existe, é viável e é possível. Quer dizer, sem a linguagem não apenas a comunicação seria inviável, mas toda e qualquer criação, transmissão ou absorção de conhecimento.

Segundo Alencar (Ibidem), nessa fase de Wittgenstein “o que é dito pode ser verdadeiro ou falso. A linguagem é um discurso informativo que descreve o mundo, e a verdade ou a falsidade só se configuram como tais quando se verifica a relação da proposição com um fato do mundo.” Isto é, a linguagem é um instrumento descritivo do mundo e enquanto tal, de tudo o que é comunicado pode-se afirmar a falsidade ou verdade, na medida em que o que é dito tem correspondência com o real, **ou seja, tem identidade entre o que se fala e o que é falado a seu respeito.**

Enquanto descrição do mundo, a linguagem o representa, contudo, “na medida em que o faz, não pode ao mesmo tempo, ser afigurada pela imagem produzida. A linguagem só se mostra na imagem que ela produz” (ALENCAR, 2007, p. 47). Logo,

enquanto instrumento descritivo, a linguagem em atividade não pode ser representada, ou nos dizeres de Alencar (Ibidem) “afigurada”, por ela mesma, a não ser pelas “figurações” por ela estruturadas categoricamente. Não se pode falar da linguagem de maneira à parte dela, pois nessa tentativa, “nela” e “por ela” está se operando o projeto descritivo e enquanto tal, para Wittgenstein (Ibidem), é impossível, a não ser através dos efeitos produzidos pela linguagem em sua função descritiva do real. Sendo assim, para Wittgenstein, na medida em que a linguagem “desce do céu à terra”, isto é, se particulariza entre as “comunidades linguísticas”, se embebe de “individualidade”, se torna uma ação contingente, privada da associação de seus usuários e nesta medida, prenhe de mobilidade, afetos e perceptos, à linguagem. Para Wittgenstein (ALENCAR, 2007, p. 49):

não há como apreender o significado a não ser pelo próprio uso dos signos” (...), pois os idiomas são (...) “jogos de linguagem [são] como conjuntos de regras e lances que varia de uma comunidade linguística para outra. Nos jogos, as regras não são autônomas, mas se definem no interior do próprio jogo. Isso implica em afirmar que todos os jogos são válidos e que, portanto, a linguagem é um tanto arbitrária.

Cada “comunidade linguística” teria desenvolvido certos modos perceptíveis da realidade e certas regras particulares de expressar essa concepção dos fenômenos descritos, o que para Wittgenstein seria um indicativo da impossibilidade da linguagem de ser um instrumento fiel de descrição da realidade e em última análise, não haveria conhecimento absoluto, mas apenas contingências a respeito da verdade ou falsidade das coisas, inclusive em termos científicos.

As conclusões de Wittgenstein nos apresentam vários problemas, mas é relevante nos deter em dois especificamente: a relação linguagem/idioma (língua) e a relação cognição/linguagem. Vejamos a relação linguagem/idioma, partindo do pressuposto de que “a linguagem é um conjunto complexo de processos (...) psíquicos (...) que viabilizam a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer”, segundo a definição de Cunha & Cintra (1985, p. 1). Por definição, segundo Cunha & Cintra (Ibidem) a língua ou idioma é consolidado e regulamentado através de

um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a LÍNGUA é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua

evolução, paralela à do organismo social que a criou.

Ou seja, cada comunidade desenvolve sua maneira própria para representar essa realidade o que infere, necessariamente, certas facilidades e dificuldades, conforme o caso, em ser expresso, num determinado povo, certas ideias e noutros ser totalmente inimaginável. Em pé de igualdade, fica clara a dificuldade sentida pelos tradutores em verter certos textos de um idioma a outro, de uma cultura a outra, pois como foi dito acima, cada língua é um modo privado de perceber e descrever a realidade própria e que por vezes não é comunicável a outro povo exigindo dos tradutores verdadeiro esforço interpretativo e diversas adaptações que em geral, causam “ruídos” do original para as versões que podem deturpar completamente a mensagem expressa no código de origem.

Para Koch (2000, p. 17-18):

(...) a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade, enquanto a língua seria como que um instrumento de interação social: faz-se preciso, para tanto, que ele [o usuário] se torne apto a compreender, analisar, interpretar e produzir textos verbais.

No primeiro Wittgenstein observa-se que a linguagem é o lugar “onde” e “por meio do que” o conhecimento se daria e, nessa medida, sobre a linguagem em si, nada seria possível dizer. A linguagem teria um caráter descritivo do mundo através da identidade entre proposições e o fenômeno descrito. Já no segundo Wittgenstein, há um “ponto cego” entre o signo e o fenômeno caracterizado pela não necessidade de identidade entre um e outro e, cada “jogo de linguagem” possuiria suas próprias regras, formas organizacionais, significações e as regras definir-se-iam no âmbito interno ao jogo particular de cada comunidade linguística, sendo “de per si” extremamente “volátil” a significação por conceptibilidade, isto é, a identificação triangular entre a ideia, o signo e o sentido não seriam universais nem necessárias, mas contingentes, particulares e circunstanciais.

No entanto, o que ressalta dos dois momentos de Wittgenstein, a respeito da linguagem, do segundo Wittgenstein em especial, é uma possível e ligeira aproximação entre linguagem e língua (idioma). Esta afirmação seria fundada na observação do que indica Alencar (2007, p. 48-49) que na medida em que Wittgenstein percebe que no uso da linguagem ocorrem afirmações, perguntas e ordenações que implicam na noção de

mobilidade ao que ele classificou como “imagens do mundo”; ele se apercebe da fragilidade de sua visão imobilista da linguagem em sua primeira fase. Logo, na medida em que a observação da linguagem desloca-se de uma posição estática, representativa, para o campo das categorizações tempo-espaciais, a linguagem se apresenta problemática para o filósofo austríaco devido ao caráter não-universal, na medida em que Wittgenstein aproxima, ou funde, os conceitos de linguagem e idioma.

Esta situação polêmica é acentuada mais ainda na medida em que Wittgenstein atribui tal mobilidade e estruturação entre significado e significante, inserida no que ele chamou “jogos de linguagem” e a normatização das regras inerentes a estes jogos como contingentemente asseguradas pela própria dinâmica particular de cada grupo linguístico. Nesta medida, parece-nos pertinente observar certo equívoco do filósofo ao levar a efeito seus estudos a respeito da linguagem e confundir as particularizações cognitivo/antropológico/culturais das mencionadas comunidades linguísticas, com a linguagem em si, conceituada por Slama Casacu *apud* Cunha & Cintra (1985, p. 1) como “conjunto complexo de processos – resultado de uma certa atividade psíquica” (...).

Uma coisa seria a linguagem como “capacidade complexa” oriunda das atividades psíquicas superiores decorrentes da cognição humana, outra coisa é esta “capacidade complexa” expressa em dado idioma (língua), isto é, “um sistema gramatical pertencente a uma comunidade de indivíduos”, conforme acentuam Cunha & Cintra (Ibidem), pois a língua é, em certa medida, uma experiência cultural coletiva que demarca o campo significante possível ao mundo experienciado àquela comunidade, exprimível pelas regras gramaticais que categorizam essa experiência privada do real e seus modos de dizer, de comunicar o conhecimento apreensível.

Wittgenstein nada mais fez, em sua segunda fase, que explicitar as dinâmicas linguísticas particularizantes que as sociedades em seus múltiplos grupos sociais se articulam para expressar sua experiência do real e suas “realidades” possíveis ao seu entendimento historicamente assinaladas através de sua língua, de sua cultura, de seu “foco de visada da realidade”. Impreterivelmente, Wittgenstein tem seu mérito em acentuar o papel dessas dinâmicas como construtoras e categorizadoras de dimensões possíveis do real em sua multiplicidade, no entanto, não se mostrou sensibilizado pela particularização cultural da linguagem como representadora do mundo, quando este,

ideológica e inteligivelmente se põe em movimento em pleno uso cotidiano das línguas, como que em um caleidoscópio capaz de plasmar na mente dos comunicantes, em meio aos jogos de linguagem em uso, as ideoplastias emocionalmente inteligíveis em plena comunicação de sentidos e afetos.

Ao invés do que Wittgenstein assinalou como um “hiato entre a linguagem e o mundo” (ALENCAR, 2007, p. 48-49), este, nada mais é do que uma particularidade idiomática, nada além de uma “limitação” detectável em uma ou mais comunidades linguísticas e que de maneira alguma deve e pode ser universalizada à linguagem como a mencionada “capacidade complexa de uma certa atividade psíquica”.

A pergunta pertinente, nesta medida de investigação é se há no homem, em pleno exercício psicocultural do idioma como uma experiência cognitiva individual e coletiva em plena comunidade dos usuários nativos e adaptados ao código da comunidade linguística, “na” e “pela” linguagem, alguma instância universalizadora do procedimento cognitivo, na linguagem e na construção do conhecimento da realidade em sua experiência consciente e inconsciente do real. Ou por outra, qual é o estatuto da particularização cognitiva recorrente psicossocioculturalmente que fora indicada por Wittgenstein?

A cognição humana é gerenciada pelo sistema nervoso de maneira autônoma quanto a certas funções e volitiva, isto é, intencional, em outras. Todas as funções sensoriais contribuem para a coleta de informações gerais e específicas, bem como pelo processamento destas, inteligível e emocionalmente através da atenção seletiva. No que se refere à inteligibilidade, estruturação figurativa ou proposicional, as funções cognitivas superiores formatam e direcionam a experiência sensorial global e específica em suas diversas instanciações, através da linguagem como bem se verifica nas obras de Sternberg (2000), Forgus (1971), Kendel, Schwartz & Jessell (2000) e Calvin (1998).

“Na” e “por meio” da linguagem as experiências psico-sócio-culturais geram os objetos de intelecção, objetos estes que através do modo discursivo adotado culturalmente, isto é, oralidade, razão, **além de algumas instanciações intermediárias entre uma e outra como um outro possível**, a experiência vai sendo codificada e internalizada por meio da maturação psicogenética (PIAGET, 2001; 1973) e por interação sociocultural gradualmente, da infância à maturidade (VYGOTSKY, 1996).

A língua ou idioma ocorre nesse momento de particularização da experiência

psicossociocultural que direciona a estruturação gramatical formal ou oral “no” e “por meio” do que Wittgenstein indicou por “jogos de linguagem”. No entanto, resta ainda outra dimensão a considerar, ou seja, a do conhecimento e a capacidade de representação deste pela linguagem e a língua. Como idioma-língua, nada temos a acrescentar aos trabalhos de Wittgenstein e cremos existir de uma comunidade linguística a outra, certos “hiatos” representacionais que qualificam uma língua a ser um melhor ou pior veículo de comunicação, como por exemplo, as inegáveis vantagens do idioma Internacional Neutro – *Esperanto* – diante das línguas, como o Inglês ou Francês.

No entanto, em que medida a linguagem se estrutura como uma espécie de substrato configuracional modelável e autodeterminável que engloba todas as possibilidades, enquanto comunicabilidade ativo-passiva do real?

Nesse momento, seria importante definirmos o conhecimento, pois em termos de linguagem já está claro que esta tem uma função representacional intimamente vinculada à cognição humana enquanto possibilidade de acesso ao conhecimento, no entanto, o que é isso que chamamos “conhecimento”?

Segundo Japiassu & Marcondes (1993, p. 55), por “conhecimento” podemos chamar a:

Função ou ato da vida psíquica tendo por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência. Apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, tendo em vista dominá-los e utilizá-los. O termo “conhecimento” designa tanto a coisa conhecida quanto o ato de conhecer (subjetivo) e o fato de conhecer.

Nessa medida, toda e qualquer coisa que possa se tornar algo útil, sensório, ou mental, é conhecimento, enquanto está em processo de apropriação por parte de algum “sujeito do conhecimento”.

Voltemos a questão que analisávamos antes de adentrarmos à definição de conhecimento para ajustarmos os termos dessa reflexão, isto é, em que medida a linguagem, simultaneamente, se estrutura e é estruturada como substrato do real, ou por outra, é ela mesma o próprio real, definindo assim, o conhecimento e a possibilidade de acessá-lo?

Se levarmos em consideração que a realidade em sua totalidade é objeto passível e contingente do conhecimento, exprimível na medida em que se faz

perceptível empírica e/ ou inteligível, é necessário avaliar a questão cética para compreender o real tal qual ele nos aparece. Vejamos, por exemplo, o caso da linguagem racional e da Filosofia como sua fonte originadora e principal representante. Ora, para Rorty (1994), na linha da Filosofia Analítica, o modo discursivo filosófico nada mais seria que um certo discurso que teve em sua criação, como base funcional e estrutural, a experiência cognitiva helênica “na” e “por meio da” língua grega.

O que a afirmação de Rorty acrescenta a essa reflexão? O filósofo analítico assinala em idioma helênico arcaico e clássico que nas práticas cognitivas e linguísticas tinha como base procedural, em termos de referência cognitiva categorizadora e critério de verdade quanto à realidade, a conceptibilidade, isto é, o sujeito do conhecimento, no exercício do conhecer, adotava o conceito ou ideato como critério, referência e parâmetro de realidade a ser aplicado no objeto do conhecimento, modelando este conforme o conceito pré-experiencial. Tal afirmação quanto a essa prática linguística e cognitiva helênica é bem clara, conforme ressalta Mondolfo (1970, p. 97-120) no que se refere ao poema de Parmênides que critica os que se detêm nos sentidos como fonte e meio para acessar o conhecimento e a realidade em última instância.

Já o movimento sofístico, em especial nos dois representantes, Protágoras e Górgias, inaugurou um novo momento na experiência linguística e cognitiva helênica. Com o deslocamento da referência e critério de verdade da conceptibilidade para a cognoscibilidade, isto é, do conceito como referência e critério de verdade do conhecimento, admitiu-se que a linguagem não era em si e por si a realidade fenomênica, mas apenas uma representação e nessa medida, a linguagem em sua função representadora do real foi tomada pelos sofistas como um caminho mais ou menos possível de se acessar alguma coisa da realidade, contudo, desprovida esta totalmente de concretude fenomênica, pois a cognoscibilidade em si, nada mais seria a partir de então, do que uma interpretação possível e carente de fundamentação reflexiva e crítica para que fosse tomada como critério e instanciação possível disso que é chamado “realidade”. Enquanto isso, a linguagem mais do que nunca seria algo contingente, fluxa, móvel, extremamente instável **e tudo dependeria do foco de visada adotado quanto a ela.**

Com essa tomada de posição pelos helênicos, Rorty (1994) atesta que a Filosofia em si, nada mais é que um modo discursivo da linguagem com um vocabulário

específico fundado no supramencionado fenômeno de linguagem fundado na experiência cognitiva ocular em idioma helênico e que nessa medida, nada mais seria que um produto linguístico psico-socio-cultural helênico quanto a realidade. O que sugere, em última instância, que a Filosofia, a razão e a ciência como modos privados e não universais para a representação da realidade são contingências históricas, “religiosas” e linguísticas que vem se tornando o paradigma existencial ocidental desde a experiência filosófica helênica do século VII a C.

Tudo estaria proceduralmente vinculado à relação linguística necessária de identidade entre o fenômeno e sua representação imagético-proposicional para os helênicos e para nossa cultura, enquanto herdeira da tradição greco-romana. Nessa medida, a Filosofia nada mais seria que um vocabulário técnico desenvolvido pelos helenos com base nos fenômenos linguísticos de seu idioma e nada haveria de concreto, de real, de verdadeiro em tudo o que se fez e se disse sobre esta base psíquica do comportamento representacional da realidade, sendo categorizado por Rorty como uma farsa da tradição filosófica ocidental no que diz respeito ao papel da razão enquanto linguagem que espelharia o real.

Se Rorty estiver correto, sua posição indica que não apenas a Filosofia, mas todo e qualquer modo discursivo racional também é incapaz de “retratar” ou comunicar o conhecimento sobre a realidade e assim, Rorty estaria em consonância com Wittgenstein. Logo, a Filosofia, tal como a História, a Matemática, a Geografia e todos os demais modos discursivos racionais decorrentes da matriz helênica nada mais seriam que modulações da linguagem fundados na experiência ocular grega da linguagem e como tal, não seriam capazes de descrever, nem sequer representar a realidade e o conhecimento delas provenientes. Concordando com Wittgenstein e Rorty há a tradição sofística que remonta a Protágoras e Górgias que vem acentuar os problemas inerentes a questão levantada.

Protágoras de Abdera contribuiu para o entendimento a respeito do tema desse artigo através do seu “homem medida”, como bem demonstra Romeyer-Dherbey (1995, p. 23): “o homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são”, isto é, tendo o homem como vértice cognitivo do processo de categorização do mundo e do real, “por ele” e “para ele” as coisas “são” e “não são” e durante estes estados assim permanecem ou transitam, apenas e somente

enquanto o homem assim os estrutura.

Já Górgias de Leontinos contribuiu para a questão pelo que está implícito em sua “psicacogia” (ROMEYER-DHERBEY, 1995, p. 45) através da qual o homem seria essencialmente passivo a tudo o que recebe de fora, seja através da percepção sensível ou a passividade da alma devido sua abertura à linguagem, o que Górgias chama de “peithó” ou persuasão (Idem, p. 46).

Para Protágoras, o homem teria uma postura ativa perante o real, configurando-o, estruturando-o e o conhecimento seria diretamente proporcional e dependente da ação ativa do homem sobre a realidade, bem como o “eco” desta ação sobre aquela. Para Górgias, ao contrário, o homem seria passivo sensorialmente e em termos de linguagem, isto é, a realidade “invadiria” o homem determinando vegetativamente as percepções decodificadas por ele.

Ora, o que os dois sofistas demonstraram através de suas doutrinas, em última análise, é que existem três vetores envolvidos no problema “cognição, linguagem e conhecimento do real”, a saber, o homem, o real e enlaçando os dois primeiros a linguagem, seja agindo o homem, ativa ou passivamente, o que em nada altera os problemas levantados por Wittgenstein e Rorty, pois em si reforçam o papel da linguagem sensorial, proposicional e/ ou figurativo-imagética como um elemento existente e necessário na relação de conhecimento entre o cognoscente e o real

Neste ponto percebo que surgiu uma possibilidade de compreensão do problema, isto é, no chamado “processo cognitivo humano”, este é um ser da linguagem que está e age na linguagem e “linguajando” conforme conceitua Maturana (2001), o homem estrutura simultaneamente passiva-ativamente o real ato contínuo, o real estrutura e determina o homem como um ser “linguajante”, de maneira simultânea e interativamente regulada pela necessidade, preso às suas possibilidades cognitivas de maneira invariável, conforme se vê em Kant *apud* Teixeira (2000, p. 42):

do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) que no seu livro “Kritik der Reinen Vernunft” [Crítica da Razão Pura], publicado em 1781, sugiria que o problema das relações mente e corpo seria insolúvel. Kant operou uma revolução na filosofia ao afirmar que embora existam objetos reais no mundo só podemos enxergá-los e concebê-los com a forma que nossa mente os vê ou os concebe. Em outras palavras, nossa experiência é inevitavelmente modelada pelo nosso aparelho cognitivo e nunca podemos saber se o mundo é aquilo que se apresenta a nós ou se é algo diferente. O mundo que nosso aparelho cognitivo nos apresenta constitui aquilo que ele chamou de

'limites da experiência possível' (...)

Se é real, o que Teixeira afirma quanto às considerações de Kant a respeito das possibilidades cognitivas da arquitetura de nosso sistema nervoso, invariavelmente, todo e qualquer conhecimento sobre nós ou sobre o mundo real nada mais é do que uma “leitura” possível à nossa experiência e esta é sempre mediata “na” e “pela” linguagem, formatada, possibilitada, estruturada e crível como tal através da linguagem, materializada em suas múltiplas manifestações nos idiomas em especial, que exercem enquanto “sistemas gramaticais”, simultaneamente modeladores e moduláveis pela experiência psico-sócio-cultural de seus usuários nas comunidades e regiões em que são experienciados, desde a tenra idade, como códigos de comunicação e neste processo constroem não apenas conhecimento, mas possibilidades e modos de dizer que mais e mais ampliam as dimensões e “focos de visada” sobre o real e suas realidades, conforme as vivências individual e coletiva dos grupos linguísticos.

A partir de agora é importante analisar os principais aspectos do que os linguistas denominam de “discurso”. Entre os estudiosos da linguagem, permeia um debate relacionado à questão do contexto sócio-histórico e ideológico que influencia a formação do discurso.

Para iniciar essa abordagem, retomamos estudos importantes realizados por um dos maiores pensadores do século XX: Foucault. Suas pesquisas influenciam até hoje os debates acadêmicos em torno do “discurso”. Intelectual francês de renome internacional, considerado por alguns como filósofo, Foucault criou conceitos que ajudaram os analistas do discurso a desvendar um pouco mais o conjunto de forças que influenciam a produção de “enunciados”, as intenções expressas na fala, as influências históricas, as relações de poder que envolvem o discurso, entre outros assuntos. Analisando os estudos de Foucault, observamos que ele expõe suas inquietudes sobre o “discurso”, os propósitos que envolvem a sua formação e se predispõe a compreender como o discurso tem uma “ordem”. No início do livro *A ordem do discurso*, o autor faz alguns questionamentos importantes:

[...] suponho que em toda sociedade a **produção do discurso** é ao mesmo tempo **controlada, selecionada, organizada** e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível

materialidade (FOUCAULT, 2008b, p. 8-9, grifo dos autores).

Nessas colocações, o autor mostra que o discurso é selecionado, controlado, organizado, levando a concluir que o processo da elaboração do discurso deve seguir uma “ordem”. Quem impor essa ordem? Para o autor, os grupos sociais, as instituições, o conjunto das leis, os segmentos políticos e econômicos colaboram para controlar o discurso, para impor-lhe determinada “ordem”. Nesse sentido, as palavras seriam reconhecidas e aceitas socialmente se estivessem dentro de uma determinada “ordem do discurso”.

Foucault (2008b, p. 9-11) afirma que o “discurso” tem três princípios de exclusão: a interdição, a separação e a rejeição. Na interdição, é necessário analisar o contexto em que o discurso é formado, levar em consideração seus aspectos políticos, porque a situação não permite dizer tudo o que se deseja. Não se pode dizer tudo o que se quer, pois o ambiente seleciona os discursos a partir do momento em que se expressa. Se a fala não traduz o que contexto deseja, o indivíduo pode ser considerado “louco”, ou sofrer um processo de desvalorização da própria fala que anularia sua opinião. As interdições também têm uma ligação com o desejo relacionado à sexualidade e com o poder vinculado à política. A separação e a rejeição também são princípios de exclusão importantes e colaboram para a seleção dos discursos “distorcidos”, desqualificando-os.

O autor salienta que a “vontade de verdade” está disseminada na sociedade, que é parte dos sistemas de exclusão que atinge o discurso, como a segregação da loucura e da palavra proibida. Ao se impor, a vontade de verdade ofusca a realidade (FOUCAULT, 2008b, p. 19-20). Os processos de seleção dos discursos dão espaço à hegemonia das “ideologias”. Na sociedade contemporânea, devido à proliferação dos meios de comunicação, fica mais evidente a disseminação de ideias consideradas “verdadeiras”. Vários discursos da mídia atual estão carregados de conteúdos ideológicos que, salvo raras exceções, mostram aquilo que o respectivo veículo de comunicação deseja. Nesse sentido, carregam ideais políticos e ideológicos. A exploração da sexualidade, as críticas esquerdistas ou direitistas, o sensacionalismo de inúmeras edições do “Big Brother” carregam desejos que se materializam em objetivos econômicos e políticos.

Na Idade Média, na ordem do discurso, a referência a um “autor” era indispensável porque era um indicador de verdade. Na atualidade, os “discursos” que

orientam as práticas ideológicas da sociedade encontram-se nos textos literários, religiosos, jurídicos, em estatutos e textos científicos (FOUCAULT, 2008b, p. 22). Esses textos têm certa legitimidade para organizar os “discursos” da sociedade e, por isso, são considerados “discursos verdadeiros”. O autor assevera que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2008b, p. 37). Aqui cabe a seguinte pergunta: o que significa entrar na ordem do discurso? A nosso ver, essa questão é muito importante para compreendermos o que analisamos anteriormente sobre a desqualificação do discurso. Reiteramos a ideia foucaultiana de “loucura”, discurso desqualificado, para observar a profundidade da pergunta. Para estar dentro da “ordem do discurso”, sua elaboração deve ter uma autoria qualificada. No caso de um texto jurídico ou de um texto religioso, seus autores devem ter o reconhecimento de seus pares. O sujeito que não estiver qualificado para falar, está fora da ordem do discurso. Foucault (2008b, p. 40) alerta de “[...] que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredos e de não permutabilidade”.

Avançando sua análise, o autor salienta que os discursos são “práticas descontínuas” que se cruzam, ignoram, ou excluem. Para entendê-los, “é preciso elaborar – fora das filosofias do sujeito e do tempo – uma teoria das sistematicidades descontínuas” (FOUCAULT, 2008b, p. 58-59). Ou seja, se o discurso tem descontinuidades, métodos apropriados deveriam ser elaborados para entender essas variações discursivas.

Compreender a obra de Foucault não é tarefa fácil. Pode-se dizer que o pensador francês passa por algumas fases, talvez uma espécie de aprimoramento intelectual. As problemáticas envolvendo o “discurso” estão presentes, segundo Vasconcellos (2007, p. 11-18)¹, na primeira fase da obra de Foucault. Nessa fase, está uma importante obra intitulada *A arqueologia do saber*. No capítulo que trabalha sobre as “formações discursivas”, Foucault (2008a, p. 35-44) tenta descrever as relações existentes entre os enunciados.

O filósofo-linguista desenvolve hipóteses para comprovar a presença dos vários enunciados que perpassam a sociedade. Em sua primeira hipótese, afirma que os

¹ Sobre as fases da obra de Michel Foucault, encontra-se uma breve exposição em Vasconcellos (2007, p. 11-18).

enunciados estão dispersos no tempo e têm formas variadas que compõem um “conjunto quando se referem a um único objeto” (FOUCAULT, 2008a, p. 36). Isso comprova que o conjunto dos enunciados que se produzem em uma sociedade, em determinado momento histórico, pode estar relacionado a um objeto. Cita, por exemplo, que os diversos enunciados relacionados à psicopatologia referem-se a um único objeto que seria a “loucura”. Nesse aspecto, uma das problemáticas que o autor levanta é a seguinte: “a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam e não pela permanência e singularidade de um objeto” (FOUCAULT, 2008a, p. 37). Observa-se, nessa colocação, a complexidade do pensamento foucaultiano. Parece que os discursos se cruzam nas sociedades, num processo de integração, em constante formação, ora se complementando, ora se contradizendo. O contexto histórico-social é formado por vários conjuntos de “formações discursivas”, sendo relevante analisar que, para definir um conjunto desses enunciados, teria de descrever-se as dispersões dos objetos, medir distâncias entre eles, ou seja, formular uma específica lei de repartição. Nesse sentido, como já citado, o discurso é “descontínuo” e não tem singularidade.

Outra hipótese teria o objetivo de “definir um grupo de relações entre enunciados: sua forma e seu tipo de encadeamento” (FOUCAULT, 2008a, p. 37-39). O autor faz um apanhado sobre a construção dos discursos em torno da medicina a partir do século XIX. A medicina não se constituiria mais como conjunto de receitas heterogêneas, de tradições, mas como um *corpus* de conhecimentos prontos para diagnosticar os enfermos, configurando-se como uma série de enunciados descritivos, ou melhor, um conjunto de descrições. De forma resumida, para compreender os enunciados que envolvem a medicina, é preciso observar sua dispersão na sociedade, pois eles se apoiam uns nos outros, transformam-se, ao mesmo tempo que se excluem.

Na terceira hipótese, Foucault faz críticas às análises da linguagem, aos fatos gramaticais, à ordem sintática, que, até o século XVIII, colaboravam para explicar os conceitos, os significados das palavras, que poderiam se integrar à gramática de Port-Royal. Para o autor, os enunciados devem ser estudados dentro de aparecimentos, emergências simultâneas, incompatibilidades. A nosso ver, daí resulta a dificuldade em compreender os enunciados, que são compostos por “formações discursivas” que se entrelaçam no jogo social de disputas de poder, ou talvez de disputas políticas e

ideológicas em determinado contexto histórico.

A última hipótese resulta em explicar as formas unitárias sob as quais os enunciados se apresentam. Para isso, o autor faz algumas considerações. Se o discurso é disperso, se faz parte de um conjunto de dizeres complexos de se entender, porém que tem um mesmo objeto, como identificar uma “formação discursiva”? Talvez, aqui, o autor apresente mais problemas do que soluções ao levantar polêmicas sobre o “discurso”. O fato é que, para Foucault, se se levar em consideração que os enunciados estão dispersos, entretanto se identificam, que parecem ter o mesmo “tom” de opiniões, o mesmo jeito de explicar as coisas, podem-se levantar estratégias mais coerentes para analisar o discurso, aqui denominado de “formações discursivas”. Essas estratégias levam em consideração o “sistema de dispersão”, característico do discurso (FOUCAULT, 2008a, p. 40-44).

Para concluir, o autor define “formação discursiva”. Afirma que, se for observada certa regularidade, certa ordem ou correlação em um determinado número de enunciados, em um sistema de dispersão, está-se diante de uma “formação discursiva” (FOUCAULT, 2008a, p. 43). Essa conclusão parece ser uma das mais importantes para entender o conceito de “formação discursiva”. Para o autor, mesmo dentro da “dispersão”, das variedades de discursos, podemos encontrar certa “regularidade” de opiniões, de posicionamentos científicos, políticos, entre outros. Essa “regularidade” caracteriza a “formação discursiva”.

O conceito de formação discursiva é um dos mais importantes quando se analisa o discurso, porém encontram-se certas dúvidas entre o entendimento de “formação discursiva” e “enunciado”. Por isso, expomos algumas ideias de Gregolin (2007), que é considerada uma das mais importantes pesquisadoras do Brasil quando o assunto é a compreensão da vertente foucaultiana que analisa o “discurso”.

Gregolin (2007, p. 91), em análise da obra *Arqueologia do saber*, salienta que “é um livro de explicação teórico-metodológica”, em que Foucault faz uma autocritica de obras publicadas anteriormente, além de desenvolver conceitos como o de “práticas discursivas”, aproximando-se da chamada “nova história” de linha francesa. Não aprofundaremos todos os conceitos explorados por Gregolin. Limitaremos em analisar alguns deles a partir de seu livro *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. A autora faz um apanhado de conceitos que “estão na base da proposta

foucaultiana para a análise do discurso” (GREGOLIN, 2007, p. 94), como “descontinuidade”, “acontecimento discursivo”, “enunciado” etc. Esse não é o objetivo principal de seu livro, pois a autora remonta as bases históricas da AD e os embates polêmicos entre Foucault e Pêcheux.

Aqui serve a análise do capítulo *O discurso, o sujeito e a história de Arqueologia do saber* (GREGOLIN, 2007, p. 91-103). Procuramos aprofundar o que consideramos uma prioridade: a diferença entre “formação discursiva” e “enunciado”. Como existem pesquisas e teorias que emitem várias opiniões, esses dois conceitos acabam, às vezes, sendo confundidos. Além disso, são conceitos básicos para compreender o “discurso”.

Analisando Foucault, Gregolin (2007, p. 95-96) salienta que

O que torna uma frase, uma proposição, um ato de fala em um enunciado é justamente a ‘função enunciativa’: o fato de ele ser produzido por um **sujeito** em um lugar institucional, **determinado por regras sócio-históricas** que definem e possibilitam que ele seja enunciado (grifo dos autores).

Na citação, a autora diz que “enunciado” não é somente o “ato de falar” a “frase”, mas a fala situada em um lugar e em um contexto histórico. Ou melhor, pode-se dizer que, em determinado momento histórico, a posição ou o local em que o sujeito se encontra, sua fala deve ser regulada. Por isso Gregolin dá ênfase às “regras sócio-históricas”.

Outro conceito exposto é a “função enunciativa”. Segundo a autora, Foucault entende “enunciado” como uma “função”: “trata-se de descrever o exercício da ‘função enunciativa’, suas condições, suas regras de controle [...], pois entre o enunciado e o que ele anuncia não há apenas uma relação gramatical, lógica ou semântica” (GREGOLIN, 2007, p. 96). Existe uma relação com os sujeitos, com a história, que envolve a materialidade dos enunciados.

A partir dessas reflexões, a autora avança sua análise e aprofunda o conceito de “formação discursiva”. Diz que o que Foucault “descreve como ‘formação discursiva’ constitui grupos de enunciados, isto é, um conjunto de performances verbais que estão ligados no nível dos enunciados” (GREGOLIN, 2007, p. 97). E conclui que,

Pensando discurso como esse conjunto de enunciados, e os enunciados como performances verbais em função enunciativa, o conceito foucaultiano de **discurso** pressupõe, necessariamente,

Revista Litteris -Número 10 - Ano 4

www.revistalitteris.com.br

a ideia de ‘prática’. [...] com a ideia de ‘prática discursiva’, Foucault propõe uma análise que persiga a movimentação dos enunciados, sua movência nos atos praticados por sujeitos historicamente situados (GREGOLIN, 2007, p. 101-102, grifo da autora).

Ao analisar os conceitos foucaultianos, temos a impressão de que estão interligados a outros, por esse motivo achamos prudente não estender esse debate. A preocupação de Foucault em dar base aos seus argumentos levou-o a criar conceitos mais consistentes para compreender o “discurso”. Existe, de acordo com Gregolin (2007, p. 91-93), a preocupação em rever constantemente suas colocações.

A vertente foucaultiana é uma das mais importantes para analisar o discurso. A outra vertente é a bakhtiniana. O fundador desta última foi Bakhtin, estudioso que introduziu conceitos como “dialogismo”, “polifonia”, “discurso”, “enunciado/enunciação”, “gêneros do discurso”, entre outros, que acabaram revolucionando os estudos linguísticos. Achamos oportuno desenvolver algumas reflexões de Bakhtin que causaram questionamentos e inquietações na época que foram publicadas, que colaboram para um entendimento profícuo sobre “discurso”. De formação marxista, Bakhtin formulou a tese de que os socialistas devem fazer uma revolução do proletariado a partir da linguagem, que disseminaria a teoria marxista e uniria o operariado.

Em seu livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (1979) observa que o “discurso” é composto por “vozes” já ditas, que, ao serem pronunciadas, recebem roupagens diferentes. Não existe algo novo no discurso, a não ser a repetição de discursos anteriores, carregada de influências ideológicas e sociais. Bakhtin afirma que o discurso é uma construção social e ideológica. Por sua vez, a ideologia é determinada por fatores sociológicos. A influência do contexto social é predominante na elaboração de sistemas ideológicos. O autor assevera que

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia (BAKHTIN, 1979, p. 105).

A questão da “ideologia do cotidiano”, para o autor, é complexa de analisar. Considerando os aspectos sociológicos, Bakhtin afirma que a “ideologia do cotidiano”

pode significar o mesmo que “psicologia social”. As experiências do mundo exterior e as ideologias que permeiam o contexto sócio-histórico colaboram para a formação do próprio indivíduo. Segundo o autor, a ideologia do cotidiano “constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos e gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN, 1979, p. 104). A ideologia do cotidiano influencia as práticas sociais e os pensamentos dos indivíduos, daí a razão de Bakhtin preocupar-se em entender o processo de absorção de ideias que perpassam o contexto social. Compreender o cotidiano do indivíduo ajuda a entender a sociedade.

Perseguido por suas ideias revolucionárias que, em grande parte, foram elaboradas entre duas guerras mundiais e, concomitante, ao período stalinista², Bakhtin recebeu várias críticas, por parte de filósofos contemporâneos, por defender a tese de uma filosofia voltada para o estudo da língua, em detrimento dos clássicos debates em torno da ética e da moral. É inegável sua contribuição sobre estudos da linguagem que levam em consideração o contexto social em seus aspectos histórico e ideológico.

A língua se forma em uma dinâmica social e econômica de convivência na comunidade, em que forças ideológicas agem para defender os interesses de seus pares. Nesse sentido, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1979, p. 81). O autor afirma que “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 1979, p. 17). O autor explora o conceito de “signo”, que são “objetos naturais, específicos, e [...] todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades” (BAKHTIN, 1979, p. 18). O signo é um fenômeno do mundo exterior, uma construção histórico-social, ou a “forma linguística” (BAKHTIN, 1979, p. 79), que se transforma conforme os interesses ideológicos das classes sociais que estão em constante luta.

Complementando essa discussão sobre a proposta bakhtiniana, o discurso tem diferenças que podem ser levadas em conta ao estudá-lo. Por exemplo, o discurso literário é diferente do discurso judicial e do político. Enquanto o primeiro é mais livre

² Período entre 1928 e 1953, em que o ditador Josef Stálin esteve no poder na ex-URSS impondo seus interesses e combatendo opositores políticos. Sobre o contexto histórico do século XX, recomenda-se Hobsbawm (1995).

para se manifestar, talvez no sentido de exprimir emoções e pensamentos, o segundo ou o terceiro têm uma maior preocupação com sua própria autenticidade. O autor salienta que é “importante determinar o peso específico do discurso retórico, do judicial ou do político na consciência linguística de um grupo social numa determinada época” (BAKHTIN, 1979, p. 139). Compreender o discurso, levando em consideração o contexto sócio-histórico e ideológico, seria de grande relevância a partir do momento em que a fala muda, os sentidos das palavras mudam, conforme o tempo vai passando.

Conclui-se, com Bakhtin, que tudo o que se diz nada mais é que a manifestação das ideologias sociais. O discurso individual não tem nada de original ou de novo, é apenas resultado de discursos já proferidos.

Uma análise que colabora para refletir sobre as ideias trabalhadas em *Marxismo e filosofia da linguagem* é a apresentada por Brait, que é uma das maiores referências no Brasil dentro da corrente bakhtiniana. Brait (1997, p. 98-99) expõe que

As formas de representação e de transmissão do discurso de outrem, parte integrante constitutiva, de qualquer discurso, quer essa heterogeneidade seja marcada, mostrada ou não, bem como a natureza social e não individual das variações estilísticas, configuram em **Marxismo e filosofia da linguagem** um momento de formalização da possibilidade de estudar o discurso, isto é, não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa, entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se nas e pelas interações entre sujeitos (grifo da autora).

Por meio dessa passagem, pode-se comprovar que o discurso se forma no “social”, no “contexto”. É na interação entre sujeitos inseridos em determinada sociedade, tendo influências políticas, ideológicas, culturais, que o discurso deve ser estudado.

A questão dos discursos que já foram ditos e a influência na formação de outros discursos ocuparam as preocupações de Bakhtin em outra obra intitulada *Estética da criação verbal*. Nessa obra, o autor aborda vários conceitos. Entre eles, destaca-se o conceito de “dialogismo” existente nos enunciados dos textos literários, produções científicas, discursos políticos, nas falas dos sujeitos etc. Também traz o conceito de “gêneros do discurso”, dizendo que “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 279). Ou seja, os

gêneros do discurso são formas típicas dos enunciados, formas da língua, “formas de enunciados relativamente estáveis e normativos” (BAKNTIN, 1997, p. 301-302). Bakhtin traz as bases para explicar o “dialogismo”.

Segundo o filósofo, os gêneros do discurso se dividem em “primários” (simples: linguagem familiar, cotidiana, linguagem das reuniões sociais etc.) e “secundários” (complexo: discurso ideológico, romance, discurso científico, teatro etc.). Nessa inter-relação entre ambos, unidos à formação histórica dos gêneros secundários, esclarece-se a natureza do enunciado, o problema das ideologias, das visões de mundo etc. O autor salienta que enunciado é uma “unidade real da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 282-287). Cada enunciado funciona como “um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 291). Observarmos nas falas dos sujeitos uma relação dialógica, que é o dialogismo no processo de comunicação. O autor complementa que

As tonalidades dialógicas preenchem um enunciado e devemos levá-las em conta se quisermos compreender até o fim o estilo do enunciado. Pois nosso próprio pensamento – nos âmbitos da filosofia, das ciências, das artes – nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento (BAKHTIN, 1997, p. 317).

Em outras palavras, o modo como se pensa influencia em a comunicação verbal, pois pensamentos, conclusões sobre a cultura, a sociedade, a política, a religião são expressos por meio da linguagem. Como somos frutos de um processo histórico em constante interação com o “outro”, sendo este “outro” um sujeito ou a sociedade em que vivemos, esse contato faz com que apreendamos informações que colaboram para a formação individual, do caráter, da personalidade. Seria, talvez, nessa perspectiva, nesse diálogo constante com o “outro”, segundo o autor, que incorporamos “outras falas”, “outros dizeres” que começam a fazer parte do nosso próprio discurso. Essa inter-relação entre os discursos caracteriza o “dialogismo”. Por isso, não existe nesse processo um “discurso original”, um “Adão mítico”, pois um “locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” (BAKHTIN, 1997, p. 319).

A maioria dos estudiosos da linguagem entende a “enunciação” como o

contexto sócio-histórico e ideológico em que o “enunciado” é gerado³. Essa concepção se deve, em parte, à influência da vertente bakhtiniana. Sabendo que enunciado e enunciação servem de base para a compreensão do “discurso”, retornemos a Bakhtin para levantar uma questão importante: o que é discurso? Bakhtin (1997, p. 292-293) esclarece que

A vaga palavra ‘discurso’ que se refere indiferentemente à língua, ao processo da fala, ao enunciado, a uma sequência (de comprimento variável) de enunciados, a um gênero preciso do discurso, etc., esta palavra, até agora, não foi transformada pelos linguistas num termo rigorosamente definido e de significação restrita [...].

O que se extrai das colocações do autor é que os estudos dos “gêneros discursivos” têm grande importância para um entendimento mais apurado da complexidade que envolve o “discurso”. Estudá-lo não é tarefa simples, existe a necessidade de uma análise profunda, árdua, em que a mera interpretação gramatical não serve para compreendê-lo. A partir do momento que se leva em consideração o “contexto” em que é produzido, caminha-se para um procedimento coerente de compreensão do discurso. É importante frisar que Bakhtin escreveu a maioria de seus textos durante a primeira metade do século XX, período em que foi perseguido por seus posicionamentos, como já foi citado, e num momento em que não existia toda gama de informações e estudos sobre o discurso que se tem atualmente. Mesmo assim suas ideias foram inovadoras e influenciam pesquisadores e estudiosos até hoje.

Após a discussão de conceitos como enunciado, dialogismo e as polêmicas que envolvem o discurso dentro da perspectiva bakhtiniana, trabalharemos o conceito de “polifonia”. Como o foco deste estudo é o “discurso”, é necessário diferenciar “dialogismo” de “polifonia”, apesar de um estar relacionado a outro. Aqui, especificamente, não nos aprofundaremos nessa diferenciação, somente faremos uma breve explicação desses conceitos que fazem parte da base do pensamento de Bakhtin para compreender os enunciados, os discursos.

Um autor que sintetiza de forma fundamentada o pensamento bakhtiniano em relação ao conceito de “polifonia” é Bezerra. Segundo ele, a polifonia “se define pela convivência e pela interação [...] de uma multiplicidade de vozes e consciências

³ Para aprofundar os estudos dos conceitos “enunciado” e “enunciação”, recomendamos a leitura do capítulo *Enunciado/enunciado concreto/enunciação*, escritos por Beth Brait e Rosineide de Melo, em Brait (2007).

independentes e imiscíveis” (BEZERRA, 2007, p. 194-198). Quando se observa que, em um discurso, existem inúmeras “vozes” que acabam se manifestando, às vezes, incorporando o próprio discurso, tem-se a polifonia. A partir disso, pode-se diferenciar dialogismo de polifonia. Uma autora que colabora para compreender esse assunto é Barros (2001, p. 36), que distingue

[...] **dialogismo e polifonia**, reservando o termo dialogismo para o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso e empregando a palavra polifonia para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixar ver, aquele em que são percebidas muitas vozes (grifo nosso)

Esses dois conceitos, às vezes, se confundem. Debates entre os analistas do discurso acaloram-se em torno de suas definições. Não entraremos nessas discussões. Consideramos pertinente retornar os debates sobre o conceito de “discurso”.

Para Fernandes (2008, p. 12), o discurso não pode ser a crença que nos remete aos discursos políticos, a uma frase bem dita, ou à retórica, pois é algo mais complexo do que nos afirma o senso comum. O discurso não é a linguagem em si, entretanto necessita dela para se materializar, para se tornar real, por isso está relacionado com o “social”, com a “exterioridade” da língua e envolve várias questões de natureza não linguísticas, por exemplo, os aspectos ideológicos que estão presentes nas palavras. Os sentidos que as palavras produzem modificam-se conforme o contexto ideológico dos sujeitos que as produzem (FERNANDES, 2008, p. 13-14).

E complementa que “o social e o ideológico que possibilitam falar em discursos, assim como o discurso, têm existência na História. Os discursos devem ser pensados em seus processos histórico-sociais de constituição” (FERNANDES, 2008, p. 17). O autor reitera que o discurso tem existência na “exterioridade do linguístico”, em seu contexto social e sofre influência dos aspectos históricos e ideológicos em que foi produzido. Pode-se afirmar que as colocações de Fernandes vêm ao encontro das análises de Bakhtin e Foucault, pois consideram que o discurso tem sentidos, quando contextualizado, inserido em uma determinada sociedade que tem sua própria cultura, seus costumes, seu jeito específico de se comunicar. Ao descontextualizar o discurso, pode até inverter o sentido do mesmo, dificultando sua compreensão.

Em Orlandi (2007), também se encontram algumas discussões relacionadas à compreensão do discurso. A autora explica que a Análise do Discurso é uma disciplina

que utiliza outras áreas do conhecimento, como a história (marxismo), a psicanálise e a linguística, para compreender o contexto social, a “exterioridade”, em que o discurso foi produzido. Levando em consideração que o discurso é uma prática de linguagem, a autora defende que “ideologia” e “discurso” estão relacionados. Salienta que a materialidade da ideologia é o “discurso”, que por sua vez tem sua materialidade expressada na língua. É como se a ideologia se ligasse ao discurso e o discurso, à língua. Nesse sentido, ocorre a “relação língua-discurso-ideologia” (ORLANDI, 2007, p. 17).

Retomando Pêucheux, a autora diz que o discurso existe porque temos um sujeito que é inerente à ideologia. Não existe discurso sem sujeito e, automaticamente, não pode existir um sujeito sem ideologias. E conclui que “discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 21). Assim, o discurso se constitui no processo do ato de falar, na interação entre locutores, e, quando inseridas em determinado contexto histórico ou sociedade, as palavras assumem sentidos ou efeitos de sentidos diferentes.

Nessa medida, o que podemos dizer a respeito da cognição, linguagem, discurso e o **conhecimento do real** quanto ao ceticismo, por exemplo?

A despeito das importantes observações de Wittgenstein e Rorty, as escolas continuam a ensinar conhecimentos no modo discursivo racional com variáveis de visada das disciplinas instituídas e a arte, deslindando-se daquele permite ao homem decodificar figurada e/ ou mitologicamente outros aspectos do real, enquanto as pessoas acessam e representam conhecimentos e à despeito das diversas limitações linguísticas ou idiomáticas, os idiomas se mantêm operacionais e tendo como base as tradicionais estruturas cognoscíveis e/ ou conceptíveis assinalados pela primeira vez através das reflexões dos primeiros filósofos gregos.

Nesse particular, creio ser oportuna a lembrança de que a inteligibilidade como função psíquica do homem, não deve ser encarada apenas como um subproduto de uma criação cultural arcaica, como a mente e tudo o mais relacionado a ela, mas deve ser estudada e compreendida em sua maleabilidade linguística de maneira a apresentar à reflexão crítica, os recursos de linguagem acessíveis à cognição humana em seu eterno caleidoscópio estruturador de possibilidades e formas de vida na modelagem e interação com o real, visceralmente humano no qual interagimos.

Em relação ao discurso pode-se concluir que se constitui na “exterioridade”, na

sociedade levando em consideração a cultura, o contexto histórico e ideológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, M. V. de . “Da Teoria pictórica aos jogos de linguagem” in ALENCAR, M. V. de (Coord. Geral) . “Discutindo Filosofia” . primeira edição . São Paulo: Escala Educacional, 2012, nº 9, pp. 46-49.

BAKHTIN, M. “Estética da criação verbal” . Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira . segunda edição . São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. (Voloshinov). “Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem” . primeira edição . São Paulo: Hucitec, 1979.

BEZERRA, P. “Polifonia” in: BRAIT, Beth (Org.). “Bakhtin: conceitos-chaves” . quarta edição . São Paulo: Contexto, 2007.

BRAIT, B. “Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem” . in: BRAIT, B. (Org.) . “Bakhtin, dialogismo e construção do sentido” . quarta edição . Campinas: Unicamp, 1997.

CALVIN, W. H. “Como o Cérebro Pensa: a evolução da inteligência, ontem e hoje” . primeira edição . Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

CUNHA, C. & CINTRA, L. “Nova Gramática do Português Contemporâneo” . primeira edição . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERNANDES, C. A. “Análise do discurso: reflexões introdutórias” . primeira edição . São Carlos: Claraluz, 2008.

FORGUS, R. H. “Percepção: o processo básico do desenvolvimento cognitivo” . tradução do inglês de Jonatan Guedes . primeira edição . São Paulo e Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1971.

FOUCAULT, M. . “A arqueologia do saber” . tradução feita do francês por Luiz F. B. Neves . sétima edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. “A ordem do discurso” . Tradução feita do Fraga de Almeida Sampaio . décima sexta edição . São Paulo: Loyola, 2008b.

GREGOLIN, M. do R. V. “Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos” . terceira edição . São Paulo: Claraluz, 2007.

JAPIASSU, H. & Marcondes, D. “Dicionário Básico de Filosofia” . terceira edição . Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

KENDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H. & JESSEL, T. M. “Fundamentos da Neurociência e do Comportamento” . quinta edição . tradução do inglês por Manole Cunha Cintra . Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2000.

KOCH, I. G. V. “Argumentação e Linguagem” . décima terceira edição . São Paulo: Cortez, 2000.

MARCONDES, D. “Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein” . terceira edição . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MARITAIN, J. “A Ordem dos Conceitos: lógica menor” . tradução de Ilza das Neves . décima . terceira edição . São Paulo: Agir, 1973.

MATURANA, H. R. “Cognição, Ciência e Vida Cotidiana” . primeira edição . Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MONDOLFO, R. “O Homem na Cultura Antiga: a compreensão do sujeito humano na cultura antiga” . primeira edição . São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ORLANDI, E. P. “Análise de discurso: princípios e procedimentos” . sétima edição. Campinas: Pontes, 2007.

PIAGET, J. “Biologia e Conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações e os processos cognoscitivos” . primeira edição . Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. “A Construção do Real na Criança” . São Paulo: Ática, 2001.

PONTY, M. M. “O Primado da Percepção e suas Consequências Filosóficas” . primeira edição . Campinas: Papirus, 1990.

ROMEYER-DHERBEY, G. “Os Sofistas” . tradução de José Amado . Lisboa: Edições 70, 1970.

RORTY, R. “A Filosofia e o Espelho da Natureza” . tradução do inglês de Marcos Casanova . terceira edição . Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

STERNBERG, R. “Psicologia Cognitiva” . Porto Alegre: Artmed, 2000.

TEIXEIRA, J. de F. “Mente, Cérebro e Cognição” . Petrópolis: Vozes, 2000.

VASCONCELLOS, J. “Foucault, pensador do presente”. *in* Queiroz, A.; CRUZ, N. V. (Org.) . “Foucault hoje?” . primeira edição . Rio de Janeiro: Letras, 2007.

VYGOTSKY, L. S. “A Formação Social da Mente” . São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SUBMISSÃO X RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL PELA MONOFONIA

Fernanda Isabel Bitazi

(Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil)¹

216

Resumo: Com o presente artigo, pretendemos demonstrar que parte da formação identitária brasileira parece ter sido construída, e ainda parece construir-se, a partir da monofonia. Isso significa que a *submissão* frente ao estrangeiro é o discurso que predomina em determinados textos que abordam tal questão identitária e, em outros, é a sua voz discursiva antagônica, a *resistência*, que se afirma, abafando sua alteridade, o mesmo ocorrendo com os discursos da *superioridade* e da *inferioridade*.

Palavras-chave: alteridade; dialogismo; discurso; identidade; monofonia.

Abstract: This paper is intended to demonstrate that part of Brazilian identity formation seems to have been built, and is still built through monophony. This means that *submission* to foreign is the predominant discourse in certain texts that approach identity issues, while others affirm its antagonistic discursive voice, *resistance*, suffocating alterity. The same happens in *superiority* and *inferiority* discourses.

Keywords: alterity; dialogism; discourse; identity; monophony.

A discussão já pressuposta pelo título deste artigo partirá da sucinta descrição que faremos de uma notícia, aparentemente banal, publicada no “Yahoo Notícias” para, logo a seguir, ser desenvolvida com maior rigor teórico e reflexivo. Trata-se, segundo destaca a referida notícia, da confirmação de que a cantora norte-americana “Madonna fará shows no Brasil” no ano de 2012, mesmo seu último trabalho tendo registrado uma queda de “88% em sua segunda semana de vendas”. Acontece que, para nossa discussão, mais do que essas informações, importam os comentários que, comumente, os internautas publicam após qualquer notícia veiculada pelo “Yahoo Notícias”. Dentre eles, destacamos apenas dois: 1) “Os brasileiros burros entram em ecstasy... Mais uma pra levar o nosso dinheiro seus idiotas... abram a cabeça! O trem já tá feio demais por

¹ Doutoranda pelo programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e membro do grupo de pesquisa “Intermídia: Estudos sobre a Intermedialidade”, liderado por Claus Herbert Clüver e por Thaís Flores Nogueira Diniz, ambos da UFMG; E-mail: fernanda_bitazi@yahoo.com.br; Endereço Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9024961769650673>>.

aqui pra ficarem xuxando dinheiro em gringo”; 2) “sim, agora que tá velha vem para o paraíso do ‘qualquer coisa do exterior é lindo’”².

Esses comentários por nós selecionados fazem parte de um rol de outros enunciados constitutivos do discurso fundador da brasilidade, os quais “ecoam [...] e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica” (ORLANDI, 2003, p. 12). Dessa maneira, também nos comentários à referida notícia, chocam-se discursos antagônicos que fazem parte da formação da identidade brasileira desde o período colonial e que ainda continuam a se engalfinharem na contemporaneidade seja com maior ou menor força. No primeiro comentário, os discursos *submissão* e *resistência* travam uma luta em que este se *sobressai* em relação àquele, na medida em que o produtor do enunciado incita seus interlocutores a se posicionarem contra a reverência da cultura nacional perante a cultura estrangeira. Já no segundo enunciado, ademais de se verificar a preponderância da *submissão* sobre a *resistência*, nota-se um embate entre os discursos da *superioridade* e da *inferioridade*, sendo que este se *sobressai*, uma vez que o enunciador faz menção ao Brasil, sua pátria, como o país que menospreza a própria cultura para valorizar a cultura estrangeira.

Demos ênfase ao termo “sobressair”, porque parte de nossa formação identitária parece ter sido construída, e ainda parece construir-se, a partir de uma certa alternância de posicionamento entre os vários discursos que a constituem. Isso significa que, na formação da identidade brasileira, um de seus discursos pode ter, em um momento, *maior relevo*, *maior destaque* do que os demais discursos que, com ele, estão em constante conflito, para, em outro momento, perder esse estatuto de prevalência. Assim, por vezes, a *submissão* frente ao estrangeiro é o discurso que predomina em determinados textos, e em outros, é a sua voz discursiva antagônica, a *resistência*, que se afirma, abafando sua alteridade, o mesmo ocorrendo com os discursos da *superioridade* e da *inferioridade*. Considerando, pois, essa dominância de um discurso sobre os demais, ainda que isso ocorra de forma alternada, podemos afirmar que grande parte dos enunciados – não só os comentários de sites, mas também as canções, os poemas, pinturas, etc. – que tratam dessa formação identitária nacional brasileira são produzidos por meio da monofonia, estratégia discursiva que, segundo Bakhtin (2008,

² Disponível em: <<http://br.omg.yahoo.com/noticias/confirmado-madonna-far%C3%A1-shows-brasil-100000057.html>>. Acesso em: 14 maio 2005, as 18:32.

p. 17), “se constrói como o todo de uma consciência que assumiu, em forma objetificada, outras consciências [...]”.

A princípio, a expressão “monofônico”, cunhada por Bakhtin (2008, p. 4, grifos do autor) em oposição aos discursos polifônicos – nos quais se verifica a “*multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis*” em relação ao enunciador – poderia nos fazer supor um conflito seu com o dialogismo. Essa aparente oposição adviria do fato de o radical “mono” significar “um só”, portanto, “uma só voz”, e do dialogismo pressupor, no mínimo, uma interação entre duas vozes:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. [...] Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (BAKHTIN, 2010, p. 88).

No entanto, se, de acordo com as afirmações do teórico russo, a monofonia corresponde a uma única consciência que objetifica “outras consciências”, então ela também é dialógica, pois uma voz, ao encontrar-se com o “discurso de outrem”, trava com ele uma “interação viva e tensa” para, por fim, abafar-lhe a voz. Assim sendo, como afirma Bezerra (2005, p. 191), ao reinterpretar as concepções bakhtinianas de monofonia e polifonia, à “categoria de monológico estão associados os conceitos de [...] autoritarismo, acabamento; à categoria de polifônico, os conceitos de realidade em formação, inconclusibilidade, não cabamento (sic)”.

No caso dos dois comentários tecidos em resposta à notícia que veiculou a vinda de Madonna ao Brasil em 2012, pudemos observar que ambos foram produzidos por meio da monofonia, pois, neles, nota-se a existência não de um único discurso, mas sim a *prevalência* de uma única voz: no primeiro comentário, o discurso da resistência predomina e, no segundo, os da submissão e da inferioridade. Essa postura monofônica de enunciar, alternadamente, a predominância ora de um discurso ora de outro parece acompanhar a própria história da formação identitária brasileira desde sua fundação até os dias atuais: pensemos, por exemplo, na colonização portuguesa, nos movimentos nativistas de contestação a essa colonização, na ainda que forjada independência do Brasil e, mais contemporaneamente, na influência sócio-econômica e cultural norte-americana. Trata-se, ao que parece, de uma identidade pendular, cujos polos são constituídos monofonicamente: tal identidade nacional ora se faz respeitar perante o

outro, no sentido de se conferir autoridade, ora se configura como uma cultura desautorizada, desabonada diante desse outro.

E se, ao que parece, grande parte dos enunciados que constituem o discurso identitário nacional brasileiro parece ser majoritariamente conclusivo, então muitos dos discursos artísticos³ que também fazem parte dessa trajetória identitária tendem a ser monofônicos. É o que vamos verificar no poema “Papo de índio” (1971), de Chacal, e na instalação “Redescoberta do Brasil” (2004), do artista plástico Nelson Leirner, obras artísticas estas que, juntamente com outros discursos, sejam estes artísticos ou não, ajudam a compor o discurso fundador da brasilidade. Iniciemos com o poema:

Papo de Índio

Veiu uns ômi di saia preta
cheiu di caixinha e pó branco
qui eles disserum qui chamava açucrí
aí eles falarum e nós fechamu a cara
depois eles arrepitirum e nós fechamu o corpo
aí eles insistirum e nós comemu eles (CHACAL, 2007, p. 361).

Como o próprio título já sugere, a voz enunciativa desse poema é a dos índios, cujo *ethos* se caracteriza pela *resistência* ao aliciamento de uma alteridade até então deles desconhecida: o fato de os jesuítas terem sido designados por essa voz mediante o sintagma “uns ômi de saia preta” joga a cena enunciativa para os primórdios da colonização portuguesa, momento em que se deram os primeiros contatos entre brancos portugueses e gentios brasileiros, isto é, entre povos que não se conheciam e que, por conseguinte, se estranharam a princípio. No texto em questão, o que está evidente é o estranhamento dos índios em relação à sua alteridade: são eles que afirmam terem fechado a cara (“fechamu a cara”) e, depois, fechado o corpo (“fechamu o corpo”) para as várias tentativas daqueles “ômi” em deles se aproximar, oferecendo-lhes um produto desconhecido – um tal “pó branco” chamado “açucrí” –, mas que julgavam sedutor e, portanto, eficaz para se aproximar dos nativos. Tais tentativas, aliás, foram tão insistentemente executadas pelos jesuítas, que acabaram por incomodar e, por conseguinte, incitar os gentios a praticar a antropofagia (“nós comemu eles”).

³ Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ao diferenciar a monofonia da polifonia, Bakhtin contrapõe os universos artísticos construídos por Tolstói e Dostoiévski: enquanto o universo deste é polifônico o daquele é monofônico.

Essa enfática atitude de recusa dos indígenas, que aparece metaforizada no mundo textual que estamos analisando, pode representar a resistência nativa perante a “tarefa missionária” dos jesuítas – e, por extensão, da metrópole portuguesa – de “proteger, ou seja, assujeitar o índio” (ORLANDI, 2003, p. 18), opondo-se, inclusive, à ideia, posterior à colonização, de uma espécie de docilidade inata aos gentios. Aliás, a obra *Diálogo sobre a conversão do gentio*, do padre Manoel da Nóbrega (2006, p. 2), não deixa dúvidas do quanto essa docilidade não era inerente aos índios: “[...] alguns Padres [...] vinhão cuidando de converter a todo Brasil em huma hora, e vem-se que não podem converter hum em hum anno por sua rudeza e bestialidade”⁴.

Enfim, o que constatamos, até o momento, é que, para enunciar o discurso da *resistência* da identidade brasileira em “Papo de índio”, o autor-criador⁵, mais do que simplesmente se valer de palavras escritas organizadas em versos, remeteu-as à sua exterioridade, pois:

O discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre seu objeto: se nos desviamos completamente desta orientação, então, sobrarão em nossos braços seu cadáver nu a partir do qual nada saberemos, nem de sua posição social, nem seu destino (BAKHTIN, 2010, p. 99).

A exterioridade mais latente no poema é a que concerne aos acontecimentos da colonização portuguesa em solo brasileiro, mais especificamente, à catequização indígena. No entanto, considerando que esse texto foi elaborado por Chacal no ano de 1971 – ano que integra o período de repressão no Brasil conhecido como Anos de Chumbo –, podemos afirmar que o autor-criador também remeteu os versos do poema a seu contexto mais imediato de produção, fazendo, pois, deles emanar o discurso da resistência não só à ditadura militar, mas também às normas literárias vigentes. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, muitos poemas produzidos nesse período dos Anos de Chumbo – poemas que integraram o que a estudiosa chamou de Poesia Marginal –

⁴ “Alguns padres vinham tentando converter todo o Brasil em uma hora e veem que não podem converter um [índio] em um ano devido à sua rudeza e bestialidade” (Tradução nossa).

⁵ Em a *Estética da criação verbal*, Bakhtin (2003, p. 9) faz uma distinção entre “autor-criador” e “autor-pessoa”, sendo aquele um “elemento da obra” e este um “elemento do acontecimento ético e social da vida”. Mais especificamente sobre o autor-criador, Bakhtin (2003, p. 10) afirma, ainda, tratar-se do “agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra”. Sendo o autor-criador, pois, um posicionamento discursivo, cuja função é arquitetar sua obra de arte, no poema “Papo de índio” faremos uma distinção entre autor-criador e enunciador, sendo este a voz na 1ª pessoa do plural que impõe resistência ao jesuíta. Já na instalação “Redescoberta do Brasil”, como será possível constatar, tal distinção não é clara, na medida em que autor-criador e enunciador se confundem.

oscilaram “numa gama inesgotável de sentidos: marginais da vida política do país, marginais do mercado editorial, e, sobretudo, marginais do cânone literário”⁶.

Essa resistência a preceitos literários que, de acordo com Hollanda⁷, não admitiam a aproximação entre arte e vida, proporcionada, em contrapartida, pela Poesia Marginal, pode ser depreendida, em “Papo de índio”, pela forte presença, no discurso escrito, da oralidade em seu registro informal. A informalidade – característica marcante dessa poesia dos Anos 70 –, por ser, “à primeira vista fácil, leve e engraçada e que fala da experiência vivida contribui [...] para encurtar a distância que separa o poeta e o leitor” (HOLLANDA, 2007, p. 10). O mencionado aspecto informal da fala do enunciador do poema em análise não nos remete ao modo de falar dos índios à época da colonização, mas sim ao modo como outros falantes brasileiros usavam, e ainda usam na contemporaneidade, a língua portuguesa na sua modalidade oral.

Como pudemos constatar até o momento, o autor-criador de “Papo de índio” permite-nos afirmar que a luta do povo brasileiro pela resistência à submissão segue um percurso: ele já começa quando de seu embate contra o assujeitamento empreendido pelos colonizadores, passando pelo autoritarismo imputado pelos militares e pelas normas prescritivas do cânone literário dos Anos de Chumbo, para, nos dias de hoje, continuar ecoando essa resistência à imposição dos altos escalões da sociedade. E essa inferência interpretativa advém de dois aspectos: tanto do exame interno quanto externo desse texto.

Com relação ao primeiro aspecto, a resistência ao ato colonizador foi construído por meio de alguns mecanismos linguísticos-discursivos próprios da monofonia, uma vez que: a) somente a voz dos indígenas é ouvida, ao passo que a dos jesuítas é silenciada; b) essa voz pronuncia seus dizeres mediante um registro oral informal do português que, por ser próprio não dos índios, mas de outro tipo de falante, revela que a resistência transcende o período colonial, sendo, portanto, uma reivindicação não apenas dos nativos; c) o *ethos* dessa voz não hesita em manter-se decididamente firme diante do aliciamento dos colonizadores, demarcando a conclusibilidade própria dos discursos monofônicos.

⁶ Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=559>>. Acesso em: 14 maio 2012, as 18:26.

⁷ Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=559>>. Acesso em: 14 maio 2012, as 18:29.

Já quanto ao segundo aspecto, isto é, quanto à interação do texto de Chacal com seu exterior, a resistência é depreendida não só daquilo que “já foi dito”, mas, também, e, inclusive, daquilo que “será dito” em relação ao momento de sua produção, pois:

O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, presente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo (BAKHTIN, 2010, p. 89).

Mas, se a resistência é constitutiva da formação identitária nacional brasileira, o seu oposto, a submissão, também o é. Para tratarmos desse outro discurso constitutivo de tal formação identitária, analisemos, agora, a instalação “Redescoberta do Brasil” (2004)⁸, do artista plástico contemporâneo Nelson Leirner:



⁸ A instalação “Redescoberta do Brasil” compôs, juntamente com outras obras de Neslon Leirner, a exposição “N.Leirner 1994 + 10 – do desenho à instalação”, realizada no Instituto TomieOhtake, em 2004. Para visualizar as três imagens da referida obra, acessar <http://www.nelsonleirner.com.br/portu/comercio.asp?flg_Lingua=1&flg_Tipo=IM06>.



Como podemos observar, a instalação é composta por uma forma representativa do mapa do Brasil, cujo traçado de seus limites territoriais é formado por uma série de latas de Coca-Cola justapostas uma ao lado da outra e cujo interior é preenchido por areia. Além disso, vemos vários objetos, todos eles moldados em forma de caravelas, posicionados ao longo de toda a extensão direita do mapa, extensão direita que representa a costa litorânea brasileira. A partir da associação entre essa composição e o título da obra – “Redescoberta do Brasil” –, podemos, pois, ouvir duas vozes: uma que diz respeito à “descoberta” do Brasil, ou seja, à colonização portuguesa iniciada em 1500 e a outra, à “redescoberta” do território nacional, isto é, à dependência cultural e econômica brasileira em relação ao poderio norte-americano.

Importa ressaltar que essas vozes dialogam entre si por meio de uma relação contratual, pois ambas ecoam a submissão brasileira diante de alteridades que apresentam um traço comum: o expansionismo. Sabemos que, apesar, por exemplo, da resistência de muitos indígenas contra as investidas coloniais de aculturação, o fato é que o catolicismo e a língua portuguesa acabaram por preponderar sobremaneira em território brasileiro. Quanto ao expansionismo americano, podemos citar não só alguns exemplos típicos de sua influência na cultura brasileira – como os padrões de vida ditados por filmes hollywoodianos e o próprio consumo da Coca-Cola –, como também um dos motivos que levou Nelson Leirner a criar, a partir de seu posicionamento enunciativo de autor-criador, essa instalação que, juntamente com outros:

[...] três trabalhos [do artista] descendem de um projeto idealizado ainda nos sessenta mas que só veio à luz a partir de meados dos noventa: “Projeto Care

(Ajuda)”. Projeto inspirado nas relações estabelecidas pelos Estados Unidos com os países da América Latina por volta dos anos cinquenta, cujos propósitos humanitários, a destinação de alimentos entre outros produtos de primeira necessidade para os segmentos miseráveis das populações carentes (no nosso caso, a nordestina), encobria os reais interesses econômicos daquela nação⁹.

Para enunciar e, por conseguinte, evidenciar o discurso da submissão brasileira diante do poderio norte-americano, o autor-criador de a “Redescoberta do Brasil” não só se voltou à exterioridade, convocando um “já-dito” de 1500 – o início da colonização e da imposição cultural e política portuguesa – e de meados de 1950 – os “reais interesses econômicos” norte-americanos subjacentes a seus pretensos “propósitos humanitários” –, como também se valeu de elementos compositivos-discursivos específicos – a saturação de cor e dois elementos sintáticos da linguagem visual, a tensão e o aguçamento – para enunciar, internamente, tal discurso.

Considerando, agora, a primeira das propriedades visuais da obra anteriormente citadas, notamos que as cores nela predominantes são o vermelho e o bege, sendo este a cor da areia e aquele a cor das latas de Coca-Cola usadas para demarcar o contorno representativo dos limites territoriais do Brasil e também para dar forma às caravelas. Quanto ao bege, podemos notar que sua saturação é menor que a do vermelho. Acerca do grau de saturação, Dondis (1997, p. 66) afirma que:

As cores menos saturadas levam a uma neutralidade cromática, e até mesmo à ausência de cor, sendo sutis e repousantes. Quanto mais intensa ou saturada for a coloração de um objeto ou acontecimento visual, mais carregado estará de expressão e emoção.

De fato, o bege da areia, devido a pouca saturação, quase chega a uma “neutralidade cromática, e até mesmo à ausência de cor”, o que é ainda mais acentuado pela forte saturação do vermelho que o circunda. Aliás, o fato de o vermelho envolver toda a areia cria uma ambiguidade, visto que, ao mesmo tempo em que evidencia a claridade do bege, tenta diminuir sua intensidade ao envolvê-la por completo. Importa ressaltar que essa diminuição na intensidade do bege, provocada pelo fato de toda a areia estar totalmente encerrada pelas latas de Coca-Cola, é enfatizada pela tensão e

9

Disponível

em:

<http://www.nelsonleirner.com.br/portu/depo2.asp?flg_Lingua=1&cod_Depoimento=56>. Acesso em: 14 maio 2012, as 14 maio 2005.

pelo aguçamento da composição. Dondis (1997, p. 41) afirma que “os elementos visuais que se situam em áreas de tensão têm mais peso [...] do que os elementos nivelados”. Na instalação, verifica-se, como já pudemos constatar, um peso maior do lado direito da forma que representa o território nacional, já que todas as caravelas estão situadas nesse lugar, o que acaba provocando não um nivelamento, mas um aguçamento na composição visual, e por conseguinte, uma tensão.

Enfim, a partir dessa breve descrição de como o autor-criador articulou cada elemento compositivo dessa instalação, infere-se que o povo brasileiro não deixou de ser dominado cultural e politicamente. Essa condição de subalternos, a despeito de toda sua resistência, teve início com a colonização portuguesa e se estendeu até a contemporaneidade com o imperialismo ianque, evidenciado, assim, os discursos da *submissão* e da *inferioridade* brasileiras diante daqueles que se posicionam como nações superiores. E essa evidência, que torna a instalação monofônica, foi construída por meio dos seguintes mecanismos compositivos-discursivos: a) a saturação do vermelho comprimindo a expansão do bege; b) e a presença da tensão e do aguçamento do lado direito da imagem do território brasileiro realçando, ainda mais, essa compressão.

A breve análise de “Papo de índio” e de “Redescoberta do Brasil” mostrou-nos, em primeiro lugar, que os embates discursivos que constituem a formação identitária nacional brasileira – o conflito entre *resistência* e *submissão*, *superioridade* e *inferioridade* – foram construídos internamente nesses dois textos por meio de estratégias discursivas monofônicas específicas. Já que a monofonia “se constrói como o todo de uma consciência que assumiu, em forma objetificada, outras consciências [...]” (BAKHTIN, 2008, p. 17), no poema de Chacal, tais estratégias nos fizeram ouvir, indiretamente, as “consciências” dos jesuítas, dos militares e dos representantes do cânone literário vigente, pois elas foram objetificadas, ou melhor, convocadas pelo discurso da resistência para serem abafadas em prol da autoafirmação do povo brasileiro. Já na instalação de Nelson Leirner, ocorreu o inverso, pois as estratégias discursivas monofônicas empregadas por seu autor-criador nos fizeram ouvir a “consciência” da resistência sendo objetificada, isto é, abafada pela voz preponderantemente subjugadora dos expansionistas.

Em segundo lugar, essa análise nos proporcionou pensar na construção da identidade nacional brasileira para além dessas duas obras, permitindo-nos refletir sobre se a monofonia também é uma estratégia discursiva frequentemente utilizada pelos enunciadores de outros gêneros discursivos para abordar essa questão. O conflito entre os discursos da *resistência* e da *submissão*, da *superioridade* e da *inferioridade*, em que, alternadamente, ora um se sobrepõe ao outro, parece evidenciar o que Oliveira (2004, p. 110) chama de “sentimento de bastardia” da cultura brasileira frente à alteridade portuguesa e norte-americana:

Confrontando as duas culturas, a norte-americana e a brasileira, podemos dizer que o excepcionalismo americano reforça o ego, o orgulho nacional [...]. A cultura brasileira ficou presa ao sentimento de bastardia, membro pobre da família nobre. [...] O que predominou aqui foi o ecletismo [...], mas com sentido de reprodução menor.

Se, na visão do discurso interpretativo da história brasileira, a identidade ianque e lusitana reforçam, respectivamente, seu ego e sua nobreza, à identidade brasileira lhe parece restar ou o contínuo sentimento de inferioridade ou a transcendência desse sentimento por meio da autoafirmação. E é esse movimento pendular que, a nosso ver, faz com que a monofonia seja uma característica predominante de vários gêneros discursivos que abordam essa questão da identidade nacional brasileira: portanto, ora a identidade nacional fica, de fato, “presa ao sentimento de bastardia”, ora se rebela contra esse sentimento.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6. ed. Trad. Aurora Fornoni Bernardini, José Pereira Júnior et al. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 3. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARROS, Diana L. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (org.). *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2001. p. 21-40.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 191-200.

CHACAL. *Belvedere*: 1971-2007. São Paulo: Cosac Naify; Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. (Coleção Âs de Colete).

DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. 2. ed. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *26 poetas hoje*. 6. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007. p. 9-14.

_____. A poesia marginal. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=559>>. Acesso em: 12 maio 2012, às 21:25.

NÓBREGA, Padre Manuel. *Diálogo sobre a conversão do gentio*. São Paulo: MetaLibri, 2006. Disponível em: <www.ibiblio.org/ml/libri/n/NobregaM_ConversaoGentio_p.pdf>. Acesso em: 12 maio 2012, às 21:46.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Identidade e alteridade no Brasil: o contraponto norte-americano. In: CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, José (orgs.). *Decantando a república: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-104.

ORLANDI, Eni P. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 11-25.

O peixinho dourado”, de Braz Chediak, e a narrativa policial *noir*Teresa Cristina Martins Kobayashi¹

(UNINCOR)

Resumo: A história da narrativa policial pode ser dividida em duas grandes linhas construtivas, a clássica, de “enigma”, criada Allan Poe, e a negra (*noir*) cujo maior representante é Hammett. Na “narrativa *noir*” destacam-se a temática da violência e o submundo do crime a partir de uma linguagem brutal, seca e sarcástica. É a esta vertente do gênero policial que se associam as narrativas de Braz Chediak, autor conto “O peixinho dourado”, objeto de análise deste artigo.

Palavras-chaves: narrativa policial; tradição; conto brasileiro; literatura contemporânea; Braz Chediak.

Abstract: The history of detective fiction can be divided into two great constructive lines, the classical one (“enigma”), that was created by Allan Poe, and the black one (*noir*), whose exponent is Hammett. In narrative *noir* are distinguished violence and gangland stand out as theme from a cruel, dry and sarcastic language. It is with this side of crime story that Braz Chediak's narratives are associated. He is the author of "O Peixinho Dourado", which is analysed in this article.

Keywords: detective fiction; tradition; brazilian tale; contemporary literature; Braz Chediak.

A coletânea *Crime Feito em Casa: Contos Policiais Brasileiros*, organizada por Flávio Moreira da Costa, em 2005, propõe a apresentação de narrativas policiais curtas escritas por vários autores brasileiros,² dentre eles Braz Chediak, consagrado roteirista e

¹ Mestranda do Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR); Três Corações/Brasil; Bolsista FAPEMIG. E-mail: tcmkn@hotmail.com Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4417459U8>

² Os autores e os respectivos contos são: Machado de Assis (“O enfermeiro”), Lima Barreto (“Mágoa que rala”), João do Rio (“A aventura de Rozendo Moura”, Jerônimo Monteiro (“O fantasma da quinta avenida”), Patrícia Galvão (“Morte no Varieté”), Olavo Bilac (O crime), Medeiros e Albuquerque (“Se eu fosse Sherlock Holmes”), Luiz Lopes Coelho (“A magnólia perdida”), Duílio Gomes (“O espantalho”), Lucienne Samôr (O caos do porto), Joaquim Nogueira (“Noite obscura”), Marcilio Moraes (“O olho da serpente”), Heloisa Saraiva (“Na estrada”), Rafael Cardoso (“Armazém”), Lilian Fontes (“Sutiã preto”).

diretor de obras importantes da cinematografia brasileira.³ O conto apresentado por Braz chama-se “O peixinho dourado”, nome também de uma narrativa curta assinada por Dalton Trevisan.⁴ Conforme nos conta Moreira da Costa, Chediak “ensaaiou a mão num primeiro romance policial, ainda inédito. É por ter lido esses originais que resolvi pedir a ele que escrevesse um conto para esta antologia”. (MOREIRA DA COSTA, 2005, p.332).⁵ A citação de Moreira da Costa observa que a criação deste conto policial nasceu com data, hora e objetivo final. Nesse artigo, nossa proposta é analisar o conto “O peixinho dourado” a partir do seu diálogo com o gênero policial, sobretudo, com a “narrativa noir”.

Uma (breve) história da narrativa policial

A gênese do gênero policial, constituída a partir do “romance de enigma”, é creditada a Edgar Allan Poe. Como nos aponta Sandra Lúcia Reimão, em *O que é o romance policial*, Poe, um americano que foi criado na Europa, lança em 1841, pela *Graham's Magazine* aquela que é considerada a primeira narrativa policial, a fundadora do gênero: “Assassinatos na Rua Morgue”. (REIMÃO, 1983, p.18). Concebendo que o autêntico romance policial não deve ser configurado por meio da intuição ou da inspiração do autor, Poe caracteriza o ato de composição da narrativa policial clássica a partir de uma rigorosa lógica que conduz a história do problema representado pelo assassinato ao inquérito, representado pela investigação. As duas histórias (a do crime e a do inquérito) compõem a estrutura da narrativa policial que deverá ser formulada tendo em vista o desfecho da trama. A narrativa caminhará basicamente do problema do

³ São obras de Braz Chediak: *Navalha na carne* (adaptação de Plínio Marques), *Bonitinha mais ordinária*, *Álbum de família*, *Dois perdidos numa noite suja*, *Perdoa-me por me traíres*, *Os mansos*, *Banana Mecânica*, *Eu dou o que ela gosta*, *O roubo das calcinhas*, *Confissões de frei Abóbora*, *Meu pé de laranja lima*, *Os viciados*, *Na onda do iê-iê-iê*, *Juventude e Ternurinha*, *Mineirinho vivo ou morto*, *A lei do Cão*, *As 7 faces de um cafajeste*, *O grande Desbum* (baseado em *As desgraças de um criança*), *Os cafajestes*.

⁴ O conto encontra-se na coletânea *Desastres do amor*.

⁵ Publicado em 2010, o romance *Cortina de Sangue* traz em sua orelha a seguinte apresentação: “*Cortina de Sangue* é um romance policial de ficção que conta as aventuras de Popeye, um detetive alcoólatra e amoral, que procura uma atriz desaparecida durante a gravação de uma novela. O tempo corre, e pouco a pouco, ele vai se deparando com personagens que parecem ter saído de um pesadelo: Um travesti que só transa com mulher, um velho ator que tem fixação em Hamlet, uma bela jovem viciada em cocaína, médicos corruptos e artistas marginalizados. Todos convivendo entre si num emaranhado de mentiras e falsidades, como se vivessem num grande palco cuja cortina não esconde as misérias reais de cada um. Popeye, em sua busca, despreza evidências e, seguindo uma pista frágil – uma simples fotografia – se preocupa mais em descobrir as causas do desaparecimento e dos crimes que vão ocorrendo durante a história do que suas circunstâncias, neste que é o primeiro romance policial a penetrar no submundo da glamorosa Ipanema. Como cineasta, Braz Chediak viveu este universo e nessa trama intrincada de violência e ternura nos leva a um final surpreendente.”

inquérito à solução do crime, deixando este de ser um enigma. (BOILEAU-NARCEJAC, 1991, p. 21; TODOROV, 2008, p. 96).

Em sua forma mais pura, a história do crime não dialoga com o livro, o autor suprime todo índice imaginário contando apenas “o que se passou efetivamente”; esta primeira história termina antes de começar a segunda (a história do inquérito). Vejamos as primeiras linhas de um desses romances “puros”.

Odell Margaret

Rua Setenta e Um, 184, Oeste. Assassinato. Estrangulada por volta das vinte e três horas. Apartamento saqueado. Jóias roubadas. Corpo descoberto por Amy Gigson, camareira. (VAN DINE *apud* TODOROV, 2008, p. 96-97).

Sobre essa forma, Todorov considera que ambas as histórias não apresentam nenhum ponto em comum, mas sustentam aspectos de um único objeto (o romance policial). Desse modo é possível explicar o paradoxo sobre a coexistência das histórias, considerando a condição de ausência e insignificância existente em cada uma. A história do crime é condicionada a uma realidade que se encontra ausente; e a história do inquérito pela presença da narrativa, dos personagens e das inferências que nada significam. Daí a possibilidade de caminharem contiguamente na narrativa.

Considerando as características da história do inquérito, observamos que ela busca explicar como o narrador (e, por consequência, o leitor) tomou conhecimento da história do crime. (TODOROV 2008, p. 97). Segue o exemplo, retirado de “Os Assassínios da Rua Morgue”:

[...] estávamos lendo uma edição vespertina da *Gazette des Tribunaux*, quando a seguinte notícia nos apreendeu a atenção. CRIMES EXTRAORDINÁRIOS – Esta madrugada, cerca das três horas, os moradores do *Quartier St. Roch* foram despertados por uma série de gritos horríveis, provindos, ao que parecia, do quarto andar de uma casa da Rua Morgue, ocupada unicamente pela senhora L’Espanaye e sua filha, a senhorita Camille L’Espanaye. Após certa demora, foi a porta arrombada com um pé-de-cabra [...]. - O jornal do dia seguinte trazia novos pormenores: - Damos abaixo todos os depoimentos prestados à polícia. – Ninguém se referiu a frequentadores da casa. (POE, 1960, p. 25-27).

Todorov observa que o narrador da história do inquérito sempre reconhece estar escrevendo um livro ou, ao menos, contando uma história. Não por acaso, essa história

costuma ser narrada por um amigo do detetive (TODOROV, 2008, p. 97) como ocorre no conto de Poe já citado. A cena descreve o momento em que o narrador, não nomeado, e o cavalheiro Dupin tiveram contato com a história de assassinatos da Rua Morgue. Já de início, alguns aspectos são trazidos ao leitor por meio da informação do jornal: horário provável e local dos crimes; vítimas e aspectos da investigação policial.

A cena seguinte marca que a narrativa será constituída a partir da análise de um objeto e que participaremos desta análise através da leitura analítica do protagonista possuidor de uma mente vívida.

Os dotes mentais considerados como analíticos, são em si mesmos, apesar de tudo, pouco suscetíveis de análise. Apreciamo-los apenas em seus efeitos. Deles sabemos, entre outras coisas, serem sempre, para quem os possui em alto grau, fonte do mais vivo prazer. [...]. (POE, 1960, p. 15).

Ao diferenciar habilidade de análise, o narrador delimita que os verdadeiros pressupostos desta história estão respaldados não na forma de manejar a narrativa ou na maneira como as personagens são distribuídas, mas sim que a história resguarda a apresentação de uma análise fundamentada.

O poder analítico não deve ser confundido com a simples habilidade, porque, se bem que seja o analista necessariamente engenhoso, o homem engenhoso é muitas vezes notavelmente incapaz de análise. [...]. Entre o engenho e a habilidade analítica existe uma diferença muito maior, na verdade, do que entre a fantasia e a imaginação, de caráter, porém, análogo. Verificar-se-á, com efeito, que as pessoas engenhosas são sempre fantasísticas e os *verdadeiramente* imaginativos, por outro lado, são sempre analíticos. [...]. (POE, 1960, p. 15).

Por fim, consciente de ter conjecturado explicações sobre a estrutura e apresentação da obra, o narrador propõe iniciar sua narrativa propriamente dita.

A narrativa que se segue apresentar-se-á ao leitor mais ou menos à guisa de comentários das proposições acima enunciadas. Residindo em Paris durante a primavera e parte do verão de 18-, travei ali conhecimento com o Sr. C. Auguste Dupin. Este jovem pertencia a excelente e mesmo ilustre família, mas, em consequência de uma série de ocorrências adversas, ficaram reduzido a tal pobreza que a energia de seu caráter sucumbira aos reveses, tendo-se afastado da sociedade e deixado de esforçar-se para recuperar sua fortuna. Graças à condescendência de seus credores, ficara ainda de posse de um resto

de seu patrimônio, com cuja renda conseguia, mediante economia rigorosa, acudir às suas necessidades, sem se aborrecer com coisas supérfluas. Na verdade, seu único luxo eram os livros, que em Paris podem ser obtidos com pouco dinheiro. Nosso primeiro encontro se deu numa livraria, não muito conhecida, da Rua *Montmartre*, onde a coincidência de estarmos à procura do mesmo livro, notável e raríssimo, nos aproximou intimamente. Encontrávamo-nos com frequência. Interessou-me bastante sua pequena história de família, que ele me contou pormenorizadamente, com a naturalidade característica do francês, quando se trata de si mesmo. Causou-me também admiração seu vasto conhecimento bibliográfico e, sobretudo, fiquei empolgado pelo ardor excepcional e pela vivacidade de sua imaginação. Procurando em Paris certas coisas que me interessavam, senti que a convivência com tal criatura seria para mim tesouro incalculável. E isso mesmo, com toda a franqueza eu lhe disse. Decidimos, finalmente morar juntos, durante minha estada em Paris e como me encontrava em situação financeira algo melhor que a dele, a mim coube, após certa relutância de sua parte, alugar e mobiliar num estilo apropriado à melancolia um tanto extravagante comum a nós dois, uma velha e grotesca habitação, quase em ruínas, há muito vaga, em virtude de superstições cuja origem não indagamos, e situada em recanto solitário e distante do bairro de St. Germais. (POE, 1960, p. 18-19).

Atentando ao modo como a narrativa do conto se inicia, observamos que as primeiras considerações proferidas pelo narrador estão relacionadas à estrutura teórica (como o autor imagina realizar a obra). Podemos dizer que nesse “diálogo” o narrador – irmanado, aqui, ao autor – divaga sobre a teoria narrativa que molda a construção de sua história, revelando, a participação do leitor, uma ideia acerca do enredo e de suas saídas formais. Na verdade, é como se tivéssemos, nesse momento, muito mais a inserção da voz autoral (e das teorias de Poe a respeito da construção do efeito de um texto) do que a do próprio narrador, que só “ganha voz” realmente quando se inicia o relato dos crimes propriamente dito.

As poucas características descritas do narrador anônimo estão associadas à admiração pelo intelecto de Dupin que é construído como “detetive lógico”. A apreciação pelo isolamento mostra que as personagens atuarão, na trama, como expectadores, sobretudo o narrador que se atém em narrar as observações intelectuais de Dupin. Dessa forma, vemos, conforme sugere Todorov, que a história do inquérito consiste, de fato, em explicar como essa narrativa foi construída. (TODOROV, 2008, p. 97).

Conforme observa Sandra Lúcia Reimão, essa proposital combinação de ficção com inferências lógicas apreçoada no “romance de enigma” revela ser um exercício aos pressupostos do positivismo (REIMÃO, 1983, p.15; 18-19), movimento filosófico oitocentista de grande repercussão. Seu pressuposto fundamental era afirmação de que os fenômenos, naturais, orgânicos e humanos, seriam regidos por leis. Boileau-Narcejac acrescentam que o próprio homem não escapará às suas influências, pois as leis que regem os fenômenos darão conta não só dos processos físico-químicos que se passam no corpo humano, como também dos mecanismos do pensamento. Assim Allan Poe cria “um detetive feito para o romance” com um intelecto superior (BOILEAU-NARCEJAC, 1991, p.16-23).

Essa narrativa lógica e de arquitetura rígida, inaugurada por Poe, convencionalmente chamada de “enigma”, é uma das vertentes do gênero policial. Outra linha bastante importante é a denominada “noir” representada pelo escritor Dashiell Hammett. Apesar de ter escrito relativamente pouco, suas obras são um marco na novelística policial; verdadeiras obras-primas que trouxeram sangue novo para a literatura norte-americana, segundo observa Medeiros e Albuquerque em *O emocionalmente mundo do romance policial* (1979, p. 130).

Em 1925, Hammett começa a publicar na revista *Black Mask*, uma típica *pulp magazine* (revistas editadas com baixa qualidade visual para baratear os custos de impressão), seus contos e textos mais importantes. Na década de 30, período mais fértil da revista, Hammett publica os romances *Safrá Vermelha*, *Estranha Maldição*, *A chave de Vidro* e aquele que é considerado um dos melhores romances policiais de todos os tempos, *O Falcão Maltês*. (REIMÃO, 1983. p. 51, 52, 55).⁶

Seu detetive Sam Spade aparece em vários contos na série *Black Mask*, mas é em *O Falcão Maltês* que o autor lhe atribui uma detalhada descrição física.

⁶ Publicado em 1930, o romance policial *O Falcão Maltês* apresenta em seu verso a seguinte descrição: “O detetive Sam Spade é contratado para encontrar uma misteriosa estatueta em forma de falcão. A partir daí tudo se complica: Spade se vê enroscado numa complexa trama envolvendo chantagens, morte, assassinatos e subornos. A versão cinematográfica de *O Falcão Maltês* (*Relíquia Macabra*) fez grande sucesso na época, 1941, concorrendo ao Oscar de melhor filme e roteiro. Trata-se de um detetive durão, que usa punhos e armas para enfrentar os fora da lei. Dono de um charme irresistível está sempre envolvido com mulheres e aventuras. E para encarnar Sam Spade, este personagem realmente especial, que enfrenta perigos e grandes emoções com humor cínico e implacável, foi escolhido o excelente Humphrey Bogart”. Ver referências bibliográficas.

O maxilar de Samuel Spade era longo e ossudo, seu queixo um V proeminente, sob o V mais flexível da boca. As narinas curvavam-se para trás fazendo outro V menor. Os olhos, amarelo-pardos eram horizontais. O motivo do V era retomado de novo por espessas sobrelanceiras saindo de duas rugas gêmeas sobre o nariz adunco e erguendo-se na parte externa, e o cabelo castanho claro descia pelas têmporas altas e achatadas, em ponta sobre a testa. Ele tinha bem uns seis pés de altura. A pronunciada curvatura dos ombros fazia seu corpo aparecer quase cônico, de uma espessura igual tanto na frente como nos lados, e impedia o paletó cinzento, bem passado, de cair direito. (HAMMETT *apud* MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1979, p. 74-75).

Sobre esta descrição, Medeiros e Albuquerque comenta que Spade serviu de modelo a toda uma série de detetives “criando escola”. (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1979, p. 75). A descrição física do detetive, neste tipo de narrativa policial, é uma característica que se opõe ao romance policial clássico que se interessava apenas pela exibição dos processos racionais de seu detetive. Nesse sentido, o detetive ganha, aqui, um contorno mais real e uma apresentação comum, associada ao nível médio do público.

O “romance noir” (ou “romance negro”) tem na coleção “Serie Noire”, publicada inicialmente na França em 1945, seu ápice e seu reconhecimento pelo público. Em um texto destinado ao potencial leitor dos primeiros volumes da “Série Noire”, Marcel Duhamell, criador e diretor da coleção, apresenta características deste tipo de romance policial.

O leitor desprevenido que se acautele: os volumes da *Série Noire* não podem, sem perigo, estar em todas as mãos. O amante de enigmas aí [...] não encontrará nada a seu gosto. O otimismo sistemático tampouco. A imoralidade, admitida em geral nesse gênero de obras, unicamente para contrabalançar a moralidade convencional, aí se encontra bem como os belos sentimentos, ou a amoralidade simplesmente. O espírito é raramente conformista. Aí veremos policiais mais corrompidos do que os malfeitores que perseguem. O detetive simpático não resolve sempre o mistério. Algumas vezes nem há mistério. E até mesmo, outras vezes, nem detetive. E então? Então resta ação, angústia, a violência – sob todas as formas especialmente as mais vis -, a pancadaria e o massacre. Como nos bons filmes, os estados d’alma se traduzem por gestos, e os amantes da literatura introspectiva deverão fazer uma ginástica inversa. Há ainda o amor, de preferência bestial, a paixão desordenada, o ódio sem perdão, todos os sentimentos que numa sociedade policiada só devem ser encontrados raramente, mas que aqui são moeda corrente, e são algumas vezes, expressos numa linguagem bem pouco acadêmica, mas onde domina

sempre, rosa ou negro, o humor. (DUHAMMEL *apud* REIMÃO, 1983. p. 52-53).

O “romance negro” é apresentado em oposição ao de “enigma”, destinando-se aos leitores saturados ou insatisfeitos com a narrativa policial tradicional. As características correlatas revelam que a “série noire” abandona a moralidade, o otimismo e o detetive solucionador de crimes, trazendo para o centro da narrativa a imoralidade, a pancadaria e um espírito não conformista que admite uma conduta amoral em favor de seus interesses (REIMÃO, 1983. p. 54). Em relação ao método de composição, o “romance negro” opõe-se ao “romance enigma”, na perspectiva de Todorov, na medida em que funde as duas histórias em uma só. (TODOROV, 2008, p. 98). Sendo assim, não há mais, aqui, a história do crime e a do inquérito e, sim, uma única história que se constrói a partir do andamento da ação.

Tradição da “narrativa *noir*” em “O peixinho dourado”

É a esta vertente do gênero policial, a “*noir*”, que se associa o conto “O peixinho dourado”, de Braz Chediak, mesmo que sua inserção não seja totalmente adequada, pois salvo os diálogos entre os personagens, a história é construída por um narrador impessoal e indefinido. A narração em terceira pessoa é pouco comum ao romance da “série *noir*”; normalmente o narrador é o próprio protagonista da história. Contudo, quer seja realizada por um narrador impessoal ou pelo detetive (o mais comum), a narrativa acontece ao mesmo tempo em que a ação. (REIMÃO, 1983, p. 57).

Num clima de mistério e mentiras, um homem sem entraves morais inicia uma trajetória de vingança pela morte da filha. No submundo marginal que desfilam todas as personagens do conto exala a falsidade, inclusive na personagem principal da história que esconde sua identidade real de delegado da Polícia Civil. A trama envolve um menino engraxate de olhos coloridos, morador da Rodoviária de Três Corações, cidade do sul de Minas Gerais; uma garota viciada em drogas apelidada de Norma Jean (referência clara a *Marilyn Monroe*) e dois perigosos traficantes de drogas, Tuxaviu e Chico do Ó. O peixinho dourado referido no título do conto é objeto-símbolo que perpassa toda a trama, ligando as personagens sob a tutela do tema da falsidade. Vejamos como se dá, inicialmente, a apresentação do protagonista do conto: o homem de terno cinzento:

O homem de terno cinzento parecia doente, quando entrou no banheiro da rodoviária. Sua pele estava amarelada, os cabelos desalinhados. Tirou o paletó, arregaçou as mangas e molhou o rosto na pia [...].

Tirou da sacola uma pequena borracha transparente. Usando o isqueiro e uma colher preparou uma dose de droga. Fez um garrote, massageou a veia, entrou no cubículo do vaso sanitário e fechou a porta.

O menino permaneceu sentado, encolhido de frio. Guardou sua caixa de engraxate numa velha mochila amarela e, quando o homem lhe ofereceu um papelote ele apertou a mochila entre os braços, como se se protegendo.

- Não. Só vou de cola, ou de fumo.

O homem deu-lhe uma nota:

- Toma. Compra seu fumo. É bom pra espantar o frio

- Vou para o festival de inverno, em São Tomé. A que horas sai o ônibus? – o homem perguntou, articulando as palavras sem abrir a boca.

- Não tem mais ônibus. O festival tá terminando! (CHEDIAK *apud* MOREIRA DA COSTA, 2005, p. 333).

As personagens – “homem de terno cinzento” e o “menino-engraxate” - parecem pertencer ao submundo marginal a partir da montagem da cena inicial do conto: banheiro público de uma rodoviária; uso de droga; menino de rua; etc. A narrativa detalha de modo bastante realista as ações e as características exteriores das personagens (cabelo desalinhado, pele amarelada, som rouco seguido de respiração alta, mochila amarela, caixa de engraxate), apenas sugerindo, por meio de elementos externos, aspectos internos das mesmas – tarefa que cabe, por hora, ao leitor. Esse aspecto é próprio das narrativas da série negra, pois, conforme aponta Sandra Lúcia Reimão, o narrador se atém na descrição exterior da personalidade e das reações dos personagens, raramente nos oferecendo algum índice da psicologia destes. (REIMÃO, 1983, p. 58).

A referência ao Festival de Inverno de São Tomé das Letras, cidade próxima a Três Corações, sugere a movimentação da história por meio do deslocamento da personagem principal que está à procura de uma moça desaparecida (Laurinha): “... uma garota de 15 anos, delicada, olhar sereno, um peixinho dourado, pingente, na orelha esquerda.” (CHEDIAK *apud* MOREIRA DA COSTA, 2005, p. 334). Até então, a descrição inicial do narrador nos apresenta um homem misterioso que se associa à imagem do detetive amoral das narrativas negras. Tudo isso é construído de maneira

fragmentada a partir, sobretudo, de diálogos e de descrições dotadas de um realismo frio conforme a regra da “narrativa *noir*”. Boileau-Narcejac apontam que este estilo nu e voluntariamente pobre deixa de lado a retórica existente na narrativa de enigma, assemelhando-se, dada a profusão de diálogos, a uma espécie de relatório policial. Mesmo em cenas de violência exacerbada, o autor nunca se comove ou toma partido. Seu detetive não é pago para isso; mas não é desumano, ele apenas permanece “estranho” ao que se passa em torno dele. (BOILEAU-NARCEJAC, 1991, p. 61).

Sandra Lúcia Reimão ressalta que essa característica do detetive da *Série Negra* o faz realmente humano, pois, como uma pessoa de carne e osso, pode ser corruptível e passível de, em princípio, cometer infrações – tanto quanto o contraventor que procura. Do ponto de vista ético-moral, o que temos é um nivelamento entre detetive, criminoso e leitor: todos são colocados no mesmo patamar, impregnados pela corrupção do mundo negro. (REIMÃO, 1983. p. 81). Esse aspecto de humanidade já dá sinais de existência no “homem de terno cinza” ao mostrá-lo solidário ao mundo também marginal do garoto, seja no compartilhamento da cocaína ou no dinheiro para a compra de fumo; seja no oferecimento de comida em um trailer do centro da cidade: “No trailer da praça principal pediu um sanduíche. O menino ficou distante, num vão escuro entre os postes, e só depois que o homem foi servido aproximou-se e pediu um cachorro-quente.” (CHEDIAK *apud* MOREIRA COSTA, 2005, p. 334).

As duas cenas (a da oferta de drogas e a de comida) são tratadas, pelo narrador, com total imparcialidade, equiparando uma coisa a outra, ambas necessárias para contornar as dificuldades dos que vivem à margem. Desse modo, ele ressalta não só a complexidade de seu anti-herói (que não parece construído por maniqueísmos) como sugere a identificação existente entre as duas personagens (o olhar curioso do menino evidencia muito isso).

A partir do diálogo com Cleonice, nome real de Norma Jean, o verdadeiro interesse do “homem de terno cinza” começa a ser revelado ao leitor. Toda a cena é construída a partir de muita violência física e verbal.

- Eu não quero me hospedar. Estou procurando o Chico do Ó. A jovem demorou segundos antes de responder. [...].
- Eu só quero uma informação. Fiz um serviço pra ele. Ele matou um menino em Três Corações. Ele fez uma venda de droga e não pagou ao Chico. Um menino engraçado. Tinha os olhos diferentes, cada um de uma cor. Guardava a caixa de engraxate numa

mochila amarela. Fui eu quem dei sumiço no corpo. O Chico ainda não me pagou o serviço. [...].

Um grito fino saiu de sua garganta no mesmo instante em que se arremessou contra o homem. Ele puxou seus punhos e ela caiu sobre ele, na poltrona. Havia recuperado a força da juventude, suas unhas eram afiadas. O homem virou-se com um movimento brusco e deu-lhe um tapa de mão aberta. [...].

- Assassino filho da puta. O menino é meu irmão. Fui eu quem fiz a mochila. Ele é meu irmão. Ele não é traficante.

O homem deu-lhe um violento murro no peito e ela caiu, derrubando o aquário. Tentou pegar o peixinho dourado, mas o homem levantou-a pelos cabelos e deu-lhe outro murro. Ela rolou pelo chão de pedras, engatinhou em círculo, sem rumo, até que encontrou a poltrona.

- Filho-da-puta-. Filho-da-puta!

Ela disse [...] (CHEDIAK *apud* MOREIRA DA COSTA, 2005, p.334 - 336).

O suposto detetive não hesita em surrar Norma Jean para atestar sua falsa história, aproximando-se, assim, da imagem do detetive da “serie noire” que pode ser tão amoral quanto o criminoso perseguido. A linguagem do diálogo é vulgar, seca, sem floreios, tal qual ostenta a regra do “romance negro” que abusa do coloquialismo, particularmente das gírias e dos palavrões.

O narrador acompanha, assim como o leitor, os passos da personagem principal em sua trajetória de vingança (sem que saibamos, ainda, que se trata de uma vingança). Desse modo, o narrador de “O peixinho dourado” não parece possuir informações prévias ao leitor, diminuindo a distância existente entre ambos. Como a narrativa não é retrospectiva, narrador e receptor estão sempre passo a passo, os dois passíveis de serem enganados e descobertos.

De acordo com as convenções do gênero (e as subvertendo em certo sentido), o detetive, aqui, é substituído por um delegado de polícia que, a despeito de ser institucionalizado, comporta-se tal qual o protagonista de qualquer “romance *noir*”, pois flerta com o mundo do crime ao criar a cenografia de um assassinato, falseando a realidade da morte de Chico do Ó.

Quando chegou à delegacia o jovem detetive de plantão foi a seu encontro:

- O senhor parece cansado, doutor. Não dormiu:
- Passei a noite lendo.
- Romance?
- A bíblia!

- Eu sei. Aquele negócio de tomar porrada e virar a outra face.

- Ou dente por dente, olho por olho.

O delegado foi até o arquivo, tirou um álbum de fotografias, arrancou uma em que dois homens sorriam para as pedras de São Tomé. Abriu uma caixa de lápis de cor e desenhou um peixinho dourado na testa de cada um. (CHEDIAK *apud* MOREIRA DA COSTA, 2005, p.339).

A imagem do peixinho dourado ganha significados diferentes no decorrer da história, primeiro, ela surge como pingente na orelha esquerda de Laurinha que é reconhecida na foto pelo menino engraxate; nesse contexto, é símbolo de beleza, juventude e da liberdade associada ao mistério que se apresenta na imagem de sua amiga Norma Jean. Em um segundo momento, a imagem em formato de peixe de plástico em um aquário sugere mentira, falsidade, um peixe morto falseando a vida, assim como Norma Jean que aos poucos se mata pelo uso intenso de drogas. Nas mãos do “homem de terno cinzento”, o peixinho dourado de plástico é um passaporte para a entrada na casa do assassino de sua filha e uma espécie de lembrete a si mesmo: a razão da procura por Chico do Ó. Nas lembranças de Cleonice, é símbolo de amizade, de união com a amiga e esperança pelo trabalho artesanal que suas mãos realizam. Desenhado em uma foto, na testa de Tuxaviu e Chico do Ó ao final da narrativa, representa a consumação da vingança do delegado-detetive.

A temática do mundo do crime ganha destaque na narrativa de Braz Chediak a partir da configuração de seus personagens, todos, de alguma maneira, associados ao submundo do crime. A expressão mais trágica desse mundo é representada por Laura, a filha desaparecida do “homem de terno cinza”, vítima do vício e da inserção no mundo do crime. Atribuir à Laura características singelas e doces (gostar de música indiana, de ver o por do sol e se solidarizar com as pessoas) ajuda a construir uma imagem de inocência que justifica, dentro da estratégia narrativa do *noir*, a simpatia do leitor pelo “homem de terno cinza”.

A narrativa do conto, assim como assegura a regra do gênero, se constrói a partir de imagens realistas e frias, levando o leitor para dentro da ação. Todo o conto parece um mosaico de informações e situações, compondo um enredo que apreende o leitor pelo impacto e vivacidade da trama. O tema, apesar de duro, não é alheio ao leitor que compreende a força da narrativa policial negra.

Bibliografia

BOILEAU-NARCEJAC. **O romance policial**. Tradução de Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1991.

CHEDIAK, Braz. **Cortina de sangue: uma aventura de Popeye**. Rio de Janeiro: Mirabolante, 2010.

HAMMETT, Dashiell. **O falcão maltês**. Tradução de Candido Villalva. São Paulo: Nova Cultura, 1957.

MEDEIROS E AUBUQUERQUE, Paulo de. **O mundo emocionante do romance policial**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

MOREIRA DA COSTA, Flávio. (Org). **Crime feito em casa: contos policiais brasileiros**. São Paulo: Record, 2005.

POE, Edgar Allan. **Os assassinios da Rua Morgue: e outros contos**. Tradução de Álvaro Plínio de Aguiar e Raul Polillo. São Paulo: Boa Ventura, 1960.

REIMÃO, Sandra Lúcia. **O que é romance policial**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TODOROV, T.. **As estruturas narrativas**. Tradução de Leyla Perrone-Moises. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CRÍTICA GENÉTICA DO MANUSCRITO AO VIRTUAL: A IMPORTÂNCIA DA RASURA NA GÊNESE LITERÁRIA¹

Autora: Eleonora Campos Teixeira²

Coautor: Marco Antônio Coelho³

Orientador: Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza⁴

I - Resumo

O presente trabalho tem como foco a Crítica Genética, que consiste na análise da origem e das transformações de uma obra literária. Fazer crítica genética consiste na apreciação de uma obra em seu processo criador. Analisamos o manuscrito e rascunhos, meticulosamente, pois estes são os objetos mais importantes de estudo do geneticista, que tem o objetivo de alargar, aprofundar o olhar. Enfatizamos a preocupação com estudos futuros de crítica genética, já que a era virtual ameaça a existência do manuscrito.

¹ Trabalho apresentado no CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOLOGIA - XVI CNLF Instituto de Letras da UERJ. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFIL) Em 27 a 31 de Agosto de 2012

² Mestranda em Cognição e linguagem (UENF); Especialista em Literatura Brasileira (PUC); Professora de Língua Portuguesa da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC); norinhatli@yahoo.com.br, Campos dos Goytacazes – RJ; Brasil; <http://lattes.cnpq.br/0770197565632073>

³ Mestrando em cognição e Linguagem (UENF). Especialista em Designer Instrucional para EAD virtual (UNIFEI). Graduado em Sistemas de Informação (UEMG) Docência no Ensino Superior (UNIG). Professor de Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação na Universidade do Estado de Minas Gerais; Brasil; maredumig@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/9650423837412921>

⁴ Doutorado em Comunicação e Mídia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) . Mestrado em Educação, pós graduação em gerência de informática e pós graduação em produção de software (UFJF), Licenciado em Pedagogia, Bacharel em Direito, Bacharel Informática. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Atual Coordenador da Pós Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Cognição e Linguagem (PGCL / UENF); chmsouza@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/5410403216989073>

Criticaremos o “*Soneto de Constatação VI*” do poeta cearense Pedro Lyra de sob a ótica estilística, psicanalítica, filológica. Autores como SALLES (2002), WILLEMART (2005), serão aqui mencionados com um suporte teórico.

Palavras-chaves: Crítica Genética; manuscrito; rascunhos; rasura; virtualidade.

Abstract

The present work focuses on the Genetic Critic, which consists in the analysis of the origin and transformations of a literary work. Do genetic criticism consist in the appreciation of the work on his creative process. We analyze the manuscript and drafts, meticulously, because these are the most important objects of study of the geneticist, which has the objective to expand, deepen the look. We emphasize the preoccupation with future studies of genetic criticism, since the virtual era threatens the existence of the manuscript.

We will criticize the " *Sonnet of Constatacion VI* " of the poet from Ceará, Pedro Lyra, from the perspective of style, psychoanalytic, philological. Authors like SALLES (2002), WILLEMART (2005), will be mentioned here with a theoretical support.

Keywords: Genetic Critic; manuscript ; drafts; erasure; virtuality.

II – Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, optamos pela pesquisa de natureza qualitativa, já que está sendo desenvolvida a partir de um problema, onde podemos realizar um estudo tanto de caráter biográfico quanto de interpretação, análise teórica e ideias de escritores, assim como a relação entre o mundo real e o sujeito. Do ponto de vista de procedimentos teóricos, é considerada uma pesquisa bibliográfica, já que foi elaborada a partir da leitura e análise de livros, artigos e material disponibilizado na Internet. Será

realizado um questionário, onde oportunamente os alunos de graduação do curso de Letras do Centro Universitário Fluminense – UNIFLU/FAFIC responderão, a respeito do hábito ou não de leitura e a importância do veículo que mais utilizam para leitura: virtual ou impresso. Foi realizado um questionário na rede social “FACEBOOK” onde os usuários puderam responder a perguntas referentes ao tipo de suporte mais usado como leitura (impresso ou virtual), a quantidade de livros lidos em um ano, tempo dedicado à leitura, além de maiores barreiras para que ocorra a frequência da leitura. Com base nesse questionamento, teremos material que nos permitirá analisar se o livro impresso corre risco de cair em desuso e se o crítico genético apenas terá como material de trabalho, textos manuscritos do passado, já que o indivíduo pós-moderno não fará mais uso de texto manuscrito.

III - Desenvolvimento

1. História genética

Os estudos genéticos surgiram na França em 1968 com Louis Hay e Almuth Grésillon, que faziam um estudo da obra do poeta alemão Heinrich Heine. No Brasil ela só surgiria mais tarde, em 1985, com o “I Colóquio de Crítica Textual: o Manuscrito Moderno de Philippe Willemart”. Um percurso pela história nos mostra que muitos pensadores a exerceram sem saber, quando faziam relevantes estudos sobre a natureza de uma obra. Como diz SALLES (2008, p. 10): *“Como estamos lidando com uma nova abordagem para a obra de arte, acredito que temos de ser muito rigorosos no que diz respeito à sua definição, para não estarmos dando à luz uma crítica que já nasce para ser criticada por suas fronteiras nebulosas.”*.

Ao analisarmos o processo evolutivo dos estudos críticos, vemos como é fascinante o inusitado caminho percorrido por alguém que tenta conhecer integralmente uma obra desde a primeira rasura. Junto a esse interesse, enfrentamos a questão da preservação das obras literárias, do esforço dos escritores em fazer obra imortal, e nada torna uma obra mais viva do que estudar sua origem, seus percursos e percalços até a publicação e, algumas vezes, ou senão na maioria das vezes, em nosso século, a sua divulgação por meio da virtualidade. O conhecimento dos resultados é indescritível,

porém o estudo do processo de realização da obra tem sempre primazia. O estudo literário passa a ser visto como o estudo do processo de construção de uma obra.

Quando a obra criticada é um poema, o geneticista tem um trabalho ainda mais complexo, já que lida profundamente com a percepção do momento da criação e todos os aspectos que envolveram as transformações ocorridas até que o autor desse a obra por concluída. A exemplo disso incluirei um trecho do trabalho como geneticista sobre o “Soneto de Constatação-VI”, do poeta cearense Pedro Lyra, no livro Desafio – Uma poética do amor:

Na 6ª linha, o poeta escreveu na redação original:

girando no subúrbio do universo.

Numa primeira rasura, ele emendou:

...a rolar nos subúrbios do universo,

O verbo no infinitivo “rolar”, substituiu o verbo no gerúndio “girando”, dando-nos a ideia de que o planeta Terra gira num espaço menos importante do cosmos. Mais tarde, numa nova emenda conforme a primeira datilografia retocada, o poeta refaz o verso:

nos largando nos subúrbios do universo,

para só então concluir, na versão que seria a definitiva:

nos largando aos subúrbios do universo.

Por razão métrica (o verso contava 11 sílabas), a preposição por contração “nos” é substituída pela preposição “aos”, que elimina a sílaba excedente pela elisão com a palavra anterior (“largando”), terminada em vogal átona. Além disso, o poeta talvez não tenha querido a repetição do vocábulo “nos”, com classe gramatical diferente, já que no início do verso aparece como um pronome pessoal oblíquo, bem como por talvez não conseguir a sonoridade desejada.

Percebemos que o escritor faz rasuras na construção do seu texto, substituindo termos de forma a encontrar aquele que verbaliza exatamente o que quer dizer. As várias substituições feitas pelo autor demonstram a busca por encontrar a palavra que melhor expresse o pensamento.

Ao fazer crítica genética, é como se o geneticista dialogasse com os sentimentos do autor. Impossível não se envolver com a obra e despertar no estudioso um sentimento profundo que se transforma em admiração. Na medida em que acompanhamos o ato criador, pesquisamos, buscamos conhecer a obra na essência, quase que por algum momento nos consideremos coautores quando registramos o que o autor disse ou deixou subentendido. Embora não seja esse o papel do geneticista, isso se torna inevitável.

Com a evolução dos estudos e das práticas genéticas, todos os documentos e objetos que ajudaram na construção da crítica desenvolvida, que antes se intitulavam apenas como “manuscritos”, passaram a se chamar “documentos de processo”. O estudioso utiliza-se agora não tão somente de manuscritos, mas também de reedições, gravações, vídeos, de qualquer material que possibilite a exploração do texto a ser elucidado.

No caso do material para minha pesquisa de dissertação, lancei mão de manuscritos do grande poeta Pedro Lyra, que compreendia desde guardanapos a cartelas de bingos, além de maravilhosas anotações sobre seu estado de espírito, assim como cigarros consumidos e doses de whisky, vinho ou cerveja. Isso comprova o quão ligado à sua obra o autor está. A escritura de seus sonetos não se distancia da sua vida cotidiana, a inspiração pode surgir em qualquer momento do seu dia ou em qualquer lugar onde esteja. Sua inspiração está presente nos momentos mais intensos e íntimos como relata LYRA, (Desafio, 3ª edição, p. 316) no depoimento sobre a gênese do livro:

Um dia – só para provocar a minha face mais frustrada: a do jogador que nunca fui – fui a um cassino, com uma bela garota alentejana. Inês – tinha que ser logo uma Inês, sendo eu um Pedro, e em Portugal! Fizemos um caixa único. De cara, bati um bingo: 200 dólares. Na mesma noite, larguei o apartamento pelo hotel onde ela estava hospedada. Dias depois, numa espetacular batida acumulada à bola 44, com as últimas cinco saindo em seguida, ela arrebatou um outro, em torno de US\$ 1.000. Outras batidas e cravadas, ao longo de três meses – e ganhamos mais uns US\$ 3.000. Compramos um carrinho – e aí foi um delírio além das órbitas. Apesar da mudança radical de situação, eu escrevia – entre um full-hand, um bingo, um pass pair black/28 e um beijo – algum outro soneto: o “Lavragem-VIII” foi escrito com o papel sobre o ventre dela.

Isso ocorre porque um poeta escreve com a alma, ele está continuamente conectado à sua obra e respeita o momento da criação. O mais belo disso tudo é ver a obra nascendo em um momento mais inusitado e que o autor não desobedece ao instinto criador.

1.1 Multidisciplinaridade genética

A partir de meados dos anos 90, cresceu muito o interesse pelos estudos de crítica literária, então um momento interdisciplinar, onde algumas ciências abordaram a questão da genética com propriedade. Pesquisadores se dedicaram efetivamente ao estudo da crítica genética, uma prática científica que está estritamente ligada a diversas áreas como a Linguística, a Psicanálise e a Análise do discurso. É a transdisciplinaridade com a diversidade de teorias que possibilita o conhecimento dos múltiplos ângulos da criação literária.

Todo esse trabalho exige muita dedicação e disciplina. Trilhar um caminho repleto de esboços, rasuras, metamorfoses é muito complexo e exige atenção e percepção minuciosas. Às vezes o geneticista assemelha-se a um arqueólogo ou historiador, quando busca, na genética, a origem da ideia, o surgimento do pensamento para a execução da obra. É magnífico pensar que o pesquisador detém nas mãos um

material, algumas vezes de um autor morto, e vai escavando, buscando, descobrindo, pesquisando as raízes.

1.2 Da inspiração à escrita – um processo semiótico

A semiótica, palavra que vem do grego *semeion*, que significa signo, consiste no estudo dos signos e envolve tudo aquilo que vemos, pensamos e imaginamos sobre determinada coisa. O seu estudo aos moldes *peirceano*¹, afirma que todo pensamento se dá em signos, logo esse pensamento é a ampliação da noção de signo e, por consequência, da noção de linguagem.

Os signos usados pelo poeta Pedro Lyra em seu *Soneto de Constatação VI*, permite que se possa fazer um estudo semiótico dos versos, onde signos usados nos possibilitam captar a amplitude da ideia. Percebemos no soneto, que o poeta faz referência à natureza, à origem do homem quando diz:

***“...depois
negaram a filiação divina
mostrando uma ascendência de antropóides.***

O poeta presenteia o leitor com a possibilidade da análise semiótica onde o verso, faz referência, a teoria evolucionista de Darwin. Foi necessário que se negasse o teocentrismo e se passasse a acreditar no evolucionismo. Aqui, fica evidenciado o valor científico. Assim, em vários momentos do soneto, é possível fazemos uma leitura semiótica. O geneticista então é levado a analisar a obra agora com valor de signos linguísticos que seria mais uma forma de olhar para o manuscrito.

Charles Sanders Peirce (1839-1914), cientista, matemático, historiador, filósofo e lógico norte-americano, é considerado o fundador da moderna Semiótica. Graduou-se com louvor pela Universidade de Harvard em química, fez contribuições importantes no campo da Geodésia, Biologia, Psicologia, Matemática, Filosofia. Peirce, como diz Santaella (1983: 19), foi um

"Leonardo das ciências modernas". Uma das marcas do pensamento peirceano é a ampliação da noção de signo e, conseqüentemente, da noção de linguagem.

Toda análise semiótica de um texto, de uma obra, é baseada em uma lógica incerta, já que parte do olhar do crítico, da sua percepção. Podemos caracterizar esse processo como uma busca aventureira por um universo desconhecido. Alguns críticos sentem certa dificuldade em identificar a gênese do texto criticado. Muitos dizem não saber se aquele manuscrito foi mesmo a origem do texto. Daí a importância do trabalho que desenvolvi quando pude ter em mãos o primeiro manuscrito do soneto do poeta Pedro Lyra, fornecido pelo próprio autor, que apresentava rasuras significativas, riscos, anotações pessoais, alterações, substituições. O texto vinha impregnado com as marcas do autor. Sempre pude senti-lo presente nos documentos que critiquei.

As pesquisas aqui desenvolvidas caminham para uma singularidade do texto. Nenhum outro texto terá o mesmo caminhar, a mesma história sequencial dos acontecimentos que levaram a sua criação, o que torna o ato criador, singular. A análise semiótica nos permite delinear um texto com suas especificidades. O geneticista assemelha-se a um artesão que vai descobrindo, entalhando, fazendo dos signos imagens visíveis conscientes ou inconscientes. Como afirma SALLES (2002):

A criação mostra-se como uma metamorfose contínua. É um percurso feito de formas em seu caráter provisório e precário porque hipotético. O percurso criador é um contínuo processo de transformação buscando a formatação da matéria de uma determinada maneira e com um determinado significado. Processo este que acontece no âmbito de um projeto estético e ético e cujo produto é uma realidade nova.

O processo criativo é algo complexo, já que vai além da vontade do autor, na medida em que a composição só terá sentido se apreciada, lida. Um texto, uma obra, algumas vezes, leva um tempo considerável até que lhe cheguem às palavras certas, até que encontre a medida exata para a sua construção ser considerada pronta, o que nos possibilita analisar as fases dessa escritura. É neste caminho percorrido que se dá a busca pela perfeição, a busca por encontrar a expressão exata. Toda essa preocupação do poeta se encontra em dois aspectos importantes. A satisfação pessoal, que seria a sua

primeira necessidade, e a satisfação do leitor, que obterá realização cultural. O escritor só encontrará felicidade plena quando vir seu trabalho reconhecido.

Outro fator relevante para a construção de um autor é o momento em que vive. Os momentos em que vivencia solidão, angústia e tristeza, são os mais propícios às criações significativas. Algumas vezes o sofrimento impulsiona o escritor às mais belas obras. Ele vê nascer da dor, seus pensamentos mais complexos. Na tentativa de se erguer, promove as mais belas criações. Tantos signos desvendados fazem parte de um ajuntamento de emoções, algumas vezes inconscientes, que refletem em sua obra, seus momentos, suas angústias. O trabalho semântico é muito mais complexo que o linguístico. Segundo SALLES (2002) “**A arte é resultado da insatisfação humana.**”

Existem fatos que caracterizam um autor, que só o geneticista percebe ao criticar uma obra. O leitor em sua leitura lúdica, acrítica, não percebe muitas vezes alterações feitas pelo autor, estilos de escrita, opções por formas que mais agradam. No desenvolvimento do trabalho crítico realizado em “*Não verás país nenhum*” de Ignácio Loyola Brandão, SALLES, (2002), comenta alguns procedimentos de escrita do autor:

Em suas anotações, Loyola afirma que artigos são “desnecessários”. Ele acredita que a supressão de artigos dá “melhor sonoridade e fluência” ao texto. “Estou cortando todos **um** que vejo pela frente, o **um** é desnecessário”. Ou ainda “Esbarro em muitos **isso, esse, essa**. Que terrível”. Diz, em outro momento, buscar “um estilo econômico, bastante simples e despojado”. Loyola lutou por um *Não verás* enxuto, onde artigos e alguns pronomes, sendo desnecessários segundo seus critérios, deveriam ser eliminados. Vale lembrar que outras obras do autor, cujos processos de construção venho acompanhando, são alvo deste mesmo procedimento.

No texto criticado, observo que a decomposição de verso é uma das características mais fortes e presentes nos poemas de Pedro Lyra. Nos primeiros manuscritos, o poeta não fazia uso desse recurso, porém nas publicações elas estão presentes como uma marca, como pode ser observada no exemplo abaixo:

**“...Quebramos nosso espelho, sem rancores,
pois ainda restava-nos o amor”**

(Transcrição do primeiro manuscrito,)

***Quebramos nosso espelho, sem ~~rancores~~, ressalvas
pois ainda restava-nos o amor.***

492

(Transcrição do segundo manuscrito, agora com a rasura e a substituição da palavra “rancores” pela palavra “ressalvas”).)

***Quebramos nosso espelho
sem ressalvas
pois ainda restava-nos o amor.***

(Transcrição da primeira digitação retocada, agora com a decomposição do verso, que caracteriza seus sonetos).

Ainda relativo ao “Soneto de Constatação VI”, percebemos outras emendas que ocorrem com os versos, em vários momentos da construção, quando ele faz alterações em seus versos para em outro retoque retomar a ideia anterior. Como vemos no trecho a seguir:

***Quebramos nosso espelho
sem ressalvas
pois ainda resta-nos o amor.***

Nesse trecho da primeira digitação retocada, observamos a expressão “ressalvas”, que na segunda redação retocada será substituída pela expressão “recalques”.

***Quebramos nosso espelho
sem ~~ressalvas~~ grandes recalques
pois ainda resta-nos o amor***

Na primeira edição publicada, Pedro Lyra retoma a expressão usada na primeira digitação retocada. A ideia persistiu nos pensamentos do autor, por talvez ter sido aquela que melhor expressasse seus pensamentos, tendo feito apenas a alteração no substantivo “Amor” que agora aparece com inicial maiúscula ao final do verso, como a destacar a grandeza do sentimento.

Quebramos nosso espelho

sem ressalvas

pois ainda resta-nos o Amor.

Assim concluímos, conforme afirma SALLES (2001), que a obra é permanentemente mutável. O autor possui a liberdade de movimentar seu texto fazendo as alterações necessárias que expressarem melhor suas ideias.

É neste sentido que discutimos a verdade artística (SALLES, 2001), que surge da própria trama da construção da obra e que, por estar inserida na continuidade do processo, não é absoluta nem final, mas sempre potencialmente mutável. Verdade que emerge da obra, sob o comando do grande projeto do artista.

1.3 Da rasura à virtualização da obra

A crítica genética analisa a obra de um determinado autor, do manuscrito à sua versão definitiva. Através da análise de documentos preservados em museus, bibliotecas ou academias, ou vindos da mão do próprio autor, busca-se elucidar os caminhos trilhados até a conclusão da sua obra.

O material a que se tem acesso é composto de manuscritos, esboços, ou transcrições quando não estão legíveis. Trata-se de uma elaboração crítica de diversos documentos que compõem o processo criativo. O geneticista toma em suas mãos o material e começa a trilhar o caminho que o autor percorreu: suas pegadas, dúvidas, as substituições de termos, datas, lugares e tudo que compõe uma obra literária. Afinal,

parte significativa de uma obra poética começa na rasura, pois jamais um texto literário foi considerado pronto ou publicado na forma em que brotou.

Como críticos, possuímos a faculdade de analisar a obra do autor, fazendo uma apreciação minuciosa. Um dos fatores mais relevantes no trabalho do geneticista é a percepção. É como se passeássemos pela mente do escritor na tentativa de descobrir o que ele está dizendo a si mesmo no momento da criação. O principal papel do geneticista é assumir a sua própria subjetividade e construir hipóteses para a trajetória da obra e do próprio autor.

O pesquisador é um curioso, que viaja profundamente pelos caminhos mais difíceis na tentativa de conhecer profundamente a obra criticada, como afirma CALVINO (1990, p. 91):

Essa reação, talvez, possa ser explicada porque, na verdade, o crítico passa a conviver com o ambiente do fazer artístico, cuja relevância os artistas sempre conheceram e reconheceram, na medida em que sabe que a arte não é só o produto considerado "acabado". Eles parecem ter plena consciência de que a obra consiste na cadeia infinita de agregação de idéias, ou seja, na série infinita de aproximações para atingi-la.

Em sua obra, Ítalo Calvino aborda primorosamente as seis conferências pelas quais determinaria a perenidade de uma obra literária. Que seriam: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência. Porém Calvino morreu antes de escrever a última conferência. Segundo ele, essas conferências possibilitariam ao leitor vivenciar as várias sensações dentro da leitura feita. O autor faz considerações relevantes sobre os elementos dos quais uma obra deveria ser composta. Pontos como a ferramenta linguística, a precisão da ideia, possibilitariam uma maior cumplicidade da parte do leitor em relação à obra, fazendo com que o leitor vá desfazendo os nós invisíveis, penetrando sutilmente na atmosfera criadora do autor e percorrendo o caminho, juntos.

Já existem escritores que escrevem suas obras nas páginas virtuais, em redes sociais, e dividem com o público leitor a sua criação, possibilitando assim alguns comentários. Porém esse texto já chega ao leitor acabado, pronto, sem gênese. Nesse momento, o escritor tem a medida exata da repercussão da sua obra. É quase

instantâneo, ele não precisa esperar sua obra ser publicada e seu público leitor se manifestar de uma maneira mais demorada para saber o impacto da obra escrita. O olhar crítico do público leitor é relevante, na medida em que ele participa instantaneamente da obra ainda em construção ou já acabada. A opinião do leitor pode funcionar como uma rasura, o que sugere ao escritor uma releitura e, oportunamente, alguma alteração posterior. Porém não consiste em uma análise, já que esta exige tempo e elaboração tão acurada quanto à própria criação do autor.

Diferente do saber científico, que pode ser comprovado, o criador que se compraz em ver sua obra acolhida pelos outros, lida com a imprevisibilidade caso suas obras, mesmo publicadas, não venham receber a aprovação dos leitores, de um público que ele sonha permanente e universal.

IV – Resultados Alcançados

Concluimos que o uso indiscriminado do computador extinguiria a tarefa de um pesquisador da gênese literária, já que a possibilidade de “*deletar*” de um texto a rasura feita, impede o acompanhamento do processo e das partes de sua elaboração.

Diante da grande preocupação com o futuro da crítica genética a Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva defende a ideia de que mesmo que não haja na era digital manuscritos, rascunhos, cadernos de notas, a crítica genética sobreviveria porque o verdadeiro objeto de estudo do geneticista é o processo de criação. Considero que não podemos esquecer que nesse processo de criação o manuscrito é o principal objeto, já que representa o “gene”, a origem, o começo. A imagem metafórica do rascunho representa o início, a primeira ideia. A etimologia da palavra “genética” tem como origem o grego “*genno*”, que significa “*fazer nascer*”, o princípio, que para os nossos estudos representaria o nascer de uma obra. A era digital não preserva o rascunho, ela “deleta”, apaga, substitui sem deixar traços do caminho percorrido ou no máximo salva versões impessoais ausentes das marcas do autor.

Este trabalho não apresenta resultados por ser tratar de uma pesquisa em andamento, por isso ainda não concluída.

V - Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carlos Antônio de – **A cada Leitor seu texto: Dos livros às Redes** (Artigo Acadêmico)

BIASI, Perre Marc. **A crítica genética** In: **BERGEZ**, Daniel. Métodos críticos para a análise literária. São Paulo: Martins Fontes, 1997,

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio: Lições Americanas**- Ed. Companhia das Letras, 1990

LÉVY, Pierre - **Cibercultura**. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1999

LYRA, Pedro. Desafio – **Uma poética do amor**. 3ª.ed. Fortaleza/Rio de Janeiro, Ed.UFC/Topbooks, 2002.

RECUERO, Raquel da Cunha – **Redes Sociais na Internet** (Artigo Acadêmico)

PINO, Claudia Amigo; **ZULAR**, Roberto. *Escrever sobre escrever. Uma introdução crítica à crítica genética*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

SALLES, Cecília Almeida (2002)– **Crítica Genética e Semiótica – Uma interface possível** In: **ZULAR**, Roberto (Org.) **Criação em processo: ensaios de crítica genética**. São Paulo: CAPES; FAPESB; Iluminuras. p. 177-201.

SALLES, Cecília Almeida. **Crítica genética – Fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo criação artística** – Série Trilhas , EDUC — Editora da PUC-SP, 2008

SALLES, Cecília Almeida; **CARDOSO**, Daniel Ribeiro. "**Crítica genética em expansão**", *Ciências e cultura* v. 59, n.1, São Paulo: SBPC, 2007

SALLES, Cecília Almeida (2009) – **O Processo de Criação de ao Verás País Nenhum** - REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 1, a. 5, n. 5.

SANTAELLA, L. (1983). *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense.

SANTAELLA, L. (2001). *Matrizes da Linguagem e Pensamento*. São Paulo: Iluminuras. (p.32)

497

SILVA, Márcia Ivana de Lima e; **Crítica genética na era digital: o processo continua;** Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 43-47, out./dez. 2010 (Artigo de periódico)

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; **GOMES**, Maria Lúcia Moreira – **Educação e Ciberespaço**. Brasília: Usina das Letras – 2008

LIMA, Sônia Maria Van Dijk. **Manuscrito: objeto da crítica genética** In: Anais do IX Encontro da ANPOLL, Vol. I. João Pessoa, 1995, pp.137-140 (Artigo de periódico)

WILLEMART, Philippe – **Crítica Genética e Psicanálise** – São Paulo : Perspectiva; Brasília, DF : CAPES, 2005

WILLEMART, Philippe - **A Crítica Genética Hoje** - Alea: Estudos Neolatinos, vol. 10, n..1, enero-junio, 2008, pp. 130-139 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil

ANEXO

SONETO DE CONSTATAÇÃO – VI

Nossa aventura é só decepção:

primeiro

retiraram-nos do centro

nos largando

aos subúrbios do universo;

depois

negaram a filiação divina

mostrando uma ascendência

de antropóides;

logo após

suprimiram a liberdade

provando que se pensa

tal se vive;

no final

subjugaram a consciência
submetendo a vontade
a uma pulsão.
Quebramos nosso espelho
sem ressalvas
pois ainda
restava-nos
o Amor.
Porém
na hora-vida
rompe o outro
e corta o último fio
ao constatarmos
que nos amam por si
e não por nós.

(LYRA, Pedro. Desafio – Uma poética do amor. 3ª.ed.
Fortaleza/Rio de Janeiro, Ed.UFC/Topbooks, 2002.)

APRENDER LÍNGUAS ESTRANGEIRAS POR MEIO DAS TICS NA PERSPECTIVA DA ECOLINGUÍSTICA

Ana Cláudia Oliveira Silva (UFPI)¹
Francisco Wellington Borges Gomes (UFPI)²

Resumo: Neste artigo, inicialmente discutiremos sobre o crescimento e consolidação da Ecolinguística como ramo dos estudos da linguagem e o seu papel como um instrumento de análise das relações entre linguagem e tecnologia. Em seguida, apresentaremos a Teoria da Percepção e a análise de propiciamentos (affordances) como meios de compreender melhor como artefatos tecnológicos são vistos e usados em ambientes de ensino/aprendizagem de línguas. Por fim, debateremos sobre uma visão Ecolinguística do processo de aquisição de línguas estrangeiras.

Palavras-chave: Ecolinguística; Aprendizagem de línguas estrangeiras; TICS; Teoria da Percepção; Propiciamentos.

Abstract: In this paper, we first discuss about the growing and consolidation of Ecolinguistics as a branch of language studies and its role as an instrument for the analysis of the relationships between language and technology. In a second moment, we present the Theory of Perception and the analysis of affordances as a means of understanding how technological artifacts are seen in language teaching/learning environments. Finally, we discuss, from an ecolinguistic point of view, the process of foreign language acquisition.

Key-words: Ecolinguistics; Foreign language learning; TICS; Theory of Perception; Affordances.

Introdução

Durante a primeira metade do século XX, acreditava-se que saber uma língua estrangeira (LE) era sinônimo de saber descrever os pormenores de sua estrutura

¹ Mestre em Linguística Aplicada pela UNICAMP; Professora Assistente de Língua Inglesa na Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina - PI, Brasil, e-mail: anaclaudia@ufpi.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6301845039704370>).

² Doutor em Linguística Aplicada pela UFMG; Professor Adjunto de Linguística na Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina - PI, Brasil, e-mail: wellborges@ufpi.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7258815078217410>).

sintática, assim como suas unidades sonoras, frequentemente de forma individual e descontextualizada; Naquela época, havia pouca ou quase nenhuma oportunidade do aprendiz interagir na língua alvo (L-alvo), uma vez que o objetivo era desmembrar e descrever as unidades constitutivas da língua em questão.

Posteriormente, com as teorias construtivistas³ do final do século XX e início do século XXI - notadamente a partir do final da década de 70 e início dos anos 80 - e o amadurecimento da noção de que a comunicação deveria ser o maior objetivo de um falante de LE, intensificou-se a ideia de que os aprendizes precisavam saber realizar certas funções, tais como prometer, convidar, recusar, dentre outras, situadas em um contexto social e cultural (LARSEN-FREEMAN, 2000, p.121).

Hoje, a aprendizagem de línguas se apresenta com várias faces, dentre elas a de que se aprende a língua por meio da interação autêntica, que segundo Rivers (1987, p.4) e Larsen-Freeman (2000, p.129), ocorre quando a mensagem enviada de uma pessoa para outra contém informações de interesse para as duas, ou quando há informações desconhecidas por uma das pessoas envolvidas. De acordo com esta visão, o aprendizado é fruto das negociações por significado entre os sujeitos envolvidos na interação.

A noção de aprendizado como fruto da interação, por sua vez, implica a existência de outro princípio a ela relacionado: o de que uma LE é aprendida em um contexto físico, experiencial e social. A aprendizagem e uso da língua estão subordinados às normas situacionais, culturais e sociais vigentes no ato da enunciação. O aprendiz deve, por exemplo, ter o conhecimento de que em determinados contextos, situações e com determinados interlocutores, alguns estilos e registros podem ser mais aceitos que outros e que o não cumprimento dessas normas pode implicar sanções por parte de seus “parceiros” no discurso.

Mais recentemente, outros princípios teóricos, frequentemente provenientes de outras áreas do conhecimento, passaram a fazer parte das discussões sobre a aprendizagem de línguas, em parte como um reflexo do caráter transdisciplinar assumido pela Linguística Aplicada nas duas últimas décadas (GRABE, 2010). Dentre eles, destacamos nesse artigo o papel da Ecolinguística em discussões contemporâneas,

³ Corrente pedagógica baseada nas teorias de Piaget e Vygotsky, dentre outros, que integra paradigmas linguísticos, psicológicos e sociológicos. Em termos gerais, ela enfatiza a ideia do homem como sujeito ativo responsável pela construção do seu próprio conhecimento, que por sua vez é construído a partir de suas experiências, interações sociais e pelo conhecimento de si mesmo e do papel que ele exerce no meio em que está inserido.

notadamente no contexto das mudanças de ordem sócio-histórico-culturais que têm guiado as reflexões sobre as possibilidades oferecidas pela crescente inserção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na vida de aprendizes de LE.

Cada vez mais rápido, e com maior autoridade, os meios e tecnologias de comunicação se estabelecem como espaços de socialização de forma que, para alguns, chegam a concorrer com outros espaços sociais, dentre eles o ambiente escolar. Atualmente, é comum que uma criança, antes mesmo de ingressar na vida escolar, já tenha amplo contato com instrumentos tecnológicos como o computador, a internet, telefones celulares, dentre vários outros, amplamente inseridos no cotidiano de pessoas provenientes de diversos estratos sociais.

Nesse contexto, a Ecolinguística define-se como uma área da Linguística dedicada ao estudo das relações entre a língua e seu respectivo meio ambiente social, ou seja, do *ecossistema fundamental de uma língua (EFL)*, que se constitui por um *povo* (população da ecologia) que habita em determinado *território* (biótopo). Nele, o estudo de inter-relações estabelecidas entre organismos e o seu meio ambiente pode oferecer importantes subsídios teóricos para a compreensão de aspectos da comunicação e interação de indivíduos em um meio social (COUTO, 2009).

A visão ecológica atribuída aos sistemas linguísticos

Em termos gerais, Ecologia é o estudo de como os seres vivos interagem entre si e com o ambiente ao seu redor. Cunhado em 1866 por um discípulo de Charles Darwin, Ernest Heckel, o termo originalmente não tinha o sentido atribuído a ele atualmente. Isso só aconteceu quase 30 anos depois de ser cunhado, em 1895, ao aparecer no tratado de geobotânica geral de Eugen Warming, criando as bases da ciência ecológica atual (EICHLER, 2005). Dentre os atuais conceitos de ecologia, Eichler nos apresenta dois deles, popularizados a partir dos anos 60:

I. Parte da biologia que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem, com base em suas recíprocas influências;

II. O ramo das ciências humanas que estuda a estrutura e desenvolvimento das comunidades humanas em sua relação com o meio ambiente e sua consequente adaptação a ele, assim como novos aspectos que os processos tecnológicos ou os sistemas de organização social possam acarretar para as condições de vida do homem.

Um olhar da linguística aplicada (ou linguística educacional) que contribuiu para esta reflexão foi observado em Van Lier (2000). Para o autor, o termo “ecologia” é usado para descrever duas visões distintas, a de ecologia de superfície e a de ecologia profunda. Enquanto a primeira se refere ao estudo e manuseio do meio ambiente, ou de ecossistemas específicos, incluindo a previsão e tratamento de danos e desastres ambientais; a segunda se refere a uma visão antropocêntrica, em que o ser humano é visto como parte de um sistema complexo e superior de interação. Nesta visão, ao interagir com objetos e artefatos físicos e psicológicos, com práticas sociais, históricas e culturais, além de com o meio ambiente e outras formas de vida que dele fazem parte, o homem modifica o mundo ao seu redor e, ao mesmo tempo, a si próprio.

Dentre os conceitos fundamentais para a ciência ecológica estão os conceitos de “população”, que inclui um grupo de indivíduos de um determinado organismo; de “comunidade”, que inclui todas as populações que ocupam uma dada área; e de “ecossistemas”, que nas palavras de Odum (1985, citado em EICHLER, 2005) são:

Unidades que abranjam todos os organismos que funcionam em conjunto numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas em uma reciclagem de materiais entre as partes vivas e não-vivas.

Em um ecossistema, comunidade e ambiente não vivo funcionam em consonância. Isto quer dizer que “cada nível está integrado ou interdependente com outros níveis, não podendo haver linhas divisórias abruptas ou rupturas num sentido funcional, nem mesmo entre organismos e população” (Idem). De acordo com essa perspectiva, um organismo individual não consegue viver muito tempo sem sua população, da mesma forma que uma comunidade não consegue existir sem um ecossistema.

Na perspectiva ecológica, a relação de interdependência entre organismo e ambiente molda as relações entre todos os organismos pertencentes a um determinado ecossistema, incluindo o ser humano e suas interações sociais, seus comportamentos e processos cognitivos. Sobre isso, Ramos (2004) nos diz que:

Nos últimos anos, as Ciências da Vida vêm apontando para o fato de, no mundo natural, os animais e as plantas estarem organizados em redes de equilíbrio dinâmico e não em estruturas hierárquicas lineares, interagindo num todo que decorre da existência de cada indivíduo, sofrendo modificações pela ação de cada um deles, mas fazendo reverter essa ação (ou consequências dela) sobre o próprio agente. Além disso, a consideração das estruturas em rede exige que o estudo de um elemento de um ecossistema tenha em conta,

necessariamente, todo o ecossistema, tanto elementos do mesmo tipo, como outros, que integram e constituem o todo, assim como as condições externas (como o clima, por exemplo), não como partes dissociadas do mesmo.

Desta forma, na visão ecolinguista, para se entender as ações e atividades humanas, dentre elas aquelas relacionadas à linguagem, é necessário considerar o homem como membro de uma espécie, que por sua vez é produto de uma seleção natural de espécies e da adaptação a um ambiente em constante mudança, sendo que tais mudanças são provocadas tanto por fatores naturais relativos ao próprio ambiente (causados sem a interferência humana) quanto pela ação de outras espécies que convivem em um ecossistema e, principalmente, pela própria ação do homem, que modifica o ambiente e a si mesmo no decorrer da história por meio da criação e uso de artefatos⁴.

Eichler (2005), que discute sobre o crescente uso da metáfora ecológica nas ciências humanas, nos diz que à medida que os campos disciplinares foram sendo desenvolvidos e as estruturas teóricas complexadas, métodos e especialidades científicas pertencentes a numerosas áreas passaram a integrar as ciências naturais e sociais, sendo a ecologia um exemplo claro desta integração, que possui enorme potencial para aplicação nos assuntos humanos, uma vez que as situações de mundo real quase sempre incluem um componente de ciência natural e um componente sócio-econômico-político.

No caso das ciências da linguagem, especificamente, Ramos (2004) nos diz que a noção de ecologia integra uma metáfora que associa a linguagem ao ambiente, seja ele natural, social, histórico ou psicológico. De acordo com ele, a descrição e análise linguísticas sob uma perspectiva ecológica têm trazido nas últimas décadas importantes contribuições para as ciências da linguagem, notadamente em áreas como a Pragmática Linguística, a Análise do Discurso, a Linguística Teórica e a Linguística Aplicada.

⁴ Luria (1928, citado em COLE, 1999, p. 89) nos diz que um dos fatores que diferencia o ser humano de outros animais é sua capacidade para criar, usar e adaptar ferramentas/artefatos de acordo com suas necessidades no decorrer da história. O uso desses artefatos transforma simultaneamente as condições da existência humana e a estrutura dos processos psicológicos. Nessa transformação, processos diretos ou “naturais”, ou seja, aqueles inerentes às características biológicas humanas são associados a processos indiretos, mediados por artefatos. Tal visão é corroborada por Vygostky (Apud COLE, 1999, p.89), para quem a mudança qualitativa na atividade humana também é realizada pela mediação, sendo a aquisição da linguagem um exemplo claro de atividade mediada responsável pela criação das funções psicológicas que caracterizam o ser humano. Wartfolky (1979, apud COLE, 1999, p.90), igualmente, defende que a criação de artefatos, incluindo palavras, é o que determina as condições de existência da espécie humana.

No tocante às relações entre linguagem e tecnologia, como a abordagem ecológica implica no estudo de organismos em consonância e inseridos em um ambiente em que ambos são mutuamente interdependentes, ela nos oferece mecanismos para compreendermos a interação entre homem e máquina e o uso e valores atribuídos a ferramentas tecnológicas em um determinado contexto linguístico situacional e sociocultural. Assim, o valor atribuído a uma ferramenta tecnológica, como o computador, por exemplo, pode ser analisado de modo mais aprofundado se investigarmos mais do que as características meramente inerentes ao artefato tecnológico. Para a Ecolinguística, é necessário considerar a relação estabelecida entre tecnologia, o ambiente que está sendo usada (ecossistema) e os próprios agentes da ação (usuários), seus valores sociais e culturais e a forma como todos estes fatores interagem entre si na construção das percepções do agente sobre uma ferramenta tecnológica.

Segundo Woods (1996, p.91-92), percepções são conjuntos de estruturas de conhecimento ou esquemas cognitivos que organizam as ações humanas. São elas que nos permitem planejar e realizar atividades escolhendo dentre os esquemas de que dispomos aqueles mais adequados para alcançar determinados objetivos. (Van Lier (2000); Albrechtsen et AL (2001); Singleton & Aronin (2007); Günther, (2003), dentre vários outros, defendem a investigação de percepções nas mais diversas áreas, dentre elas a aprendizagem de línguas e o estudo da interação homem-máquina. Seus princípios fundamentais são baseados nas ciências ecológicas, em que a percepção do ambiente e das possibilidades de ação por ele fornecidas - frutos da interação entre organismos vivos e o ecossistema do qual fazem parte - motivam as ações humanas.

A respeito da investigação sob a ótica ecológica, Eichler (2005) chama a atenção para a necessidade do uso de teorias e modelos validados que se proponham a explicar de maneira profunda as relações entre as sociedades humanas e seus ambientes. Segundo ele, muitas investigações que aplicam princípios ecológicos são tachadas de “falácias ecológicas” por não conseguirem unir, em uma abordagem ecossistêmica, as dimensões biológica e cultural da totalidade do ser humano. Dentre as teorias ecológicas mais influentes na pesquisa em estudos linguísticos destacam-se aquelas de forte caráter psicológico, reunidas sob a denominação de psicologia ecológica, tais como a Teoria da Percepção, de Gibson (1986), cujas bases serão abordadas a seguir.

Teoria da Percepção e propiciamentos (*affordances*): instrumentos de análise para as relações entre linguagem e tecnologia.

Proposta por Gibson (1986), a Teoria da Percepção se refere ao estudo de como os animais e o ser humano percebem o ambiente ao seu redor e de que forma essa percepção pode influenciar na condução de uma determinada atividade. De acordo com ela, ação e a percepção estão ligadas por objetos do mundo real que propiciam possíveis formas de ação a determinadas espécies ou indivíduos. Nossa percepção de distância, por exemplo, só é possível se considerarmos um objeto inserido em um amplo contexto visual que inclui: a superfície e quem ele está disposto, outros objetos próximos, sua posição, em relação a esses objetos e em relação a que o observa, sua locomoção e trajetória, dentre vários outros elementos que constituem as pistas visuais que nos permitem inferir a que distância ele está. Ao atravessarmos uma rua, por exemplo, é a integração desse conjunto de fatores, dentre outros, que nos permitem inferir a que distância estamos dos carros, se eles encontram-se em repouso ou em movimento, em que direção se movem e em que velocidade. Por sua vez, é a partir da percepção de que estamos a uma distância segura de qualquer carro em movimento que tomamos decisões e realizamos ações, tal como atravessar ou não a rua em um determinado momento. Segundo a Teoria da Percepção, é a partir da percepção dos inúmeros fatores ambientais que nos rodeiam que somos capazes de refletir e conduzir ações, desde as mais simples às mais complexas, sejam elas conscientes ou involuntárias.

Esta relação entre percepção e ação é o que Gibson chamou *affordance*, termo traduzido para o português por *propiciamento* em Paiva (2010). Segundo Cornwell et al (2003) nós percebemos objetos de acordo com as possibilidades para a ação que eles nos propiciam: o formato da asa de uma xícara de café, por exemplo, nos propicia as ações de pegar, levantar e beber; uma calçada nos propicia a locomoção de forma segura, distante de carros e outros veículos; o tamanho, formato e o lugar dos botões na tela de um computador nos propiciam ações que nos permitem controlar *softwares* e realizar ações por meio da máquina.

Utilizando princípios com base nas ciências ecológicas, Van Lier (2000) nos diz que um objeto pode oferecer diversas possibilidades de ação, ou *propiciamentos*. Ele nos dá o exemplo de uma folha, que na natureza pode proporcionar locomoção para uma rã, comida para uma lagarta, sombra para uma aranha, ou remédio para um

curandeiro. A folha oferece todos esses *propiciamentos*, mas a percepção dessas possibilidades de ação pode variar para distintos indivíduos ou organismos, de acordo com a relação estabelecida entre eles e o ambiente. Isto quer dizer que nem sempre elas são percebidas da mesma forma por todos. Entretanto, segundo Gibson (apud GÜNTHER, 2003), os *propiciamentos* de um objeto sempre existirão, independente de serem ou não percebidos por um organismo, já que eles tratam das possibilidades de ação que o objeto oferece em inúmeros ambientes e para distintos seres. Segundo ele:

“O *propiciamento* de algo não muda na medida em que as necessidades do observador mudam. O observador pode ou não perceber ou atender aos *propiciamentos* de acordo com as suas necessidades, mas, o *propiciamento*, sendo invariável, sempre está ali para ser percebido”.

Segundo Van Lier (2000), *propiciamentos* proporcionam ações, mas não as causam. A ação é uma consequência da percepção da possibilidade de ação, e não da possibilidade em si. Para ilustrar esse conceito, fazemos uso de um exemplo retirado da ecologia: Na natureza, uma serpente pode atacar e eventualmente matar um animal, mas o ataque, quando ocorre, é provocado não pela mera possibilidade, mas pela percepção da serpente de que o animal é uma ameaça ou um alimento, assim como da percepção de que ela possui presas e veneno como mecanismos de defesa ou obtenção de alimento. Dessa forma, vemos que na natureza não é simplesmente a possibilidade para a ação que a motiva, mas a percepção de que essa possibilidade existe.

Já nos seres humanos, diferente de outros animais em que as percepções geralmente decorrem de mecanismos instintivos de sobrevivência, as percepções são condicionadas por fatores biológicos, cognitivos, culturais e históricos. A fome, por exemplo, é um fator biológico que ao ser percebido, juntamente com outros *propiciamentos* oferecidos pelo ambiente e pelos seres e objetos que dele fazem parte, motivam ações como a busca por alimento.

Por sua vez, a percepção de objetos, como uma cadeira, por exemplo, depende de processos cognitivos tais como a percepção de que ela é construída de um material capaz de suportar o nosso peso, de que ela possui quatro pernas, de que seu assento encontra-se a uma determinada altura do chão, de que temos uma determinada necessidade, de que ela propicia as ações de sentar, descansar, subir para alcançar algo a uma determinada altura, dentre várias outros *propiciamentos*.

Igualmente, no caso de um curandeiro que percebe fins medicinais em uma folha, a percepção pode ocorrer pela mediação dos conhecimentos transmitidos cultural

e historicamente no grupo social do qual ele faz parte, quando os conhecimentos produzidos por gerações anteriores foram transmitidos por meio do compartilhamento social e cultural.

Os exemplos mencionados nos mostram que para motivar ações os *propiciamentos* são percebidos não somente pelas características de um objeto ou do ambiente, nem somente pelas experiências do indivíduo que exerce a ação, mas, de acordo com princípios ecológicos, pela complexidade das interrelações entre todos os elementos que compõem um determinado ecossistema.

Ao explicar a dimensão ontológica do conceito de *propiciamento*, Gibson (1986) utiliza a analogia ao conceito ecológico de nicho, um conjunto de características ambientais que permite e, de certa forma, conduz a sobrevivência de um organismo. Segundo ele, a superfície do planeta Terra, como um nicho, é constituída por conjuntos de *propiciamentos* que permitiram o surgimento e manutenção da vida tal como ela é. Foram as características de nosso planeta que permitiram que a vida surgisse e evoluísse em uma determinada direção de modo que nós seres humanos nos tornássemos a espécie dominante, respirássemos ar e não água, dentre outros exemplos. Dessa forma, a ideia de *propiciamento* implica em possíveis e prováveis comportamentos do agente como resultados de sua interação com o ambiente, desde que ele perceba a existência de possibilidades de ação.

Embora não se possa negar que as percepções de *propiciamentos* possam ser individuais, uma vez que elas resultam da interação entre vários fatores biológicos, ambientais, cognitivos, históricos e sociais que podem influenciar nas representações que um indivíduo tem acerca de um determinado fenômeno ou objeto, elas também contêm um forte caráter coletivo. De acordo com a visão ecológica, a interdependência dos organismos dentro de um ecossistema faz com que os membros de uma determinada comunidade que compartilham os mesmos aspectos biológicos, históricos, sociais, e culturais percebam certos artefatos de forma semelhante. No estudo das relações humanas isto pode ser observado pela diferente percepção que distintos grupos sociais têm de um mesmo artefato. O valor atribuído à educação formal, por exemplo, pode variar consideravelmente entre um grupo de trabalhadores do campo que historicamente teve pouco acesso a ela e cuja conclusão de etapas formais da educação escolar não represente crescimento econômico; e a percepção do mesmo artefato por um grupo de

moradores de uma cidade grande, imersos em um contexto em que a educação formal é vista como meio de crescimento cultural e econômico.

Isto permite o estabelecimento de leis que possibilitem a análise da atividade humana com base nas percepções e possíveis ações que elas motivam. Segundo Gonzalez et al (2000, apud OLIVEIRA e RODRIGUES, 2006) a compreensão da noção de *propiciamento* também “pode auxiliar no entendimento dos processos de formação de identidade, que se constitui num complexo processo de auto-organização que, com o tempo, adquire relativa estabilidade e autonomia na geração de hábitos, formas e tendências”. Para Oliveira e Rodrigues (2006):

Ao propor que *propiciamento*⁵ é determinado pela relação agente-ambiente e que ambos são mutuamente limitantes e complementares, Gibson indica que ao perceber o ambiente percebe-se o agente. Este tipo de mutualidade assume a ideia de interdependência, pois as informações que especificam a utilidade do ambiente estão acompanhadas das que especificam o agente.

De acordo com a afirmação acima, perceber o ambiente é perceber a si mesmo, sua identidade, papel e possibilidades de ação. Assim, na aprendizagem de línguas, a concepção de que o ambiente está repleto de *propiciamentos* (demandas, exigências, rejeições, motivações, oportunidades para o uso da língua, dentre outros) nos permite compreender instâncias do aprendizado ativo e participativo de aprendiz como produto das interações destes com objetos, pessoas e o ambiente ao seu redor (VAN LIER, 2000). Da mesma forma, no estudo da interação entre homem e artefato tecnológico e do valor atribuído a certas tecnologias, a percepção de *propiciamentos* como guia para a ação pode nos mostrar, dentre outras coisas, como a percepção de um determinado recurso tecnológico influencia seu uso em ambientes de aprendizagem de LE.

Aquisição de línguas vista por uma perspectiva ecolinguística

Para Couto (2007, p. 411), a inserção do indivíduo em uma comunidade passa por um processo chamado apropriação da língua. A aquisição de segunda língua (ASL) é um tipo de apropriação:

“[...] É preciso esclarecer [...] que há dois tipos de aprendizagem de L2. O primeiro é o que se dá na escola, em que a aprendizagem é altamente

⁵ *Affordance*, no texto original.

artificial, monitorada. O segundo se dá em situações normais de convivência do indivíduo com falantes de uma língua diferente da sua. É a aprendizagem que se dá na “rua”. Para o conhecimento do mecanismo e funcionamento da linguagem humana, essa situação é mais interessante do que a aprendizagem feita na escola”(COUTO, 2007, p.411).

Paiva (2010), em posicionamento semelhante a respeito da aprendizagem em ambiente não formal, argumenta que a interação em sala de aula não é suficiente para a ASL. Sendo assim, aprendizes buscam *propiciamentos* nas novas tecnologias com o intuito de aumentar suas experiências de interação. Pesquisa de narrativas de aprendizagem feita pela autora mostra a importância da interação em ambiente natural para a ASL.

Como vimos, o conceito de *propiciamento*, proposto por Gibson (1986, p. 127), é alinhado à perspectiva ecológica. Tal conceito é empregado para descrever “o que o ambiente oferece ao animal, o que ele provém ou favorece, tanto de bom quanto de ruim”⁶ Ele nomeia algo referente tanto ao ambiente quanto ao indivíduo, implicando complementaridade entre os dois. Os *propiciamentos* de um objeto se referem à dependência das possíveis funções de quem os percebe. Contudo, há uma tendência no indivíduo de usar os objetos pelo modo de *propiciamentos* mais salientes, e não em modos que sejam de difícil descoberta. De fato, a ênfase recai na percepção, pois as ações a serem executadas pelas pessoas em relação a um objeto dependem da forma como elas o percebem. Segundo Paiva (2010) a percepção não é vista, aqui, como uma capacidade meramente mental, mas como um fenômeno ecológico, resultante da interação do animal com o ambiente. No que se refere à aprendizagem de línguas, podemos dizer que a língua propicia usos restritos às percepções dos usuários.

Em um meio *ecolinguístico*, é natural que indivíduos estejam constantemente se comunicando em seus múltiplos cenários de interação. *Ecolinguística*⁷, seguindo Couto (2009:11-12), é o estudo das relações entre língua e meio ambiente (social, mental e físico). Sendo assim, língua é “o modo de os membros da comunidade comunicarem entre si”. O meio ambiente da língua, no sentido mais amplo, é constituído pelo habitat (nicho), juntamente com a população. O que quer que aconteça

⁶ “[...] what an environment offers the animal, what it provides or furnishes, either for good or ill.”

⁷ Couto (2007, p.39) informa que Einar Haugen(1972) é tido como o pai da Ecolinguística, embora não tenha usado o termo. Aquele autor referia-se ao fenômeno como *language ecology* e *ecology of language*, sem distinção entre os termos, que podem ser traduzidos como *ecologia da língua*. Haugen (1972, p. 325), citado em Couto (*Op.cit.*), define *ecologia da língua* como “o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente”.

em um *ecossistema fundamental da língua (EFL)*, se constitui por um *povo* (população da ecologia) que habita em determinado *território* (biótopo). O autor enfatiza que “o que interessa à Ecologia não são os organismos em si nem o seu meio ambiente em si, mas as inter-relações que se dão entre eles”.

Couto (2009, p. 21) observa que é a maioria dos estudiosos de *Ecolinguística* se dedica ao estudo das relações entre a língua e seu respectivo meio ambiente social, com destaque para estudos sobre bilinguismo e multilinguismo. Ainda Couto (*Ibidem.*, p. 20) esclarece que “o conceito de EFL lembra muito o de *speech community* (comunidade de fala, GUMPERZ 1972, citado em COUTO, 2007, p.89) por oposição a *language community* (comunidade de língua), do inglês. Mas, são a *Interaktionnsgemeinschaft* (comunidade de interação) e *Kommunikationsgemeinschaft* (literalmente “comunidade de comunicação”), da linguística alemã, que mais se aproximam dele.”. Segundo o autor (COUTO, *op.cit.*, p. 121),

Quando se fala em CL [comunidade de língua], pensa-se no domínio do sistema abstrato chamado língua, sobretudo a língua padrão. A CF [comunidade de fala], por seu turno, é bem mais complexa, uma vez que, mais concreta, tem a ver com atos de interação comunicativa efetivos. [...] A CL é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência de uma CF mesmo porque na CF pode haver a participação de mais de uma CL, como nos casos de multilinguismo. [...] Tudo isso faz com que a comunidade assim delimitada constitua um *locus* em que as pessoas interagem (comunicam-se) entre si intensamente.

Essa concepção pressupõe que língua é interação, englobando o fato de que os usuários de língua se valem de outros recursos não linguísticos e outros ambientes (meios) para se comunicar, inclusive com ícones como acontece na linguagem da Internet. Ou ainda por gestos, como a língua dos sinais para surdos.

Conclusão

Considerando que o conceito de *ecolinguística* vê o meio ambiente da língua em seu sentido global, este conceito parece oferecer importantes subsídios teóricos para a compreensão de aspectos da comunicação e interação de indivíduos em meio ambiente social virtual. É pertinente, portanto, admitir, como enfatiza Coscarelli (2009, p. 13, dentre outros), que a distinção entre digital e não digital, real e virtual não faz mais

sentido. Nas palavras da autora: “precisamos entender e criar formas de nos apropriarmos, da melhor maneira possível, das ferramentas que o computador e suas redes disponibilizam, para que possamos fazer bom uso delas.” As TICs disponibilizam vários mecanismos de comunicação (*chat*, SMS, *facebook*, jogos online, dentre outros) e encorajam experiências de linguagem entre pessoas de línguas diferentes, aumentando o contato lingüístico e ampliando a interação de seus usuários com novas aprendizagens e culturas. Em seu sentido sociológico, o *contato de línguas* se verifica quando duas ou mais línguas são usadas, de modo alternado, pelos mesmos indivíduos, para atender as suas necessidades comunicativas. O espaço do contato está, portanto, em seus usuários (cf. WEINREICH, 1967, p. 1).

Um olhar educacional, dentre outros, que colaborou para esta reflexão foi o de Demo (2007). Ele salienta que os ambientes digitais (como jogos em 3D) facultam o manejo de situações que aprimoram a autoria dos estudantes, à medida que são capazes de interagir neles como participantes ativos. A realidade virtual, pondera Demo (*Op.cit.*, p.8), “tornou relevante a presença virtual, que não vai substituir a física, mas que vai preponderar. Os estudantes veem no virtual uma forma natural de presença.

Vimos, então, que as TICs podem ser ferramentas valiosas para o ensino e aprendizagem de LE. Entretanto, como qualquer artefato, elas agem apenas como mediadoras de ações humanas. Sozinhas, elas não realizam ação alguma. Um computador, por exemplo, mesmo que seja capaz de realizar incontáveis tarefas automaticamente, é projetado, programado e utilizado por pessoas e não é capaz de agir por si mesmo para operar mudanças cognitivas e comportamentais significativas daqueles que dele se utilizam, uma vez que seu desempenho depende principalmente da forma como é usado. Considerando isto, podemos dizer que quando um aprendiz decide aprender uma LE usando tecnologias, não é o simples contato com o artefato tecnológico o responsável pelo aprendizado que possa ocorrer. A relação ecológica estabelecida entre aprendiz, objeto e instrumento de aprendizagem, dentre outros elementos, é o que guia suas percepções, decisões e ações em relação à LE. Essa relação é, na verdade, tão ou mais importante que os instrumentos que o medeiam.

Nesses casos, a Ecolinguística mostra-se um campo teórico valioso para a investigação lingüística, especialmente no uso de tecnologias, à medida que fornece meios para compreendermos como a percepção dos *propiciamentos* oferecidos pela LE

e pelas tecnologias a aprendizagem pode influenciar nos processos de aprendizagem de línguas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, H. ANDERSEN, H.H.K. BØDKER, S. PEJTERSEN, A. M. *Affordances in Activity Theory and Cognitive Systems Engineering*. Riso National Laboratory, 2001. Disponível em: <http://www.risoe.dk/rispubl/SYS/syspdf/ris-r-1287.pdf> Acesso em 15.05.08.

CORNWELL, J. B. O'BRIEN, K. SILVERMAN, B.G. & TOTH, J. A. *Affordance Theory for improving the rapid generation, Comosability, and Reusability os synthetic agents and objects*. Proceedings of the Twelfth Conference on Computer-Generated Forces and Behavior Representation, SISO, 2003. Disponível em: http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1323&context=ese_papers Acesso em: 20.05.08.

COSCARELLI, Carla Viana. *Linkando as ideias dos textos*. In: ARAÚJO, Júlio Cesar. ; DIEB, Messias (Orgs.) *Letramentos na web: gêneros, interação e ensino*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007. 462 p.

COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, Ecologia e Ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009. 192 p.

DEMO, Pedro. *Marginalização Digital: Digital divide*. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 33, n.2, maio/ago.. 2007.

EICHLER, M. L. *Ecologia: de ciência à metáfora psicológica*. Ciências e Cognição 2005. Vol 06: 51-66.

GIBSON, J.J. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1986.

GRABE, W. *Applied Linguistics: an Emerging Discipline for the Twenty-first Century* In: KAPLAN. R. B. *The Oxford Handbook of Applied Linguistics*. Second Edition. Oxford University Press, 2010.

GÜNTHER, H. *Mobilidade e affordance como cerne dos estudos pessoa-ambiente*. Estudos de Psicologia (Natal) vol.8 n.2. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413294X2003000200009&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em 15.05.08.

LARSEN-FREEMAN, D. *Teaching Techniques in English as a Second Language*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

OLIVEIRA, F. I. S & RODRIGUES, S. T. Affordances: as relações entre agente e ambiente. *Ciências e Cognição*, 2006, Volume 09: 120-130.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira e. *Affordances beyond the classroom*. 2010. 14p. Disponível em: < <http://www.veramenezes.com/beyond.pdf> >. Acesso em: 30 de junho de 2010.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira e. *Interaction and second language acquisition: an ecological perspective*. 2010. Trabalho apresentado no evento sobre interação na UNISINOS. Disponível em : <<http://www.veramenezes.com/interactionvera.pdf>> . Acesso em: 12 de maio de 2012.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira e. *Propiciamento (affordance) e autonomia na aprendizagem de língua inglesa*. In: LIMA, Diógenes Cândido. *Aprendizagem de língua inglesa: histórias refletidas*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

RAMOS, R. *Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso?*, In: F. OLIVEIRA e I. M. DUARTE (Org.): *Da Língua e do Discurso*, Porto, Campo das Letras. 2004: 545-562 .

SINGLETON, D, & ARONIN, L. Multiple Language Learning in the light of the theory of affordances. *Innovation in Language Learning and Teaching*. Vol 1:1 2007: 83-96.

VAN LIER, L. The relationship between conciouness, interaction and language learning. *Language Awareness* Vol.7:2, 1998: 128-145. 2000.

WEINREICH, U. *Languages in contact*. 5. ed. The Hague: Mouton, 1967.

WOODS, D. *Teacher cognition in language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

QUE CANTEM OS AEDOS! DEBATES DA CONTEMPORANEIDADE SOBRE A TEORIA DA HISTÓRIA

André Luiz Leme¹(UFPR)

Elaine Cristina Senko² (UFPR)

149

Resumo

Este artigo pretende abordar os principais assuntos dos debates produzidos pela contemporaneidade sobre a teoria da história. Desde as percepções históricas do século XIX até as necessidades correntes do ofício de historiador hoje detectamos que a busca pela verdade e da utilidade da história continuam presentes. Nossa escrita e reflexão são fruto de três anos como tutores de teoria da história junto ao Núcleo de Estudos Mediterrânicos na Universidade Federal do Paraná.

Palavras-chave: teoria da história; historiador; reflexão histórica; escrita histórica, history

Abstract

This article aims to address the main issues of the debates about the contemporary theory of history. From the historical perceptions of the nineteenth century to the current needs of the work of the historian today we find that the search for truth and utility of history are still present. Our writing and reflection are the result of three years mentoring theory of history at Núcleo de Estudos Mediterrânicos in Universidade Federal do Paraná.

Keywords: theory of history, historian, historical reflection, historical writing, history

De uma crítica à filosofia hegeliana, a qual abolia a história quando negava a diferença entre passado e presente em nome de um “espírito do tempo”, os historiadores passaram a estudar as percepções teóricas no século XIX dentro dos padrões do

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná e membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Curitiba-PR, Brasil. E-mail: andreluizleme@yahoo.com.br; Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4292053J2>

² Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná e membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Curitiba-PR, Brasil. E-mail: elainesenko@yahoo.com.br; Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4247162T2>

chamado historicismo. Esse era um momento de especial reflexão sobre o passado, como afirma o historiador Jurandir Malerba:

[...] até por volta da década de 1840, principalmente na França, os historiadores estarão sob efeito dos desdobramentos da revolução (e de sua difusão pelo continente com Napoleão) – e da reação a ela: a contrarrevolução, a restauração. Dentro da atmosfera romântica das primeiras décadas e mesmo depois ao longo do século, o nascimento da história-disciplina é marcado pela extrema ambigüidade de pretender constituir-se um conhecimento científico – o que então significava ‘objetivo’, ‘neutro’, ‘verdadeiro’ –, mas no contexto das guerras de construção dos Estados nacionais³.

150

O historiador François Dosse também detecta mudanças importantes no contexto intelectual do século XIX que fomentaram a criação da história-disciplina:

Há muito tempo se estabeleceu que o século XIX foi o século da história. Essa afirmação banal encobre, no entanto, duas realidades diferentes e complementares. De um lado, esse é o século da história no sentido da profissionalização da prática histórica que se dota, por toda parte da Europa, de um programa para seu ensino, de regras metodológicas, e que rompe com a literatura para voar com asas próprias. Esse nascimento da história como disciplina se confunde com a grande confiança na marcha progressiva das ciências. Os novos historiadores profissionais desejam participar dessa marcha ativamente, ainda que ao preço de certo cientificismo. De outro lado, foi também o século da história, pois o historiador foi encarregado pela sociedade de enunciar o tempo laicizado, de narrar o *telos*, de afirmar a direção para a qual se dirige a humanidade. Esse magistério do futuro, essa missão profética atribuída à história é então fortemente vivida como a passagem da religião à disciplina histórica⁴.

Assim os ensinamentos da história metódica com Leopold von Ranke⁵ na Alemanha serviram de exemplo para que a França buscasse também um caráter

³ MALERBA, Jurandir (org.). Prefácio. **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.11-12.

⁴ DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.15.

⁵ “*Sobre o caráter da ciência histórica*. A história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte. A história é uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu. Outras ciências satisfazem-se simplesmente registrando o que foi encontrado; a história requer habilidade para recriar. Como ciência, a história é parecida com a filosofia; e como arte, com a poesia. A diferença é que, de acordo com suas naturezas, filosofia e poesia lidam com o reino do ideal, enquanto a história deve ater-se à realidade. Se alguém designasse à filosofia a tarefa de penetrar a imagem que apareceu no tempo, isso implicaria descobrir a causalidade e conceituar o âmago da existência: então, a filosofia da história não seria também história? Se a filosofia da história pudesse atribuir à poesia a tarefa de reproduzir o vivido, seria então história”. RANKE Leopold von. *Sobre o caráter da ciência histórica*. In: BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. MALERBA, Jurandir (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.141-142.

científico para a investigação histórica. E isso ocorreu com as pesquisas de base empírica de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942). Essa foi a época em que a França estava num processo de profissionalização na carreira docente e de pesquisa em História. Por conta disso todo um mercado de livros iniciou sua atividade com grande intensidade e que existe até os dias de hoje⁶.

A contribuição dessa visão histórica cientificista do século XIX, na Alemanha e na França, foi a ênfase dada para as diferenças humanas no tempo; a observação objetiva entre passado e o presente sem profetizar o futuro como as filosofias da história faziam; o evento passou a ser visto como único, singular e individual; o imutável das filosofias da história foi combatido; o objeto do historiador se tornou localizado, datado e inserido numa situação espaço temporal irrepetível; se caracterizou por um sentido conservador e tradicionalista; se posicionou contra a idéia de progresso e de elementos a-históricos oriundos da filosofia hegeliana; propôs a individualidade histórica; entendia que a consciência histórica é finita, ou seja, limitada a um momento histórico; buscava-se um saber objetivo e científico; e a epistemologia (as bases que sustentam nossa disciplina) direcionava-se a uma tendência de ser aplicável a toda e qualquer ciência. Entretanto, conforme afirma o historiador José Carlos Reis, somente o movimento dos Annales se distanciaram da presença da filosofia na história: “No século XX, entretanto, os Annales conseguiram afastar-se da influência metafísica da filosofia e optaram pelo apoio teórico das novas ciências sociais. Com aquela recusa e essa opção, o conhecimento histórico parece ter-se aproximado de um conhecimento ‘cientificamente conduzido’”⁷.

No século XIX tínhamos três orientações metodológicas ditas “objetivas da história”: a rankiana, a ditheyana e a marxista⁸. Os pontos em comum entre elas eram: a recusa pelo “sentido da história”; desejo de dar um estatuto científico para a história; uma busca pela objetividade e pelo destaque do evento no processo histórico. Mas e a subjetividade do século XIX? Por exemplo, Jules Michelet (1798-1874) havia defendido

⁶ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p.13.

⁷ REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.18.

⁸ REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.18-19.

que o uso da nossa imaginação deveria ser aplicado para fugirmos de uma análise histórica distante e fria⁹, ou seja, ao contrário da vertente rankiana. Michelet se utilizava da percepção cultural popular francesa (como fontes orais) e identificava isso com a idéia de nação, pois queria unir as classes sociais. Mas concordava com as orientações científicas do século XIX quando afirmava que a história é o tempo. Destarte, o século XIX viveu um período em que a historiografia tentou ser mais objetiva e científica, mas essa experiência metódica compartilhava de atuações de historiadores no campo da subjetividade. Aliás, mesmo a experiência metódica teve em seu ínterim o uso inevitável do elemento subjetivo e de uma filosofia quando recriava a partir de cada historiador as percepções da história e buscava uma racionalização em certa medida de influência kantiana.

O desenvolvimento de uma história cultural

Os estudos da cultura humana, regional e da nação intitulada *kulturgeschichte* já existiam desde o século XVIII. Mas foi no século XIX que a *culture* ou *kultur* foram empregados com mais intensidade na Inglaterra e Alemanha. Já os franceses desta época preferiram falar de uma *civilization*. A história cultural clássica (1800-1950) tem seus marcos com duas importantes obras e autores: “A cultura do Renascimento na Itália” (1860) de Jacob Burckhardt e “Outono da Idade Média” (1919) de Johan Huizinga. Os referidos pesquisadores alemães consideravam que faziam *geistesgeschichte* (história do espírito) em que misturavam a leitura de poemas, pinturas e artes clássicas com a história. Isso era contra os ideais de Leopold von Ranke que

⁹ “Do método e do espírito deste livro. [...] Eis o que nos pede a França, a nós, historiadores: não que façamos a história – ela está feita nos seus pontos essenciais; moralmente, os grandes resultados estão inscritos na consciência do povo -, mas que restabeleçamos a cadeia dos fatos, das ideias de onde saíram esses resultados: ‘não vos peço’, diz ela ‘que formeis minhas crenças, que diteis meus julgamentos; cabe a vós recebê-los e conformar-vos a eles. O problema que vos proponho é o de me dizer como cheguei a julgar assim. Agi e julguei; todos os intermediários entre essas duas coisas pereceram em minha memória. Cabe a vós adivinhar, meus magos! Não estivestes presentes, eu estive. Pois bem, quero, ordeno que me conteis o que não vistes, que me ensineis meu pensamento secreto, que me digais pela manhã o sonho esquecido da noite’. Grande missão da ciência e quase divina! Ela jamais bastaria para isso se fosse apenas ciência, livros, penas e papel. Não se adivinha uma tal história senão ao refazê-la com o espírito e a vontade, ao revivê-la, de modo que não seja uma história, mas uma vida, uma ação. Para redescobrir e relatar o que esteve no coração do povo só há um meio: é ter o mesmo coração”. MICHELET, Jules. Do método e do espírito deste livro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Jules Michelet. **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. MALERBA, Jurandir (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.108-109.

nesta mesma época defendia o uso dos documentos oficiais dos arquivos, pois eles ajudavam na construção da idéia de Estado.

Outro movimento da relação entre história e cultura foi em direção à história da arte. Os trabalhos que se destacam neste momento iniciaram-se com a atuação de Aby Warburg, o qual desejava contribuir para uma ciência da cultura geral, ou seja, a *kulturwissenschaft*. Por sua vez, Ernst Gombrich buscava a relação entre verdade e estereótipo em “Arte e ilusão” (1960). É importante destacar as contribuições de Eric Auerbach com sua “Mímesis: a representação da realidade na literatura ocidental” (1946) e de Erwin Panofsky em “Arquitetura gótica e escolástica” (1951). Já a partir do final dos anos de 1950 e início de 1960 podemos sinalizar uma busca por parte dos pesquisadores da *volkskultur* (cultura popular) e isso afetou as seguintes investigações que visualizavam a história “a partir de baixo”, por exemplo: “História social do Jazz” (1959) por Eric Hobsbawn e “A formação da classe operária inglesa” (1963) de Edward P. Thompson. Entre 1960 a 1990 ocorreu uma virada da história cultural para a antropologia histórica (em que se destacam leituras de Claude Levi-Strauss) e uma ênfase para os estudos culturais no plural (de gênero; dos diferentes discursos e temas do pós-colonialismo). Estudiosos dessa percepção cultural foram, por exemplo, Clifford Gertz com sua teoria da descrição densa expressa em formas simbólicas; Michael Baxandall com o estudo da cultura visual; Carlo Ginzburg e Giovanni Levi com o estudo da micro-história e Edward Said com sua obra “Orientalismo” de 1978 em que se destaca a visão do Oriente no Ocidente.

Sobre a Nova História Cultural (NHC), Peter Burke sinaliza: “A NHC é a forma dominante de história cultural – alguns até mesmo diriam a forma dominante de história – praticada hoje”¹⁰. Citemos os autores mais estudados dentro desse panorama cultural: Mikhail Bakhtin com “Cultura popular na Idade Média e no Renascimento” (1965); Norbert Elias com “O processo civilizador” (1939) e Michel Foucault em “A ordem do discurso” (1971). Também podemos apontar a importância de Roger Chartier (com a questão da cultura popular e erudita) e de Pierre Bourdieu com sua noção de “campo” (campo literário, lingüístico, artístico, intelectual ou científico), de “reprodução

¹⁰ BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 68.

cultural” (manutenção de um grupo mais favorecido na área dos estudos) e da “teoria prática, o *habitus*”. Estes estudos ampliam as possibilidades de investigação pela pluralização dos objetos tendo por base de análise a prática cultural e sua representação.

No final do século XX ocorreu uma virada para o construtivismo em que se observou que o discurso constrói uma dada realidade, ou seja, as possibilidades dos objetos são líquidas. Inclusive ocorreu neste momento um interesse pela recepção e impacto no público das obras de literatura, de arte, da música e do cinema; deu-se continuidade à discussão de gênero, mas agora, por exemplo, com o foco na mulher islâmica e apresentou-se uma atenção maior na análise das fontes narrativas.

Os Annales e a historiografia marxista britânica

Diante do explanado compreendemos que esse movimento da história cultural tinha seus paralelos com o movimento dos Annales. Estes não romperam drasticamente com seu passado metódico, mas transformaram percepções como a inclusão da história-problema e o contato com as ciências sociais.

O início do movimento em 1929 com Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) foi representado pelo contato com as ciências sociais. As principais obras de Bloch foram: “Les rois thaumaturges” (1924), “La société féodale” (1939) e depois de sua morte “Apologie pour l'histoire ou métier d'historien” (1949). E as obras de destaque de Febvre foram “Un Destin. Martin Luther” (1928); “Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais” (1947) e “Combats pour l'histoire” (1952). Nestas obras podemos observar que ocorreu uma mudança dos objetos de pesquisa com os Annales, pois eles passaram a ser inclusos numa perspectiva total e de sentido econômico-social. A interdisciplinaridade também foi acolhida pelos Annales porque possibilitava ao historiador o estudo das coletividades e a superação do evento pela abordagem social.

A época dos estudos de Fernand Braudel, dentre os anos de 1950 a 1980, demarcou o pensamento da estabilidade advinda da geografia com o ritmo de mudanças da sociologia, se aproveitou de técnicas da estatística (o uso de fontes seriais como listas de batismo, por exemplo) para o levantamento de dados históricos, o uso de uma história global, da observação da estrutura e teorizou as três temporalidades (a curta, a

média e a longa duração). Nesse caso específico a longa duração teria maior importância do que o evento de curto ou médio tempo (um combate direto ao relato histórico de um grande acontecimento e às biografias de homens ilustres, ou seja, uma prática da história científica do século XIX). Suas principais obras foram “La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II” (1949) e “Ecrits sur l'Histoire” (1969). Interessante que o próprio Braudel era conhecedor da metodologia da história de Ibn Khaldun (1332-1406) e o considerava o pioneiro na história das civilizações¹¹.

Nos finais dos anos de 1970 e início de 1980 ocorreu uma virada para uso intenso da história das mentalidades, história do imaginário e mais ainda da interdisciplinaridade pela intitulada Nova História. Os dois historiadores mais conhecidos deste período são Jacques Le Goff (1924-) em que se destaca sua obra inovadora “La Naissance du purgatoire” (1981) e Georges Duby (1919-1996) com sua fundamental obra “Les trois ordres ou L'imaginaire du féodalisme” (1978).

Ao lado do movimento dos Annales começou a se desenvolver a escola britânica do marxismo, a qual tinha seus pressupostos basilares no materialismo histórico que são: dialética (relação entre teoria e prática resultando numa síntese que é a práxis); materialismo (ligado aos modos de produção, do conflito entre as classes sociais e modos de mudança através da revolução) e historicidade (o que no contínuo tempo muda através do embate, ou seja, da luta de classes)¹². Os historiadores marxistas britânicos mantêm esses pressupostos, mas vão além buscando entender o elemento da cultura na vida social dos homens. Um dos exemplos dessa escola do marxismo britânico foi Edward P. Thompson e de sua obra clássica “A Formação da Classe Operária Inglesa” (1963). Nesta obra, Thompson analisa a história vista de baixo que resultava numa perspectiva de história econômica-moral. Posteriormente em “Costumes em Comum” (1991), Thompson agregou a cultura para compreender a estrutura

¹¹ BRAUDEL, Fernand. **La longue, l'inépuisable durée des civilisations**. (1959) http://www.archipress.org/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=38 (Acesso 10/06/2012)

¹² REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.57-72.

econômico-social, pois os camponeses tinham uma consciência de que pertenciam a um grupo com costumes, leis, direitos e objetivos em comum.

Tanto a escola dos Annales quanto os historiadores marxistas britânicos possuem uma aproximação na busca pela objetividade imparcial da história e o contato com elementos da cultura. Seus contrastes estão na base de orientação epistemológica de cada escola: enquanto os Annales buscaram a interdisciplinaridade com mais intensidade, por exemplo, com as ciências sociais, a lingüística, a antropologia, os historiadores marxistas britânicos tinham uma orientação base que era o materialismo histórico apesar de renovado com a perspectiva da cultura.

As fontes e a memória histórica

A base da pesquisa histórica, seja qual filiação epistemológica o historiador for, é a busca por fontes. A fonte histórica é um vestígio produzido no tempo e no espaço passado que faz sentido para o presente do historiador. Atualmente o que se destacam são as análises da *narrativa histórica* e a *pesquisa de filmes* como fontes históricas em duas dimensões. No caso da fonte textual, o historiador José D'Assunção Barros afirma que temos três dimensões fundamentais: o intratexto (aspectos internos do texto e como objeto de significação), o intertexto (o relacionamento do texto com outros textos – recepção, diálogo e influência) e o contexto (relação do texto com a realidade que o produziu e o envolve). Concordamos com a perspectiva de Assunção Barros que a fonte histórica tem um lugar de produção, um conteúdo (intenção, mensagem) e um lugar de recepção (destinatário/os)¹³. Ora é importante conhecer as motivações do autor e de seu contexto para o surgimento daquele seu escrito¹⁴.

Nesse ínterim um dos importantes elementos da pesquisa história é a memória. Na Antiguidade a memória era preservada através do relato oral e escrito. No medievo judaico-cristão negar a experiência temporal e a história foi uma das vias da elaboração

¹³ BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, p.136-137.

¹⁴ BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Volume I – Princípios e conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p.53.

da memória cristã¹⁵. Interessante é conhecermos a teoria tomista sobre a memória, pois sabemos da influência das concepções aristotélicas no século XIII: a) a memória está ligada ao corpo; b) a memória é razão; c) é necessário meditar para recordar. Na Idade Moderna identificamos um desejo do sujeito histórico em exteriorizar sua memória individual, tais como nos diários e nos textos publicados com mais intensidade pela imprensa. No século XVIII observamos as memórias dos países europeus sendo guardadas em suas enciclopédias. Entre os séculos XVIII e XIX foram criadas Bibliotecas Públicas e Museus com arquivos públicos nos países europeus e nos Estados Unidos como uma institucionalização da memória coletiva. No século XIX a rememoração passou a ser feita através das comemorações que se davam por meio das datas de eventos políticos da nação e de representações (monumentos, placas de parede, por exemplo). Nessa época são os arquivos que guardam a memória histórica nacional, tal como foi demonstrado pela École Nationale des Chartes. No século XX, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) construíram-se monumentos aos mortos em guerra, se faziam álbuns de fotografias da família e o uso dos postais. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) até os nossos dias o desenvolvimento contemporâneo da memória é identificado como uma memória eletrônica. O sujeito histórico passou a se exprimir cada vez mais através dessa memória eletrônica e também a arquivar seus dados nesse novo suporte.

A memória é um elemento essencial da formação identitária, coletiva ou individual. Além de ser ainda, desde a Antiguidade até os dias de hoje, um elemento de legitimação para o poder. Pois como Jacques Le Goff aponta: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”¹⁶. Uma das vertentes da rememoração é também as escritas biográficas e autobiográficas do sujeito histórico. Além disso, como apontou Alain Touraine em sua obra “Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante”

¹⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, p.448.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, p.477.

(2009) o sujeito histórico passou por uma inserção pela idéia de coletividade nos anos de 1950 até meados de 1960 e hoje passa por um processo perigoso de individuação¹⁷.

Um breve panorama da historiografia brasileira

Iniciaram-se estudos sobre a história no território brasileiro com a fundação do IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838. Em 1840 Karl Von Martius ganhou um concurso patrocinado pelo IHGB com o texto “Como escrever a história do Brasil?”. Neste escrito encontramos a questão da fusão de raças, valorizando a portuguesa e não a africana e indígena. Na mesma época, Varnhagen encontrava outra preocupação ao lado da questão cultural indígena para escrever sua obra “Notícias do Brasil” (1835): a história institucional brasileira.

O primeiro momento da historiografia brasileira foi sua época formativa (de 1907 a 1936) em que se destacavam uma escrita que priorizava a história colonial sob o viés antropológico, econômico e social. Dentre os intelectuais e suas obras que se destacaram neste momento, citemos: João Capistrano Honório de Abreu com “Capítulos de História Colonial” (1907); Gilberto Freyre em “Casa-Grande e Senzala” (1933) e Sérgio Buarque de Holanda com “Raízes do Brasil” (1936). O segundo momento de nossa historiografia brasileira foi demarcado com a publicação da obra de Sérgio Buarque de Holanda “Visão do Paraíso” (1959). O grande tema destes dois primeiros momentos foi a relação econômica, social e cultural entre Brasil e Portugal. O terceiro momento está colocado nos anos de 1940 a 1970 com as pesquisas que foram centradas nos aspectos político-econômicos do Brasil, sendo duas obras as representativas: “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) de Caio Prado Jr. e “Formação Econômica do Brasil” (1959) de Celso Furtado.

Nos anos de 1970 o materialismo histórico marxista iria afetar com particularidade as obras iniciais do historiador Ciro Flamarion Cardoso (1942-) sobre o modo de produção colonial e de sistemas econômicos. Nessa época os temas versavam sobre o período republicano, sobre o movimento operário, debates sobre a escravidão e também era uma história engajada contra a ditadura militar. Nesse mesmo momento a

¹⁷ TOURAINE, Alain. **Pensar outramente:** o discurso interpretativo dominante. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.137-168.

influência braudeliana do uso de elementos estatísticos na estrutura de longa duração era assimilada por historiadores brasileiros. Do final dos anos de 1970 até o final dos anos de 1980 houve uma ênfase para uma abordagem mais cultural e das mentalidades históricas. Essa tendência convivia com a influência do marxismo britânico (a história vista de baixo através da cultura, como exemplo de leituras das obras de Edward P. Thompson e Christopher Hill).

Desde o final dos anos 80 até os dias de hoje ainda temos a influência da Nova História e da Nova História Cultural que atingiram o ofício de nossos historiadores. Diante disso foi ampliado os objetos de pesquisa desde a busca pela história privada, passando pelas análises micro e chegando a pluralização de objetos culturais a serem estudados. Ou seja, a história econômico-social passou para uma história de aspecto econômico-sócio-cultural, pois recepcionou as seguintes tendências estrangeiras: a história cultural das representações, a micro-história italiana, a historiografia marxista britânica e a história das mentalidades francesa¹⁸. Essas disposições ainda estão presentes na atual historiografia brasileira representada por pesquisadores como Fernando A. Novais, Lilia Moritz Schwarcz, Laura de Mello e Souza, José Murilo de Carvalho e Mary Del Priore. E hoje também se observa um olhar mais atento para o movimento da metodologia e teoria da história por historiadores brasileiros como José Carlos Reis, Jurandir Malerba, Ronaldo Vainfas e José D'Assunção Barros.

Conclusões: Que recitem os Aedos!

Portanto nas atuais tendências e perspectivas no debate contemporâneo da teoria da história são destacados alguns encaminhamentos reflexivos: os estudos devem continuar a explorar o diálogo entre o alto e baixo discurso e também entre o Oriente e o

¹⁸ “[...] diria em primeiro lugar, que os modismos fazem parte das culturas, inclusive da historiografia de diversas épocas. Foi moda pesquisar o movimento operário, entre nós, nos anos de 1970, assim como virou moda pesquisar sexualidades ou religiosidades nos anos de 1980. Não é o caso de celebrar ou condenar esta ou aquela moda historiográfica, senão de contextualizá-la, de tentar explicar suas condições de produção no meio acadêmico, bem como sua maior ou menor capacidade de irradiação ou recepção. E, sobretudo, buscar extrair dos resultados concretos de cada pesquisa aquilo que nos ajuda compreender melhor as várias faces de nossa história, sem preconceitos. Pois é certo que quando o debate historiográfico cai prisioneiro da ideologia, quem sai perdendo é a história”. In: VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e historiografia brasileira. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba, n.50, p.234-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

Ocidente; deve-se ter uma observação para o movimento da história política globalizada e seus fenômenos (como o efeito das revoluções cibernéticas) e uma arguta análise da relação entre identidades e fronteiras (encontros e embates).

Bibliografia:

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História:** especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História:** Volume I – Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **La longue, l'inépuisable durée des civilisations.** (1959) http://www.archipress.org/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=38 (Acesso 10/06/2012)

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo.** Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, edição de 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história:** o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, edição de 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente:** o discurso interpretativo dominante. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e historiografia brasileira. **Revista História: Questões & Debates.** Curitiba, n.50, pp.217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

TRABALHO, CAPITAL HUMANO E NEOLIBERALISMO: IMPASSES E CRÍTICAS

Anderson Sanita (IFPR)¹

Daniel Salésio Vandresen (IFPR)²

Amílcar Machado Profeta Filho (IFPR)³

101

Resumo

Nesta sociedade, alicerçada em princípios de governo neoliberal, o trabalho passa a ser construído tendo como parâmetro o próprio comportamento humano, ou seja, pelo investimento que o indivíduo faz em seu Capital Humano, capital que se refere a sua habilidade e competência que lhe permite produzir renda. O trabalhador na busca pela permanente atualização do seu capital humano torna-se sujeito pelos interesses econômicos, isto é, seduzido pelos seus estímulos o indivíduo direciona sua vida para escolhas e desejos que ele não fez, já foram estabelecidos por outros. A constituição de um capital humano funciona na racionalidade neoliberal como exercício de um biopoder (poder sobre a vida). Além disso, o texto apresenta uma leitura crítica do neoliberalismo, a partir de Foucault e da estrutura neoliberal vigente.

Palavras chave: capital humano, biopoder, governamentalidade, neoliberalismo.

Abstract

In this society, founded on principles of neo-liberal government, the work will be built as parameter the actual human behavior, ie, the investment that individuals make in their human capital, capital which refers to his skill and competence that allows you to produce income. The worker in the quest for continuous upgrading of human capital becomes subjected by economic interests, ie, seduced by its stimulus the individual directs his life choices and wishes he did not, have already been established by others. The constitution of a human capital work in neoliberal rationality as an exercise of biopower (power over life). Moreover, the text presents a critical reading of neoliberalism, from Foucault and the prevailing neo-liberal framework.

Keywords: human capital, biopower, governmentality, neoliberalism

INTRODUÇÃO

Nesta sociedade marcada pela melhoria das condições de vida, o biológico torna-se alvo de instrumentos de poder por uma forma de governar que exerce controle

¹ Especialista em Finanças. Professor do IFPR, campus Assis Chateaubriand, Paraná, Brasil. E-mail: anderson.sanita@ifpr.edu.br. Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6883467498635157>

² Mestre em Filosofia. Professor do IFPR, campus Assis Chateaubriand, Paraná, Brasil. E-mail: daniel.vandresen@ifpr.edu.br. Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6937533779562648>

³ Mestre em Linguística. Professor do IFPR, campus Assis Chateaubriand, Paraná, Brasil. E-mail: amilcar.filho@ifpr.edu.br. Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7295073899385706>

sobre o indivíduo. Diante de questões sobre genoma e biotecnologia, desenvolvem-se lutas políticas e estratégias econômicas, constituindo-se em poderes sobre a vida. Neste contexto, o presente artigo propõe refletir sobre o trabalho enquanto formação de um capital humano pela razão governamental neoliberal. Sendo esse capital humano um poder sobre a vida do trabalhador, direcionando seus objetivos e desejos para os interesses mercadológicos. No neoliberalismo, o trabalho passa a ser analisado pela racionalidade interna ao comportamento humano, ou seja, uma investigação que vê o trabalho como alvo de estratégias por parte do indivíduo que trabalha. E assim, o neoliberalismo põe em prática outra concepção de trabalho, diferente da economia clássica, para a qual o trabalho era tomado apenas pela sua dimensão quantitativa e temporal. Essa reflexão tem como fundamentação os conceitos de biopoder, biopolítica, capital humano e governamentalidade do filósofo Michel Foucault, desenvolvido em algumas de suas obras a partir de 1975.

Apresenta-se neste artigo, em um primeiro momento, os conceitos de Foucault como ferramenta que possibilita a crítica desta sociedade capitalista guiada pelos ideais do neoliberalismo. Em seguida, para finalizar, a partir de Foucault e da realidade brasileira, apontamos alguns impasses que o neoliberalismo gera.

Além de Foucault, outros autores serão trabalhados com intuito de dar maior suporte teórico a presente abordagem. Polêmicas serão levantadas, conquanto nosso objetivo não é esgotar a temática, mas trazer questões complexas e relevantes que envolvem o trabalho e o capital humano inseridos em uma estrutura neoliberal vigente.

O controle da população: a governamentalidade

Foucault de 1971 a 1984 leciona aulas no Collège de France, período que desenvolve sua genealogia do poder como forma de análise histórica dos acontecimentos. O poder surge como conceito chave de suas investigações. O autor não investiga o poder em sua instância negativa, como algo que reprime e diz não, mas como poder produtivo, produz coisas, forma saberes, produz discurso e verdade. Pretende analisar seus efeitos positivos sobre o indivíduo. Foucault assim o conceitua: “O poder é uma relação de forças e qualquer força já é uma relação de poder. É sempre

uma *ação sobre ação*” (FOUCAULT, 1995: 243). Seu problema não é o puro poder, mas as relações entre saber-poder presente nos discursos que nos constitui. Seu objetivo é analisar os efeitos positivos que o poder exerce sobre os indivíduos, ou seja, entender como estes aceitam o exercício do poder.

Para entender a ação do poder é preciso entender sua ligação com o saber. Assim, diz: “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2005c: 27). E em outra citação: “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 2005b: 142). Saber não é poder, tem efeitos de poder. O poder legitimado só se exerce positivamente por meio de um saber e este, por sua vez, é uma forma de exercício de poder.

O poder não pode ser reduzido a um poder ideológico, porque não é apenas um poder repressor de consciências, mas vinculado ao desejo, ao saber e aos dispositivos estratégicos que agem sobre o indivíduo. Também, porque em um primeiro momento, seu interesse é analisar os efeitos do poder sobre os corpos, prática de uma sociedade disciplinar que torna os corpos dóceis e frágeis; depois, em um segundo momento, analisar o poder sobre a vida (biopoder), prática de uma sociedade de controle baseado em dispositivos de segurança que governam uma população tornando-a útil para os interesses do mercado⁴.

Deste modo, este trabalho se situa neste segundo horizonte de investigação, do biopoder. E tem como referencial de análise os seguintes textos do curso do Collège de France de 1975 a 1980, a saber: “Em defesa da Sociedade” (1975-76); “Segurança, Território, População” (1977-78); “Nascimento da Biopolítica” (1978-79) e “Do Governo dos Vivos” (1979-80).

Para Foucault a partir do séc. XVI vai aparecer uma preocupação com a arte de governar. É o período do movimento de concentração estatal que começa a instaurar os

⁴ Foucault faz duas abordagens em relação ao poder que se exerce na sociedade moderna a partir do séc. XVIII: primeiro, sociedade disciplinar (obras: *A verdade e as formas jurídicas* - 1973 e *Vigiar e Punir* - 1975) onde analisa o poder que se exerce sobre o corpo do indivíduo através de dispositivos de vigilância e coerção que objetivam o indivíduo para normalizá-lo e adestrá-lo, tornando-o frágil e dócil; segundo, sociedade de segurança (Cursos do Collège de France - 1975-1980) onde o poder é compreendido como poder sobre a vida, tema desenvolvido neste trabalho.

grandes Estados territoriais e, conseqüentemente, a superação do feudalismo. A preocupação com a questão “Como governar?” está presente, por exemplo, na obra *O Príncipe* (1512) de Maquiavel, com conselhos ao príncipe (soberano) de como governar por virtudes e habilidades. Foucault na obra *Segurança, Território, População* afirma (2008b: 118) que a questão do governo emerge sob vários aspectos, o governo dos Estados pelo príncipe é um deles, há ainda, o governo de si (retorno ao estoicismo), o governo das almas e das condutas (religião) e o governo dos filhos (pedagogia). Neste momento, a questão do governo surge assim descrita pelo autor: “Como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível?” (FOUCAULT, 2008b: 118).

E a partir do séc. XVIII a questão do governo irá se desenvolver sob um novo olhar. Ao analisar os meios e instrumentos que o Estado utiliza para controlar os problemas que surgem em torno da cidade, tais como: as doenças epidêmicas (como a varíola), a fome (escassez alimentar), a guerra (com feridos e mortos), a distribuição demográfica, o controle da natalidade, entre outros, Foucault irá chamar esta arte de governar: de biopoder, ou seja, de um poder sobre a vida⁵. Neste momento a sociedade ocidental passa a levar em consideração o fator biológico do ser humano, que passa a ser estudado pelas ciências humanas. Quanto mais conhecido, melhor para modificá-lo, transformá-lo, manejá-lo. A produção de saberes é imprescindível ao exercício do biopoder, isto porque, somente através de saberes que o poder se exerce positivamente. O saber tem efeitos de poder porque demanda uma verdade. Nas palavras de Foucault, governar significa uma: “[...] prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade [...]” (FOUCAULT, 2010: 5).

A arte de governar, como biopoder, não se exercerá mais sobre o corpo do indivíduo como na abordagem da sociedade disciplinar, mas sobre a população⁶. Para

⁵ Para Foucault (2008b: 17s) aparece neste momento a preocupação com a cidade ligada ao desenvolvimento de um Estado administrativo. A cidade é o espaço onde surge novos saberes (estatística, economia e demografia e, em seguida, a preocupação com a saúde pública e as ciências humanas da psicologia, psiquiatria e psicanálise) indispensáveis para o governo biopolítico.

⁶ Foucault na obra *Segurança, Território, População* (2008b: 76s) aborda o exemplo da varíola. Até o séc. XVIII a doença é associada a um país, ao clima, um grupo de pessoas, a partir deste século passa a serem feitas análises quantitativas da doença. E, assim, a doença não vai mais aparecer nessa relação maciça da “doença reinante” com o seu lugar, seu meio, ela vai aparecer como uma distribuição de casos numa população. São feitas demarcações entre doentes e não-doentes, são levantados dados do coeficiente de mortalidade provável e qual faixa etária, etc.

Foucault o problema político moderno gira em torno da população. Assim, afirma:

[...] noção capital do século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos (FOUCAULT, 2008b: 118).

Neste sentido, Foucault irá chamar o governo político em torno da população como biopolítica, ou seja, trata-se de governar populações, controlá-las, medicalizá-las, favorecer o seu crescimento e bem-estar. A população torna-se um objeto que importa conhecer para poder controlar. Somente é possível agir sobre ela, quando se conhece seus desejos, comportamentos, angústias, enfim, tudo que envolve a vida de um indivíduo em grupo. Em *História da Sexualidade*, por exemplo, o sexo aparece como problema político e econômico. Ao estudar a sexualidade revela um poder que a produz: é preciso analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, as relações sexuais, a incidência das práticas contraceptivas, entre outras. O sexo deve ser administrado.

Segundo Foucault (2008b: 143) essa prática de governo que tem como alvo principal a população, efetiva-se através de dispositivos de segurança o qual significa um conjunto de mecanismos que o poder dispõe para se exercer, o que pode ser descrito como técnicas de vigilância, escolhas estratégias, normas e regras, saberes que visam o diagnóstico e a classificação, etc. Observa-se a ação destes mecanismos, por um lado, através de saberes veiculados nas ciências e na educação, por outro lado, por meio de técnicas/práticas como o exército, a polícia e decisões políticas. Tudo isso agindo sobre a população com vistas a alcançar fins desejados por uma prática governamental.

Para se referir a essa relação de poder (biopoder) e essa prática política de governo (biopolítica) que se desenvolve a partir do século XVIII, Foucault designa o termo governamentalidade. Com este conceito, Foucault (2008b: 143-144) refere-se a três abordagens que o termo tem em suas obras: primeiro, ao poder sobre a população exercido pelos dispositivos de segurança que são produzidos pela biopolítica; segundo, como forma de governo sobre os outros que se exerce através de aparelhos de governo sustentados pela produção de saberes; terceiro, a passagem de um governo que se tornou administrativo com o Estado monárquico do século XVI, para um governo que se desenvolve sob a forma de técnicas de controle de uma população.

Segundo Foucault (2008b: 128), desde a Idade Média até o século XVI o governo soberano do príncipe se exerceu primeiro sobre um território, depois sobre os súditos que nele habitam, sendo a lei o exercício da soberania e o que permite alcançar uma finalidade. A partir do século XVIII, o exercício do governo irá se desenvolver sobre coisas, sendo sua finalidade agir sobre as coisas que ele dirige. Essas coisas que o governo tem que se encarregar, diz Foucault:

[...] são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemia, a morte (FOUCAULT, 2008b: 128-129).

Trata-se, enfim, de agir sobre os homens em suas relações. No governo sobre coisas trata-se de agir dispositivos de segurança para alcançar uma finalidade. Para exemplificar a governamentalidade Foucault cita a *metáfora do barco* (FOUCAULT, 2008b: 129), governar um barco não é somente comandar os marinheiros, o navio e a carga, mas levar em conta os ventos, tempestades, escolhas, intempéries, etc., ou seja, governar um barco caracteriza-se pela relação do navio com o marinheiro, do qual se precisa preservar a vida, da carga que precisa ser entregue, com todos os acontecimentos que se tem pelo caminho.

Nesta analogia de Foucault, o barco corresponde a sociedade, os marinheiros seria a população, a carga se refere ao capital humano, sendo que a estabilidade do barco (sociedade) depende do controle da vida dos marinheiros (população) e das escolhas diante dos eventos no mar (doença, fome, guerras, etc.) para que a carga (capital humano) não sofra danos. Neste contexto, a governamentalidade constitui-se como uma ferramenta de crítica a essa sociedade capitalista que através de dispositivos de segurança controlam a vida da população.

Para Foucault a governamentalidade funciona sustentado por um aparato de conhecimento. No curso *Do governo dos vivos* (1979-1980), afirma:

[...] como poder-se-ia governar os homens sem saber, sem conhecer, sem se informar, sem ter um conhecimento da ordem das coisas e da conduta dos indivíduos? Numa palavra, como poder-se-ia governar sem conhecer isso que se governa, sem conhecer esses a quem se governa e sem conhecer o meio de governar esses homens e essas coisas? (FOUCAULT, 2009: 9).

Os saberes, que surge a partir do séc. XVIII, funciona na governamentalidade como exercício de seu poder. O interesse de Foucault nesse conhecimento que se produz na governamentalidade não diz respeito a uma atividade racional que visa fornecer um sistema utilitário e necessário para o governo se exercer, mas como saberes que surgem em uma manifestação de verdade e de poder. É preciso ir além do conhecimento como simplesmente útil e necessário para o bom governo. É preciso considerá-lo como manifestação do verdadeiro e, por isso, possível o exercício do poder. Segundo Foucault (2009: 15) onde existe o poder é preciso que exista o verdadeiro. O que chama neste curso de um governo dos homens pela verdade, ou seja, não é possível dirigir os homens sem a constituição de operações de verdade e poder.

Neste sentido, a relação foucaultiana entre saber/poder faz-se necessária, pois a partir do séc. XVIII e, principalmente XIX, observa-se uma série de estudos que procuram dar suporte teórico para o controle e governamentalidade da sociedade. No decorrer do séc. XX estes estudos avançam e estariam mais consolidados com a legitimação feita pelos “donos do saber”: os intelectuais.

Assim, poder-se-ia afirmar que o intelectual que produz “saber”, sendo este aceito ou refutado por seus pares, porém “saber legitimado”, influencia a sociedade que o cerca. Cita-se os exemplos de Karl Marx e Adam Smith. E por mais que quisessem, ou não, atingir o poder, a relação com o mesmo ocorreria. Em Smith, por exemplo, através de seus estudos, demonstrou as bases para o capitalismo liberal. Este último retomado em um neoliberalismo que se consolida e influencia governos e a economia mundial.

Após fazer esse levantamento conceitual do pensamento de Foucault, passa-se a analisar como, no neoliberalismo, o trabalho transformado em capital humano constitui um biopoder que age sobre os indivíduos.

O trabalho como Capital Humano

O trabalho no passado não era visto como mecanismo de produção, ou busca de lucro, no sentido “tempo é dinheiro” como está vulgarmente disseminado no senso comum atual, sendo algo estabelecido e que deve ser digerido por todos. Atualmente, a

população deve trabalhar, produzir e automaticamente gerar lucros. Quem está fora deste sistema não é visto com “bons olhos”. Em outras palavras, o trabalho deve ser controlado e disciplinado.

O fato é que no passado, o trabalho nas comunidades primitivas era bem diferente. Em um primeiro momento observamos homens e mulheres colhendo frutos, raízes, ou caçando, sendo nômades em busca de sobrevivência. Aqui, observa-se que as comunidades trabalhavam o suficiente para se alimentar, sendo o restante do tempo reservado para o descanso, para as danças, diversão etc.

Um segundo momento vem com a “revolução agrícola”, em torno de 8 a 12 mil anos atrás, onde o homem compreende que pode gerar um “excedente” daquilo que produz e a desigualdade social começa a se cristalizar. O homem busca cada vez mais subjugar seus pares na intenção de aumentar suas propriedades, seus bens, e um exemplo disso são as guerras.

Levando em consideração a visão marxista, poder-se-ia afirmar que ocorre, principalmente, após as denominadas revoluções burguesas a partir dos séculos XVII d.C. e XVIII d.C. uma separação entre os que possuem os bens de produção (burguesia) e aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário (operariado). Este processo fez com que o trabalhador ao aplicar sua força de trabalho se tornasse um alienado.

Diante de todas estas transformações o próprio conceito de trabalho se modifica. Se antes, trabalho, termo de origem romana *tripalium* (instrumento de tortura) era visto como algo negativo, atualmente possui uma tonalidade positiva: “o trabalho dignifica o homem”. Entretanto, segundo Albornoz, antes da revolução industrial, no antigo trabalho artesanal, “ao trabalhar, o artesão pôde aprender e desenvolver seus conhecimentos e habilidades; o seu trabalho é um meio de desenvolver habilidades. Não há separação entre trabalho e divertimento, trabalho e cultura” (ALBORNOS, 2008, p. 39). Isso fez com que o artesão tivesse mais discernimento do trabalho que desenvolvia, ou seja, ele observava os resultados e tinha tempo para descansar quando quisesse, ou para conversar com o vizinho, ou discutir com os colegas questões pertinentes ao próprio trabalho, entre outros. Conquanto, para a autora, o trabalho na industrialização constitui um “negativo daquele artesanal”, seria um oposto, pois no processo industrial existe a falta de “vínculo entre o trabalho e o resto da vida”. Ocorre a separação entre o

trabalho/lazer, trabalho/cultura, ou entre o trabalho e o prazer (ALBORNOZ, 2008, p. 39-40).

Retomando Foucault, na obra *Nascimento da Biopolítica* (curso no Collège de France de 1978-1979) defende a tese de que a economia clássica, desde Adam Smith até Karl Marx, não analisou o trabalho, isto porque, segundo Foucault (2008a: 302) a economia clássica sempre indicou que a produção de bens dependia dos fatores da terra, do capital e do trabalho. Sobre isso, afirma: “[...] a economia política clássica nunca analisou o trabalho propriamente, ou antes, empenhou-se em neutralizá-lo, e em neutralizá-lo restringindo-o exclusivamente ao fator tempo” (FOUCAULT, 2008a: 303). Assim, o trabalho era somente analisado em seu aspecto quantitativo e temporal.

O autor cita, por exemplo, a análise de David Ricardo como uma abordagem segundo a variável temporal e, por isso, neutralizando a natureza do trabalho. Ricardo associava o crescimento do fator trabalho ao mercado, como aumento de horas de trabalho a disposição do capital. Já na análise de Marx o que está em jogo não é o trabalho, mas a força de trabalho. É a força de trabalho que o operário vende. E por um salário estabelecido pelo equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho. Trabalho que cria valor. Sendo que na lógica do capitalismo parte deste valor lhe é tomado. “[...] Marx mostra – a mecânica econômica do capitalismo, a lógica do capital retém do trabalho a força e o tempo. Faz dele um produto mercantil e só retém seus efeitos de valor produzido” (FOUCAULT, 2008a: 305).

Para o pensador francês são os neoliberais americanos⁷, a partir de suas críticas a economia clássica, que vão reintroduzir o trabalho no campo da análise econômica. A abordagem neoliberal irá resgatar a dimensão qualitativa na análise econômica. A economia é assim definida na doutrina econômica neoliberal: “A economia é a ciência do comportamento humano, a ciência do comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que têm usos mutuamente excludentes” (FOUCAULT, 2008a: 306). A proposta neoliberal visa superar a análise da economia clássica que remete o trabalho como processo do capital, de investimentos e da produção, para explicá-lo pela

⁷ No curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault faz duas análises do neoliberalismo: o neoliberalismo alemão do pós-guerra e o neoliberalismo americano que se desenvolve com os teóricos da Escola de Chicago. O neoliberalismo americano se caracteriza, grosso modo, pela crítica ao New Deal e a política keynesiana desenvolvida por Roosevelt a partir de 1933-34. Essa segunda análise compõe as críticas ao neoliberalismo presente neste artigo, principalmente sobre a teoria do capital humano desenvolvida pelos teóricos Theodoro Schultz e Stanley Becker.

racionalidade interna do comportamento humano. Os neoliberais vão mudar “[...] o objeto, o domínio de objetos, o campo de referência geral da análise econômica” (idem). Então, como se configura a análise econômica dos neoliberais?

E, com isso, o que querará dizer fazer a análise econômica do trabalho, o que querará dizer reinserir o trabalho na análise econômica? Não: saber onde o trabalho se situa entre, digamos, o capital e a produção. [...] O problema fundamental, essencial, em todo caso primeiro, que se colocará a partir do momento em que se pretenderá fazer a análise do trabalho em termos econômicos será saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. [...] E, com isso, se poderá ver, a partir dessa grade que projeta sobre a atividade do trabalho um princípio de racionalidade estratégica, em que e como as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico (FOUCAULT, 2008a: 307).

A leitura de Foucault mostra que na ótica neoliberal o trabalho passa a ser analisado a partir das estratégias de conduta de quem trabalha. “O que é trabalhar para quem trabalha?”, pergunta Foucault. O trabalhador deixa de ser um objeto no processo do capital e passa a ser sujeito, ou seja, o que ele é depende de como ele age. Assim, afirma: “[...] fazer, pela primeira vez, que o trabalhador seja na análise econômica não um objeto, o objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho, mas um sujeito econômico ativo” (FOUCAULT, 2008a: 308).

A passagem de um indivíduo passivo para ativo acontece quando, na sociedade neoliberal, este precisa valorizar o capital que seu trabalho comporta. É ativo porque o capital de que dispõe precisa produzir renda na dinâmica econômica de uma empresa. O que seria este capital? Foucault afirma: “[...] é o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário [...]” (FOUCAULT, 2008a: 308). O salário nada mais é que o produto deste capital. Essa competência que é o capital que todo trabalho possui faz do indivíduo uma *máquina*, diz Foucault. Sendo que essa competência-máquina produz fluxo de renda, isso porque seu capital não é vendido casualmente no mercado de trabalho, mas seu salário varia com o envelhecimento. O trabalho aparece como capital e renda, ou seja, o trabalhador adquire uma competência que será o fruto de sua renda.

Segundo Foucault (2008a: 310) esse panorama neoliberal aparece como retorno

ao *homo oeconomicus*⁸, mas não mais como homem parceiro da troca na concepção clássica e, sim, como um empresário, um empresário de si mesmo. “[...] *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (idem: 311). Por exemplo, segundo o autor, na atividade de produção neoliberal o consumo aparece como uma atividade empresarial, pois o indivíduo dispende de certo capital vai produzir sua satisfação pelo consumo. O consumo deixa de ser um gasto e passa a ser um investimento. Isso acontece também com o lazer, quando o “tempo ocioso” precisa ser ocupado com atividades que incorporem valor a produção de capital humano.

Essa competência que é o capital que o trabalhador possui será chamado de *capital humano* (FOUCAULT, 2008a: 311)⁹. A economia neoliberal visa investir e formar no indivíduo um capital humano para o mercado de trabalho. Assim, afirma:

[...] um capital humano no curso da vida dos indivíduos, que se colocam todos os problemas e que novos tipos de análise são apresentados pelos neoliberais. Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais (FOUCAULT, 2008a: 315).

Ainda, segundo Foucault (2008a: 315), os investimentos educacionais que produzem o capital humano na economia neoliberal, vai além da prática do aprendizado escolar e profissional. Ele passa pelo tempo que os pais dedicam para a formação dos filhos, que não depende apenas do nível cultural dos pais, mas de suas condições econômicas, famílias mais abastadas dedicam mais qualidade no cuidado e vigilância para com seus filhos. Passa também pelos problemas de higiene pública e proteção a saúde. O cuidado médico com a saúde do indivíduo constitui um investimento no capital humano, conservando e utilizando-o pelo maior tempo possível. A educação, nesta governamentalidade neoliberal, passa a ser valorizada e investida pelo indivíduo, por empresas e Estado, com vista a melhorar este capital humano. “Sugiro que reconheçamos que a escolarização de massas é importante na lógica neoliberal; e, talvez

⁸ Na concepção clássica o *homo oeconomicus* é o homem da troca. “*Homo oeconomicus* como parceiro da troca, teoria da utilidade a partir de uma problemática das necessidades: é isso que caracteriza a concepção clássica do *homo oeconomicus*” (FOUCAULT, 2008a: 310).

⁹ No curso *Nascimento da Biopolítica* (p. 312-314) Foucault aborda elementos inatos e adquiridos que podem compor o capital humano. Os elementos inatos dizem respeito a utilização da genética para a melhoria do capital humano. Já os elementos adquiridos é a constituição voluntária de sua competência no curso de sua vida, sendo esse o alvo da razão neoliberal.

mais do que isso, sugiro que ela possa ser até mesmo crucial para o funcionamento do neoliberalismo” (VEIGA-NETO, 2000). A formação educacional aparece no governo neoliberal como elemento estratégico para seu funcionamento.

O que Foucault denuncia é que o capitalismo neoliberal tem necessidade da formação de um capital humano que seja produzida desde os primeiros anos e que tem prazo de validade definida. “[...] essa máquina tem sua duração de vida, sua duração de utilizabilidade, tem sua obsolescência, tem seu envelhecimento” (FOUCAULT, 2008a: 309). Se na economia clássica o indivíduo era explorado pela sua força de trabalho, na governamentalidade neoliberal o indivíduo vale enquanto seu capital humano é útil para os interesses do mercado. A constituição de um capital humano funciona na racionalidade neoliberal como exercício do biopoder. Poder que tem como alvo o controle da população.

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi a aparição, como problema econômico e político, da “população”: a população-riqueza, a população-mão-de-obra ou capacidade de trabalho, a população em equilíbrio entre o seu crescimento próprio e os recursos de que dispõe (FOUCAULT, 1988: 28).

Agir sobre a população com o objetivo de estimular e garantir que haja capital humano é a meta da governamentalidade neoliberal. Ao mesmo tempo em que é preciso incentivar o aperfeiçoamento do capital humano através, por exemplo, de investimentos educacionais e pesquisas científicas, também é preciso assegurar que este não sofra danos, nisso os mecanismos de segurança como política de saúde pública, o exército e a polícia precisam assegurar que a vida seja preservada.

Quanto melhor seu capital humano maior a possibilidade de aumento da renda, mas também maior a possibilidade de desenvolvimento e crescimento para uma empresa, para o capitalismo. A busca pela permanente atualização do capital humano torna o indivíduo sujeitado pelos interesses econômicos, ou seja, seduzido pelos seus estímulos o indivíduo direciona sua vida para escolhas e desejos que ele não fez, já foram estabelecidos por outros. Essa também é a idéia defendida por Cesar Candiotto no texto *A governamentalidade política no pensamento de Foucault*, onde afirma:

A atualização permanente do capital humano, a condução de si mesmo no competitivo mercado de trabalho e de capitais, estimulou uma nova forma de subjetivação sujeitada, pela qual o indivíduo não passa de agente econômico. Ao constituir-se em referência quase exclusiva, o mercado produz individualizações vulneráveis e suscetíveis a seus apelos e estímulos

incessantes (CANDIOTTO, 2010: 42).

A busca pelo melhoramento do capital humano faz o pensar, sentir e agir de cada indivíduo ser direcionado para a construção de competências e habilidades, tornando-o um sujeito competitivo e fazendo com que as relações sejam baseadas na concorrência. Assim, vamos ter uma sociedade baseada não mais no mercado como princípio regulador do social, mas em mecanismos de concorrência. “Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial” (FOUCAULT, 2008a: 201). São esses mecanismos de concorrência o objeto da intervenção governamental, para constituir o máximo de volume possível. O indivíduo como sujeito-empresa busca estrategicamente valorizar seu capital através de investimentos e o resultado é que as relações humanas tornaram-se comercializadas.

Mas, então, sob esse novo espírito de capitalismo, que nova forma de governamentalidade é engendrada? [...] um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas políticas gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, *marketing*, *branding*, “literatura” de autoajuda, etc. [...] induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que cada vez mais estabeleçam entre si relações de concorrência (GADELHA, 2009:151).

Nesse sentido, Foucault defende que o mercado na economia neoliberal funciona não apenas como regulador da vida social, mas também, sobretudo, como uma política de economização do campo social. Vê-se a generalização da economia de mercado ao corpo social, quando a política econômica neoliberal tem “[...] por função compensar o que há de frio, de impassível, de calculista, de racional, de mecânico no jogo da concorrência propriamente econômica” (FOUCAULT, 2008a: 333). Assim, a governamentalidade neoliberal precisa, ao mesmo tempo, incentivar a concorrência como princípio regulador da economia de mercado e garantir uma política de estabilidade moral e cultural do corpo social. “É necessário portanto, ao mesmo tempo que se implanta uma política tal que a concorrência possa agir economicamente, [...] garanta uma cooperação entre os homens ‘naturalmente enraizados e socialmente integrados’” (idem). E assim se produz o que Foucault chama de o mercado como lugar

de verificação, ou seja, perceber como a prática de governo neoliberal produz através de mecanismos, uma verdade de mercado que funciona em termos de lei a respeitar.

Após essa análise do neoliberalismo como um biopoder que modela o trabalhador ao modelo da competência-empresa, tendo como consequência a sujeição do indivíduo e a concorrência das relações humanas e sociais. Passa-se a apresentar mais algumas críticas que o autor faz ao neoliberalismo.

Neoliberalismo: críticas e impasses

Além desta crítica ao neoliberalismo, em que um indivíduo vale pelo seu capital humano, a noção de governamentalidade, como entende Foucault, funciona como chave de inteligibilidade e de crítica a essa forma de poder. Foucault entende o neoliberalismo não como teoria econômica ou jurídica, mas como racionalidade governamental que tem como meta a gestão da população. A questão central que o autor propõe analisar é: “Num sistema preocupado com o respeito dos sujeitos de direito e com a liberdade dos indivíduos, como é que o fenômeno população com seus efeitos e seus problemas específicos pode ser levado em conta?” (FOUCAULT, 2008a: 431-432).

Para Foucault está em jogo no neoliberalismo uma correlação entre liberdade – segurança – população. “O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. [...] não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres [...]” (FOUCAULT, 2008a: 87). Desde o começo do liberalismo, já havia um governo da liberdade, que se intensifica com o neoliberalismo, onde para que haja liberdade é preciso produzi-la, organizá-la, geri-la. A produção desta liberdade suscita no neoliberalismo um jogo de custo que vai ser as medidas de segurança. Segurança diante dos perigos que são gerados pelo jogo dos interesses individuais e coletivos, entre os processos econômicos e o perigo para as empresas e trabalhadores. “Liberdade e segurança – é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo” (FOUCAULT, 2008a: 89).

Neste mesmo sentido Foucault afirma:

[...] a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos

de segurança. Um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem, em todo caso aquele de que lhes falei hoje, justamente se lhe for dada certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno [que essa palavra] adquire no século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas (FOUCAULT, 2008b: 63-64).

Nesta citação Foucault defende que os dispositivos de segurança estão diretamente ligados com a liberdade. Por um lado, precisa afirmá-la para que haja circulação de pessoas e coisas, ou seja, haja produção e consumo. Por outro lado, a cerceia, limitando as escolhas aos interesses mercadológicos. Assim, o neoliberalismo como razão governamental que juridicamente proclama a liberdade do sujeito e economicamente a liberdade do mercado, age sobre a população através de dispositivos de segurança que limitam e controlam suas escolhas, desejos, comportamento, mobilidade, saúde, alimento, consumo, lazer, etc.

Segundo Olena Fimyar:

[...] o liberalismo como nova racionalidade governamental vê a “segurança” do desenvolvimento sócio-econômico da população como sua preocupação fundamental, pois a segurança da população é a base da prosperidade do Estado. Para atingir tais metas, o Estado liberal enquadra sua população nos aparatos de segurança — de um lado, o exército, a polícia e os serviços de inteligência; de outro, a educação, a saúde e o bem-estar (FIMYAR, 2009: 40).

Para Foucault, na produção da liberdade pelo neoliberalismo se insere em uma relação problemática, pois ao gerir a liberdade coloca em jogo com os mecanismos de segurança a limitação desta liberdade. “[...] uma relação de produção/destruição [...]. É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc.” (FOUCAULT, 2008a: 87). O neoliberalismo se manifesta, ao mesmo tempo, como prática de governo que produz a liberdade pelos dispositivos de segurança visando o bem-estar da população e torna-se um biopoder que age sobre os indivíduos para mantê-los saudáveis para produzir e consumir. “A idéia de um governo [...] a idéia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, o que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos” (FOUCAULT, 2008b: 64).

Essa razão governamental que se desenvolve a partir do séc. XVIII é uma razão que manipula interesses. É preciso governar os interesses para que um governo seja

legítimo. É preciso fazer com que o interesse de um indivíduo seja o mesmo da coletividade.

[...] só pode agir, só está legitimado, fundado no direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesses tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para os indivíduos, ou para o conjunto dos indivíduos, ou para o interesse de determinado indivíduo confrontados ao interesse de todos, etc. O governo só se interessa pelos interesses (FOUCAULT, 2008a: 62).

Neste mesmo sentido, Foucault constata que a partir do séc. XVIII há pelo menos uma invariante que funciona como motor de ação da população: é o desejo. Esse desejo revela, ao mesmo tempo, a dimensão da naturalidade da população e sua artificialidade de produção e controle. “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (2008b: 95). Aponta que o desejo no pensamento econômico-político dos fisiocratas aparece como: o problema do governo é saber como dizer sim a este desejo. Isto quer dizer, não se precisa saber como dizer não ao desejo, mas como se pode incitá-lo, produzi-lo mais e mais.

Nessa atual sociedade capitalista, onde a razão governamental se caracteriza como neoliberal, a produção e o consumo precisam ser livres e a população precisa ser governada, mantida saudável para produzir e consumir mais. Essa é também a idéia defendida por Inês L. Araújo: “[...] a produção deve ser livre, a população deve ser governada, mantida saudável para produzir e para consumir. Os mais fracos são os enjeitados, os que não produzem nem bens, nem saúde; aqueles para os quais não vale a pena governar” (ARAÚJO, 2009: 28). Inserem-se neste contexto as práticas políticas de assistência social, onde uma parcela da população (desempregados, sem terra, sem teto, etc.) permanece a margem do desenvolvimento capitalista, mas precisa ser assistida para poder consumir e manter-se saudável, controlando os riscos de seu ócio, bem como, a estabilidade do governo. Assim, o neoliberalismo é uma forma de governo que ao mesmo tempo em que proclama a liberdade, também se caracteriza como biopolítica, agindo sobre sujeitos livres limitando seu poder transformador da realidade excludente.

Retomar a relação foucaultiana entre saber/poder faz-se necessária, pois a partir do séc. XVIII e, principalmente XIX, observa-se uma série de estudos que procuram dar suporte teórico para o controle e governamentalidade da sociedade. No decorrer do séc.

XX estes estudos avançam e estariam mais consolidados com a legitimação feita pelos “donos do saber”: os intelectuais.

Bobbio (1997, p.10-11) afirma que mesmo com o descrédito que vários estudiosos fazem aos intelectuais, “sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que exerce [...] sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra [...]”. Neste sentido, a relação dos intelectuais com o poder não deveria ser generalizada, ou feita de forma a proferir sentenças do tipo “todo intelectual é traidor de sua causa”, entre outros radicalismos. O intelectual, seu papel na sociedade, e a sua relação com o poder, deveria ser compreendida de forma mais profunda. E antes de relacioná-lo ao poder, deve-se diferenciá-lo.

Falsos são os que desempenham uma função que para Sartre é negativa, e é negativa unicamente porque não desempenham a função que segundo ele deveriam desempenhar. Assim, será verdadeiro intelectual o revolucionário; falso o reacionário; verdadeiro será aquele que se engaja; falso, aquele que não se engaja e permanece fechado na torre de marfim. (BOBBIO, 1997, p.14)

Assim, poder-se-ia afirmar que o intelectual que produz “saber”, sendo este aceito ou refutado por seus pares, porém “saber legitimado”, influencia a sociedade que o cerca. Cita-se os exemplos de Karl Marx e Adam Smith. E por mais que quisessem, ou não, atingir o poder, a relação com o mesmo ocorreria. Em Smith, por exemplo, através de seus estudos, demonstrou as bases para o capitalismo liberal. Este último retomado em um neoliberalismo que se consolida e influencia governos e economia mundial.

Em relação ao governo, que compõe o denominado “Estado” contemporâneo, é importante observar o contexto atual do capitalismo neoliberal. Sabe-se que neste contexto, a meta das grandes empresas transnacionais é implementar políticas para minimizar o papel deste “Estado”, diminuir os direitos trabalhistas, além de buscar a conhecida liberdade econômica. Nesta conjuntura, os saberes produzidos pelo homem e o poder estão inseridos numa lógica capitalista. Diante disso, o Estado atual “assume um papel mediador, no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados” (FARIAS, 2001, p. 40). Se a partir do final do século XX, o Estado se aprimora para

resolver os problemas entre interesses públicos e privados, trabalhadores e patrões, ou entre os próprios concorrentes capitalistas, em uma confusão burocrática que mais colabora para o aumento da corrupção e da especulação monetária, será nestas relações que o capital irá se impor. Sabe-se que o objetivo fundamental é maximizar os lucros. Porém, como falar de um Estado de “bem-estar social”, onde as garantias trabalhistas seriam preservadas. Com o advento da globalização o Estado Neoliberal Capitalista torna-se hegemônico. O contexto histórico-social transforma-se.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. – São Paulo: Brasiliense, 2008.

ARAUJO, Inês Lacerda. **Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias**. Ítaca: Revista de pós-graduação em filosofia IFCS-UFRJ. N 14. 2009. Disponível em: <<http://revistaitaca.org/>>, acesso dia 12.06.2010.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

CANDIOTTO, Cesar. **A governamentalidade política no pensamento de Foucault**. Filosofia Unisinos, jan/abr 2010, p. 33-43.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

FIMYAR, Olena. **Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais**. Revista Educação & Realidade: Governamentalidade e Educação. v34, n2, mai/ago 2009, p. 35-56. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/765>>, acesso dia 12.06.2010.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3 ed. Tradução Roberto C. M. Machado e Eduardo J. Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005a.

_____. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 16 ed. Tradução Maria T. C. Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Microfísica do Poder.** 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

_____. **O que é a crítica?** (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Disponível em: < <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/biblio.html>>, acesso dia 12.05.2010.

119

_____. O Sujeito e o Poder IN RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica Tradução Vera P. Carreto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995: 231-249.

_____. **Segurança, Território, População:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 30 ed. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2005c.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação:** introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Educação e governamentalidade neoliberal:** novos dispositivos, novas subjetivações. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000: 179-217.